

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



AS IMPLICAÇÕES
GEOPOLÍTICAS DE ITAIPU

MAI-JUN/79



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

Págs.

AS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS DE ITAIPU	5
O GRAU DE VALIDADE ATUAL DA BATALHA DECISIVA — CC Mario Ubijarajara Hofke	17 ✓
ALGUMAS IDÉIAS SOBRE CAVALARIA — Maj Cav QEMA Mozart E. N. Dornelles	25 ✓
O APOIO AÉREO APROXIMADO: DISTORÇÕES DOUTRINÁRIAS — Brig do Ar Lauro Ney Menezes	35 ✓
MATERIAL BÉLICO: QUADRO, ARMA OU SERVIÇO? — Maj Jorge Cordeiro Nogueira	39 ✓
AS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS DO EMPREGO DE AERONAVES EM OPERAÇÕES NAVAIS — CC Carlos Emilio Raffo Junior	55 ✓
TREINAMENTO FISIOLÓGICO PARA EQUIPAGENS DE COMBATE DA FAB — Cel Med Aer Osmond Coelho	65 ✓
ASPECTOS DA EXPOSIÇÃO ESCRITA E ORAL — Prof Antonio Arruda	79 ✓
A ATUAÇÃO DA CPRM NA PESQUISA DE CARVÃO — Engº Fernando de Brito Dantas	91 ✓
MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL — Pe Fernando Bastos de Ávila	95 ✓
NOVAS DIRETRIZES DA POLÍTICA HABITACIONAL	105
CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — "Os Dissidentes" e o Mundo Ocidental — A. De Lannes	111 ✓
UMA NOÇÃO NEGRO DE WINSTON CHURCHILL — Anthony Storr	127 ✓
UMA FANTÁSTICA MAQUINAÇÃO: O CASO TOUKHATCHEVSKI — Alain Lefaux	157 ✓
DEFESA CIVIL E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA — Cel R/1 Hécio de Magalhães Tibery	173 ✓
POLÍTICA DE TRANSPORTES — Min Eliseu Resende	179 ✓
INFORMAÇÕES	193
ANÚNCIOS	199



AS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS DE ITAIPU

Pesquisa da Redação

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

A usina hidrelétrica de ITAIPU, com 12,6 milhões de kW de potência, destina-se a produzir 75 bilhões de kW/h ano. O projeto localiza-se no rio Paraná, cuja bacia abrange uma área de 820 mil km², e representa investimento, a preços de janeiro de 79, ao valor equivalente a 10 bilhões de dólares, incluindo os encargos financeiros durante a construção.

O custo estimado do quilowatt instalado será aproximadamente de 800 dólares. Considerando-se a média mundial de hoje, mesmo em construção de Centrais Hidrelétricas, esse custo é de valor reputado muito econômico e corresponde a menos da metade do custo do quilowatt instalado em usinas termonucleares.

As primeiras unidades geradoras estão previstas para entrar em funcionamento em 1983, e as demais, progressivamente, até 1988, quando deverão estar em operação todas as unidades geradoras.

A hidrelétrica está localizada no rio Paraná, 14 km acima da Ponte da Amizade, que liga as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Presidente Stroessner, no Paraguai. Seu reservatório se estende do local da usina até o Salto de Sete Quedas. Tem 200 km de comprimento e inundará uma área de 1.400 km² — (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai). O nível máximo de água no reservatório será de 220 m acima do nível do mar. Serão 29 bilhões de m³ de água represada.

O projeto prevê eclusas e canais que possibilitarão tráfego fluvial em todas as estações do ano, controle das enchentes, regularização das descargas a jusante, disponibilidade de água para irrigação, desenvolvimento de atividades pesqueiras, in-

centivo ao turismo e à recreação, instalação de centros de desenvolvimento urbano e grandes empreendimentos agrícolas. O projeto também prevê medidas especiais de proteção à fauna e à flora terrestres.

A hidrelétrica de ITAIPU é constituída por uma barragem principal de grandeza, em concreto, com 190 m de altura máxima (equivalente a um prédio de 60 andares), tendo, ao pé, uma casa de força, com 18 unidades geradoras de 700.000 kW cada uma. Além disso, conta com barragens laterais de concreto e de enrocamento e diques de terra nas margens do rio.

A barragem principal, em pleno estágio de construção, constituirá uma imponente e gigantesca massa de concreto, cujas fundações se assentam no maciço basáltico. Todos os cuidados e estudos estão sendo realizados para assegurar a estabilidade das fundações, aplicando-se os conhecimentos mais recentes de engenharia e a experiência acumulada nas grandes obras já realizadas no mundo, na forma de injeções de consolidação, cortinas de injeção e sistemas de drenagem. As instalações da Central Hidrelétrica, na margem direita, incluem, principalmente, a barragem de concreto lateral direita e o vertedouro com as respectivas comportas. Elas desenvolvem-se na direção geral este-oeste, ao longo de um eixo em linha quebrada, com o desenvolvimento total de 8,5 km. A estrutura da crista do vertedouro, com 355 m de comprimento, permitirá o controle da vazão do rio, pela operação de 14 comportas radiais de 20 x 20 m.

As barragens componentes da ombreira esquerda do projeto (lado brasileiro), do tipo "enrocamento", têm extensão superior a 4 km e consistem de estrutura constituída por grandes blocos de rocha, impermeabilizada por espesso maciço de argila compactada.

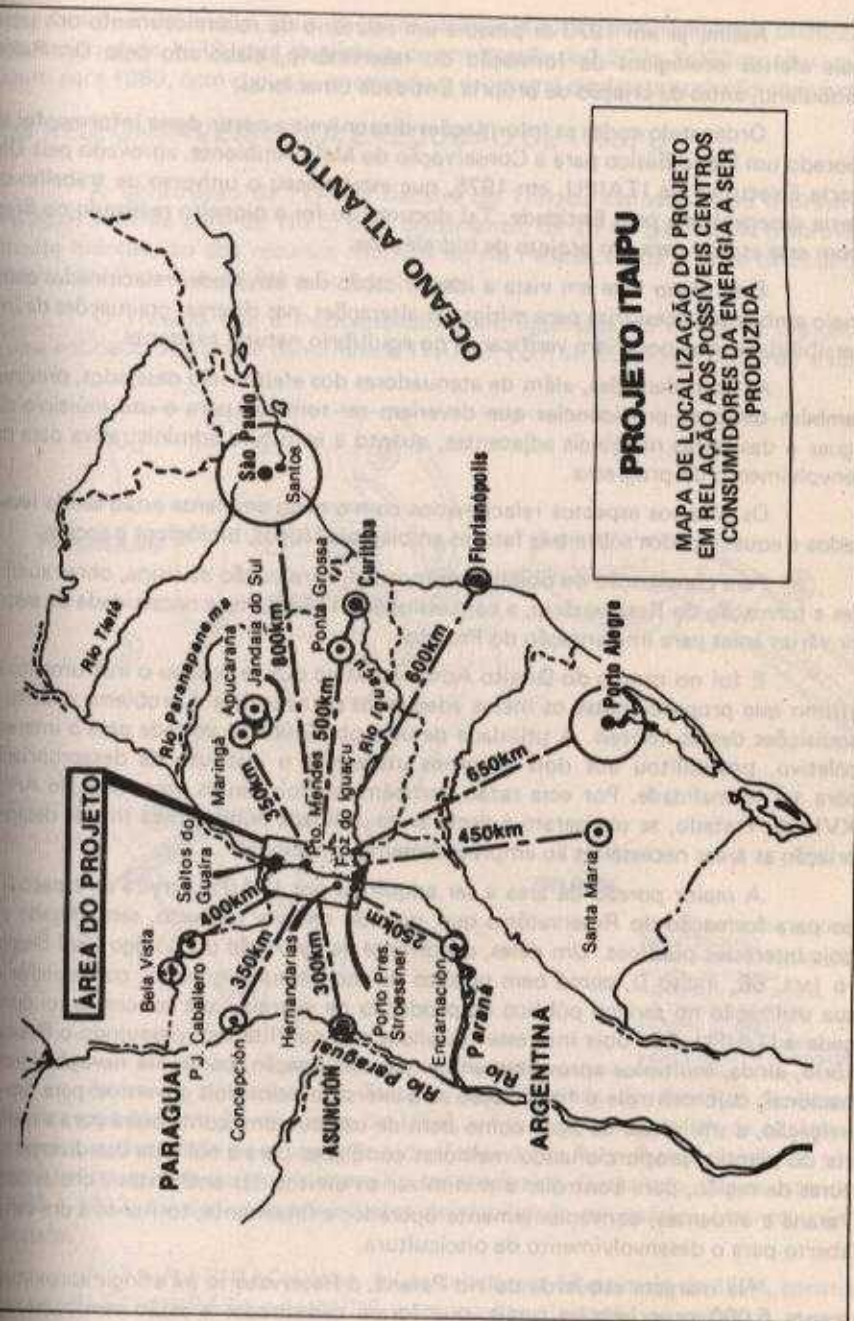
A Casa de Força de ITAIPU, consoante os estudos realizados durante a fase de viabilidade e posteriormente aprofundados, será constituída por 18 unidades geradoras, com capacidade nominal de 700.000 kW, cada. Pelo arranjo atual do projeto, 15 unidades serão instaladas no leito do rio e 3 no canal de desvio, após o fechamento final das comportas de desvio.

Das unidades geradoras, 9 estão previstas para operar na frequência de 50 Hz e 9 na frequência de 60 Hz. Está ainda previsto no projeto espaço necessário para instalação de mais 2 unidades de reserva, que poderão eventualmente ser instaladas.

Em 20 de outubro de 1978 o rio Paraná passou a correr pelo canal de desvio, necessário à construção da barragem principal. Este canal tem 2 km de comprimento (extensão equivalente à da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro), largura média de 150 m, e profundidade de 90 m abaixo do terreno natural.

A construção do canal envolveu um volume de escavação de aproximadamente 22 milhões de m³, dos quais cerca de 90% correspondem a escavação estrutural em rocha basáltica.

Todos os assuntos vinculados ao meio ambiente, decorrentes das obras de construção do Projeto ITAIPU, têm recebido a devida consideração desde os primeiros projetos, elaborados para a hidrelétrica.



Assim, já em 1973 se possuía um relatório de reconhecimento dos possíveis efeitos ecológicos da formação do reservatório, elaborado pelo Dr. Robert Goodland, antes da criação da própria Entidade binacional.

Ordenando todas as informações disponíveis a partir desse informe, foi elaborado um Plano Básico para a Conservação do Meio Ambiente, aprovado pela Diretoria Executiva de ITAIPU, em 1975, que estabeleceu o universo de trabalho que seria desenvolvido pela Entidade. Tal documento foi o pioneiro realizado no Brasil, com essa escala, para um projeto de hidrelétrica.

Esse plano teve em vista a identificação das atividades relacionadas com o meio ambiente necessárias para mitigar as alterações, nas diversas graduações de irreversibilidade, que poderiam verificar-se no equilíbrio natural existente.

As considerações, além de atenuadoras dos efeitos não desejados, previram também tanto as providências que deveriam ser tomadas para o uso múltiplo das águas e das terras marginais adjacentes, quanto a estrutura administrativa para desenvolvimento do programa.

Os diversos aspectos relacionados com o meio-ambiente estão sendo levantados e equacionados sobre três fatores ambientais físicos, biológicos e sociais.

Para consecução do objetivo primordial, construção da usina, obras auxiliares e formação do Reservatório, a concessionária ITAIPU teve necessidade de adquirir várias áreas para implantação do Projeto.

E foi no campo do Direito Administrativo que se buscou o instrumento legítimo que proporcionasse os meios adequados para resolver o problema relativo às aquisições desses imóveis. A utilidade de uma obra pública, voltada para o interesse coletivo, possibilitou aos dois governos utilizarem o instituto da desapropriação para tal formalidade. Por essa razão, também, os dois países, por força do Artigo XVII do Tratado, se obrigaram a declarar de utilidade pública para fins de desapropriação as áreas necessárias ao empreendimento binacional.

A maior porção da área a ser adquirida por ITAIPU servirá de espaço físico para formação do Reservatório que, quando cheio e formado, será afetado por dois interesses públicos. Um deles, decorrente da definição do Código Civil Brasileiro (art. 66, inciso I), como bem público de uso comum, o outro, conseqüente de sua utilização no serviço público de produção de energia, cuja concessão foi outorgada à ITAIPU. São dois interesses públicos não conflitantes, possuindo o Reservatório, ainda, múltiplos aproveitamentos: para navegação, como via navegável internacional, cujo controle e fiscalização será exercido pelos dois governos; para fins de irrigação, a utilização da água como bem de uso comum, contribuirá para a melhoria do plantio, proporcionando melhores condições para a colheita das diversas culturas da região; para controlar e minimizar os efeitos das enchentes e cheias do rio Paraná e afluentes, convenientemente operado; e finalmente, tornar-se-á um campo aberto para o desenvolvimento da piscicultura.

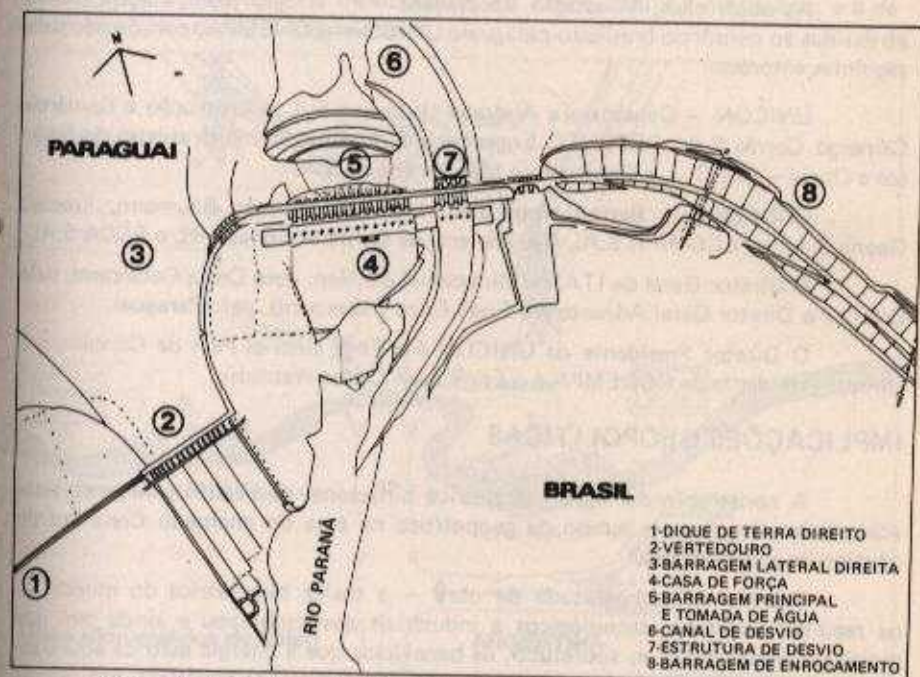
Na margem esquerda do rio Paraná, o Reservatório irá atingir aproximadamente 6.000 propriedades rurais, que foram cadastradas e estão sendo avaliadas

para fins de indenização. Mais de 1.000 acordos já foram amigavelmente celebrados. No decorrer de 1979, está prevista a concretização de 2.500 a 3.000 acordos; outro tanto para 1980, com o que se encerraria o programa de desapropriação amigável.

OS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DE ITAIPU

A construção de ITAIPU decorre do Tratado assinado entre o Brasil e o Paraguai a 26 de abril de 1973. Esse documento, de 29 artigos, regula o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, desde o Salto de Sete Quedas, ou Salto de Guaira, até a Foz do Iguaçu.

O Tratado cria e institucionaliza, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada ITAIPU, com atribuição de construir e operar a usina.



Antes da assinatura do Tratado, os Governos do Brasil e do Paraguai haviam assinado, em 23 de junho de 1966, a Ata de Iguaçu, através da qual proclamavam sua disposição de exploração hidrelétrica do rio Paraná, com divisão em partes iguais, entre os dois países, da energia a ser produzida. O período, que se estende de 1966 a 1972, foi dedicado aos estudos de viabilidade necessários à consecução do projeto.

A ITAIPU BINACIONAL foi instalada em 17 de maio de 1974, constituída pela ELETROBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital.

O gerenciamento global de todas as operações do empreendimento, incluindo contratos para construção, aprovisionamento e suprimento, planejamento e engenharia estão sob a responsabilidade do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, órgãos de administração superior da ITAIPU Binacional. A supervisão de campo da construção, levantamentos, medições, pagamentos e ensaios de laboratório são também executados pelo pessoal da ITAIPU Binacional.

As atividades de projeto e construção foram distribuídas por diversos consórcios de firmas brasileiras e paraguaias, constituindo uma complexa associação de empresas de inúmeras especialidades para a efetivação do gigantesco empreendimento. Vários consultores independentes e firmas especializadas na consultoria de engenharia estão contratados pela ITAIPU Binacional para apreciação de aspectos técnicos específicos da obra.

As obras civis, 1º estágio (escavação) e 2º estágio (concretagem) foram atribuídas ao consórcio brasileiro-paraguaio UNICON—CONEMPA, constituído pelas seguintes empresas:

UNICON — Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A., CETENCO Engenharia S.A., Companhia Brasileira de Projetos e Obras — CBPO —, e Construtora Mendes Júnior S.A.

CONEMPA — Barrail Hnos S.A., Ing. Civil Herman Baumann, Jimenez Gaona & Lima, ECOMIPA S.A., Cia. General de Construcciones SRL e ECCA S.A.

O Diretor Geral da ITAIPU Binacional é o Gen. José Costa Cavalcanti, pelo Brasil, e o Diretor Geral Adjunto é o Engº Enzo Debernardi, pelo Paraguai.

O Diretor Presidente da UNICON é o Engº Gabriel Paes de Carvalho e o Diretor Presidente da CONEMPA é o Engº Juan Carlos Wasmosy.

IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS

A construção da usina hidrelétrica binacional de ITAIPU, inegavelmente acarreta implicações no campo da geopolítica na área do chamado Cone Sul do continente sulamericano.

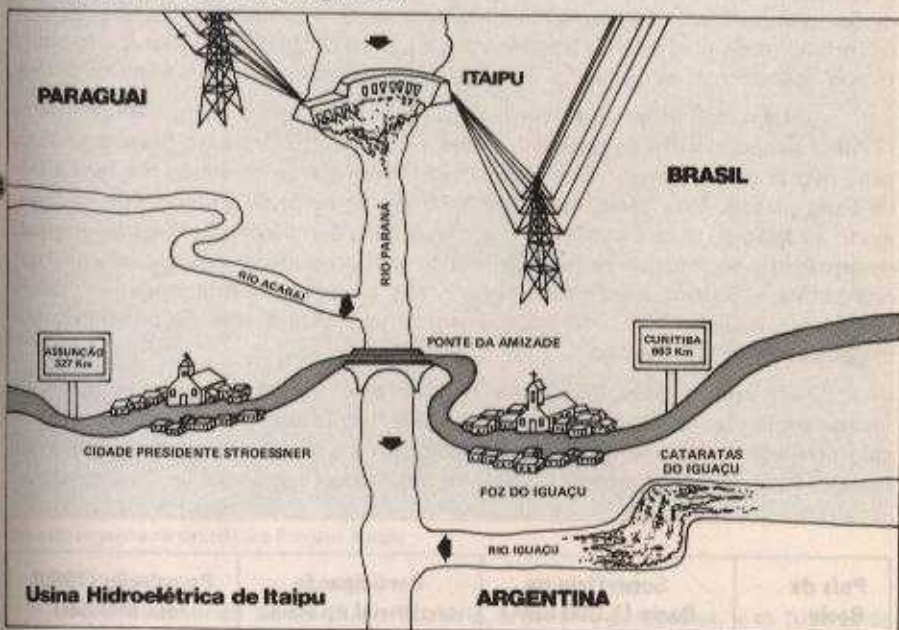
Realmente, a magnitude da obra — a maior hidrelétrica do mundo —, os recursos humanos, tecnológicos e industriais que mobilizou e ainda terá que mobilizar nessa região e, sobretudo, os benefícios que a energia elétrica abundante propiciará ao progresso das áreas adjacentes da Central Hidrelétrica, são valores que transformarão em poucos anos o "facies" de uma fronteira até recentemente pobre e despovoada.

Quem tenha conhecido as localidades de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner há 10 anos passados, lá chegando, hoje, ficará surpreso com a mutação que ali se operou.

A hidrelétrica binacional é um macro-polo de intensa irradiação de povoamento, de trabalho e de elevação de padrão de vida. O efeito dessa irradiação cado

estenderá o círculo de influência de ITAIPU aos círculos tradicionais que se polarizam em torno de Assunção e Curitiba. Uma região contínua, abrigando população numerosa e beneficiando-se de níveis sociais dos mais altos da América do Sul se estenderá, então, de Assunção a Curitiba. As marcas do que será, em futuro próximo, essa faixa que recebe diretamente as benesses de ITAIPU já se podem sentir, viajando-se de automóvel de Curitiba a Assunção, ao longo dos 800 km que cortam glebas fértilíssimas dos dois países.

O vulto da obra de ITAIPU não poderia deixar de ter implicações em diversos setores. Trata-se de uma hidrelétrica que terá uma capacidade instalada de 12,6 megawatts. Antes de ITAIPU, a maior hidrelétrica do mundo era a de Grand Coulee, nos Estados Unidos, produzindo 9,7 megawatts. Em seguida, a de Krasnoyarsk, na União Soviética, com 6,09 megawatts, a de Churchill Falls, no Canadá, com 5,2 megawatts, a de Ilha Solteira, no Brasil, com 3,2 megawatts, e a de Assuan, no Egito, com 2,1 megawatts.



Não se trata, entretanto, de obra de ostentação, mas do atendimento à necessidade crescente de energia elétrica na região de maior desenvolvimento sócio-econômico da América do Sul e que estaria sob a ameaça de ficar carente, caso soluções corajosas e de grande dimensão não fossem tomadas.

Estudos mais sérios sobre o problema energético das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste brasileiros, justamente as que serão mais beneficiadas, direta ou indiretamente, pela produção de ITAIPU, indicam que somente essa parte de nosso território consome cerca de 88% de nossa produção hidrelétrica. Considerando, de um

lado, o crescimento da demanda de energia nos primeiros anos da década de oitenta nessa região, e, por outro lado, que o governo brasileiro houve por bem não implantar novos projetos hidrelétricos na área considerada, tendo em vista concentrar os recursos financeiros disponíveis na construção da ITAIPU, a entrada em operação desse complexo energético, a partir de 1983, constitui fator imperativo para impedir-se crise energética nas regiões sudeste e sul do Brasil, nos meados da referida década.

Até 1988, as 18 unidades geradoras da binacional brasileiro-paraguaia estão funcionando com uma capacidade geradora de 75 bilhões de kWh por ano, cerca de 68% do total da energia que o Brasil produziu, em 1978.

É também válida para o Paraguai, em virtude de outros fatores e de outras circunstâncias, a necessidade imperiosa da energia a ser gerada pela ITAIPU, em atendimento ao crescente mercado consumidor daquela nação amiga. Ademais cumpre assinalar que o território paraguaio, situado na zona temperada, oferece as condições mais favoráveis para uma atividade agropecuária e industrial florescente. Com os incentivos de uma energia abundante e a preços competitivos, deverá, em pouco tempo, transformar-se numa das áreas econômicas mais promissoras do Continente.

Além dos benefícios econômicos incontáveis que a energia abundante de ITAIPU proporcionará às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil e ao Paraguai, não se devem ignorar os impulsos periféricos que se irradiarão por toda a área da bacia platina. Essa bacia, com uma extensão de cerca de 3 milhões de km², servindo a região de solo e clima dos mais favoráveis à implantação de uma sociedade desenvolvida, englobando os dois maiores centros propulsores de progresso da América Latina — Buenos Aires e São Paulo — não poderá prescindir, para o seu desenvolvimento equilibrado e sem estancamentos, da oferta de energia hidrelétrica necessária ao progresso regional.

Os valores geopolíticos que revelam as extraordinárias possibilidades da imensa bacia platina são de molde a projetá-la, em futuro próximo, como uma região privilegiada à fixação de um ecúmeno dos mais dinâmicos e progressistas do mundo. Levantamentos recentes nos oferecem o quadro abaixo:

País da Bacia	Superfície na Bacia (1.000 km²)	Participação territorial na Bacia	População (1980) (em milhões)
Brasil	1.415	44%	53,7
Argentina	1.034	32%	18,8
Uruguai	149	5%	3,2
Bolívia	204	6%	1,4
Paraguai	407	13%	3,1
	3.209	100%	80,0

O plano ferro e rodoviário brasileiro desenvolvido nestes últimos 50 anos, penetrando na área da bacia na direção leste-oeste e levando ao seu "hinterland" a atração dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, vem acentuando a tendência de promover a interiorização do povoamento e do progresso, contrariando o quadro anterior de uma civilização regional restrita apenas à faixa próxima do litoral, em torno de Buenos Aires, São Paulo e Montevidéu.

Além de ITAIPU, outras binacionais estão sendo cogitadas, visando a cobrir a alta demanda dessa riquíssima bacia onde, como vimos, vive uma população de 80 milhões de habitantes brasileiros, argentinos, uruguaios, paraguaios e bolivianos.



Obras de engenharia pesada do Projeto Itaipu

As binacionais de Corpus e Yaciretá, argentino-paraguaias, e as futuras de Panambi, Roncador e Garabi argentino-brasileiras, além da de Salto Grande, recentemente inaugurada pelos Presidentes da Argentina e do Uruguai, representam outros esforços válidos e que revelam que as nações da Bacia do Prata tomaram consciência de seus problemas comuns e se arregimentaram para a grande batalha da energia e do desenvolvimento que terão de travar até o fim do século.

Mas, neste elenco de iniciativas magníficas, atestadoras do grau de consciência desenvolvimentista de governos irmãos, desponta ITAIPU, fruto da iniciativa brasileiro-paraguaia, como a maior e primeira a se concretizar, injetando energia que virá favorecer o progresso sócio-econômico em extensa área da bacia do Prata, pois

que reforçará o sistema regional de energia, permitindo transferências de distribuição que levarão o seu benefício indireto a áreas outras daquela enorme bacia.

A construção da usina de ITAIPU, pelo seu vulto no campo da geração hidrelétrica e da transmissão a longas distâncias, representa uma experiência das mais valiosas e colocará as engenharias brasileira e paraguaia entre as mais aptas do mundo, nesse setor.

Adquirimos, assim, capacidade para exportar tecnologia, serviços e equipamentos a outros países que apenas começam a explorar o seu potencial, ao mesmo tempo em que nos aperfeiçoamos nesse conjunto de conhecimentos no desenvolvimento de programas nacionais.

Dos 21 países do mundo possuidores de expressivo potencial hidrelétrico, medido pela energia média gerável cuja estimativa ultrapassa a 100 TWh/ano — China, URSS, Brasil, Estados Unidos, Zaire, Canadá, Colômbia, Índia, Burma, Vietnã, Argentina, Indonésia, Japão, Equador, Nova Guiné, Noruega, Peru, República dos Camarões, e Suécia — apenas 5 estão em vias de atingir o pleno uso de seu potencial hidrelétrico: Estados Unidos, Canadá, Japão, Noruega e Suécia. Os outros 16 estão longe ainda de atingir a plena expansão desse potencial, oferecendo enormes possibilidades de investimentos nesse campo e, entre estes, apenas a URSS e o Brasil, pela importância das obras realizadas em seu território, com seus próprios recursos, oferecem condições de exportar tecnologia.

Assim, depois de Ilha Solteira, a 7ª maior hidrelétrica do mundo, a obra de ITAIPU vem acrescentar uma credencial definitiva à engenharia brasileira para lançar-se ao mercado externo, oferecendo "know-how", equipamentos e serviços cuja qualidade não pode ser posta em dúvida.

Outra não é a razão por que empresas de engenharia brasileiras já estão construindo usinas hidrelétricas no Uruguai e na Venezuela, enquanto se estudam propostas para obras idênticas na China, Chile e Equador.

Os reflexos geopolíticos e as consequências práticas da aproximação brasileiro-paraguaia em torno de ITAIPU ainda não foram inteiramente avaliados pela opinião pública continental.

Preliminarmente, há que acentuar e louvar o exemplo de cooperação e solidariedade continental proporcionado pelo Brasil, preferindo explorar o enorme potencial da região em um regime de cooperação com o país vizinho, desprezando soluções unilaterais para o aproveitamento energético do rio Paraná. Isto foi feito em nome da solidariedade continental e este atendimento entre os dois povos vizinhos conserva o controle e o poder de decisão sobre o uso da imensa riqueza em mãos dos respectivos governos.

O consórcio binacional constituído para concretizar os desejos de cooperação manifestados pelos dois países, fundamentado em um tratado firmado soberanamente pelos dois governos interessados, constitui-se um exemplo marcante de cooperação internacional e seus efeitos perdurarão muito além da conclusão da obra.

Em uma primeira fase, que se estenderá por todo o período de sua construção, a usina de ITAIPU terá efeitos dinamizadores sobre a economia de ambos os países, além da oferta de energia abundante que, por si só, já constitui requisito indispensável para o desenvolvimento.



Central de britagem da margem esquerda

Esses efeitos imediatos podem ser apreciados:

- no fortalecimento de empresas industriais de ambos os países, que se organizaram e ampliaram para atender às volumosas encomendas de material e aos serviços exigidos pela obra;
- no campo do desenvolvimento tecnológico e da engenharia de projetos, estimulados pelos inúmeros problemas técnicos surgidos em obra do porte de ITAIPU, e pelo desejo de resolvê-los com os meios e a experiência já acumulados nos dois países;
- na ampla oferta de empregos diretos, de diversificadas especializações e níveis de salários, e conseqüente multiplicação de empregos indiretos;
- no desenvolvimento dos núcleos urbanos situados na área de influência da obra;
- no aperfeiçoamento de empresas brasileiras e paraguaias de engenharia, pela participação em uma das obras de maior porte já realizada no mundo.

Em uma segunda fase, além de perdurarem os efeitos já apontados, a usina hidrelétrica de ITAIPU, ao entrar em operação comercial, contribuirá apreciavelmente para o balanço energético de ambos os países, a preços competitivos, mino-
rando os efeitos terrivelmente inibidores da crise mundial de energia.

Para o Brasil, contribuirá para assegurar a oferta de energia que permitirá perseguir elevadas taxas de expansão econômica sem dependência de fontes externas não renováveis.

Para o Paraguai, poder-se-á dizer que o impacto sobre sua economia será tão significativo que, no futuro, não se poderá compreender o Paraguai sem ITAIPU.

Na visão estritamente geopolítica poderemos, em conclusão, resumir em dois planos a influência da construção da Usina de ITAIPU — o continental e o nacional.

No plano continental, o desenvolvimento, no interior do continente, de uma região com apreciável potencial econômico reduzirá a atração dos grandes polos existentes no litoral.

ITAIPU contribuirá, assim, para transformar as fronteiras sul-americanas em linhas de vinculação econômica entre cinco nações do continente, pelo desenvolvimento integrado e contínuo da extensa região de sua influência, criando assim novas formas de convivência continental.

Contribuirá, portanto, decisivamente, para a concretização do que o General Golberi do Couto e Silva, em seu livro "Geopolítica do Brasil", esboçou como uma das características dominantes de uma geopolítica brasileira — a geopolítica de cooperação continental.

No plano nacional paraguaio, o progresso resultante de ITAIPU contribuirá para melhor posicionamento do país em seu tradicional contrabalanceamento das influências argentina e brasileira, pelo alívio das tensões antes apontadas e pelo surgimento de uma convivência continental realmente integradora e harmônica.

No plano nacional brasileiro, o desenvolvimento do interior proporcionado pela oferta da abundante energia de ITAIPU responderá a ampla manobra geopolítica de integração do território brasileiro, permitindo articular firmemente a região Sul ao núcleo central do País.



O GRAU DE VALIDADE ATUAL DA BATALHA DECISIVA

Mario Ubirajara Hofke

Capitão de Corveta, serve atualmente no Comando da Esquadra.

Introdução

A evolução do mundo de hoje, freqüentemente, nos leva a relegar as teorias do passado, considerando-as confinadas ao tempo e aos quadros político-estratégicos e tecnológicos para os quais foram enunciadas. Uma proscrição pura e simples dessas teorias, sem uma análise cuidadosa, é uma temeridade e demonstra pouca inteligência, aliás muito bem realçada nas palavras de Clemenceau: "Aqueles que ignoram as lições da história estão destinados a repetir seus erros".

Seguindo esse princípio, iniciaremos o trabalho abordando a origem e a essência da concepção estratégica da Batalha Decisiva, basicamente sob o ponto de vista naval; a seguir analisaremos a influência do progresso tecnológico nessa estratégia, bem como procuraremos caracterizar o quadro político estratégico do mundo atual. Finalmente, concluiremos com a análise da validade da Batalha Decisiva nos dias de hoje, face aos fatores acima abordados.

Concepção Estratégica da Batalha Decisiva

Foi Carl Von Clausewitz quem primeiro estruturou a concepção estratégica da Batalha Decisiva, quando afirmava que a submissão do inimigo à nossa vontade deveria ser conseguida pelo seu desarmamento, através de uma batalha decisiva, a ação mais específica da guerra.

Alfred T. Mahan (1840-1914), oficial da Marinha Americana, posterior a Clausewitz, tirou suas idéias da observação da História, principalmente no estudo da grande potência marítima de sua época, a Grã-Bretanha. Autor da obra "The

Influence of Sea Power upon History", Mahan preconizava a indivisibilidade do mar e, como consequência, o seu domínio por um poder naval superior, capaz de controlar as comunicações marítimas de todo o mundo. Esse domínio devia ser obtido, infligindo-se uma derrota ao inimigo, por meio de uma esquadra superior, numa batalha decisiva. Era a tese do emprego positivo e ofensivo da esquadra, baseada na superioridade de navios capitais, no sentido de ganhar o controle do mar. Mahan também admitia que idêntico resultado poderia ser obtido pelo bloqueio, embora essa alternativa acarretasse um esforço mais intenso e prolongado que o exigido pela batalha decisiva.

Foi na história que Mahan encontrou subsídios para sua concepção estratégica; as três guerras anglo-holandesas do século XVII e as sete guerras franco-inglesas ocorridas entre 1692 e 1815 propiciaram as bases do desenvolvimento da concepção da Batalha Decisiva. O sucesso da Esquadra Britânica nos mares, onde Nelson despontava como o seu grande Almirante, era o responsável pelo dogma da época que considerava a Batalha Decisiva como a maneira correta e única do emprego do Poder Naval."

Esta concepção continuou orientando o desenvolvimento das marinhas das principais potências, no final do século passado, a despeito das inovações trazidas pela Guerra de Secessão Americana e pelo aparecimento de novas concepções estratégicas.

A guerra Russo-Japonesa de 1904-05 consagrou essa estratégia adotada pelas grandes potências, pois a vitória esmagadora da Marinha Nipônica na Batalha de Tsushima colocou em descrédito os defensores daquelas novas estratégias, principalmente os de "Jeune École", que imaginavam outro tipo de unidades para as esquadras da época.

A seguir é deflagrada a Primeira Guerra Mundial sob a expectativa de grandes batalhas navais, entre gigantescos encouraçados alemães e ingleses, que acabaram por não haver. A única grande batalha veio a ocorrer após dois anos de guerra e mesmo assim não teve o caráter de decisiva, a Batalha da Jutlândia.

Apesar desse fato, a concepção da Batalha Decisiva não foi abandonada e, muito pelo contrário, continuou a motivar os grandes chefes navais, contribuindo para isso as opiniões emitidas pelos próprios almirantes que se defrontaram na Jutlândia. Jellicoe, em sua análise de 1919, afirmou que o método mais rápido e eficaz de se chegar às finalidades da Marinha Britânica era através da destruição das forças navais inimigas e, segundo suas palavras, "tal deve ser, portanto, o primeiro objetivo de nossa esquadra; ela existe para alcançar a vitória". Já Sheer, seu adversário, na introdução de suas memórias, assim se expressou: "É um princípio aceito, uma lição da história, que a luta no mar visa alcançar o seu domínio, ou seja, suprimir o obstáculo que é a frota inimiga. A sua derrota permite, desde logo, o exercício desse domínio".

No período entre as duas grandes guerras, a concepção da Batalha Decisiva perdurava, exceto para a Marinha Alemã, como corolário natural do emprego de força no mar, situação essa bem refletida nos Tratados Navais de Washington (1922)

e Londres (1930) entre Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão. Aliás, essa concepção orientou o Almirante Yamamoto na composição e emprego de sua marinha, resultando daí as operações contra Pearl Harbor e a Batalha de Midway voltadas para a destruição do Poder Naval Americano. Essas ações, no entanto, não conseguiram atingir o caráter decisivo pretendido e, a partir de Midway, a Marinha Japonesa alterou sua estratégia e desde então o mundo não mais presenciou outra tentativa do emprego do Poder Naval baseado nesta concepção.

Resumindo, a teoria estratégica da Batalha Decisiva, enunciada por Mahan, era calçada em três pontos fundamentais. Primeiro, o controle das comunicações marítimas, considerado vital para as potências dominantes da época quando vigorava o sistema mercantilista e colonial. Segundo, a preponderância absoluta de navios capitais, base das esquadras que pretendiam se envolver numa batalha decisiva. Por último, a indivisibilidade do domínio do mar, fundamento básico de sua concepção estratégica.

Influência da Evolução Tecnológica

Alguns pensadores como Fuller, Rougeron e Toynbee admitiram que a evolução da Estratégia depende do desenvolvimento da Tática. Isto porque, a criação de novos meios pode causar alterações na tática a ponto de exigir modificações de ordem estratégica. Contudo, a história nos demonstra que a aparição de novas armas, como por exemplo o fuzil automático, a metralhadora, o tanque, o torpedo, o submarino, o avião e, por fim, as armas nucleares, provocaram tanto alterações estratégicas quanto táticas, dependendo de suas características mais preponderantes. Na realidade, é a tecnologia um fator fundamental, ora limitando ora possibilitando novas dimensões à estratégia e à tática.

É altamente improvável que o Almirante Mahan, em 1914, tivesse a idéia dos avanços tecnológicos que se seguiriam após a formulação de seus conceitos até os dias de hoje. Assim, o advento de novos meios de guerra acabaram por comprometer algumas de suas assertivas e o desenvolvimento das guerras de minas, submarina e aérea prejudicou a característica de indivisibilidade que o mar encerrava, dando origem hoje à expressão de "controle de área marítima" em substituição à de "domínio do mar".

Outro fato importante foi a crescente interdependência dos Poderes Naval, Terrestre e Aéreo. Inicialmente, com o aumento do alcance dos canhões, a seguir com o advento do avião e, por fim, com o desenvolvimento dos mísseis, houve um aumento progressivo da área de superposição de ação direta dos componentes desses poderes, tendendo hoje a atingir todo o globo.

Se por um lado a evolução tecnológica projetou os Poderes Terrestre e Aéreo sobre os mares, por outro, graças à mesma evolução, o Poder Naval alcança cada vez mais o interior das massas continentais, através, principalmente, do emprego do NAe e dos mísseis estratégicos.

Assim, as guerras de hoje requerem uma ação integrada dos três Poderes, conceito muito bem expresso nas palavras do General Eisenhower: "As guerras terrestre, naval e aérea independentes desapareceram para sempre. Se algum dia nos virmos novamente envolvidos numa guerra, combateremos com todos os elementos, com todas as Forças Armadas, num esforço único e concentrado".

Situação do Mundo Atual

Após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se um processo político-militar nas nações, que levou o mundo de hoje a um quadro caracterizado pela bipolarização do poder. De fato, os EEUU e a URSS dividem o mundo de hoje sob a sombra de um poder nuclear capaz de destruir a humanidade. Mas embora o elevado nível de ameaça desencoraje a possibilidade de conflitos generalizados, faculta, por outro lado, a ocorrência de guerras limitadas entre as nações, por vezes sem a intervenção direta daquelas superpotências.

Oportuno se faz agora a conceituação do que entendemos por guerra limitada. Seria uma guerra onde somente parte do poder é aplicado? A resposta é afirmativa e essas limitações viriam expressas nos objetivos de guerra a serem atingidos, nas técnicas aplicadas, nos efetivos e tipos de forças empregados, no armamento utilizado e na área geográfica do conflito abrangida. Os analistas modernos têm ressaltado que a guerra limitada é um meio de empregar a força cuidadosa e conscientemente controlada, nas relações internacionais. Ou seja, na doutrina atual, força e diplomacia são interdependentes. O sucesso no campo da batalha pode tornar rendosa a diplomacia; esta pode dissimular aplicações de força de pequeno vulto e legitimar posições estabelecidas por meios militares.

Assim, a concepção de Liddell Hart, de estratégia direta por aproximação indireta, configura-se como a mais utilizada nas situações de guerra havidas nos últimos anos, excetuando-se as guerras da Coreia e Vietname por suas características especiais. Este tipo de estratégia permite uma guerra curta no tempo e restrita na área, mas de grande poder de barganha, e de conclusão final normalmente política através de organismos internacionais, após o "fait accompli".

Mas a bipolarização do mundo, genericamente entendida como Ocidente contra Oriente, provocou um desenvolvimento por parte das nações democráticas de novas estratégias procurando barrar a expansão soviética. Daí, tivemos inicialmente a Estratégia de Contenção Periférica, moldada no emprego do armamento convencional, seguida da Retaliação Maciça, com o advento do armamento nuclear. Posteriormente, entramos na fase da Estratégia da Deterência que visava conter a guerra pela própria ameaça de destruição provocada pela guerra. Desta, evoluímos para a Estratégia da Escalada, seguida depois pela da Resposta Flexível e hoje vivemos dentro do clima da Estratégia da Dissuasão ou "Détente", onde cada oponente procura convencer o outro de que a agressão armada é a menos atraente e lucrativa das alternativas disponíveis.

Após esse rápido alinhamento das concepções estratégicas atuais, cuja evolução foi moldada numa corrida armamentista sem precedentes, impõe-se uma pergunta: seria válido, para as nações em desenvolvimento, a aplicação de alguma dessas concepções?

A resposta é logicamente não, pois essas concepções foram desenvolvidas especialmente para tentar solucionar crises entre as duas superpotências. Claro está que esse problema se refletirá sobre as nações aliadas a cada bloco mas suas participações, no conflito entre aquelas superpotências, fatalmente serão de valor simbólico. Essas nações em desenvolvimento não podem esquecer e precisam se preparar para crises entre elas, que poderão advir, tendo como consequência guerras regionais com uso somente de armamento convencional e, às vezes, sem a intervenção das superpotências.

E na verdade, no mundo de hoje, o que mais se evidencia é a proliferação dessas pequenas crises, onde o Poder Militar é empregado em guerras curtas seguidas de longos períodos de negociações diplomáticas. Já as superpotências, dentro da "Détente", que poderíamos encarar não como uma estratégia de guerra mas uma estratégia de paz, vêm procurando evitar o confronto.

Conclusão

Passaremos agora à análise daqueles pontos fundamentais da Teoria de Mahan para a Batalha Decisiva, anteriormente ressaltados, à vista da evolução tecnológica e do quadro do mundo atual já enfocados, sob a ótica de uma nação em desenvolvimento, abandonando a possibilidade de guerra total e nos fixando na hipótese de uma guerra limitada de curta duração.

Em primeiro lugar, *as comunicações marítimas* não têm hoje a importância da época de Mahan. Não que o tráfego marítimo deixe de ser essencial, mas sim devido a que, numa guerra rápida, ele só será objetivo estratégico prioritário em condições de local e situação que permitam a imposição de perdas ponderáveis num prazo curto, sem risco para o tráfego internacional. Cremos hoje pois, num domínio do mar seletivo, variando sua intensidade numa mesma área, de acordo com as peculiaridades da guerra e os propósitos estratégicos em jogo.

Quanto à *preponderância dos grandes navios*, a evolução tecnológica vem revolucionando este conceito, como podemos depreender do que se segue.

Castex admitia duas fases para a estratégia naval: uma de desenvolvimento do poder naval e a outra de emprego desse poder. A primeira, preponderante em tempo de paz, procura definir os objetivos, os meios e as maneiras de empregar o Poder. Nesta fase, vemos hoje, nas nações em desenvolvimento, uma maior preocupação de compor suas esquadras mais baseadas na concepção da "Jeune École", da "Guerra de Corso", do "Desgaste" do que na da "Batalha Decisiva". Não restam dúvidas que essa preferência se dá não só pelo fato das grandes unidades navais serem de custo proibitivo mas, também, porque a evolução do armamento, principalmente dos mísseis, permitiu que a "poeira naval" ganhasse um poder combatente apreciável. Por sua vez, o submarino, inexistente na época em que Mahan definiu seus conceitos, tornou-se uma arma importante neste contexto.

Assim, enquanto hoje o navio-aeródromo propicia certo grau de domínio do mar numa área, o submarino tem seu emprego básico na negação do uso desse mar. Por sua vez, são os meios anfíbios que permitem que se use o mar como via de projeção do poder, possibilitando a ocupação de pequenas áreas e a destruição de objetivos importantes do inimigo, criando a política, já abordada, do "fait accompli". No entanto, para que essa projeção de poder se realize é necessário um mínimo de domínio do mar na área de operações, a ser conseguido por uma Força nucleada por NAe ou mesmo, possivelmente, por uma Força de fragatas, contratorpedeiros e submarinos, auxiliada pela aviação baseada em terra.

Enfim, o navio capital não tem hoje o mesmo conceito do passado e sua caracterização dependerá do papel por ele desempenhado na consecução da estratégia concebida.

Finalmente, a *indivisibilidade do domínio do mar*, pregada por Mahan, foi tremendamente comprometida com a evolução do mundo contemporâneo. A aviação, tanto naval quanto a baseada em terra, as minas, os mísseis, os submarinos e a grande mobilidade das Forças Navais abalaram a convicção de que o controle do mar pertence a um dos lados antagônicos. Esse conceito, aliás, já vinha sendo deteriorado desde as Guerras Mundiais, e hoje em dia o máximo que se pode pretender é o controle de áreas marítimas relevantes e mesmo assim por um determinado tempo.

Destarte, a Batalha Decisiva não oferece hoje o mesmo estímulo que no passado, no preparo das grandes marinhas. A reformulação do conceito de Domínio do Mar, a descaracterização de indivisibilidade do mar e a crescente integração do Poder Naval com o Terrestre e o Aéreo fazem com que a Batalha Decisiva não seja mais a meta básica do emprego do Poder Naval mas tão somente uma das maneiras de dinamizar uma Estratégia Naval, aproveitando uma determinada situação.

Muito embora tenha sido estruturada por Clausewitz para aplicação no campo terrestre, defendida por Mahan, no campo marítimo, a Batalha Decisiva talvez tenha hoje, no mar uma maior oportunidade do que em terra ou no ar para conseguir seu intento. A reconstituição de uma esquadra, face à grande sofisticação das unidades, é uma obra difícil, lenta e principalmente proibitiva economicamente.

Assim, concluímos que a Batalha Decisiva ainda é uma concepção estratégica válida na atualidade para uma determinada situação, principalmente pela perspectiva do rompimento do equilíbrio estratégico que ela representa através de uma única e decisiva operação.

No entanto, a probabilidade de seu emprego é muito remota, não só pela constituição dos meios navais das marinhas de hoje, tipicamente alicerçadas em outras concepções estratégicas, como também pelas perdas que, num tipo de batalha como esta, face aos armamentos atuais, poderão ser inaceitáveis, mesmo para o vitorioso.



ALGUMAS IDÉIAS SOBRE A CAVALARIA

Mozart E. N. Dornelles

*Major de Cavalaria, é atualmente estagiário do CEMCFA, na
Escola Superior de Guerra.*

"A necessidade de uma arma mais rápida do que o conjunto do campo de batalha é eterna como a própria guerra."

1. INTRODUÇÃO

As características das operações a serem travadas em ambiente nuclear, indicando a necessidade da existência de tropas altamente móveis, em condições de se dispersar e concentrar com a maior rapidez; a projeção da *mobilidade* em nova dimensão, através do emprego, cada vez maior, dos helicópteros; a fisiografia do Teatro de Operações Sul-Americano valorizando, mais uma vez, a importância dessa característica na condução da guerra, seja esta travada em moldes convencionais ou não — além de comprovarem a realidade da assertiva acima, mostram o acerto da atual política de reorganização das GU do Exército Brasileiro, em que as Brigadas de Cavalaria Mecanizada recebem um lugar de destaque.

O fato de ser a *Mobilidade* a característica primordial da Cavalaria, a experiência vivida em unidade de reconhecimento da arma, no Brasil e em estágio de instrução no Canal do Panamá, levaram-nos a alinhar "algumas idéias" sobre a organização e o emprego da Cavalaria Mecanizada, com vistas a tirar o maior partido das possibilidades do material nacional, bem como à ampliação da *Mobilidade* de nossas Unidades e Grande-Unitades Mecanizadas, inclusive com sua projeção em terceira dimensão, através do emprego do binômio "Cav Mec-Cav Ae", sem perder de vista as limitações de ordem econômica, ainda existentes em nosso país.

2. A CAVALARIA MECANIZADA

a. Considerações Gerais

Na atual estrutura organizacional dos GU do Exército Brasileiro encontramos a Cavalaria Mecanizada:

- nos Esqd C Mec orgânicos das Bda Inf (Inf, Inf Mtz, Inf Bld) e da Bda C Bld;
- nos R C Mec orgânicos das DE e das Bda C Mec.

A experiência advinda do emprego, em nossas Escolas (EsAO e ECEME) e mesmo em exercícios de GU, das Bda Bld (Inf e Cav), está a indicar a necessidade de substituição nestas GU, particularmente na Bda C Bld, dos Esqd C Mec por R C Mec, de forma a obter-se um maior grau de segurança, com meios orgânicos, como necessidade decorrente das missões, normalmente profundas, que lhes são atribuídas.

No presente trabalho examinaremos os detalhes de organização da Cavalaria Mecanizada, ao nível Pel, pois sendo os Esqd C Mec e os R C Mec, de organização ternária, o conhecimento da organização naquele escalão permite a perfeita visualização da organização das subunidades e unidades de Cavalaria Mecanizada, no que tange a seus elementos de manobra. Possibilita ainda, em melhores condições, a comparação com a fração correspondente do Exército Americano, facilitando também o entendimento do aproveitamento do material blindado nacional.

b. Diferenças básicas entre o Pel C Mec Americano (1965) e Pel C Mec Brasileiro (1977)

As figuras 1 e 2 apresentam em detalhes a organização dos Pelotões.

Na figura 2 (dois) foram omitidos propositadamente os modelos das viaturas utilizadas na Seção CC e no GC, devido ao fato de, na prática, encontrarmos diversos tipos em uso nas nossas Unidades mecanizadas. Como exemplo, podemos citar o uso do M-59 e M-113 nos GC, CCM3A1 e M-41 e carro Rec M-8, nas seções de Carros de Combate.

As limitações do Pel Brasileiro, em relação ao Americano, são provenientes das viaturas utilizadas no Grupo de Comando, no de exploradores e na peça de apoio, além do número de CC das respectivas seções. No Pel Brasileiro encontramos viaturas de 1/4 ton nos Grupos de Comando e de exploradores de 3/4 ton com reboque na peça de apoio e dois CC na seção de carros; no Pel Americano encontramos o CBTP M114 no Grupo de Exploradores e no de Comando, o CBTP M113 na peça de apoio e três CC na seção de carros (Vide figuras 1 e 2). Consideramos, na comparação ora realizada, o mesmo calibre, tanto para os CC, como para a peça de apoio (76 mm do M-41 para os CC e 81 mm ou 4.2 para o morteiro).



Figura 1
(PEL C MEC AMERICANO - 1966)
EFETIVO: 42 homens

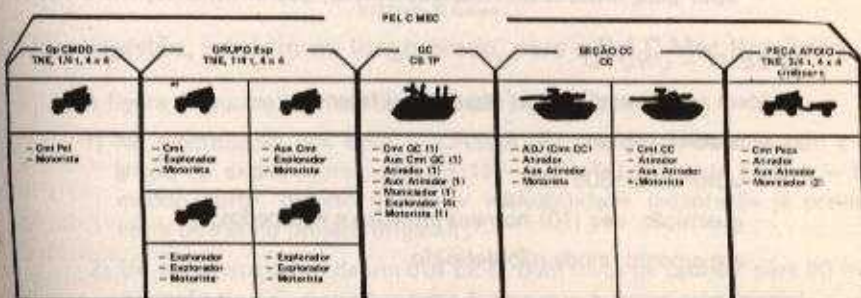


Figura 2
(PEL C MEC BRASILEIRO - 1977)
EFETIVO: 37 homens

Do exposto no parágrafo anterior anotamos, para o Pel Brasileiro, as limitações abaixo:

- menor proteção blindada, em razão das viaturas utilizadas nos Grupos de Exploradores e Comando e na peça de Apoio;
- menor potência de fogo e ação de choque, em função do número de CC existentes na Seção de CC;
- menor *Mobilidade*, particularmente no que se refere a *fluidez* da peça de apoio, que não utiliza viatura apta ao deslocamento em qualquer terreno.

c. Uma sugestão, a curto prazo, para o Pel C Mec Brasileiro

A figura 3 (três) apresenta uma sugestão com aproveitamento de material nacional, consideradas as seguintes características básicas:

1) EE-9 - CASCAVEL:

- pneus à prova de balas (1100 x 20);
- blindagem a munição 7,62 (na frente a .50 perfurante);

- armamento: 37 ou 90 mm (vide observação adiante sobre o Can 37 mm);
- velocidade: 95 km/h;
- rampa: 70%;
- vau: 1 m;
- robusto, silencioso e fácil de manejar;
- manutenção: simples;
- autonomia: 700 km;
- guarnição: três homens;
- apto para missões de Rec, observação, patrulhamento, entre outras.

2) EE-11 – URUTU

- Idem ao Cascavel com as seguintes diferenças:
 - viatura anfíbia;
 - autonomia: 600 km;
 - guarnição: dez (10) homens armados e equipados;
 - armamento: ainda não definido.

A presente sugestão baseia-se na substituição:

- a) Das viaturas 1/4 ton do grupo de comando e de exploradores pelo EE-9 – CASCAVEL dotado de Can 20 mm, viatura perfeitamente apta para missões de observação e patrulhamento, características do grupo de exploradores, que se constitui basicamente de duas patrulhas de reconhecimento. O Can 37 mm não é adequado aos Gp de Cmdo e de exploradores por ser sua cadência de tiro lenta, para as necessidades operativas destas frações. O Can 20 mm deve possuir uma cadência de 600 a 700 tiros por minuto e um alcance de utilização de cerca de 1.500 m;
- b) Dos CC da seção de Carros (M3A1, M41 ou M8) pelo EE-9 – CASCAVEL – Can 90 mm, viatura dotada de apreciável potência de fogo e excelente *mobilidade*, sobretudo para uso em Unidades de Reconhecimento;
- c) Da viatura 3/4 ton da peça de apoio pelo EE-11 – URUTU, viatura QT, dotada de alta *mobilidade* e apta ao transporte de canhões ou morteiros de calibre razoável;
- d) O EE-11 – URUTU, por razões óbvias, também passaria a ser a viatura utilizada pelo grupo de combate;
- e) O Can 20 mm, com as mesmas características acima enunciadas, passaria a ser o armamento básico do URUTU.

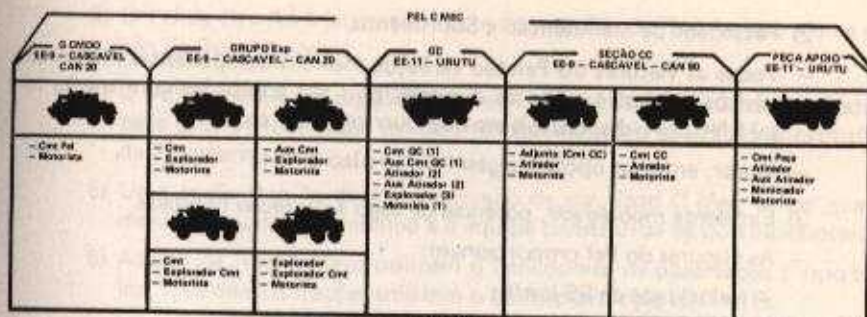


Figura 3

IPEL C MEC - SUGESTÃO COM APROVEITAMENTO MATERIAL NACIONAL
(CURTO PRAZO)
EFETIVO: 35 homens

d. Uma sugestão, a médio ou longo prazo, para o Pel C Mec Brasileiro

A figura 4 (quatro) apresenta a sugestão, que se baseia:

- 1) Na substituição dos EE-9 - CASCÁVEL, do grupo de comando e do grupo de exploradores, por EE-11 - URUTU adaptado à carro - comando curto, dotado de maior maleabilidade (adaptação já prevista entre outras no projeto original);
- 2) No aproveitamento de um dos EE-9, com troca de canhão, para 90 mm, na seção de CC, que da mesma forma que a Americana passaria a contar com três CC.

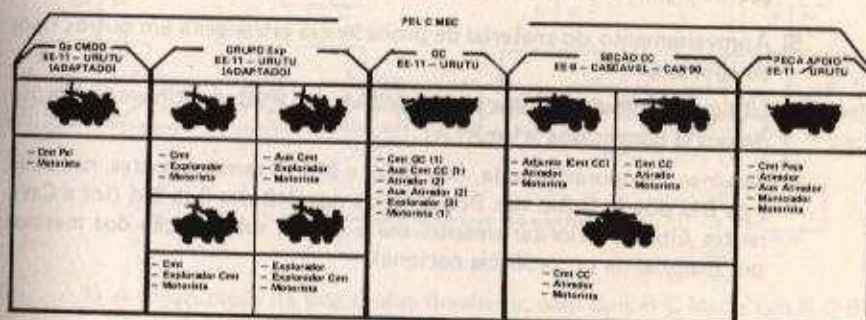


Figura 4

IPEL C MEC - SUGESTÃO COM APROVEITAMENTO MATERIAL NACIONAL - MÉDIO A LONGO PRAZO
EFETIVO: 38 homens

e. Vantagens das sugestões apresentadas nas figuras 3 e 4

- 1) Efetivos em pessoal praticamente inalterados.
- O fato da guarnição do EE-9 ser de três homens permite acréscimo de material, sem alteração de efetivo, pois os CC atualmente em uso possuem guarnição de quatro homens.

2) Facilidade de Manutenção e Suprimento.

- Todas as viaturas do Pelotão terão os mesmos componentes mecânicos básicos, inclusive peças de desgaste, pois são equipadas com tração total ENGESA, disponíveis em qualquer parte do país.
- Motor, em duas opções, a gasolina ou óleo diesel.

3) Excelente *mobilidade*, potência de fogo e proteção blindada.

- As viaturas do Pel proporcionam:
 - velocidade de 95 km/h;
 - deslocamento em qualquer terreno (*fluidez*);
 - raio de ação de 600 km (URUTU);
 - potência de fogo de 3 CC Can 90 mm e de sete Can 20 mm, além do Mrt 4.2 ou 120 mm da peça de apoio;
 - blindagem à munição 7,62, além de proteção contra bombas incendiárias, minas e estilhaços de artilharia.

4) Inexistência de solução de continuidade.

- Na passagem do Pel da figura 3 (três) para o da figura 4 (quatro), um dos EE-9 seria aproveitado, em acréscimo à seção de CC, com troca do respectivo canhão para 90 mm. Os outros quatro seriam aproveitados para equipar pelotões de Unidades, que ainda se encontrassem na situação da figura 2 (dois), tudo de acordo com as prioridades estabelecidas.

5) Aproveitamento do material de procedência estrangeira em outros tipos de Unidades.

- Utilização, provisória, dos M-41 e M3A1 nos RCC, o último transformado nos já conhecidos X1 e X1A1.
- Servir-se, temporariamente, dos M-59 e M-113 remanescentes, nos Esqd Fzo Bld dos R C Bld das Bda C Mec e nos BIB das Bda Bld (Inf e Cav), nestes últimos prioritariamente, até a futura substituição dos mesmos por material de procedência nacional.

3. A CAVALARIA AÉREA

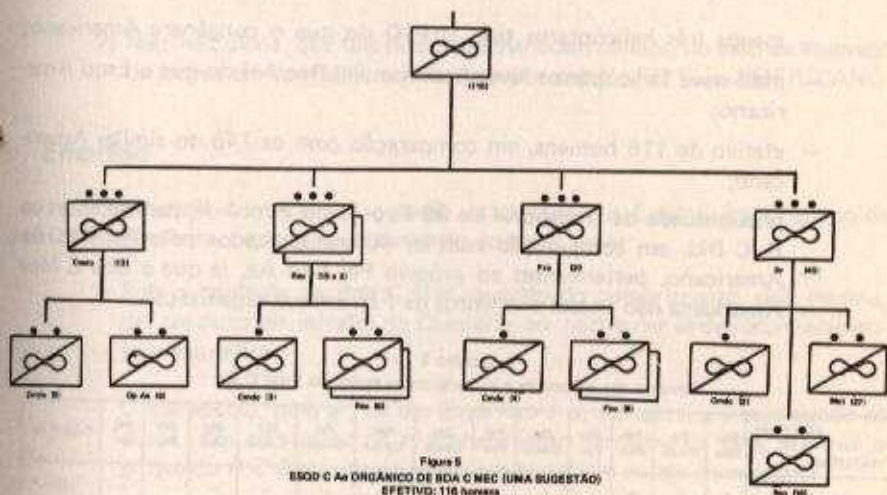
a. Generalidades

- 1) Encontramos a Cav Ae nos Regimentos de Cavalaria Mecanizados que integram as DB e as D I Mec, e nas Bda C Mec de C Ex e Ex, do Exército Americano.
- 2) O esquadrão de Cav Ae Americano é organizado com: Seção de Cmdo, Seção Operações, Pel Rec Ae, Pel Fzo Ae, Seção de Apoio Aéreo e Pel de Serviços.

- 3) O Pel de Rec Ae é organizado com duas seções de Rec Ae leve e uma seção de Rec Ae pesada.
- 4) O Pel de Fzo Ae é organizado com 4 grupos Fzo Ae (10 homens cada), cada grupo embarcado em um helicóptero, com guarnição constituída de 2 homens.
- 5) Uma seção Rec Ae atua em proveito de um Esqd C Mec, sendo que o menor elemento de trabalho é a equipe constituída de dois helicópteros.
- 6) As Sec de Rec Ae leve utilizam o helicóptero de observação ("tipo bo-lha"); as demais frações utilizam o helicóptero tipo UH - 1D.

b. Esquadrão de Cavalaria Aéreo Orgânico de Bda C Mec

A figura 5 (cinco), completada pelo quadro 1, apresenta uma sugestão, consideradas as seguintes premissas:



- 1) A organização da Bda C Mec Brasileira, com dois R C Mec e um R C Bld (com dois Esqd CC e dois Esqd Fzo Bld), diferente da Americana constituída de três R C Mec;
- 2) A possibilidade de transporte de um Esqd Fzo (-) (90 homens), nos helicópteros do Pel Fzo Ae (9 helicópteros tipo UH - 1D), com capacidade de transporte de 10 homens (efetivo de 1 GC do Pel Fzo Bld). Os helicópteros de cada seção Fzo Ae (4) transportariam um Pel Fzo (34 homens), acrescidos dos elementos da fração de apoio de fogo orgânica do Pel Ap (Can SR, Mrt ou Mtr, de acordo com as necessidades). O helicóptero do Gp de Cmdo do Pel Fzo Ae seria utilizado para o transporte

do Cmt do Esqd e demais elementos necessários ao exercício do Cmt do Esqd Fzo;

- Em resumo, um *Esqd Fzo (—)* seria transportado nos nove (9) helicópteros do Pel Fzo Ae, como se segue:
- Cmt do Esqd (10 homens);
- dois Pel Fzo (68 homens);
- fração de apoio do Pel Ap do Esqd (12 homens).

3) Supressão da Seção Rec Ae pesada e da Seção de Apoio Ae do Esqd do Exército Americano, em proveito de uma maior capacidade do *Pel Fzo Ae* e de mais um *Pel Rec Ae*.

Tal alteração acarretaria para o Esqd C Ae Brasileiro:

- menos três helicópteros tipo UH-1D do que o congênere Americano;
- mais nove helicópteros leves (mais um Pel Rec Ae) do que o Esqd Americano;
- efetivo de 116 homens, em comparação com os 145 do similar Americano;
- possibilidade de transporte de 90 Fzo (*Esqd Fzo (—)*), pertencentes ao R C Bld, em comparação com os 40 transportados pelo Pel Fzo Ae Americano, pertencentes ao próprio Pel Fzo Ae, já que a Bda C Mec Americana não possui elementos de Fzo em sua organização.

Quadro 1
Resumo das aeronaves e viaturas sobre rodas do Esqd C Ae

FRACOES VIATURAS	Sec Rec	Gp Cmt	Pel Rec	Sec Fzo	Gp Cmt	Pel Fzo	Sec Cmt	Sec Op Ae	Pel Cmt	Gp Cmt	Sec Mnt	Sec Sup	Pel Sv	Esqd C Ae
helicóptero leve	4	1	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18
helicóptero pesado (UH-1D)	—	—	—	4	1	9	1	1	2	—	1	1	2	13
1/4 Ton c/reboque	—	—	—	—	—	—	1	1	2	1	—	—	1	3
3/4 Ton c/reboque	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	2	—	2	3
2 1/2 Ton c/reboque carga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	3	5	5
2 1/2 Ton cistema gasolina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	4	4
5 Ton c/reboque	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	3	3

4. EMPREGO DO COMBINADO CAV MEC—CAV Ae

a. Generalidades

- 1) O conflito do VIETNAME provou ser inteiramente válido o emprego deste combinado pelas razões abaixo expostas:
 - o crescimento da importância das missões de economia de forças, face às grandes frentes com reduzidos efetivos;
 - redução da eficiência quando do emprego separado dos elementos de Cav Mec e de Cav Ae;
 - desconhecimento das missões de Reconhecimento e Segurança pela maior parte das unidades de outras armas;
 - a capacidade do mecanizado de prolongar e detalhar com eficiência, e de imediato, os informes colhidos pela Cav Ae.
- 2) Não há dúvida, que tais razões permanecem válidas, no caso de emprego de tropas em combates que tenham por palco o TO SUL-AMERICANO.

b. Emprego

Organizado conforme a sugestão apresentada, o Esqd C Ae, orgânico de Bda C Mec Brasileira, poderia ser empregado como se segue:

- 1) Sob o controle da Bda C Mec, quando do cumprimento, pela mesma, das tradicionais missões de Cavalaria, em particular as de reconhecimento e segurança.
 - O transporte, pelo ar, de um *Esqd Fzo* (—), aumentaria a capacidade de durar, dos elementos de reconhecimento terrestre da Bda, até que o grosso do *R C Bld* pudesse cerrar em benefício destes elementos.
- 2) Sob o controle operacional dos R C Mec, orgânicos de nossas DE, um Pel Rec Ae, aumentando, desta forma, a capacidade operacional dessas unidades, no cumprimento de suas missões específicas em proveito dessas divisões.

c. Conclusão

Face ao exposto, diríamos que o combinado, CAV MEC-CAV Ae, alia a velocidade e a *mobilidade* dos helicópteros à *potência de fogo* e *ação de choque* dos Blindados, possibilitando, conseqüentemente, obter-se um alto grau de rendimento, dessas características da Cavalaria.

5. CONCLUSÃO

A importância da *mobilidade*, vista de modo global, considerados a velocidade, a fluidez, a flexibilidade e o raio de ação, é cada vez maior na condução da guerra, seja a mesma travada em moldes convencionais, ou não.

Tal constatação, bem como das características do TO SUL-AMERICANO levaram os responsáveis pela atual política de reorganização do Exército Brasileiro, a dar à Bda C Mec a importância que realmente devem merecer.

Cabe-nos tirar, o mais cedo possível, o maior rendimento dessa característica da Cavalaria, cada vez mais fundamental, para a condução dos conflitos bélicos atuais e futuros.

O aproveitamento racional da nascente indústria nacional, de engenhos blindados e de helicópteros leves, possibilitará, de maneira apreciável, o aumento da *mobilidade* dos meios terrestres da Bda C Mec Brasileira; permitirá a projeção desta característica em terceira dimensão, através do Esqd C Ae, colocando, desta forma, nossas GU Mecanizadas, em excelentes condições de cumprir, agora e no porvir, as clássicas e eternas missões de reconhecimento, segurança e economia de forças, em proveito dos Exércitos em ação no campo de batalha: no combate ofensivo, sempre que possível; no defensivo, se assim for necessário.

BIBLIOGRAFIA

- FM 17-36 — DIVISIONAL ARMORED AND AIR CAVALRY UNITS — 1965;
EMPREGO DO COMBINADO Cav Ae—Cav Mec — Artigo do CAP EXEERU CHARLES W. DONALDSON — PUBLICADO NA "ARMOR MAGAZINE" EM OUT 69.



O APOIO AÉREO APROXIMADO: DISTORÇÕES DOCTRINÁRIAS, DESAVISO OU DESCONHECIMENTO?

Lauro Ney Menezes

*Brigadeiro do Ar e atual Comandante da Academia da Força
Aérea Brasileira.*

A experiência (histórica) de combate da Força Aérea Brasileira é toda vinculada às Operações de Teatro. Em nenhum momento da vida operacional de nossa Organização, ela se defrontou com as dúvidas, imposições, doutrinas ou ações no campo aeroestratégico ou da defesa aérea.

Assim, a compreensão da "cousa tática" — como qualquer um de nós pode atestar até através de uma simples auto-análise de seu próprio comportamento de "combatente em potencial" — está "na massa do sangue" do aviador militar brasileiro. E ainda assim, nessa compreensão do panorama das ações no campo aerotático, temos sido induzidos a considerar que a tarefa que mais serve para justificar (?) a presença do Poder Aéreo no espaço da batalha tática é a de APOIO AÉREO APROXIMADO e não a de *Interdição* ou nem mesmo a nobre, inadiável (e sempre esquecida ou jamais lembrada) *conquista e manutenção da Superioridade Aérea* no Teatro. E explica-se...

No passado, nas lutas no Vale do Pó ou sobre Bologna, o inimigo aéreo estava definitivamente batido e, portanto, vedada sua atuação no espaço italiano ou até mesmo europeu. Engajaram-se, então, os nossos pilotos-de-caça na fase de imobilizar o inimigo de superfície dentro do Teatro negando sua movimentação dentro dele, para fora ou de fora para dentro dele. Era a tarefa de INTERDIÇÃO no seu apogeu. Lembrança que o próprio Exército Brasileiro ainda não esqueceu.

Além disso, dos conflitos entre forças de superfície engajadas na Linha de Contato vinha a constante (e jamais saciada) demanda de "apoio de fogo" para garantir a eliminação das posições de resistência inimigas e permitir a ruptura da frente que, em seguida, daria passagem às tropas aliadas (e brasileiras) que marchavam para a conquista da vitória final. Era a permanente e infindável tarefa de APOIO AÉREO APROXIMADO.

Essa é a nossa *herança de combate*: a atuação nas fases de isolamento do campo de batalha e na destruição do inimigo resistindo na "melée" da refrega, junto à indefinida Linha de Contato.

Do pós guerra até a data de hoje ameahamos uma longa série de experiências simuladas (em montagens ou singulares), onde a situação de combate para o Poder Aéreo, além de não ser continuada, é sempre montada partindo da (confortável, mas inexistente) premissa de que a SUPERIORIDADE AÉREA JÁ ESTÁ ASSEGURADA PELA FORÇA AÉREA. E é isso que diz sempre o parágrafo 1 da Ordem de Operações...

É a revivência da herança histórica.

Respeitando a dificuldade de as Forças de Superfície (ou, às vezes, a própria Força Aérea) montarem uma "situação antecipada", onde se simule a conquista do domínio do ar ANTES que qualquer ação de superfície possa desenrolar-se, assim mesmo não podemos deixar de condenar a "restrição intelectual" que impede que se veja aquilo que diz a própria Doutrina de Emprego.

Isto porque, por hábito, estão restringindo progressivamente o "emprego do Poder Aéreo"; o que significa dizer que, nem mesmo as demandas prioritárias de apoio que devem ser solicitadas às Forças de Superfície — para assegurar à Força Aérea suas ações na conquista do domínio do ar — estamos podendo equacionar perfeitamente. E isso é fácil comprovar perguntando: nas montagens de manobras, exercícios, trabalhos na carta, etc., vem a Força Aérea conseguindo fazer sentir às Forças de Superfície quanto às altas prioridades que devem ser *antecipadamente* asseguradas à Força Aérea, em termos de uso do sistema viário do Teatro, por exemplo, para suprir as Unidades engajadas na destruição prioritária do inimigo no Ar? E no que concerne às inadiáveis necessidades de Engenharia do Teatro para enfrentar o desdobramento imposto à Força Aérea para enfrentar a luta no ar? E o da defesa anti-aérea das instalações usadas pela F. Ae e vitais para seu desempenho no combate aéreo, etc., etc? Em suma, são conhecidas as ciclópicas necessidades de apoio da Força Aérea durante a execução da *primeira* das Tarefas Aerotáticas? E, se são conhecidas, conseguiu a Força Aérea sensibilizar as Forças de Superfície de forma que, em seu planejamento logístico e operacional, haja — pelo menos — uma interrogação no seu "check-list" do planejamento.

— "*do que* precisa a Força Aérea para destruir ou neutralizar a ameaça aérea do inimigo ANTES que esquematizemos não só o apoio da própria Força de Superfície à Força Aérea, mas também as ações ofensivas das Forças de Superfície? como isso interferirá nas operações do Teatro *como um todo*?"

Não há dúvida que a conquista da Superioridade Aérea no Teatro é competência única e exclusiva do Poder Aéreo; ignorar os ônus operacionais e logísticos no equacionamento das ações no Teatro de forma global neles incluídos e destinados ao esforço aéreo, é, sem apelação, declarar a falência do nosso poder combatente antes que a batalha se inicie. Pelo hábito, pelo desconhecimento ou pela omissão.

Isso tudo assim considerado, conduz à nossa posição inicial de que a "exceção da tarefa de Apoio Aéreo Aproximado vem sendo vista por muitos como aquela que justifica (?) a presença do Poder Aéreo no desenrolar da batalha tática", a vez que só ela aparece nas cogitações do pré-planejamento de qualquer operação tática, combinada ou conjunta. Poderíamos jocosamente dizer que, no cumprimento das outras tarefas aerotáticas (nisto incluindo também as de defesa aérea e as geoestratégicas), nossos aviões *não são vistos*, pelos assistentes, enquanto que no Apoio Aéreo Aproximado... bem, eles estão logo ali, à vista... Logo existem!

Pois bem. Aceitar (quer seja por herança histórica, por comodismo, por transferência ou omissão) que o emprego do Poder Aéreo no campo aerotático se realiza somente através da execução das ações de "apoio direto de fogo" é negar a esse Poder sua capacidade de *definir* os conflitos armados, fato já historicamente comprovado. É, ainda, negar a evidência da manipulação de uma nova dimensão. O fim, é a volta, no túnel do tempo, à igualdade desoladora: avião + armamento = alcance do alcance da artilharia de campanha.

A flexibilidade e as diversas características do Poder Aéreo não podem mais ser entendidas como "utilidades". Elas são, sim, características únicas que garantem personalidade ímpar. É sobrevivência inquestionável.

É inadiável entender que ANTES que a Força Aérea dê o "Sinal verde" para a partida das operações de Superfície no Teatro de Operações — o que significa ter adquirido o *controle do ar* em nível adequado — NENHUMA das Forças envolvidas no conflito poderá adotar o *dispositivo ofensivo*: estaremos todos na *condição defensiva* uma vez que o inimigo ainda é o "Senhor do espaço".

Aqui cabe um tempo para meditar: se ainda discutimos aquilo que a Força Aérea considera *básico e elementar* e ÓBVIO e naquelas ações consideradas *conhecidas* (as aerotáticas), o que dizer do entendimento daquelas tarefas que somente cumpre a Força Aérea (e desconhecida pelos outros)? O que realmente se entende pelas OPERAÇÕES DE DEFESA AÉREA e as AEROESTRATÉGICAS?...



MATERIAL BÉLICO: QUADRO, SERVIÇO OU ARMA?

Jorge Cardoso Nogueira

*Major de Infantaria, exerce atualmente a função de Instrutor-
Chefe do Curso de Material Bélico da EsAO.*

INTRODUÇÃO

Em nosso Exército, o MATERIAL BÉLICO, entendido este como uma sub-divisão da Força Terrestre segundo uma especialização, tomou corpo e alma quando da criação do Curso de Material Bélico na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1959. Concretizava-se, assim, a decisão de formar um corpo de oficiais e de estabelecer uma nova filosofia de apoio que, embora guardando a motivação que a originou, parece-nos que somente com a nova reestruturação preconizada na atual Lei do Ensino Militar alcançou a plenitude de sua conceituação, isto é, formar oficiais voltados para o trato com o material bélico destinado a equipar as demais Armas e Serviços, bem como a apoiar, operacionalmente, as forças destinadas ao combate.

Entretanto, se assim ocorre na área das estruturas organizacionais, o mesmo não acontece na Sociológica, pois aos homens que escolheram o Material Bélico como filosofia da vida na carreira das armas, particularmente àqueles que ultimamente optaram pela chamada "linha bélica", ainda não lhes foi dado o devido suporte psicossociológico, tão necessário como motivação, pela indefinição de seu "status militar", que se torna difuso na palavra "QUADRO".

De forma semelhante, a falta de uma compreensão correta do que realmente seja o Material Bélico tem gerado conceitos errôneos de sua verdadeira missão, criando impasses quanto ao estabelecimento de uma doutrina de emprego.

Aproveitando a oportunidade que nos foi dada no Simpósio sobre o Emprego das Armas de Apoio, realizado em junho de 1978 na ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO e do qual participamos como observado-

res, submetemos, aos Grupos de Trabalho então formados, uma série de idéias que ora achamos interessante difundir, na esperança de obtermos novos subsídios.

As idéias e conceitos aqui ventilados, acreditamos, representam as aspirações dos oficiais do atual Quadro de Material Bélico.

Como não podia deixar de ser, para a elaboração deste trabalho valemo-nos não só da nossa experiência como da vivência dos que nos precederam e que, através de relatórios, sínteses e propostas nos legaram um acervo de conhecimentos ponderáveis. A eles, de antemão, os nossos agradecimentos e a gratidão dos oficiais de Material Bélico.

Em nosso trabalho trataremos de três problemas que achamos básicos: inicialmente, o da definição do que seja Material Bélico como força terrestre, segundo os enfoques doutrinário e psicossociológico. Em seguida procuraremos estabelecer os aspectos gerais de emprego do Material Bélico em busca de uma doutrina e, finalmente, concluiremos com sugestões no campo da doutrina e seus reflexos no ensino.

O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO

O Enfoque Doutrinário

A guerra, na acepção de conflito armado entre oponentes ou coligação de oponentes, tem, na batalha, o seu epítome e no combate o seu ato supremo. O combate, que é uma ação que comporta um contato hostil e direto entre adversários, é conduzido por homens e máquinas com a finalidade de destruição do inimigo e a imposição da vontade do vencedor sobre o vencido.

Nada mais justo, pois, do que dar-se o nome de combatente aos militares que empreendem o combate e, por extensão, às forças ou organizações às quais eles pertencem. A eles, normalmente, também cabem as glórias das vitórias e as suas organizações são chamadas de Arma.

Entretanto, mesmo aquelas forças (organizações) que executam o combate em toda sua extensão necessitam do apoio de outros elementos para que possam se desincumbir de suas missões. Surgem, assim, outros elementos ou forças chamadas de apoio, que conforme a ajuda, proteção ou complementação que prestam aos combatentes, recebem denominações que especificam o apoio prestado: apoio ao combate ou administrativo. Aos primeiros é estendido o conceito de Arma; aos demais o de Serviço.

Agora levantamos a seguinte questão: O Material Bélico é Quadro, Arma ou Serviço? Para responder a esta pergunta vamos analisar as missões de MB através de conceitos e fatores que enfoquem os aspectos doutrinários e psicossociológicos do problema. Vejamos pois as conceituações de Arma e Serviços, através de uma análise rápida de suas características, como expressas em nossos manuais.

São denominadas Armas básicas, as organizações militares que tomam o contato direto com o inimigo e realizam o combate em toda a sua plenitude, pelo emprego do fogo, do movimento e da ação de choque, em maior ou menor intensidade, conforme as características de cada uma. A Infantaria e a Cavalaria, ambas em todos os seus tipos e naturezas, são consideradas Armas básicas.

Em decorrência de suas próprias características de atuação, as armas básicas, sofrem, entretanto, certas limitações quanto a *potência de fogo, facilidade de movimento, exercício do comando e operacionalidade*, as quais devem ser supridas por outras Armas, por isso mesmo, chamadas de apoio. Atualmente o nosso Exército considera como Armas de Apoio, a Artilharia, a Engenharia e as Comunicações, que suplementam as Armas básicas, respectivamente quanto às necessidades de apoio de fogo, ao movimento e às ligações indispensáveis ao exercício do comando. Não trataremos, no momento, do problema de *operacionalidade*. Por outro lado, o conceito de Serviço está intimamente ligado ao de "apoio administrativo", isto é, "o conjunto das atividades nos campos do pessoal, dos assuntos civis e da logística, que visam a proporcionar os recursos e serviços necessários às organizações e forças militares, quaisquer que sejam as situações em que as mesmas possam encontrar-se".

Um serviço, por sua vez, "é um conjunto organizado de *atividades correlatas* dentro de cada *campo* constitutivo do apoio administrativo". As organizações que atuam nesses campos são, por extensão, denominadas de "Serviço", e os seus elementos considerados não combatentes na plenitude da acepção da palavra.

Estendendo-se mais ainda o conceito, vamos verificar que cada campo é ramificado, segundo suas atividades em outros Serviços, cada um tomando, em princípio, a nomenclatura da atividade que desempenha. Dizemos "em princípio", tendo em vista que alguns Serviços, por congregarem atividades de mais de um campo, ou por questão de tradição ou costume, tomam uma denominação diferente. Caso típico do que dissemos anteriormente é o Serviço de Intendência, que atua nos campos da logística e do pessoal (Finanças, por exemplo).

Um outro conceito ainda se faz necessário. É o de Serviço Técnico, que é definido como a "organização de prestação de serviços, através de atividades logísticas".

Finalmente, algumas das Armas chamadas de apoio ao combate desempenham, também, atividades logísticas, tais como a Engenharia (Construção, suprimento de água e cartas, etc.) e as Comunicações (suprimento e manutenção do material elétrico e eletrônico próprio e de outros elementos, no caso das organizações orgânicas de Exército de Campanha, e a operação do Serviço Rádio do Exército).

Vemos assim que, eliminando-se as Armas Básicas, que têm uma característica própria e única, a de realizarem o combate através do fogo, do movimento e da ação de choque, as Armas de Apoio ao Combate e os Serviços atuam em áreas ou campos superpostos, particularmente no campo da logística. Dessa maneira, temos um Serviço de Comunicações e de Engenharia com missões semelhantes ao de Material Bélico.

Poderíamos, entretanto, caracterizar as Armas de Apoio ao Combate pela predominância do ato ou efeito de "ajuda operacional" fornecida a elementos ou forças de combate, tomando-se a palavra "operacional" como "um termo genérico normalmente empregado para caracterizar a relação com a operação ou a ela pertencente (EMFA).

Vistos os conceitos até aqui expressos, achamos poder retornar à idéia inicial deste tópico, isto é, como definir o Material Bélico em termos de força terrestre e ao mesmo tempo tentar, pelo menos, justificar a expressão "apoiar operacionalmente as forças combatentes" colocada no início do trabalho, uma vez que a mesma poderá ter causado espécie a alguns dos nossos leitores. Vamos a isto.

A mobilidade e a potência de fogo de um exército sintetizam uma grande variedade de material bélico em diferentes quantidades e tipos. Esse material, disperso em todo o TO, representa parcela ponderável do poder de combate de uma força, vale dizer, de sua operacionalidade, atualmente posta em "cheque" pela ampla mortalidade do campo de batalha, pelo menos no que tange aos itens de material bélico. Que o digam os estudiosos das últimas guerras no Oriente Médio. Para evitar que o material danificado permaneça fora de combate por tempo excessivamente longo, o apoio de MATERIAL BÉLICO se faz, atualmente, o mais rápido e à frente possível, chegando, não raras vezes, junto à linha de contato, onde atuam os elementos do segundo e terceiro escalões de manutenção. A finalidade deste apoio cerrado é fazer com que a tropa combatente não se prive, por um tempo demorado, dos meios que lhe permitam deslocamentos táticos, isto é, manobrar. Mas a manobra não é só o movimento. É, também, a capacidade de realizar o fogo em todas as suas formas. Desse modo, os veículos de combate, a artilharia e toda a gama de material bélico existente numa força devem ser submetidos a manutenção e supridos próximos ao limite anterior da Zona de Combate. Cabe ao Material Bélico, portanto, a missão de realizar as atividades de suprimento, manutenção e evacuação do material da tropa apoiada, a fim de "facilitar o esforço ofensivo e ampliar a potência defensiva das forças em campanha", não só por lhes possibilitar a necessária mobilidade como também por manter a potência de fogo no nível desejado.

Para completar a missão do Material Bélico no quadro da logística acrescentaríamos, ainda, as operações relacionadas com as atividades de suprimento e manutenção do Sistema Interzonal de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes e o de Munições. Desnecessário será dizer que os trabalhos de MATERIAL BÉLICO realizados dentro deste tipo de missão são de caráter técnico, exigindo conhecimentos de diversos campos, particularmente os das técnicas de administração e de engenharia operacional.

Mas as missões do MATERIAL BÉLICO não se esgotam nas atividades vistas acima que, diga-se de passagem, são as mais conhecidas e normalmente consideradas como únicas.

Como missões de MATERIAL BÉLICO diretamente ligadas ao apoio ao combate, salientamos as de Guerra Química, Remoção de Granadas e Bombas (RGB) e Informações Técnicas.

As missões de Guerra Química englobam o emprego tático de grandes cortinas de fumaça protetoras e de agentes Químicos, Bacteriológicos e Radiológicos. A primeira das missões diz respeito ao emprego em campanha de equipamentos geradores de fumaça com a finalidade de dificultar a observação inimiga e ocultar as atividades amigas. A segunda destina-se a produzir baixas entre o pessoal inimigo. Naturalmente, estas missões fazem parte do esquema de manobra do escalão apoiado.

O mesmo acontece com as operações RGB, as quais se destinam a apoiar a manobra limpando o campo de batalha de artefatos explosivos de retardo, ou, ao contrário, interditando-o. Esta missão tem nítida ligação com os conceitos de mobilidade e liberdade de ação no campo de batalha, e difere da missão da Engenharia já que os engenhos empregados não se tratam, necessariamente, de minas terrestres e tampouco são utilizados como campos de minas. Salientamos o valor das operações de RGB no campo da guerra psicológica.

Com o advento da guerra nuclear, as missões acima não só serão passíveis de ampliação, mas deverão, inclusive, englobar as de montagem e preparo de engenhos nucleares e de mísseis por exigirem conhecimentos técnicos e especializados no trato com a munição. Quanto aos nucleares, a missão comportaria, ainda, o emprego tático de artefatos pré-colocados. À exceção das operações RGB, de certo modo ainda desconhecidas em nosso Exército, as demais são classificadas como de apoio ao combate pelas IP 100-5 — OPERAÇÕES.

As Informações Técnicas, a exemplo das Informações de Combate, também são conceituadas pelos nossos manuais como missão de apoio ao combate, e dizem respeito ao desenvolvimento tecnológico e à eficiência do material estrangeiro suscetível de emprego militar atual ou eventual. Auxiliam, portanto, o comandante tático e seu estado-maior, ao responder a reclamos operacionais sob o ponto de vista de informações técnicas.

A apresentação, ainda que sumária, das missões acima nos parece justificar a palavra "operacional" colocada anteriormente.

Quanto às missões de combate, o Material Bélico, como as Armas de Apoio ao Combate e os Serviços, também as executa na defesa de seus locais de trabalho, na sua própria proteção nas marchas e nos estacionamentos podendo, em situação de crise, atuar como tropa de Infantaria.

Ressaltamos, entretanto, duas missões; a de fornecer elementos especializados para missões do tipo "Comandos" (operações especiais) e as de Proteção de Área de Retaguarda (PAR).

O cumprimento da primeira missão é facilitado devido à existência de especialistas nos diversos ramos do Material Bélico, particularmente nas missões de busca de informes técnicos e nas de RGB, o que não exclui o seu emprego de outras

missões, tais como as de treinamento de guerrilheiros, destruição de meios de MB inimigo (instalações, material, etc.).

Nas ações de PAR, é normal o emprego de meios de Material Bélico nas ações Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR) e Controle de Danos (CD), não só fornecendo os Comandos para tais ações como também atuando com elementos na defesa de subáreas, realizando patrulhas e, eventualmente, fornecendo tropas para as Forças de SEGAR. Tal conceito aplica-se, como não podia deixar de ser, às áreas mais avançadas da ZC (A Rg de Bda e DE) onde não só as atualmente chamadas Cia Mnt como os B Log são, também, e por QO aprovados, comandos de oficial de Material Bélico (QO 29-220-1-Exp).

Poderíamos incluir uma última missão de combate: a de caça e destruição dos carros de combate inimigo, que em outros exércitos é realizada por equipes mistas de elementos de Engenharia e de Material Bélico por exigir especialistas em destruições (engenheiros de combate, equipes de MB tipo RGB e de desmancho de munições das Cia e Pel Dep Mun). Reconhecemos, entretanto, que esta missão pode ser desempenhada por qualquer elemento de combate que possua treinamento específico.

À guisa de uma conclusão parcial podemos dizer que o estudo realizado até o momento sob o enfoque doutrinário, ainda que sumário, parece nos apontar o Material Bélico como uma Arma de Apoio ao Combate, se adotado o mesmo critério pelo qual a Engenharia e as Comunicações são caracterizadas, isto é, pelo critério da ajuda operacional que prestam aos elementos de manobra (Combate).

Assim como as Comunicações proporcionam rapidez, segurança e confiança na transmissão de informações de combate e de decisões do Comando e a Engenharia aumenta o poder de combate das forças em campanha através da realização de trabalhos técnicos e de atividades logísticas, também o Material Bélico apoia as tropas combatentes realizando missões que afetam, diretamente, a operacionalidade de uma força, atuando sobre o material através de trabalhos de natureza técnica e no campo da logística. O apoio de Material Bélico faz-se sentir, ainda, pelo cumprimento de missões quando proporciona cobertura a tropas e instalações empregando a fumaça, quando limpa o campo de batalha de artefatos explosivos de retardo ou ao contrário, o interdita, por meio de operações RGB, e quando fornece informações e assistência técnica aos diversos comandos, Armas e Serviços. A atuação do Material Bélico é, pois, sentida, através da realização de trabalhos técnicos, tal como a arma de Engenharia, com a qual guarda grande similitude.

As missões de combate, a exemplo das demais Armas de Apoio, são executadas como tropa de Infantaria.

O Enfoque Psicossociológico

Inicialmente, cabe salientar que a maioria dos conceitos emitidos neste item resultaram de um trabalho que contou com a colaboração de diversos oficiais

instrutores do Curso de Material Bélico da EsAO e de outros oficiais de Material Bélico que tiveram por missão apresentar um PLANO DE CARREIRA DO OFICIAL ENGENHEIRO MILITAR/MB.

Dos estudos realizados com base no referido trabalho apresentamos este enfoque, tendo em vista o julgarmos de real valia no campo psicossociológico, por apresentar idéias ainda válidas presentemente.

Retornando à questão inicial, formulamos novamente a pergunta: o Material Bélico é Quadro, Arma ou Serviço? É certo que se trata apenas de uma opção que em nada modifica o mérito do assunto, vale dizer, a importância do Material Bélico para as Operações Militares. Sua organização, seu emprego, sua finalidade não serão menores com o nome com o qual venha a ser definitivamente consagrado. Se assim é quanto ao mérito, o mesmo não podemos dizer quanto à ressonância social da escolha. As palavras, como os fatos, têm às vezes uma representação intelectual ou suscitam uma imagem que não é a lógica nem a real, mas é todavia a roupagem com que atravessam as idades. São conhecidos em linguística os problemas de semântica. Por outro lado, a história que é o fato, o depoimento, tem contudo, a versão do sentimento do povo que a relata. E é assim, afinal, que devem ser considerados, dentro de uma perspectiva que se harmonize ao consenso da coletividade. É o que nos ensina o professor OTHON M. GARCIA em seu livro "COMUNICAÇÃO EM PROSA MODERNA".

Por outro lado, diríamos que cada uma das três palavras em pauta tem uma dimensão psicológica que pode e deve ser considerada. Dimensão que não surgiu gratuitamente mas que, ao contrário, foi uma decorrência de critérios oficiais e de tradição. Tal é o caso da palavra Serviço. Com ela representamos os elementos que prestam auxílio aos combatentes, mas que não são vistos como reais combatentes, numa profissão cuja razão de ser é o combate. Já aí se verifica uma hierarquia de valor que não pode e não deve ser subestimada. Há que se considerar, entretanto, à luz da lógica, que é muito difícil atualmente perceber o limiar entre quem é combatente e quem não o é.

É de se ver, portanto, que o problema se resolve em termos de critérios meramente pessoais. Critérios que encarnam as predisposições ou preconceitos de quem tem o poder de decidir.

Por sua vez, a palavra Arma para o militar, no sentido de designar uma subdivisão da Força Terrestre, tem o dom de despertar no homem o guerreiro existente de modo subconsciente em cada um, por lembrar feitos de vultos heróicos. Em resumo, o que na realidade existe é uma escala de preferência ou de valor entre Arma e Serviço, com uma dimensão psicossocial de todos conhecida. E não se diga que é suscetibilidade de latinos e particularmente de brasileiros que nos leva a ponderar. Já em 1964, em seu artigo VAMOS DINAMIZAR O SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO, publicado em o número de abril de A DEFESA NACIONAL, o então Ten Cel Togo Lobato, Oficial de Estado-Maior, realçando a importância psicológica da questão, conta que o Exército dos Estados Unidos viu-se obrigado a mudar o nome das Organizações de Recometamento, de Depósito para Batalhão, Com-

panhia e semelhantes. Isto aconteceu num país, que todos sabemos, de origem anglo-saxônica.

Finalmente, a palavra "quadro" nada desperta psicologicamente no homem, a não ser a sensação de "pertencer" a algo indefinido. A imagem mental criada é nebulosa.

É oportuno assinalar que a classificação das Forças Terrestres em Armas e Serviços tem, presentemente, muito mais de tradicionalismo do que mesmo de funcionalidade. Entretanto o mesmo critério operacional atualmente criado e válido em nosso Exército para classificar a Artilharia, a Engenharia e as Comunicações como Armas de apoio, cremos também se aplica ao Material Bélico. Salientamos que não nos move qualquer prevenção quanto a qualquer Arma ou Serviço do nosso Exército. Queremos apenas apresentar idéias e alinhar argumentos em favor do Material Bélico. Achamos que não há dificuldade em conciliar a idéia tradicional de Material Bélico com um corpo de oficiais e praças combatentes. A própria Lei 6.265 de 19 de novembro de 1975, que dispõe sobre o ensino do Exército, em suas Disposições Transitórias, confere aos oficiais de Material Bélico optantes pela linha bélica a condição de combatente, quando estabelece para os mesmos, as condições de acesso ao posto de General Combatente (Art 63, § 29).

É lícito recordar, ainda, que dentre os diversos fatores que influem no "espírito de corpo", e mais particularmente no "moral", seja o de uma unidade; seja o de uma Força Terrestre, o psicológico é um dos mais importantes. Assim sendo, indubitavelmente, se há de conceder ao MATERIAL BÉLICO o título de ARMA DE APOIO AO COMBATE.

O PROBLEMA DA DOCTRINA

No presente trabalho vamos considerar doutrina como sendo "o conjunto de princípios e normas que servem de base a um sistema". No nosso caso, o sistema é o próprio apoio de Material Bélico consubstanciado na sua estrutura ou organização, missões, características de emprego, atividades e normas.

Atualmente a única doutrina de Material Bélico oficialmente existente em nosso Exército é a constante da Portaria 155, de 31 de outubro de 1962, publicada no Bol Res Nr 12 do Exército, que aprova o Esquema de Organização do Serviço de Material Bélico em campanha e estabelece as missões, fluxos de suprimentos e de manutenção e a mecânica de evacuação de salvados. Preconiza, ainda, a organização segundo o sistema de apoio logístico por "Serviços Técnicos" então adotada pelo nosso Exército. Entretanto, é uma doutrina já obsoleta e que não mais preenche as necessidades do nosso Exército.

Com a reorganização do Exército na década de setenta, o apoio logístico passou a se estruturar segundo o conceito de funcionalidade na prestação do apoio, sendo realizado através de unidades e elementos grupados por atividades funcionais.

Entretanto, até o presente momento, os manuais oficiais são omissos quanto a novas estruturas de Material Bélico e suas respectivas missões e finalidades.

As IP 100-5 — OPERAÇÕES e o novo C 100-10 (edição 1977) não abordam o assunto, a não ser indiretamente e de modo incompleto, quando tratam de algumas das atividades de Material Bélico. Quanto a este, não encontramos referência alguma.

O Departamento de Material Bélico e as suas Diretorias, particularmente as de Armamento e Munição e de Motomecanização, vêm estabelecendo uma doutrina comum para o Material Bélico. Entretanto é uma doutrina essencialmente voltada para o tempo de paz, portanto de caráter administrativo e que trata, apenas, de algumas das atividades afetas ao Material Bélico.

O Curso de Material Bélico da EsAO, para cumprir sua missão, vem tentando desenvolver uma doutrina para o Material Bélico, através da pesquisa a diversas fontes salientando-se entre elas as referentes ao Corpo de Material Bélico dos EEUU (Ordnance Corps), ao Serviço de Material do Exército Terrestre (Service du Matériel de l'Armée de Terre) do Exército Francês, e da leitura de trabalhos e artigos referentes ao desempenho do Material Bélico em outros exércitos até recentemente em confronto armado.

A orientação maior, entretanto, vem sendo buscada nas publicações da ECME (Manuais e QO escolar) que nos fornecem não só as linhas gerais de uma futura doutrina de Material Bélico, como possibilitam manter a unidade de doutrina entre o oficial aperfeiçoado pela EsAO e o oficial de Estado-Maior das Grandes Unidades, tão necessária em campanha. No entanto, nas publicações da ECME ainda notamos a distinção do Material Bélico em duas linhas nítidas: a de Motomecanização e a de Armamento e Munição, havendo poucas referências ao Material Bélico como um todo. As organizações de Material Bélico, pertencentes à estrutura preconizada nas publicações em tela tomam, normalmente, a designação de atividades logísticas, tais como as Unidades de Manutenção, que não identificam, necessariamente, a sua origem de Material Bélico, pois dizem respeito apenas a uma das suas atividades. Uma fração de Material Bélico, do tipo Batalhão ou Companhia, realiza outras atividades tão importantes quanto a manutenção, as quais se tornam desconhecidas do elemento apoiado, criando uma imagem incompleta das Unidades de Material Bélico. Não chegamos ao ponto de dizer que isto implique sérios prejuízos ao apoio de Material Bélico necessário ao elemento apoiado, mas a compreensão apenas parcial da verdadeira missão das unidades inibe o usuário quanto a tirar maior proveito das características do Material Bélico. Na prática, isto vem sendo constatado nas atualmente denominadas Cia Mnt de B Log, onde somente a manutenção e o suprimento são lembrados como missões. Naturalmente que estas são bastante importantes. Entretanto, os Oficiais e Sargentos daquela subunidade podem realizar, ainda, a assistência técnica de MB, reconhecimentos quanto às informações técnicas e controle de danos resultantes de bombardeios (particularmente quanto a RGB), entre outras missões próprias de MB. A alegação de que as companhias e batalhões são denominados de manutenção, depósito, parque, etc., porque

congregam em suas fileiras elementos de outras Armas ou baseadas numa tradição é falaciosa.

Os batalhões de Infantaria e os regimentos de Cavalaria, as unidades de Engenharia e Comunicações, todas as armas, enfim, têm em seus quadros elementos de outras Armas e Serviços, e nem por isso perdem suas características. As unidades de Infantaria, por exemplo, possuem em sua estrutura pelotões de Comunicações e de Saúde, além de um número também ponderável de elementos de Intendência, Engenharia e Material Bélico. Nem por isso deixam de ser da Arma de Infantaria. Por que então não se dar às Unidades de Material Bélico a correta designação? A dicotomia Motomecanização/Armamento e Munição findou com a criação do Curso de Material Bélico da AMAN. A própria EsMM, tão tradicional, teve a sua designação mudada para Es MB, para acompanhar a evolução advinda com a nova conceituação de Material Bélico.

Outro ponto passível de um maior esclarecimento, tendo em vista a formulação de uma doutrina de emprego de MB, é o das conceituações de "Apoio ao Conjunto" e "Apoio Direto". O Emprego indiscriminado das duas expressões acima, tanto para designar uma forma de emprego como para identificar os 3º e 4º escalões de manutenção gera mal entendidos e discordância sobre o seu real significado. Ambos os escalões de manutenção pertencem à categoria de manutenção de campanha: o 3º escalão complementa a manutenção orgânica (2º escalão pertence às Unidades); o 4º escalão complementa o 3º escalão, fornecendo, portanto, apoio de manutenção às organizações de manutenção.

Entretanto, uma fração de MB com a missão geral de manutenção de 3º escalão não precisa, necessariamente, ser empregada em apoio direto (forma de emprego); um elemento de manutenção de 3º escalão poderá ser empregado, por exemplo, em apoio ao conjunto. Tal é o caso das atuais Companhias de Manutenção de Apoio Direto pertencentes aos Gpt Log Avançados e ao Recuado. A recíproca também é verdadeira. Por exemplo, uma Companhia de Manutenção de Apoio ao Conjunto (4º escalão) poderá ter elementos seus (Seções, equipes, etc. . .) em apoio direto a outro elemento de MB. A própria companhia poderá, ainda, prestar apoio suplementar. Da mesma maneira, nas Cia Mnt/Blg vamos encontrar problema semelhante quando do emprego de seus pelotões de Apoio Direto e de Apoio ao Conjunto. Fazendo-se uma comparação com outras Armas de Apoio, seria o mesmo que dizer Cia Eng Ap Dto, Bia Art Ap Cj, etc. . . isto é, estaríamos "a priori" estabelecendo uma forma de emprego que na verdade deverá surgir de um estudo de situação. Portanto, no entender do Curso de Material Bélico da EsAO, as expressões "apoio direto" e "apoio ao conjunto" somente devem ser empregadas quando se referirem a forma de emprego de uma fração de Material Bélico.

A indicação da categoria de manutenção (3º, 4º ou 5º escalões) deverá aparecer no rol das possibilidades e das missões das frações de MB, ou como um adendo explicativo nos símbolos, a exemplo da identificação das Unidades Bld, Mtz, etc. . . da Infantaria e da Cavalaria.

Nos itens anteriores tratamos de dois dos muitos problemas existentes quanto ao estabelecimento de uma doutrina para o MB em campanha. Vimos que há uma insuficiência de fontes que tratam do assunto em nosso Exército, bem como a utilização ainda de certa maneira incorreta de certos conceitos antigos que, com a evolução do Material Bélico, necessitam ser reformulados.

O Curso de Material Bélico da EsAO vem procurando desenvolver, desde 1976 até nossos dias, uma doutrina que se coadune com a nova organização do Exército e a nova doutrina de emprego da Força Terrestre brasileira, resultantes da reestruturação do nosso Exército. A doutrina de Material Bélico preconizada pelo CMB/EsAO tem visado, sobretudo, a atender às necessidades didáticas impostas pelo currículo da EsAO. Entretanto, achamos que a mesma possa ser utilizada, no mínimo, como ponto de partida para pesquisa mais profunda.

Baseado nos estudos acima, e para não nos tornarmos por demais extensos, apresentamos um rol de documentos, com a explicação sucinta de suas finalidades, nos quais está insêrida a doutrina de Material Bélico empregada no CMB/EsAO. Cabe fazer uma ressalva. Os documentos por uma questão de uniformização entre ECEME/EsAO e de disciplina intelectual, mantêm até o momento a nomenclatura constante do ME 100-10 (SAAEB) e dos QOEs da série 100.

NA 9-0-1: ORGANIZAÇÃO E EMPREGO DO MATERIAL BÉLICO

É o texto básico de Material Bélico. A nota de aula, à semelhança dos manuais básicos das Armas e dos Serviços, trata das características, missões, princípios gerais de emprego e situa o Material Bélico na estrutura do Exército Brasileiro, é uma nota voltada para o emprego do MB em campanha. Sendo o Material Bélico um elemento técnico, a nota aponta também, os princípios gerais da administração científica no que tange às missões de MB ao mesmo tempo que estabelece princípios de execução das atividades logísticas e de apoio ao combate. (RGB e Informações Técnicas).

NA 9-0-2: O BATALHÃO LOGÍSTICO

O estudo do Batalhão Logístico das Bda e DE, que é também um comando de Material Bélico, foi introduzido no CMB/EsAO como assunto prioritário, tendo em vista a ativação dos mesmos, e as diversas funções privativas de MB existentes no EM dessas Unidades. A nota de aula 9-0-2 O B Log vem cobrir uma lacuna doutrinária, baixando ao escalão unidade os princípios da nova organização do apoio logístico expressos nos manuais da ECEME e no C 100-10, edição 1977. A nota trata da organização, emprego tático das subunidades e do batalhão como um todo, nas situações de guerra convencional em A OC e na contraguerrilha, bem como estabelece princípios quanto aos movimentos, comunicações, PAR, reconhecimento e escolha de áreas de apoio logístico e outros. Quanto a esta nota, é interessante salientar que a mesma tem sido testada com o emprego de tropa (25º B Log Es e

2º B Log) e em exercícios do CMB Es AO, e tem respondido bem às diversas situações criadas. O interesse despertado pela nota, materializado pelos constantes pedidos dos nossos diversos B Log e da AMAN, obrigaram a EsAO a uma reedição do trabalho. No momento, todos os B Log possuem, no mínimo, uma das referidas notas, bem como os Cursos de MB e Intendência da AMAN.

PUB 9-5-1: SUPRIMENTO DE MATERIAL BÉLICO (C1 VII/IX)

É uma publicação essencialmente técnica. Na primeira parte trata das TÉCNICAS DE ADMINISTRAÇÃO (CIENTÍFICA) DO SUPRIMENTO; na segunda estuda o SISTEMA DE SUPRIMENTO do nosso Exército, da armazenagem até o consumo dos itens de MB pelos usuários, e na terceira explora a ADMINISTRAÇÃO DO SUPRIMENTO, em tempo de paz e em campanha. Com satisfação e justo orgulho, o Curso de Material Bélico da EsAO pode afirmar que diversas idéias e conceitos preconizados nesta publicação foram efetivados nas atuais NORMAS ADMINISTRATIVAS do DMB, no que tange aos suprimentos de MB.

NA 9-6-1: SUPRIMENTO C1 V EM CAMPANHA

Tem por finalidade tratar das atividades de remuniamento e estocagem no TO, isto é, em campanha. É uma complementação do manual técnico T9-1903 Armazenamento, Conservação, Transporte e Destruição de Munições, Explosivos, e Artifícios — uma vez que este trata de modo mais específico e técnico das normas de suprimento e estocagem na ZI. A nota aponta, ainda, os princípios de emprego das frações de Material Bélico encarregadas das operações de remuniamento em campanha, bem como as responsabilidades e funções dos Oficiais de Munição nos diversos escalões.

NA 9-0-7: SUPRIMENTO C1 III EM CAMPANHA

É uma nota ainda em teste, por se tratar de um assunto que pela primeira vez consta do currículo do CMB/EsAO. Como o próprio nome sugere, a nota estuda o Suprimento C1 III em campanha, com enfoque especial no SISTEMA INTERZONAL DE COL (SICOL), isto é, distribuição dos derivados de petróleo por meio de oleodutos e terminais terrestres. Em seus diversos capítulos trata dos fluxos de COL, da organização, missões e emprego dos elementos de MB encarregados de distribuir COL, do planejamento e do emprego de oleodutos de campanha, da segurança e do controle de qualidade. É uma primeira tentativa de esquematizar uma doutrina de Sup C1 III em campanha.

NA 9-0-3: O BATALHÃO DE MATERIAL BÉLICO (Mnt Ap Cj)

A Nota de Aula trata da organização, missão e emprego do Btl MB (Mnt Ap Cj) e das Companhias de Material Bélico (Mnt Ap Cj). O trabalho consolida pesquisa realizada durante os anos de 1977 e 1978 no âmbito de CMB/EsAO. É

uma nota que alia aspectos técnicos e operacionais de emprego do Batalhão (na manobra do Exército de campanha) enquadrado pelo Gpt Log Recuado.

NA 9-0-4: A COMPANHIA DE MATERIAL BÉLICO

É uma ampliação, particularmente das técnicas de Material Bélico, da matéria já existente na NA 9-0-2, o B Log. Trata não só das companhias pertencentes aos B Log como também das companhias dos grupamentos logísticos avançados (Cia Mnt Ap Dto). Embora o escalão não pertença ao nível EsAO, o curso se resente da falta de conhecimentos específicos por parte dos oficiais-alunos tendo em vista o tipo de formação a que foram submetidos na AMAN antes da reformulação da Lei do Ensino no Exército. Esta matéria futuramente deverá constar do currículo do C Prep da EsAO.

Suplementando e completando os documentos já assinalados, o CMB EsAO utiliza outras notas, publicações e livros didáticos de caráter mais técnico (Processamento de Dados — Estatística — Pesquisa Operacional, etc.), além dos manuais atualmente em uso no nosso Exército que tratam das Operações QBR (C3-5 e C3-50). Estes últimos estão sendo estudados com a finalidade de atualizá-los quanto aos aspectos operacionais.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

Decorrente do que expusemos nos tópicos anteriores, parece-nos que o problema da doutrina de MATERIAL BÉLICO inicia-se pela própria indefinição do que ele seja como uma subdivisão da Força Terrestre e o conseqüente desconhecimento de suas reais características, possibilidades e limitações. Urge, pois, inicialmente conceituar o MATERIAL BÉLICO como força terrestre.

A utilização errônea de certos conceitos tradicionais, referentes às atividades de MATERIAL BÉLICO, resultantes muitas vezes de traduções de emergência à época da II Guerra Mundial, cria certos embaraços quanto à verdadeira interpretação dos mesmos. Há necessidade de redefiní-los, tornando-os mais esclarecedores.

A inexistência de documentação oficial sobre o MATERIAL BÉLICO, particularmente no tocante ao seu emprego em campanha, cria uma imagem não de todo correta das suas missões, confundindo-as com as de tempo de paz ou mesmo com algumas de suas atividades.

Por isto é que encaramos com reserva as propostas que sugerem o desaparecimento do MATERIAL BÉLICO em prol de um Quadro de Logística. O apoio logístico é apenas uma das missões de Material Bélico.

Para se "maximizar poucos recursos" concordamos em que há necessidade de uma reformulação da estrutura de apoio logístico, ou mesmo do apoio administrativo, nos altos escalões, a fim de dar-se continuidade ao princípio da funcionalidade do apoio, mesmo porque isto já está prescrito no DL-200 — Reforma Admi-

nistrativa. Discordamos, no entanto, que isto implique a necessidade de acabar com Cursos de Formação da AMAN ou com outros quadros de oficiais e praças. Para resolver o problema da "linguagem e procedimentos logísticos comuns" não seria mais fácil e prático centralizar o ensino da logística nas diversas escolas? Evitaríamos com isto, inclusive, novos e angustiantes problemas de planos de carreira, entre outros. De qualquer maneira, sempre restaria o problema da especialização, mesmo para os oficiais. Mas como o nosso propósito maior não é a discussão desse assunto no presente trabalho, usamos estes argumentos apenas para mostrar, mais uma vez, que o Material Bélico ainda é desconhecido em nosso Exército. Entretanto, não consideramos o assunto como esgotado.

Os reflexos, de tudo que até o momento tem sido dito, fazem-se sentir na área do ensino militar bélico.

Neste campo há uma verdadeira lacuna entre o ensino de MATERIAL BÉLICO ministrado no CMB/EsAO e o realizado no próprio âmbito geral da EsAO e na ECEME. Na EsAO achamos haver necessidade de reformular alguns pontos dos currículos do C Prep de MB e da própria SECAS (Seção de Cooperação das Armas e dos Serviços). No caso do C Prep, com a finalidade de atualizar os oficiais de MB que optaram pela linha bélica. Quanto à SECAS, para que os elementos das Armas e dos Serviços que atuarão futuramente nos Estados-Maiores de unidades tenham conhecimento do apoio que poderão esperar do MB.

A lacuna do ensino, entretanto, não se reduz ao âmbito ECEME/EsAO. Ela existe também entre a AMAN e a EsAO. Naquela, os currículos exploram muito mais as técnicas, como deve acontecer numa escola de formação, porém, é a partir daí que se irradiam anualmente os novos oficiais de MB que irão mobilizar as Unidades da Arma. Há, portanto, necessidade de também na AMAN ser explorado em maior intensidade o emprego tático das frações básicas de MB.

Como sugestões, decorrentes das idéias apresentadas, apontamos:

No campo da Doutrina:

- Reconhecimento formal do Material Bélico como Arma de Apoio ao Combate, uma vez que tacitamente já o é, em virtude, inclusive, da legislação em vigor.
- Adotar a nomenclatura de Material Bélico para designar as unidades da Arma.
- Estudo dos conceitos de apoio de Material Bélico já existentes com vistas a atualizá-los.
- Adotar, provisoriamente e a título experimental, a doutrina preconizada pelo CMB/EsAO.

No campo do Ensino:

- Preencher a lacuna existente entre os três escalões básicos do ensino: AMAN/EsAO/ECEME.

- Introduzir o estudo do Material Bélico, como Arma de Apoio ao Combate, no ensino comum às Armas e aos Serviços na EsAO e na ECEME.
- Atualizar os currículos nas três escolas básicas.

Não nos estenderemos mais. cremos ter dado aos nossos leitores uma visão rápida das missões do Material Bélico. cremos também, como achamos ocorre com os leitores, que "não devemos ter medo das idéias, nem mesmo das idéias novas" como nos ensinou o insigne Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO. Por isto apresentamos uma série delas à apreciação dos nossos leitores.

Nótem ainda os leitores que ao longo desta dissertação não procuramos nos furtar às nossas responsabilidades jogando-as nos ombros de terceiros. Pelo contrário, tentamos, isto sim, apontá-las aos companheiros porque, se na paz vivemos na obscuridade, na guerra aparecemos porque ela é uma dura realidade. Nós "existimos". E porque existimos é que podemos dizer que "DO MATERIAL BÉLICO DEPENDERÁ A MOBILIDADE E A POTÊNCIA DE FOGO DOS EXÉRCITOS, SEM AS QUAIS ESTES SÃO INOPERANTES NA PAZ E SUICIDAS NA GUERRA".

BIBLIOGRAFIA

1. LOBATO, Togo, Ten Art QEMA. *Vamos Dinamizar o Serviço de Material Bélico*. A Defesa Nacional, abril de 1964. Rio de Janeiro.
2. MONTILLA PINTO, Dario, Ten Cel Cav QEMA, *Uma Política para o Serviço de Material Bélico*. Palestra proferida na EsAO. Rio de Janeiro, 1971.
3. GARCIA, Othon M *Comunicação em Prosa Moderna* — FGV e BIBLIEx, Editoras. Rio de Janeiro, 1969.
4. MEDEIROS, Waldeck Nery de, Maj MB QEMA. *Operações RGB*. Revista Militar Brasileira, Nr 1 e 2, jan a jun de 1977, C Doc Ex. Brasília-DF.
5. GIGANTE DE CASTRO, Carlos Alberto, e VILLANOVA, João Luiz de — Majores de Int QEMA. *Um Quadro de Logística para o Exército? A Defesa Nacional*, mar/abr 78. Rio de Janeiro.
6. IP 100-5 — OPERAÇÕES — EME.
7. C 100-10 APOIO ADMINISTRATIVO.
8. Lei 6.265 de 19 nov de 75 e Dec 77.919 de 25 jun 76 — Lei de Ensino e sua Regulamentação.
9. C 3-5 — OPERAÇÕES QBR e C 3-50 — O BATALHÃO E AS COMPANHIAS DE GUERRA QUÍMICA.
10. FM 9-1 — ORDNANCE SERVICE IN THE FIELD — USA.
11. FM 54-8 THE ADMINISTRATIVE SUPPORT THEATER ARMY (TASTA-70).
12. COL 109-3 — PSICOLOGIA E COL 109-4 — SOCIOLOGIA — ECEME.
13. NOTAS DE AULA-PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS DO CURSO DE MATERIAL BÉLICO DA EsAO.



AS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS DO EMPREGO DE AERONAVES EM OPERAÇÕES NAVAIS

Carlós Emilio Raffo Júnior

Capitão de Corveta, atualmente no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.

"The introduction and development of the military airplane is one of the three great naval revolutions of the first forty-five years of the twentieth century..."

BERNARD BRODIE

1. AERONAVE: O NOVO CENTURIÃO DA GUERRA NAVAL

As operações navais desenvolvidas durante a 2ª Guerra Mundial provaram em definitivo que o poder aéreo marítimo foi essencial à sobrevivência dos países envolvidos no conflito.

A efetividade do ataque realizado pelos "Swordfish" ingleses, baseados em navio-aeródromo, contra os encouraçados italianos, em Tarento; a surpresa obtida pelo ataque aero-naval japonês contra a base americana de Pearl Harbour no Pacífico; e a passagem pelo Canal da Mancha, sob pleno domínio inglês, do encouraçado alemão "Scharnhorst", protegido por forte guarda-chuva de caças, mostraram ao mundo, desde muito cedo, que não mais se podia entender poder naval sem a participação de um poder aéreo integrado.

Desde então, todas as marinhas do mundo vêm acrescentando às suas esquadras aeronaves dos mais diversos tipos e modelos e utilizando-as, basicamente, como parte integrante, em todos os tipos de operações navais.

Nos dias atuais, o domínio do mar inclui, normalmente, a superioridade aérea na área marítima considerada, e prescindir do fator aéreo na guerra naval é colocar-se em desvantagem. As características de flexibilidade e mobilidade da aviação vieram somar-se àquelas das forças navais, estendendo em muito o alcance de suas armas e acrescentando uma componente de projeção do poder, a qual até a última guerra mundial não era computada dentro da estratégia naval.

Ao falar-se de aeronaves na guerra no mar não se pode esquecer as bases de onde elas operam. Hoje, aeronaves especificamente projetadas para operações navais decolam a partir de navios-aeródromos, bases em terra e de outros tipos de

navios especialmente construídos para incorporar a si mesmos o poder da arma aérea embarcada.

Sem dúvida, foi o navio-aeródromo que, de uma função de apoio aos encouraçados, emergiu do último conflito como o novo navio capital, capaz de através do emprego maciço de suas aeronaves decidir batalhas navais, assegurar o domínio de extensas áreas marítimas e projetar o seu poder sobre terra, criando, então, toda uma nova conceituação de guerra no mar. Os grandes navios-aeródromos que hoje cruzam os mares, devido ao grande poder de destruição de suas aeronaves, capazes de serem empregadas em qualquer tipo de operação naval, modificaram, em menos de 30 anos, todo o panorama estratégico, fazendo com que não seja mais possível se pensar em guerra no mar sem o emprego da aviação.

Em marinhas de países de menos recursos, visto que o alto custo dos grandes navios-aeródromos os tornam quase proibitivos, a preocupação de integrar a arma aérea às suas esquadras é uma constante e hoje já se vêem soluções mais baratas sendo adotadas, visando sempre que nenhuma força se faça ao mar sem a devida participação e proteção das aeronaves embarcadas em diversos tipos de navios ou, na pior das hipóteses, dentro do raio de ação de seus aviões navais baseados em terra.

Assim, vemos a aviação naval baseada em terra projetar-se muito para dentro do mar e a que opera embarcada lançar suas tenazes profundamente para o interior dos continentes, fazendo com que seja indubitável o reconhecimento da potencialidade e da importância do poder aeronaval em proveito do Poder Marítimo, como um todo.

Antes de passarmos a uma análise mais detalhada do emprego das aeronaves dentro das concepções estratégicas navais é importante que se diga que todas as missões da Aviação Naval contribuem para o único propósito da campanha naval bem conduzida, o DOMÍNIO DO MAR, sem o qual nenhuma guerra é vitoriosa.

2. AS CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS NAVAIS E A ARMA AÉREA

O advento das bombas de grande capacidade de destruição e o progresso alcançado no desenvolvimento de novos aviões, nas últimas três décadas, fizeram com que ressurgissem as idéias de Dohuet e Mitchell sobre o incontestável domínio do poder aéreo para se assegurar a vitória final. No entanto, foi no mar ou a partir dele, como elemento essencial do poder naval, que a arma aérea atingiu toda a sua plenitude, não dispensando o navio, seja como base, controlador ou simples ponto de referência na execução de suas tarefas nas operações navais.

Mais uma vez, a doutrina de Mahan viu-se ressuscitada, já agora com novos meios para obtenção do domínio do mar através do controle estratégico das linhas de comunicações.

Dentro das concepções estratégicas navais, a aeronave ocupa hoje lugar de destaque e não mais é possível se pensar em esquadras no mar sem a participação efetiva do seu componente alado. Desta forma, vejamos como a arma aérea se situa em face da estratégia naval.

a) *Batalha Decisiva* — O emprego do navio-aeródromo como navio capital, empregando seus meios aéreos maciçamente no sentido de buscar a decisão em uma ação ofensiva fulminante, foi claramente demonstrado pelos japoneses e americanos na campanha do Pacífico, quando somente ações aéreas buscaram a batalha decisiva (Pearl Harbour e Midway). Mesmo antes disso, nas tradicionais batalhas a canhão, não se prescindia do avião para a observação e o esclarecimento. Atualmente, como os grandes porta-aviões e as armas nucleares táticas, o poder aéreo embarcado é capaz de aniquilar da superfície dos mares esquadras inimigas, infletindo em definitivo o desenrolar da guerra.

b) *Bloqueio* — para que se possa colocar a ação da arma aérea dentro de cada concepção estratégica, propositadamente separou-se o Bloqueio da Batalha Decisiva. Não há dúvida que aeronaves navais não são capazes de efetuar bloqueio, mas participam ativamente das operações, efetuando esclarecimentos, no sentido de dar o alarme antecipado às forças amigas sobre qualquer tentativa de romper o cinturão de força estabelecido. Essas aeronaves, baseadas em terra ou embarcadas, são de vital importância na vigilância sobre as águas, principalmente no que tange à rapidez dos esclarecimentos e à economia de forças, caso se estivessem empregando meios puramente navais.

c) *Esquadra em Potência* — a credibilidade que se faz necessária para que se empregue esse tipo de estratégia veio encontrar na arma aérea naval um fator ponderável para a sua utilização. O conhecimento de que uma Força Naval possui capacidade de projeção aérea para o mar faz com que o oponente imobilize forças, às vezes muito superiores, para fazer frente a essa ameaça. Novamente vemos as aeronaves usando somente da sua potencialidade de ataque para conter ou divertir parcelas ponderáveis das forças inimigas. Sem dúvida, isso seria o sub-emprego da aviação naval, mas não se pode negar a sua capacidade de, uma vez existente e com credibilidade, manter o inimigo superior em poder, na expectativa de enfrentá-la.

d) *Guerra de Corso* — nenhuma Marinha moderna prescinde do uso de aeronaves embarcadas em unidades de pequeno e médio porte e fortemente armadas. Navios rápidos têm nas suas aeronaves orgânicas o "olheiro" ideal para localizar as suas presas e também, dado ao armamento aerotransportado, seja em helicópteros ou aviões VTOL, esses são capazes de desfechar o primeiro golpe contra o alvo, deixando o "coup de grace" para o corsário que vem a seguir. O corsário por excelência é o submarino e hoje é de conhecimento geral que a Marinha Soviética, diferentemente das Marinhas Ocidentais, emprega seus helicópteros embarcados como ponte de comunicações para dirigir seus submarinos no ataque aos alvos de superfície previamente detectados. A flexibilidade e a mobilidade da aviação vieram acrescentar novos parâmetros à guerra de corso, atualizando uma concepção estratégica que parecia estar em desuso, em virtude do progresso tecnológico dos nossos dias, exceção feita aos submarinos.

e) *Desgaste* — anteriormente, já foi dito que não há domínio de área marítima sem o domínio aéreo sobrejacente. O Desgaste se caracteriza por uma área de ação mais reduzida visando o enfraquecimento progressivo das forças navais inimigas, normalmente utilizando-se de navios rápidos, com mísseis, e atualmente, cada vez mais, com seus elementos aéreos orgânicos. Uma força reduzida, composta de um pequeno porta-aviões ("Sea Control Ship" ou "Through-Deck Cruiser") e escolta rápida, será capaz de infligir sérios danos sobre uma parcela do poder naval inimigo, utilizando-se da aviação como elemento de desgaste. Aviões VTOL e helicópteros, armados com foguetes e mísseis, são capazes de operar a partir de pequenas plataformas no mar e desfechar golpes decisivos em grupamentos navais inimigos, aniquilando gradativamente o potencial de guerra no mar, do oponente.

f) "*Jeune École*" — Se o Almirante Aube, em 1885, quando formulou toda a estratégia da "poeira naval", pudesse imaginar que em menos de um século o poder aéreo viria acrescentar às suas teorias toda a mobilidade que se fazia necessária à guerra no mar, certamente teria acreditado que chegara à solução estratégica final. Na realidade, nada é final na ciência da guerra, pois as estratégias variam no tempo em função dos interesses em jogo e dos meios disponíveis. No entanto, aqueles que empregam hoje a estratégia da "*Jeune École*", o uso da arma aérea naval veio acrescentar algo bastante ponderável a seu favor. Ações rápidas, com grande quantidade de unidades aéreas, projetando-se de bases navais para o mar e com um poder de destruição, no todo, capaz de infligir sérios danos ao adversário, podem, em conjunto com navios velozes e bem armados, estabelecer um controle de área marítima, estrategicamente defensivo, colocando seu território fora do alcance da projeção do poder naval inimigo. Novamente, vê-se o emprego da aeronave sobre o mar, em contraposição a forças navais inimigas e apoiada nas suas próprias forças, participar ativamente de mais uma concepção estratégica nascida puramente naval e hoje tridimensionada pelo poder aéreo.

g) *Interposição e Deterrença* — alinhando-se essas duas concepções estratégicas em conjunto não se pretende torná-las sinônimas, porque não o são, mas simplesmente porque sob o ponto de vista aeronaval possuem muitas semelhanças. A negação da superfície do mar por aeronaves navais baseadas em terra, de longo raio de alcance, e do espaço aéreo sobre este mesmo mar por aviões baseados nos grandes *porta-aviões estratégicos* hoje existentes, exige continuamente do inimigo uma reavaliação do ganho esperado, em face do aumento de custos e dos riscos necessários para a isso se contrapor, em vista do objetivo a atingir. Assistimos, na década passada, o grande guarda-chuva aeronaval estabelecido pela Marinha dos Estados Unidos, para interpor-se à atitude soviética de instalar rampas e silos de lançamento de mísseis intercontinentais em Cuba. É um claro exemplo de interposição em que os navios russos eram detectados e acompanhados por aviões de patrulha marítima desde milhas de distância, fazendo com que quando chegassem aos limites do cerco estabelecido, unidades navais de superfície já os estivessem esperando, desencorajando-os de qualquer tentativa de penetrar. De fato, é nessa credibilidade apresentada por uma pequena amostra do poder naval, na qual a aviação naval é parte imprescindível, que reside talvez a maior vantagem a ser explorada

ao se decidir por uma interposição. Entretanto, se nesta última concepção estratégica o poder de dissuasão é localizado, é na deterência que se encontra, como um todo, a arma aérea naval sendo empregada em sua grande plenitude. Aviões de grande autonomia, voando sobre o mar, portando armas nucleares táticas, buscando por navios e submarinos inimigos; aeronaves baseadas em navios-aeródromos, projetando seu poder sobre terra, capazes de efetuar bombardeios estratégicos nucleares profundamente no "hinterland" inimigo; uma miríade de tipos de navios operando suas aeronaves orgânicas em missões de esclarecimento, informações, apoio aéreo aproximado, etc.; tudo isso, juntamente com outras formas do poder naval, vem estabelecendo um equilíbrio de poder ou uma estratégia do medo, onde cada um dos oponentes é instado a pensar seriamente nas possibilidades de não se arriscar ao primeiro golpe.

A análise feita nos parágrafos anteriores mostrou claramente que a arma aérea naval adaptou-se e acrescentou muito em poder às forças navais da atualidade, não deixando de ser utilizada, com maior ou menor importância, em todas as formas de concepções estratégicas navais.

3. O EMPREGO DA AVIAÇÃO NAVAL NA ESTRATÉGIA DO PÓS-1945

Com a derrota das nações do Eixo, o mundo viu-se frente a um novo perigo muito maior, de caráter internacional: a expansão do comunismo, sob todas as formas de poder, procurando impor sua ideologia a todos os povos. Após o impacto inicial, a terra se vê dividida em dois blocos antagônicos, de um lado o pluralismo ocidental e do outro o totalitarismo comunista. Atinge-se a bipolaridade e desde então toda uma estratégia global vem evoluindo, sempre para se antepor ao expansionismo soviético.

Um dos condicionantes principais dessa evolução é o grande desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Dentro desse desenvolvimento, foram as aeronaves que talvez tenham apresentado um progresso quase inimaginável há 30 anos atrás. Como consequência direta, o poder aéreo passou a ser fator de importância constante no estabelecimento de qualquer estratégia a ser adotada. Mais particularmente, o emprego de aeronaves em operações navais sofreu implicações de ordem estratégica decorrentes de toda essa instabilidade político-econômica do mundo atual.

Desta forma, vê-se, com o advento da estratégia de Contenção periférica, em 1947, o aparecimento de tratados e acordos bilaterais para que fossem estabelecidas bases aeronavais nos países do bloco ocidental, como um cinturão de contenção à expansão soviética, assim como a esquadra norte-americana, nucleada nos seus navios-aeródromos, dava apoio às nações da periferia.

Na evolução que se segue, seja nas estratégias de Retaliação Maciça, Deterência, Resposta Flexível, Escalada ou Dissuasão, o emprego de aeronaves em operações navais vem condicionando, de forma ponderável, a maneira de conduzir a

guerra. Nenhum país militarmente organizado prescinde de ter sua arma aérea naval, a qual dinamiza, seja qual for, a estratégia adotada.

Ao olhar-se para o mar e o espaço aéreo sobrejacente, deparamo-nos com os grandes *porta-aviões estratégicos*, cruzadores de convés corrido, contratorpedeiros com helicópteros, aviões de patrulha marítima, aeronaves de ataque e patrulha embarcadas, aviões VTOL e helicópteros dos mais diversos tipos, enfim, todo um conjunto de unidades navais e aéreas, componentes do Poder Naval, voltados para a consecução dos objetivos relacionados com o controle e exploração de áreas marítimas, o que é a própria **ESTRATÉGIA NAVAL**.

O Almirante Stansfield Turner, em artigo publicado nos "Adelphi Papers", considera que o Poder Naval possui duas missões básicas: Controle Marítimo e Projeção do Poder. A imagem feliz de representar a gradação dessas missões em função dos meios disponíveis, como se fossem termômetros, dá uma perfeita idéia da escala com que aquelas missões são cumpridas. Fazendo-se pequenos acréscimos no relacionamento dos meios necessários, vê-se que a arma aérea naval participa na quase totalidade da escala apresentada, conforme mostrado nas figuras 1 e 2.

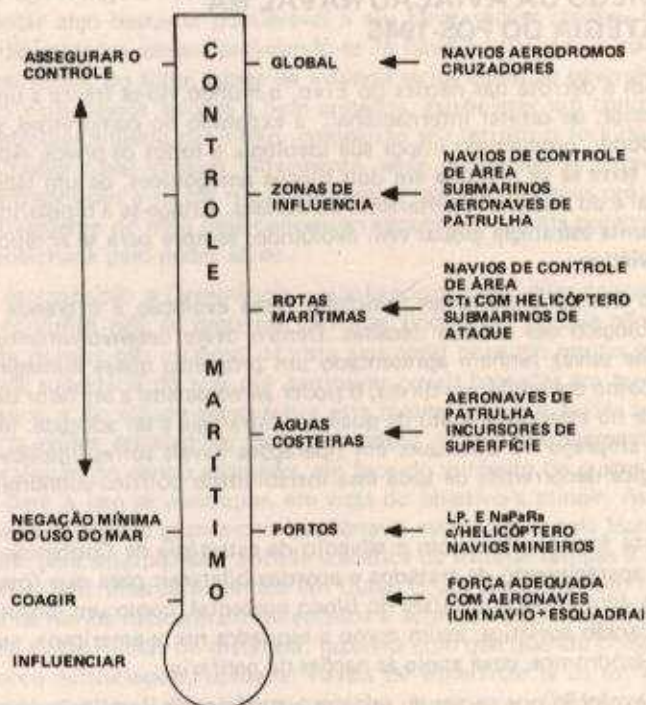


Fig. 1 - Escala do controle marítimo

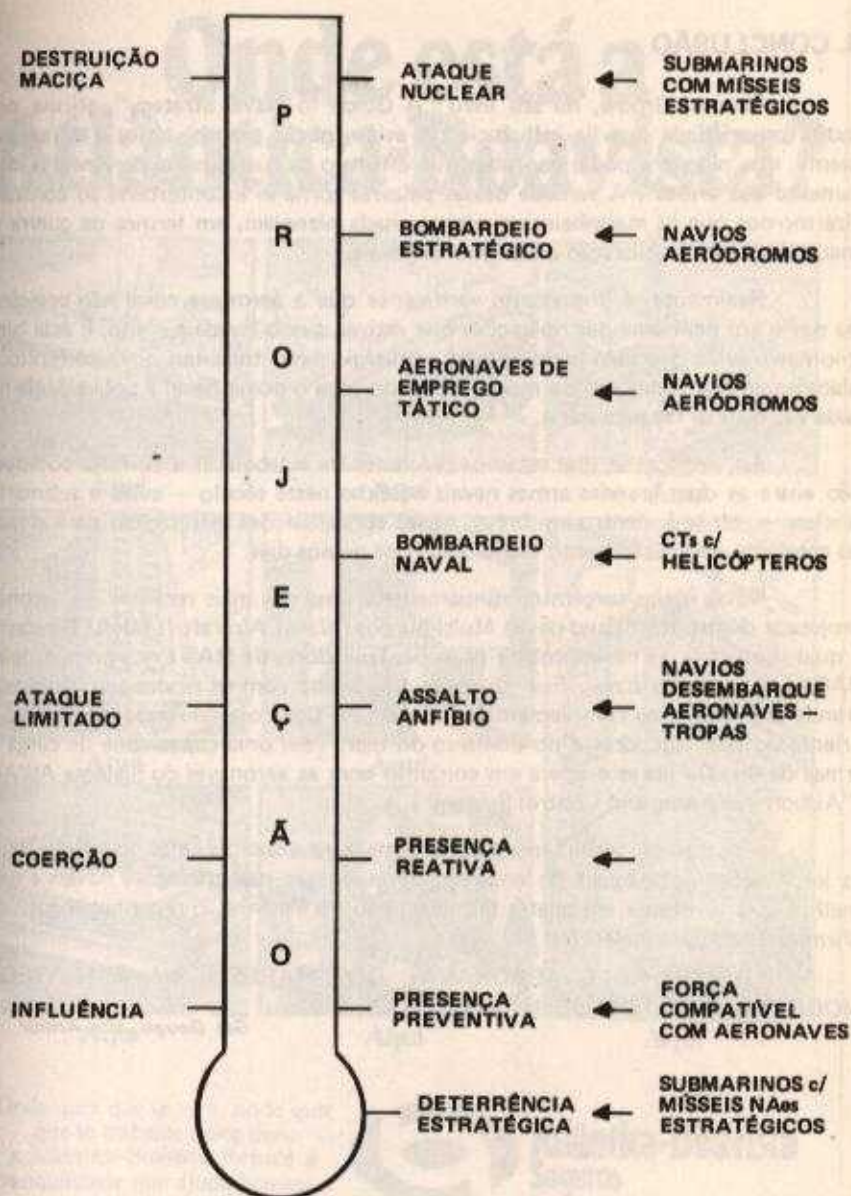


Figura 2 — Escalada da projeção naval

4. CONCLUSÃO

Bernard Brodie, no seu livro "A Guide to Naval Strategy", afirma, com muita propriedade que "a influência do avião foi tão grande, tática e estrategicamente, que ninguém podia conceber que o futuro da guerra naval pertenceria inteiramente aos aviões". A verdade dessas palavras torna-se incontestável ao conscientizarmo-nos que os marinheiros modernos nada planejam, em termos de guerra no mar, sem prever a utilização de aeronaves navais.

Realmente, é importante verificar-se que a aeronave naval não prescinde do navio em nenhuma das operações que estiver sendo levada a efeito. É este binômio navio-avião que veio acrescentar à estratégia naval todo um novo contexto de planejamento de emprego de meios, trazendo para o poder naval a polivalência que cada vez mais se faz necessária.

Ao verificar-se que estamos próximos de estabelecer a perfeita coordenação entre as duas grandes armas navais nascidas neste século — avião e submarino nuclear —, ter-se-á, dentro em breve, novas conceituações estratégicas para atender ao crescente desenvolvimento tecnológico dos nossos dias.

Novas idéias surgem continuamente e uma das mais recentes é a aeronave projetada dentro do "Land-based Multi-purpose Naval Aircraft (LMNA) Concept", a qual protegeria os navios contra os aviões lançadores de MAS e dos bombardeiros BACKFIRE, versão naval. Esse conceito não acaba com os navios-aeródromos de grande porte, mas os complementa, ajudando no Controle de Áreas Marítimas, na orientação das esquadras e no domínio do mar. Tem uma capacidade de carga de armas de 45.000 libras e opera em conjunto com as aeronaves do Sistema AWACS ("Airborne Warning and Control System").

Procurou-se, assim, mostrar, de uma forma sucinta, mas completa, todas as implicações estratégicas do emprego de aeronaves nas operações navais e nada melhor que se buscar em chefes militares, não de Marinha, o reconhecimento das afirmativas aqui estabelecidas:

"O CONTROLE AERONAVAL DOS MARES É NA ESTRATÉGIA MODERNA O FATOR DE MÁXIMO PODERIO"

Gal. Douglas MacArthur



TREINAMENTO FISIOLÓGICO PARA EQUIPAGENS DE COMBATE DA FAB

Osmond Coelho

Coronel Médico da Aeronáutica e instrutor da ECEMAR.

INTRODUÇÃO

Ao realizar o voo com o mais pesado que o ar, Alberto Santos Dumont sabia estar dotando a humanidade de um aparelho que, evidentemente, representava a resposta a anseios reprimidos na mente do homem há milhares de anos, desde que, pela primeira vez, ergueu os olhos para o céu, "no velho sonho da traça pela estrela".

Não imaginava, porém, que abria, também, com o advento do 14-bis, um formidável campo de especulação para a curiosidade humana, no terreno da Medicina Preventiva: a Medicina de Aviação e, posteriormente, a Medicina Aeroespacial.

Os problemas de adaptação do homem às alturas se têm tornado cada vez mais complexos, à medida que mais ousadas se tornam as concepções da máquina de voar, dia a dia mais velozes, com a autonomia maior e teto mais elevado.

Aeronaves de transporte, de bombardeio ou de caça, a reação ou convencionais, pressurizadas ou não, subsônicas ou supersônicas, atualmente em operação em todas as partes do mundo, estão a exigir de seus tripulantes condições somatopsíquicas especiais, conhecimento do equipamento vital, doutrinação e treinamento na área da psicopatologia de voo, muito superiores aos necessários há alguns anos atrás.

Os países que possuem uma aviação operacional eficiente não dispensam, em absoluto, este aprimoramento global do aeronavegante, visando a conservação e a economia do material aéreo, como também, o que é muito mais importante, a preservação das vidas preciosas e necessárias de elementos altamente treinados e ardua-

mente especializados. Possuem, para tanto, centros e escolas específicos, onde se desenvolvem estudo e observações e onde se ministra instrução de tudo aquilo que for julgado de interesse elucidar.

Muito mais do que proteger mecanicamente o aeronavegante, a Medicina Aeroespacial tem-se preocupado, de alguns anos para cá, com a missão de treiná-lo na prevenção, no reconhecimento precoce e na resolução de problemas relacionados com a Fisiopatologia do Voo, que podem surgir em situações de emergência, e para a solução dos quais dispõe, em muitos casos, de alguns segundos, antes que o véu negro da inconsciência lhe negue a possibilidade de qualquer decisão.

A Necessidade de Treinamento Fisiológico

O homem não foi criado para voar. Animal típico das duas dimensões planas, até mesmo as cotas um pouco mais elevadas de algumas das montanhas de seu próprio planeta lhe provocam alterações fisiológicas, que com dificuldade suporta e às quais só muito lentamente se adapta.

A dimensão vertical foi conquistada ao domínio dos pássaros pela inteligência e tenacidade do homem, mas este cedo verificou a impossibilidade de lançar-se à nova aventura sem uma proteção adequada contra as condições adversas que as grandes altitudes lhe impunham.

Coube, então, à Medicina de Aviação o primeiro grande passo nesse sentido: estabelecer os limites que o aeronavegante não poderia ultrapassar sem estar protegido; ensinar-lhe as providências a tomar quando falham os meios protetores; e habituá-lo a reconhecer os sintomas que surgem então. Uma vez desatento a esses sintomas, ou sem identificá-los, o aeronavegante se torna incapaz de tomar, em tempo útil, uma decisão salvadora, sendo levado, inevitavelmente, ao desastre.

O Treinamento Fisiológico nada mais é que uma realimentação do condicionamento humano ao voo, uma reavaliação do que poderá sentir em situações anormais e uma recordação das medidas que terá que tomar, com rapidez, antes que seja tarde demais.

Situações simuladas de emergência, em terra e em voo, verificação periódica de seus sintomas pessoais de hipóxia, familiarização, de tempos em tempos, com problemas relacionados à descompressão rápida e à ejeção, tornam o aeronavegante conhecedor destes fatos e atento a eles, bem como às medidas corretivas adequadas, quase reflexas, aumentando, destarte, sua auto-confiança e sua performance.

Os resultados do Treinamento Fisiológico para os aeronavegantes têm sido marcantes. Na Força Aérea dos Estados Unidos, a utilização da ejeção simulada, na torre de Martin-Baker, bem como o treinamento no pára-quedas rebocado ("Parasail"), diminuiu a tal ponto o natural receio pela ejeção e pelo salto de pára-quedas, que os acidentes verificados no escape de aeronaves em emergência, na sua maioria causados pela decisão tardia de ejetar, foram consideravelmente minimizados.

Por isso, nas Forças Aéreas mais adiantadas, não se voa sem o cartão de Treinamento Fisiológico atualizado, tão importante quanto o cartão de Inspeção de Saúde ou o de Voo por Instrumentos.

Nada impede, e tudo impõe, que se adote idêntico procedimento na Força Aérea Brasileira.

O que é Treinamento Fisiológico

O Treinamento Fisiológico é ministrado sob a forma de um curso rápido, com duração de 4 a 6 dias, com sessões teórico-práticas, para turmas de até 20 aeronavegantes.

Na Força Aérea Americana é renovado de 3 em 3 anos, e assistido por todos aqueles que pretendam voar como passageiros ou tripulantes de aviões militares, independentemente do tipo de aeronave, incluídos certos procedimentos das máquinas que estejam em vias de operar no momento, como é o caso, por exemplo, dos treinamentos de escape de emergência, em terra e em voo, de aeronaves T-37 e T-38.

São fornecidos, àqueles que completaram os estágios de treinamento, cartões de comprovação e fichas de registro individual, estas últimas fazendo parte do dossiê de saúde do aeronavegante.

Sem estes documentos, os aeronavegantes não são considerados aptos para o voo, valendo ressaltar que, mesmo para vôos eventuais em aeronaves militares, o treinamento é exigido.

I — Parte teórica

O Curso de Treinamento Fisiológico tem início com 6 a 8 sessões teóricas, em que são recordados os aspectos mais importantes de assuntos gerais da fisiologia de voo: Hipóxia, Aeroembolismo, Aerodilatação, Visão Noturna, Desorientação Espacial etc. O programa teórico não é rígido, nem pré-fixado. O instrutor tem a liberdade de acrescentar, nos tempos finais, temas mais em evidência na ocasião.

Na parte teórica, livre dos Estágios de Treinamento Fisiológico da Base Aérea de Randolph, Texas, realizados em maio e junho de 1972, foram, por exemplo, insistentemente incluídas aulas sobre a influência do abuso do álcool e do fumo na performance do aviador, bem como sobre os perigos causados pela utilização indiscriminada de certos medicamentos. Filmes sobre o efeito danoso provocado no ouvido pelos ruídos de grandes intensidades, provocados pelos motores a jato, foram exibidos como parte do programa.

II — Parte prática

1 — Escape de emergência — Utilizando-se de assentos de aeronaves, fixados no solo, o piloto recorda os procedimentos de escape do avião, em uma emergência em terra, desligando-se com rapidez dos cinturões de segurança e dos sistemas elétrico, de comunicações e de oxigênio do aparelho.

Um mecanismo a ar comprimido simula, também, a liberação do assento após a ejeção.

O ajuste e o manejo corretos do pára-quedas são lembrados.

2 — Ejeção simulada — A torre de Martin-Baker é um dos artefatos capazes de simular uma ejeção, no que diz respeito ao empuxo e à ação de forças G de grande intensidade, mas agindo por curto espaço de tempo.

Ao se familiarizar com o "susto" da ejeção, o piloto se liberta de parte do natural receio que a mesma, pelo ruído e pelo impacto, sempre acarreta.

A posição correta para a ejeção é treinada.

O procedimento não é obrigatório em todos os cursos de Treinamento Fisiológico, sendo praticado eventualmente.

3 — Cadeira de Barany ou Simulador de Desorientação Espacial — Perfeitamente conhecido pelos pilotos brasileiros, este equipamento, ou sua versão mais moderna, o Simulador de Desorientação Espacial, têm a finalidade de demonstrar como e por que, excitados dois canais semi-circulares ao mesmo tempo, surge a sensação de desequilíbrio denominada Efeito Coriolis que é uma das causas da desorientação espacial.

Se o aeronavegante desconhece a existência deste problema e sua sintomatologia, será surpreendido por ela, caso ocorra em vôo, e tentará corrigir, desordenadamente, uma atitude inexistente da aeronave, o que quase sempre culmina em acidente.

4 — Visão Noturna — Através de um equipamento relativamente simples (Fig. 1), manejado em sala escura, são apresentados ao piloto os problemas da visão noturna.

A projeção de slides na obscuridade, para indivíduos com e sem adaptação prévia da visão com óculos vermelhos, evidencia a necessidade da utilização destes, antecedendo aos vôos noturnos, ou a permanência do piloto em ambiente escuro, por longo espaço de tempo, antes de iniciar a missão.

O efeito prejudicial, para a visão noturna, de jatos de luz intensa, é demonstrado por intermédio de um pequeno farol acoplado ao equipamento.

As falsas sensações de movimentação de pequenas luzes, por muito tempo fixadas, principalmente se vermelhas — a denominada autoquinese — são experimentadas na prática, lembrando que tal fenômeno ocorre com frequência em vôos em formação à noite.

Realiza-se, também, um treinamento em que o piloto comprova praticamente que, à noite, vendo às custas dos bastonetes e não dos cones de retina, existe um ponto "cego" na parte central de seu campo visual, onde uma aeronave inimiga poderá estar perfeitamente "escondida", se a mirada for diretamente dirigida para ela, em lugar de ser observada de modo a ser deslocada para a periferia do campo visual.

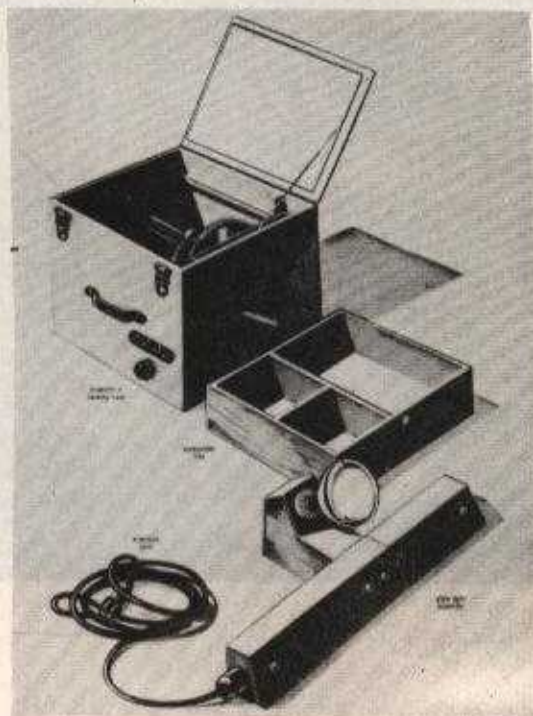


Fig. 1

O aviador aprende, portanto, a técnica de ver melhor no escuro. São pessoalmente vividos todos os problemas da visão noturna, cujo estudo será completa- do na Câmara de Baixa Pressão.

Tais fenômenos também interferem na chamada Desorientação Espacial, presente em cerca de 25% dos acidentes em que fatores humanos foram apontados como causa¹.

(1) — "Uma revisão de todos os acidentes importantes na Força Aérea (1958) revelou que a desorientação do piloto esteve envolvida em mais de 25% dos casos em que fatores físicos, fisiológicos e patológicos estavam implicados".

Physiology of Flight — USAF AFP 161-16 — Página 164 — Abril 1968.

5 — Câmara de Baixa Pressão — Os vôos simulados na Câmara de Baixa Pressão (Figura 2) são de 3 tipos: inicial, para aqueles que o realizam pela primeira vez; tipo passageiro, para os passageiros de aeronaves militares; de recordação (refresher), para o treinamento periódico dos aeronavegantes.

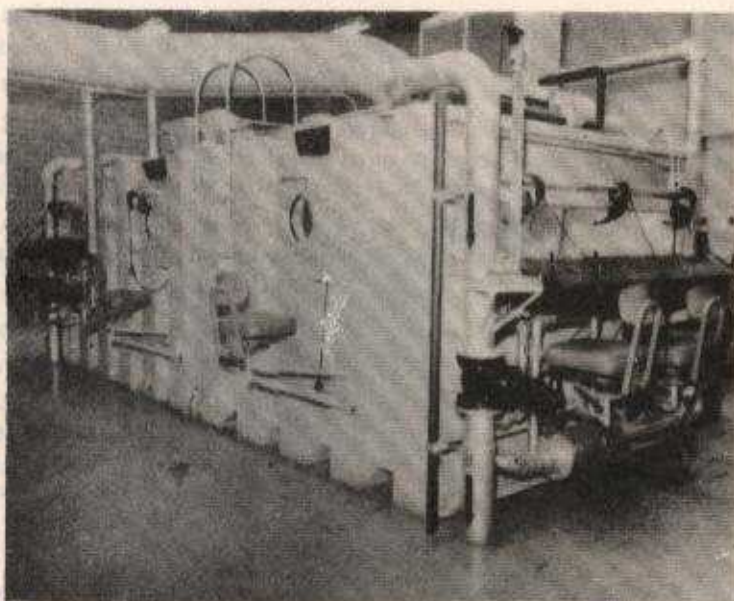


Fig. 2

O principal objetivo dos vôos simulados na Câmara de Baixa Pressão se relaciona com os fenômenos de hipóxia.

Os sintomas da hipóxia são vários: sensação de fadiga, lassidão, sonolência, náuseas, cefaléia, falta de ar, euforia, incoordenação motora, diminuição da visão, redução do campo visual, embotamento intelectual, dificuldade de raciocínio, formigamento nas extremidades, "flashes" frios ou quentes etc.

Mas surgem sem qualquer seqüência e não são os mesmos para todos os indivíduos. Daí a necessidade de que cada qual conheça *os seus sintomas* de hipóxia e a *sua seqüência particular* de aparecimento, lembrando sempre que, em determinadas altitudes, o tempo que medeia entre a perda do oxigênio e a perda da consciência é de apenas alguns segundos (Tempo Útil de Consciência). Este é o prazo fugaz entre a decisão salvadora e o acidente quase inevitável.

Durante os vôos na Câmara, são mais uma vez recordados, através do interfone, os assuntos teóricos pertinentes. São realizados ainda exercícios fáceis para comprovar a dificuldade de raciocínio e a deficiência na coordenação motora (Figura 3).



Fig. 3

São, também, experimentados, na prática na Câmara de Baixa Pressão, os procedimentos relacionados com a prevenção do Aeroembolismo, os sintomas da Aerodilatação e a influência da Hipóxia na visão noturna.

É treinada a utilização dos equipamentos de oxigênio em uso nas aeronaves e praticada a respiração sob pressão positiva (figura 4).

As câmaras são ainda utilizadas para teste de equipamentos de suporte vital utilizados em vôos em altas cotas, como é o caso das roupas de pressão, (figura 5) antes de serem distribuídos para emprego operacional.

É vivida, na Câmara de Baixa Pressão, a sensação da queda livre, semelhante, em termos de modificação de pressão, ao que é sentido durante o trajeto vertical que precede a abertura do pára-quedas.

Cada voo termina com uma descompressão rápida, realizada à parte, em secção hermética da câmara (lock), em que o aeronavegante aprende como pode evitar que a perda da pressão da cabine venha a produzir efeitos lesionantes em sua árvore respiratória.



Fig. 4

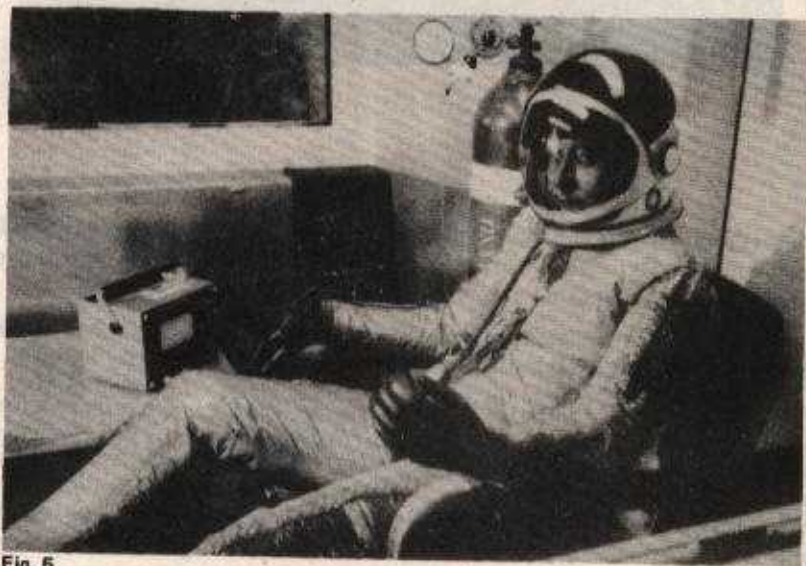


Fig. 5

6 — Pára-quadas rebocado (Para-sail) — Tal processo de treinamento, largamente difundido atualmente, como modalidade desportiva, consiste em rebocar o indivíduo, munido de pára-quadas aberto ligado a cabo de 300 a 600 pés de comprimento, por um veículo, do mesmo modo que se "empina" um papagaio, correndo contra o vento (figura 6).



Fig. 6

Uma vez na vertical, o cabo é solto e o aeronavegante desce, percorrendo o trajeto final do salto de pára-quadas, justamente a que mais amedronta pela iminência do choque com o solo.

Precedido de treinamento de pulo e rolamento no chão, o "para-sail", realizado somente na fase inicial acadêmica da formação do piloto, lhe fornece a medida exata da velocidade e do impacto no solo num salto real de pára-quadas, tirando muito do receio natural e tornando mais pronta a decisão de usá-lo em emergência.

São também recordados, nesta oportunidade, o procedimento para libertar-se do pára-quadas em caso de salto sobre a água ou arrasto pelo vento, as medidas de proteção em caso de pouso sobre arvoredo ou fios de alta tensão, bem como

o artifício empregado para fazer cessar o movimento pendular, durante a descida.

Um cartão comemorativo do treinamento com o pára-quedas rebocado também costuma ser fornecido.

III – Outros programas

Flexível como é, o Curso de Treinamento Fisiológico permite, de acordo com as necessidades, a integração de outros programas de treinamento, consoante com as missões a serem realizadas proximoamente pelos praticantes.

Assim é que Primeiros Socorros, Sobrevivência no mar ou na selva, treinamento com equipamento contra gases, adaptação às forças-G na centrífuga humana etc, podem incluir-se no currículo.

Medicina Aeroespacial e Treinamento Fisiológico na FAB

“Crescer, para não perecer é a tônica deste final de século, o que apenas repete, em ritmo mais intenso, a regra geral do desenvolvimento humano, do pitecântropo ao astronauta”. Não nos parece mais necessário enfatizar a importância, no desenvolvimento da aeronáutica moderna, da Medicina Aeroespacial e do Treinamento Fisiológico. É um axioma evidente por si mesmo. Basta olhar em torno e observar as nações chamadas desenvolvidas. Desta forma, não é mais questionável a importância e conseqüente necessidade da medicina aeroespacial para o crescimento da aviação, tanto civil, quanto, e sobretudo, militar. Assim, todas as Forças Aéreas que se pretendem manter atualizadas, no que diz respeito às máquinas, buscam atualizar-se, também, no que diz respeito ao homem.

Organizações de pesquisa aeroespacial são encontradas em todo o mundo, executando paralelamente os programas de pesquisas técnica e médica. Os planos de Treinamento Fisiológico dos pilotos se desenvolvem simultaneamente com os testes de novas aeronaves e equipamentos, sendo julgados essenciais. Os Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França lideram o grupo de países em que a Pesquisa Aeromédica e o Treinamento Fisiológico mais intensamente se realizam. Mesmo em países com Forças Aéreas de menor porte, também já se está procedendo ao Treinamento Fisiológico dos Aeronavegantes.

A Força Aérea Brasileira não poderia deixar de reconhecer tal fato e planejar para que seus pilotos passem a dispor desse indispensável recurso, mesmo porque, praticamente, quase todas as aeronaves atualmente em operações ou em processo de aquisição, na Força Aérea Brasileira, são pressurizadas ou a jato, e as tripulações precisam estar preparadas para fazer face aos problemas fisiopatológicos que este tipo de voo acarreta.

Dada a impossibilidade de ser ministrada instrução num mesmo nível em todos Esquadrões, pela diferença de recursos de cada local, adotou-se, na maioria dos países, a prática de cursos de endoutrinamento, para o aeronavegante, em centros de pesquisa médica equipados convenientemente para tal fim.

Esta é a solução que preconizamos para o Brasil, através de planejamento da Diretoria de Saúde da Aeronáutica que delegou ao Centro de Especialização de Saúde, atualmente englobado pelo Centro de Instrução Especializada de Aeronáutica (CIEAR), situado no Campo dos Afonsos, a responsabilidade do treinamento e atualização do pessoal da FAB, em todos os níveis, nos problemas de fisiopatologia relacionados com a atividade aérea.

Em linhas gerais, o CIEAR preparará os Médicos de Esquadrão para ministrar a instrução teórica de Fisiopatologia de Voo para os aeronavegantes do Esquadrão, usando, inclusive manuais, apostilas, ajudas de instrução e meios de avaliação fornecidos pelo Centro.

Após esta parte teórica, os aeronavegantes virão por turmas, periodicamente ao CIEAR, para realizarem treinamento prático, constante de:

1 — Treinamento na Câmara de Baixa Pressão: hipóxia, aeroembolismo, aerodilatação, treinamento com o equipamento de oxigênio e de respiração sob pressão, queda livre, decompressão rápida e visão noturna sob hipóxia.

2 — Treinamento de desorientação espacial, na Cadeira de Barany.

3 — Treinamento de visão noturna: desorientação espacial, acomodação ao escuro, autoquinese.

Dessa maneira, realizando treinamento na Câmara de Baixa Pressão da Academia da Força Aérea, durante o Curso de Formação, recebendo instrução teórica constante e bem orientada no Esquadrão e complementação teórico-prática periódica no Centro Instrução Especializada da Aeronáutica, os aeronavegantes serão capazes de se manter em constante alerta para os imprevistos do voo moderno, tornando-se mais aptos e mais confiantes para equipar sofisticadas aeronaves que atualmente integram os Esquadrões Operacionais da Força Aérea Brasileira.

Treinamento Fisiológico, Segurança de Voo e Segurança Nacional

O voo nas aeronaves modernas é bastante estressante, com as altas velocidades alcançadas, as elevadas cotas atingidas e a autonomia muito ampliada. O piloto não pode mais confiar exclusivamente em seus órgãos dos sentidos para o comando da máquina.

O equipamento que o acompanha, que o auxilia e que o protege, por pesado e compacto, termina por tornar-se fatigante para ele, por tolher-lhe os movimentos, comprimir-lhe o corpo, modificar-lhe a mecânica respiratória, toldar-lhe a visão, dificultar-lhe a audição e sobrecarregar-lhe, cada vez mais, a mente, que precisa estar sempre em atividade.

A falência de um equipamento de voo ou de tiro poderá vir a comprometer a missão ou fazê-la abortar.

Mas a falha de aparelhagem de apoio vital seguramente, além da missão, põe em risco a própria vida do piloto.

Por isso, necessita ele acrescentar, a já tantas causas de estresse inerentes ao próprio voo, mais uma: a vigilância cerrada e constante quanto ao funcionamento de seu organismo, para que possa perceber precocemente e corrigir a tempo, qualquer modificação de suas condições fisiológicas normais.

Em nome mesmo da própria missão necessita fazê-lo. E, para um militar, a missão pode estar, ou vir a estar relacionada com operações bélicas, ligadas diretamente à segurança nacional.

Vale dizer, assim, que estabelecer uma estratégia nacional, planejar as táticas de combate, manter a postos as máquinas, definir e observar padrões de higidez do homem e treiná-lo para um bom desempenho, são atividades de magna importância para a segurança nacional, tanto quanto a de conservá-lo alerta e ensiná-lo a continuar vivo, para outras missões.

E ensiná-lo a continuar vivo em voo, nada mais é que proporcionar-lhe Treinamento Fisiológico.

Mesmo porque, do binômio homem-máquina, é o primeiro o mais importante, o mais precioso, o mais caro, o único verdadeiramente insubstituível.

Conclusão

Já foi ultrapassada a etapa em que o progresso da Engenharia Aeronáutica era refreado pela falta de condições do homem em se adaptar às condições da máquina.

O piloto, o aeronavegante, de maneira geral, pode e deve estar adaptado e protegido contra as situações adversas do voo.

Mas precisa estar atento para as eventuais falhas no equipamento de apoio vital que o defende daquelas e capacitado a reagir de pronto, nestas emergências, com segurança, eficácia e rapidez.

A Força Aérea Brasileira, voando aeronaves altamente sofisticadas e de grande performance, não relegaria a segundo plano a missão de adaptar seus pilotos, reconhecidamente dos melhores do mundo, ao desempenho de suas máquinas, de protegê-los e de treiná-los.

O planejamento da Diretoria de Saúde da Aeronáutica, visando ao Treinamento Fisiológico dos aeronavegantes brasileiros não podia perecer no nascedouro, para não serem prejudicadas a eficiência do pessoal, a segurança do voo e, em última análise, a própria segurança nacional.

Trata-se, sem dúvida, de um investimento vultoso.

A aparelhagem adquirida foi incontestavelmente cara. Mas não o serão mais as vidas humanas em jogo?



ASPECTOS DA EXPOSIÇÃO ESCRITA E ORAL

Antônio de Arruda

*Magistrado e Professor de Introdução à Ciência do Direito da
Universidade Federal de Mato Grosso. Faz parte da Junta Consultiva
da Escola Superior de Guerra.*

1 - INTRODUÇÃO

O tema que iremos versar está intimamente ligado ao Processo de Comunicação, mas sobre este não pretendemos descer a pormenores. Gostaríamos apenas de frisar que dos elementos fundamentais da Comunicação — a fonte, o destinatário, a mensagem e o meio — assumem especial relevo o destinatário e a mensagem.

O destinatário é a pessoa ou público a que visa a Comunicação e determina o sentido da mensagem. Nenhuma Comunicação será eficaz se não levar na devida conta o público a que tem em vista. Já foi observado que, quando Gonçalves Dias registrou, na Canção do Exílio, que "as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá", estava certo. O ouvinte, no caso, é outro, pertence a um ambiente diverso. A comunicabilidade se perdeu.

Ocorre o mesmo na elaboração da linguagem, que deve atender ao público a que se destina. Quem escreve um livro ou pronuncia um discurso não terá êxito se descurar dos que vão lê-lo ou ouvi-lo, assim como das reações com que receberão a mensagem.

A característica fundamental da mensagem é a clareza, sem o que se dilui seu sentido como o da própria comunicação.¹

1 — Desta característica decorre uma das regras da propaganda e também da publicidade — que é a da simplificação. Para ser eficaz, deve a propaganda resumir a idéia divulgada em fórmulas claras e simples, inclusive através de "slogans". Completa essa regra a da orquestração, ou seja a repetição da mesma idéia com o uso de variantes oportunas e de meios diversos de divulgação. Ver, a propósito, Jean-Marie Domenach — La Propagande Politique, Paris, Presses Universitaires de France, 1955; e João Camilo de O. Torres, da Propaganda Política, Belo Horizonte, Univ. de Minas Gerais, 1959.

Na mensagem, o veículo básico é a linguagem, expressa por símbolos verbais ou não. Às vezes, os gestos são tão sugestivos como as palavras. Até o silêncio — o silêncio significativo — quando apropriado pode adquirir imensa força comunicadora.

Por outro lado, ao dirigir-nos a alguém, temos em mente obter algo. Aristóteles já dizia que a função da retórica é persuadir, enquanto para Cícero o perfeito orador é aquele que instrui, encanta e comove seu auditório.

Aí está a essência da Comunicação, cujos objetivos, no consenso dos autores, são: informar, persuadir e divertir. "Nós nos comunicamos para influenciar — para afetar com intenção" (David Berlo).²

Para completar os princípios essenciais da Teoria da Comunicação, que interessam ao nosso tema, mencionaremos ainda alguns Mandamentos da Boa Comunicação, segundo uma equipe do "American Management Association":

- Antes de comunicar, procure ter idéias claras.
- Examine a verdadeira intenção de cada comunicação.
- Considere a totalidade do ambiente físico e humano enquanto comunica.
- Enquanto comunica, cuide em acentuar o conteúdo básico de sua mensagem.
- Aproveite as oportunidades de levar ao ouvinte qualquer coisa de valor ou que o ajude.
- Siga de perto os efeitos de sua comunicação.
- Assegure-se de que suas ações apoiem suas palavras.
- Procure não só ser compreendido mas compreender — seja um bom ouvinte.³

2 — A EXPOSIÇÃO ESCRITA

Múltiplas são as formas de exposição escrita, desde o simples relatório até as mais requintadas expressões literárias. Cada uma delas terá peculiaridades específicas, em função do meio e também do estilo, que é o tratamento dado pelo autor ao tema. É feição tipicamente individual, porque o estilo é resultante de seleção, de processo pessoal do escritor, em suma, para usar a fórmula de Buffon, o estilo é o próprio homem.

Inúmeras são as variáveis que podem condicionar a exposição. Não cabe aqui pormenorizá-las. Mas há alguns cuidados que servem a todas e merecem ser lembrados.

- 2 — David Berlo, o Processo da Comunicação, trad. de J. Arruda Fortes, Rio, Ed. Fundo de Cultura, 1963.
- 3 — Apud A.C. Leyton, A Arte de Comunicar, págs. 47/51, trad. de Mário Fonseca, Porto, Livr. Civilização Edit., 1970.

Em primeiro lugar, o expositor precisa conhecer o assunto ou, pelo menos, submetê-lo a um preparo prévio. Deve empreender amplas pesquisas, com a consulta a autores que já versaram o tema. A experiência vai ensinando ao neófito que nem sempre é necessária a leitura integral da obra consultada, bastando-lhe recolher os dados que se ligam mais diretamente ao tema.

Na elaboração do tema, é preciso também levar em conta as normas de redação já consagradas, como o cuidado na escolha das palavras. Está nesse caso a evitando repetição das mesmas ou de palavras semelhantes, muito próximas umas das outras, a não ser que se queira dar ênfase a determinada idéia. Deve-se ainda fugir das rimas, sobretudo as estridentes (em *ão*, *ento*, etc.), dos cacófatos ou mesmo do encontro de sons análogos (escrito torpe, lado do sol), embora se deva reconhecer que estes últimos nem sempre são facilmente evitáveis.

Outro ponto a ter em vista é o que concerne ao uso de neologismos, de termos estrangeiros ou de formas arcaicas. Neste particular, é imprescindível pedir a ajuda de bons dicionários e a dos mestres da língua.

Feitas essas advertências, de caráter meramente exemplificativo, vejamos as características comuns à exposição escrita, especialmente à de natureza didática ou científica.

2.1 — Características da Exposição Escrita

2.1.1 — Estrutura

Desde Aristóteles se diz que todo discurso comporta três fases: exórdio, narração e peroração. Ou, por outras palavras: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Essa estrutura serve para qualquer espécie de exposição. É claro que, nos escritos breves, não há lugar para essa divisão. Entra-se direto no assunto, sem mais preâmbulos. Admite-se também o discurso ex-abrupto, sem introdução, quando se quer produzir impacto. Foi o que fez Cícero, na 1ª Catilinária, que começa com a famosa e imprevista interpelação: — Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?...

Na introdução, o expositor procura afinar-se com o seu público, captando-lhe a simpatia e a confiança. Mostra ele ainda, em termos incisivos, o objetivo que tem em vista e o que pretende aduzir.

No desenvolvimento do tema, as idéias devem ser expostas em seqüência lógica e, quando for o caso, cronológica. Nada mais enfadonho do que o expositor que embaralha os dados, que sai e retorna ao mesmo ponto.

Os bons escritores, quando descrevem uma casa, por exemplo, começam pela parte externa e daí vão caminhando interior a dentro, restringindo-se aos aspectos mais significativos de cada compartimento.

Na enumeração dos fatos, considerem-se o passado, o presente e as perspectivas futuras. Na análise dos fatores que possam interferir no assunto, pesquisem-se os positivos e negativos, nos campos econômico, político, psicossocial, etc.

O expositor, se preferir, pode apresentar o seu tema sob a forma de um ou mais problemas a resolver. Neste caso, reunirá os desafios ou os aspectos fundamentais dos problemas levantados, oferecendo-lhes as possíveis soluções.

Nas enumerações, convém agrupar os fatos afins, do mesmo modo que as palavras serão alinhadas segundo o seu grau de importância ou de abrangência. Dir-se-á: "Pela Pátria sacrificarei os meus bens, o meu futuro e a própria vida". Ou, como neste passo de Vieira: "... que com a voz, com o gesto e com as ações havia de fazer em pó e em cinza os vícios".⁴

No desenvolvimento da exposição, é útil ter em mente o esquema dos repórteres, na elaboração de seus tópicos e artigos:

- O que? (a ação)
- Quem? (o protagonista)
- Onde? (o lugar)
- Quando? (a época)
- Porque? (a causa)
- Como? (a maneira)
- Com que? (os meios).

A conclusão, que deve ser sintética, prende-se geralmente ao objetivo do tema, que o expositor ressaltará. Pode ele também destacar os pontos essenciais do tema e enumerá-los em traços largos e sucintos. Alguns costumam concluir com uma citação que, se oportuna, produzirá excelente efeito.

Em suma, a estrutura da exposição cabe na receita de um Deputado irlandês: — "Em primeiro lugar, diga-lhes o que tem a dizer; em segundo lugar, diga-o; finalmente, diga-lhes o que lhes disse".

2.1.2 — Objetividade

No sermão da Sexagésima, tido como um verdadeiro manual da arte de escrever, afirmava o Padre Vieira que o sermão deve ter um só assunto e uma só matéria. Comparando o sermão a uma árvore, acrescentava Vieira que ele deve ter raízes, porque há de ser fundado no Evangelho; há de ter um tronco, que é o assunto e a matéria versada; deste tronco nascem os ramos, que são as descrições diversas, mas

4 — Apud Afrânio Peixoto, Os Melhores Sermões de Vieira, pág. 45, Rio, Edit. Guanabara, 2ª ed.

riendas do assunto e continuadas nele. Essa árvore deve ter varas, que são as representações dos vícios; flores, que são as sentenças, e frutos, como o remate de tudo.⁵

O símile de Vieira vale para qualquer exposição. Deve haver nela um tema e um só tema. Tudo o que se disser há de convergir para esse tema. Os pormenores devem ser relevantes e cingir-se ao que possa ressaltar os objetivos visados na exposição. É claro que pode haver desdobramentos do tema em itens e subitens, mas sem perder de vista o contexto.

A objetividade importa, pois, em evitar todas as digressões que não concorram para o esclarecimento ou a valorização do tema.

1.3 — Precisão e Clareza

Escrever bem não é mais do que pensar bem. Entra-se, pois, no domínio da lógica, cujos recursos não podem ser desprezados pelo expositor.

Caimos na já citada característica básica da mensagem — e, portanto, da comunicação — que é a clareza.

Tudo se resume em dominar o pensamento pelo domínio da linguagem. Força é atentar para o sentido das palavras e é aqui que surgem as dificuldades. As palavras, em geral, são polissêmicas, isto é, têm muitos sentidos. Segundo o novo dicionário do Aurélio, o verbo fazer tem 46 significados e o substantivo mão 26, para as locuções em que entram esses vocábulos.

No campo do Direito, a polissemia é a maior responsável pelas controvérsias na interpretação da lei. O antigo Código de Processo Civil, por exemplo, punia com a absolvição da instância o autor da ação que deixasse de *promover* o andamento do processo, durante mais de 30 dias. Mas que significa *promover*? Será apenas requerer, propor, ou fazer que se execute alguma coisa? No caso, *promover* seria requerer o andamento do processo, que, às vezes, independe das partes, ou fazer com que ele, de fato, se movimente? Adotando um ou outro desses entendimentos — ambos gramaticalmente válidos — os juízes vacilaram muito tempo na aplicação da referida penalidade.

Em face dessa múltipla variação dos significados, como encontrar a palavra justa? O problema reside na formação do contexto, cuja idéia geral deve presidir o emprego dos vocábulos. O autor precavido procederá de tal modo que o sentido ressurja iniludivelmente do texto.

É difícil dar regras sobre precisão e clareza da linguagem. Geralmente, é de se preferir o substantivo concreto ao abstrato e a voz ativa à passiva. Também, cabe evitar o uso indiscriminado de termos meramente avaliativos, que não expressam um sentido especial, mas uma declaração de atitudes. A avaliação só é perfeita e cável, quando decorre de fatos certos ou prováveis, ou de circunstâncias existentes.

— Vieira, Sermões, págs. 20/1, Vol. I, Porto, Lello, 1945.

Para finalizar este item, mencionaremos alguns dos erros mais comuns de redação, segundo Leyton:⁶

- Omissão de tópicos importantes.
- Desenvolvimento incompleto de um tópico.
- Inclusão de pormenores inúteis ou aborrecidos.
- Frases longas e redação complicada.
- Falta de clareza — frase que exige ser relida para ser compreendida.
- Verbosez e prolixidade — falha em não ir direto ao assunto.
- Expressões fracas, insípidas ou deselegantes.
- Repetição desnecessária de palavras ou da mesma estrutura da frase.
- Linguagem técnica desnecessária ou palavras excessivamente estranhas numa frase simples.

2.1.4 — Concisão

Napoleão dizia: "A arte da guerra é uma ciência em que nada sucede que não tenha sido calculado e refletidamente meditado".

Esse aforismo transcende a arte da guerra e encontra perfeita aplicação na arte de escrever. A concisão do estilo reflete o amadurecimento das idéias e imprime maior vigor à comunicação.

Lembre-mo-nos como um mestre da palavra, Winston Churchill, se serviu de frases concisas, que se transformaram em verdadeiros "slogans", e não perdem o sabor, mesmo traduzidas:

"Só Ihes posso oferecer sangue, suor e lágrimas". "De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o Continente."

Observe-se ainda a sabedoria dos adágios, que concentram pensamentos cristalizados pelo tempo:

- A bodas e a batizado não vá sem ser convidado.
- De noite todos os gatos são pardos.
- Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo.
- O ignorante, como a candeia, a si se queima e aos outros alumeia.
- De médico e de louco todos têm um pouco.

Trata-se, nestes casos, do chamado período tenso, que retrata a beleza da forma e a clareza das idéias, em contraste com o período lasso, peculiar ao estilo descuidado.

Há uma norma que recomenda contenha a oração principal a idéia predominante do período, segundo o ponto de vista em que se coloca o autor. Quanto à

6 — A.C. Leyton, ob cit., pág. 169.

posição, os termos ou orações a que se queira dar maior ênfase devem ocupar as extremidades do período. Forma-se, assim, uma corrente de idéias, em que as palavras se encadeiam de tal modo, que o sentido se completa no fecho do circuito. Esse é o segredo do período tenso, ao passo que, no período lasso, não há circuito, pois o pensamento se completa antes de terminar o período.⁷

Como exemplos de período tenso, mencionaremos os seguintes trechos de Rebelo da Silva, tirados de sua antológica narrativa "Última Corrida de Touros":⁸

"Um rugido tremendo, uma aclamação imensa do anfiteatro inteiro, e as vozes trunfais das trombetas e charamelas encerraram esta sorte brilhante."

"De repente, um silêncio em que se conglobavam milhares de agonia, emudeceu o circo."

"Nesse momento, os espectadores olhando para a tribuna real estremeceram."

3 — A EXPOSIÇÃO ORAL

Quando um trabalho é feito para ser exposto oralmente, surgem novos cuidados, no que se refere à apresentação. Deixemos de lado as leituras completamente informais ou breves discursos de ocasião. Vamos cingir-nos à exposição *expressiva*, que não se limita à simples leitura, mas tem em vista ainda traduzir emoções ou sentimentos experimentados pelo escritor. Para isso, há algumas exigências, que procuraremos sintetizar.

3.1 — A Postura

O inimigo inicial a vencer, numa exposição, é o medo, a tensão nervosa. A isso não escapam nem mesmo os grandes oradores e artistas.

Conta-se de Sarah Bernhardt que, pouco antes de espetáculo de gala, se queixava a um grupo de atores:

— É horrível! Sinto-me trêmula da cabeça aos pés.

Uma jovem atriz, que a ouvia, comentou:

— Pois eu nada sinto!

Ao que a grande artista retrucou ironicamente:

— Bem, espere quando lhe chegar o talento, que você se sentirá como eu...

A postura deve ser sóbria, sem afetações, trejeitos ou perambulações excessivas. Uma atitude de entusiasmo e de convicção no que vai dizer ajuda o expositor neófito.

7 — Othon M. Garcia, *Comunicação em Prosa Moderna*, págs. 40/44, Rio, Biblioteca do Exército, 1969.

8 — Apud Sousa da Silveira, *Trechos Seletos*, págs. 137, 138 e 143, 1ª ed., Rio, Tip. Bernard Frères, 1919.

3.2 — Articulação Perfeita das Palavras

Trata-se de cuidado óbvio que deve ser observado na conversação e, com muito mais rigor, nos discursos formais. É preciso cautela contra os vícios da fala, especialmente:

- 1 — Com a troca de consoantes (soldado por soldado).
- 2 — Com a supressão de consoante no meio ou no final das palavras (problema, dizê, perguntá...).
- 3 — Com a confusão de parônimos: fluir (correr) e fruir (apreciar); infligir (cominar, aplicar) e infringir (violar, desrespeitar).⁹

Já no encadeamento dos vocábulos, é lícita e até aconselhável a elisão de sons: esta amável (estamável); trinta anos (trintanos).

Outro cuidado relaciona-se com a respiração, que demanda treinamento especial. Recomenda-se que a aspiração do ar seja feita nas pequenas pausas, aproveitando-se os sinais da pontuação.

3.3 — O Tom: Cadência da Frase

O tom liga-se à altura da voz e determina a cadência da frase. Isto significa que a voz deve ser dosada, ora mais alta, ora mais baixa, a fim de se fugir à monotonia. Monótono, justamente, seria em sua origem o tom único, que, por desagradar a quem o ouve, passou a ter o sentido de fastidioso, enfadonho.

Neste ponto, não há regras fixas, a não ser a seguinte: deve o expositor evitar a balbuciência, que poderá prejudicar a compreensão das palavras, assim como os gritos que atordoam. É evidente que, se o discurso é feito em comício, em grande recinto, o orador será obrigado a alterar a voz para que seja ouvido de todos.

3.4 — Interpretação do Texto — Palavras de Valor

A exposição é um trabalho de inteligência, em que o orador procurará vivificar as idéias contidas no texto, através do tom com que as enuncia.

Força é dar à exposição uma seqüência condicionada à disposição das palavras no período, de modo a formarem um conjunto lógico. Servindo-se dos sinais de pontuação ou de grupos de palavras que se podem aglutinar, o orador dará fluência ao discurso, para que não se torne desarticulado.

Supõe-se que, antes da dissertação, o autor já tenha analisado cuidadosamente o seu trabalho e destacado, em cada período, as palavras de valor, isto é, as

9 — Podem parecer dispensáveis recomendações deste jaez. Mas, na realidade, vêem-se personalidades ilustres, quando discursando ou entrevistadas na televisão, se deixarem trair por maneiras descuidadas de falar, que exprimem, às vezes, modismos regionais inelutáveis.

que exprimam as idéias básicas, que conferem maior energia à frase. É conveniente que tais palavras sejam grifadas, de antemão, para que lhes dê o orador, na leitura, a ênfase necessária.

Na seleção das palavras de valor, há muito de subjetivo e pessoal, não sendo fácil o estabelecimento de critérios rígidos a esse respeito. No entanto, casos há em que a escolha se impõe naturalmente.

Assim, nas antíteses, é claro que se devem assinalar as palavras antitéticas, em que se concentram as idéias dominantes. É o que se vê no seguinte exemplo de D. Aquino Corrêa:

"De que vale um corpo *sadio* numa alma *sandia*?"¹⁰

"Se os olhos vêm com *amor*, o corvo é *branco*; se com *ódio*, o cisne é *negro*; se com *amor*, o demônio é *formoso*; se com *ódio*, o anjo é *feio*; se com *amor*, o pigmeu é *gigante*; se com *ódio*, o gigante é *pigmeu* . . ."¹¹

Cabe mencionar também, a propósito, a seguinte passagem de Pierre Dicos, divulgada em textos da Escola Superior de Guerra: — "A Democracia já não deve dizer aos que a difamam: '*Concedo-vos*, em nome dos *meus* princípios, a liberdade que me negaríeis, em nome dos *vossos*'; mas sim: '*nego-vos*, em nome dos *vossos* princípios, a liberdade que me solicitais, em nome dos *meus*'.

Erro grave é dar ênfase a palavras acessórias da frase o que se transforma em maneirismo: (e, mas, porém . . .).

Ainda neste item, cabe frisar que a ênfase dada a uma ou outra palavra ou expressão pode até modificar o significado do texto, ou pelo menos dar-lhe matizes diversos. Como exemplo, recordaríamos aquela velha historietta do pai que recebe telegrama do filho e comenta, contrariado, com a esposa:

— Veja só como diz este maroto: "*Mande dinheiro*". É assim que um filho se dirige ao pai? Não mandarei coisa nenhuma . . .

Mas a mulher, compassiva, acalmou-o:

— Veja bem, ele não diz: "*Mande dinheiro*" (autoritário), e sim: "*Mande dinheiro*" (com brandura).

Em suma, a ênfase a ser dada às palavras depende muito da oportunidade e do estilo pessoal do expositor. Alguns chegam à impositação permanente da voz, caminho cheio de escolhos, que pode levar ao pedantismo.

3.5 — Velocidade da Voz

A velocidade da voz há de ser equilibrada: não se deve falar nem muito devagar, nem muito depressa. Em ambos os casos, a assistência costuma perder o estímulo para acompanhar o orador.

10 — D. Aquino Corrêa, Discursos, 2º vol., pág. 357.

11 — Apud Othon M. Garcia, ob. cit., pág. 71.

A velocidade da voz ajusta-se ainda às emoções que se deseja exprimir. Quando se fala em entusiasmo, em progresso, por exemplo, a voz será mais rápida, enquanto que se tornará mais velada se trata de assuntos comoventes, lúgubres, etc.

Cabe aqui transcrever os famosos conselhos de um Mestre—Antônio Feliciano de Castilho — sobre declamação, adaptáveis a qualquer discurso, desde que usados com discrição. Disse Castilho que recitar versos não deve ser medi-los nem contá-los. Os tons e inflexões da voz devem variar, para fugir da monotonia, como ocorre até na prosa. E acrescentou: ¹²

“As notas mais graves condizem com os pensamentos mais graves e pausados, as mais agudas com os mais impetuosos, com os mais ardentes; a desanimação e a melancolia querem tons baixos; a alegria, o entusiasmo, tons subidos; é espreitar minuciosamente a natureza, colhê-la e segui-la”. E mais adiante:

“A velocidade da recitação, variando-se calculadamente, contribui sobremodo para comover, persuadir e arrastar o ouvinte”.

“Neste particular a boa declamação só pode ser filha de um estudo prévio e profundo do trecho, que se pretende declamar; para direção eis aqui alguns princípios gerais: o que é raciocínio e meditação, requer morosidade; o que é extemporâneo, súbito e como que inspirado, exige rapidez; a melancolia é morosa; a jocidade, o alvoroço, o entusiasmo, os afetos vivos, a ira, são tanto mais velozes quanto maior é a sua intensidade; a vingança costuma ser tardia nas suas concepções, como que hesita de passo a passo; a benevolência brota do instinto e corre caudalosa. O que se refere à velhice, à desgraça, ao outono e inverno, à noite e à morte, assume em geral o caráter do recolhimento: pelo contrário o que é da meninice e adolescência, dos folgaes, da primavera e estilo, etc., arremessa-se com facilidade. As excursões do espírito pelas regiões do além mundo são constantemente precedidas da sonda, enquanto pelo tumulto da vida social, e delícias do viver cidadão, a alma se precipita como por terreno conhecido e declive”.

3.6 — Os Gestos

Os gestos abrangem o jogo fisionômico, o movimento das mãos e dos braços e, às vezes, o do próprio corpo. Compreendem, em seu conjunto, a mímica, complemento importante da comunicação.

Os gestos variam conforme o temperamento do orador e as circunstâncias da exposição. Antigamente, havia mais liberdade, neste particular, mas hoje a preferência é para os gestos comedidos.

De qualquer modo, os gestos completam a fala, conjugam-se com esta. Pois a mímica deve ser intencional: cumpre evitar a todo custo os gestos desordenados ou mecânicos e principalmente os cacoetes.

Note-se que, nos discursos lidos, só cabem os gestos com a mão direita, porque a esquerda deve ficar com o papel (regra que vale também quando o orador falar através de microfone).

12 — Apud Sousa da Silveira, ob. cit., págs. 163/4.

3.7 – Uso dos Meios Auxiliares

A exposição oral poderá ser enriquecida com meios auxiliares, tais como quadros, mapas e todo o moderno equipamento audiovisual. Pode-se também complementar o texto com a leitura e comentários de trechos de livros ou periódicos alusivos ao tema.

Cabe advertir que os meios auxiliares utilizados devem ser compatíveis com o tempo disponível para a dissertação. Do contrário, haverá desperdício de material e possível desinteresse dos ouvintes, diante de quadros e transparências que passam de relance, sem que lhes seja possível apreendê-los. Uma solução, no caso, será selecionar os pontos essenciais a serem apresentados através dos meios auxiliares, ficando o restante para incorporar-se à publicação, se houver. Tal expediente pode ser adotado em relação ao próprio texto, pois nada impede sejam omitidos na exposição alguns tópicos não fundamentais.

Vale frisar que a brevidade é a grande aliada do expositor, na conquista da simpatia do auditório. Cabe aqui a advertência feita por Clemenceau, certa vez, durante um discurso. Dizia ele: não me preocupo quando um ou outro ouvinte olha o relógio, denotando certa impaciência; mas sei que é hora de parar quando os ouvintes, além de olharem o relógio, o levam ao ouvido para ver se está parado . . .

4 – CONCLUSÃO

Em resumo, diremos que o discurso exige cuidadosa preparação, a fim de que nada fique sujeito aos azares da improvisação. Deve ele limitar-se ao tema, o qual, por sua vez, terá um objetivo claro e definido. Do tema se extraem algumas idéias básicas, distribuídas em tópicos a serem apresentados de forma precisa e convincente. O expositor pode desdobrar os tópicos em outros complementares, contanto que não se perca a correlação lógica entre eles.

Neste trabalho, ao tratarmos da exposição oral, levamos em conta apenas a exposição oral lida, mas frisamos que os princípios aduzidos para ela se aplicam também ao caso em que o orador queira valer-se exclusivamente da memória. Cabe advertir que, nesta hipótese, deverá haver maior cuidado no preparo do tema, para que o orador se sinta seguro perante o auditório. Se preferir, poderá ele ainda permear a leitura com tópicos desenvolvidos de memória, ou servir-se de notas ou quadros auxiliares. Enfim, dispõe o orador de várias maneiras para tornar mais proveitosa sua comunicação.

O discurso é a imagem viva do expositor. "Fala que te direi quem és": assim afirmou Gomes Penna, o que é variante de outra sentença de Ben Johnson: "A linguagem é aquilo que melhor nos revela: fala que eu te verei".¹³

Esperamos ter oferecido aos leitores noções básicas sobre a arte de escrever e de dizer, sem alimentar a pretensão de ter vencido todas as dificuldades, neste campo, onde às vezes até os doutos se perdem.

13 – Antônio Gomes Penna, Comunicação e Linguagem, pág. 130, Rio, Fundo de Cultura, 1970.



A ATUAÇÃO DA CPRM NA PESQUISA DE CARVÃO

Fernando de Britto Dantas

Engenheiro de Minas, assessor do Presidente da CPRM

Como é sabido, o desenvolvimento da civilização no século XIX teve como causa principal a invenção da máquina a vapor e a utilização do carvão como fonte de energia.

Duas novas realizações técnicas surgidas ainda no final do século passado, o gerador de corrente elétrica e o motor de combustão interna, vieram permitir a utilização em larga escala de duas fontes energéticas já conhecidas: a energia hidráulica e o petróleo, este último praticamente inaproveitado até então.

O motor de combustão interna, graças às suas reduzidas dimensões e ao seu relativamente pequeno peso, associados a um elevado rendimento e ao fácil transporte do combustível utilizado, muito rapidamente se impôs, desde o início do século XX, como substituto inigualável da máquina a vapor na geração de força motriz e de energia elétrica, conduzindo à sua aplicação generalizada em todo o mundo. Em consequência, e paralelamente, o consumo de petróleo desde o início do século vem aumentando em progressão geométrica.

Mas, tal como o carvão, o petróleo não é uma fonte de energia renovável, e as reservas recuperáveis atualmente conhecidas deste combustível líquido aproximam-se rapidamente do esgotamento, o que deverá ocorrer dentro de 30 a 40 anos, se se mantiver a atual taxa de aumento de consumo.

No caso do Brasil, onde até agora não se conseguiu encontrar jazidas significativas de petróleo, a busca de fontes alternativas de energia assume importância ainda maior que em outros países.

Desde sua fundação, em 1970, bem antes, portanto, da atual crise do petróleo, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais vem dando ênfase especial à

pesquisa de carvão, por haver sempre entendido que o mesmo tem um grande papel a desempenhar no quadro energético brasileiro.

Por um lado, há possibilidades concretas de aumentar-se substancialmente a produção de energia mediante a construção de novas termelétricas, para as quais se admite carvão com teor de cinzas elevado, como é o nosso.

Além disso, é tecnicamente possível (e certamente será, em breve, comercialmente viável) instalar usinas de conversão para a gaseificação e a liquefação do carvão, com a conseqüente produção de gás, hidrocarbonetos líquidos e produtos petroquímicos. Estes processos foram desenvolvidos na Alemanha durante a 2ª Guerra Mundial e atualmente estão permitindo a implantação de usinas de conversão na África do Sul, país que, devido à sua situação política, não conta com garantias de abastecimento regular de petróleo.

Ademais, a crescente necessidade de redutores para a siderurgia nacional exige a pesquisa de carvão com características coqueificantes, do qual, em 1977, foram efetuadas importações no valor de US\$ 233,7 milhões.

Embora seja fundamentalmente executora da política traçada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), a CPRM sempre procurou sugerir àquele órgão projetos para a pesquisa de carvão, tendo tido, aliás, a maior receptividade.

Dentro dessa diretriz, a CPRM executou para o DNPM, de 1971 a maio de 1979, especificamente para carvão, 952 furos de sondagem, que atingiram um total de 212.600 metros de perfuração. Por outro lado, dentro de suas possibilidades financeiras, realizou também um significativo programa de pesquisas próprias, isto é, por sua conta e risco, o que implicou em mais 74 furos com um total de 18.200 metros.

Vê-se assim que, sem contar trabalhos de geologia, geofísica, análises, etc., foram executados pela CPRM, até maio próximo passado, nada menos que 1.026 furos, que atingiram o expressivo total de 230.600 metros perfurados.

Os frutos desta política foram bastante significativos. Em 1973, as estimativas das reservas nacionais de carvão eram de 3,4 bilhões de toneladas. Em 1979, referidas reservas já eram calculadas em 20 bilhões de toneladas. Desse total, cerca de 6,3 bilhões foram descobertas ou detalhadas através de projetos executados pela CPRM para o DNPM, enquanto outras 3,3 bilhões foram cubadas por intermédio de trabalhos de pesquisa da própria empresa. Observa-se pois que, das 16,6 bilhões de toneladas de aumento das reservas no período 1973-1978, cerca de 9,6 bilhões foram produto de trabalhos realizados pela CPRM.

Tais números, entretanto, não significam que a situação está resolvida, no que se refere a reservas. Há necessidade de encontrar jazidas com melhores condições de mineração, pois parte dos depósitos atualmente conhecidos, embora certamente aproveitáveis no futuro, está a profundidades relativamente grandes. Além disso, certa porcentagem do carvão atualmente disponível apresenta alto teor de cinzas, o que dificulta e encarece o seu beneficiamento.



MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Pe. Fernando Bastos de Ávila

*Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
(IBRADES)*

INTRODUÇÃO

A abordagem do tema dessa comunicação poderia ser feita através de dois métodos. O primeiro consistiria em partir de uma minuciosa análise estatística dos dados disponíveis. O segundo seria tomar, como matéria bruta de uma reflexão teórica, aquilo que chamaria de evidências globais ou obviedades ululantes. Uma série de razões me levaram a optar pelo segundo método, cuja utilização impõe entretanto uma prévia elaboração dos conceitos ou dos instrumentos teóricos de análise.

• Instrumentos conceituais de análise

CONCEITUAÇÃO

Em sentido estrito, a mobilidade social é um fenômeno social caracterizado pelos deslocamentos verticais do potencial humano de um determinado sistema social. O conceito refere-se, pois, a uma imagem estratificada da sociedade dentro da qual existem, numa geologia social bastante simplificada, estratos inferiores, estratos superiores. Vários índices sociais são utilizados para definir esses estratos, que me permito compactar num índice agregado de participação nos resultados criados por um sistema social, ou uma determinada comunidade nacional, como sejam: a participação da renda, nos diversos serviços sociais e culturais, no processo político. Assim, os estratos inferiores seriam compostos pelos contingentes de menor participação, os estratos superiores, pelo contingente de maior participação, mediatizados

pelos contingentes de participação média. Noto que a agregação dos índices não é uma manipulação arbitrária, de vez que existe uma estreita interdependência e correlação entre os diversos níveis de participação econômica, social, cultural e política.

A mobilidade social se caracteriza pois pelos movimentos verticais dos contingentes humanos entre os diversos estratos, implicando, portanto, mudanças de *status*.

Os índices de mobilidade social se referem tanto à velocidade ou lentidão desses deslocamentos quanto ao volume total dos contingentes deslocados.

Obviamente, a mobilidade social se interessa mais diretamente pelos deslocamentos verticais em sentido ascensional, conquanto teoricamente não exclua de seu campo de observação o fenômeno inverso, de decantação social que alimenta os processos de marginalização e pauperização. A mobilidade social, com efeito, é um fenômeno normal de metabolismo social.

No sentido amplo, a mobilidade social incluiria também os deslocamentos horizontais dos contingentes humanos de um sistema social, caracterizados especificamente pelos movimentos migratórios. Tais movimentos só entram na análise que me proponho fazer como um dos possíveis fatores de aceleração da mobilidade social no sentido estrito, ao qual pretendo ater-me, para não dilatar excessivamente o tema da presente comunicação.

FATORES DE MOBILIDADE SOCIAL

Entre os fatores de mobilidade social, pode-se distinguir os de ordem individual e os de ordem social.

Os fatores de ordem individual resumem-se nos recursos humanos, especialmente de natureza psicológica, de que dispõe cada indivíduo para o processo mobilizatório: maior ou menor capacidade criativa, maior ou menor tenacidade de propósitos, mais ou menos intenso grau de motivação. São fatores decisivos, porém, fortemente condicionados pelos fatores de ordem social. Sem fatores sociais propícios, os fatores individuais são responsáveis quase que exclusivamente por casos excepcionais. Milhões de valores humanos nunca se atualizaram, nunca revelaram suas potencialidades, soterrados sob o peso de estruturas sociais adversas. Desses imensos valores perdidos só suspeitamos a existência através dos casos excepcionais que conseguiram vencer. Não é fácil a uma criança enjeitada anonimamente na porta de uma casa, como Diogo Antônio Feijó, chegar a Regente de um Império.

Esses fatores, entretanto, são decisivos. É o que se pode comprovar com o caso, hoje não muito raro, de sistemas sociais que chegaram a alto grau de permeabilidade social e nos quais se podem observar índices alarmantes de degradação social. Tudo se passa como se os indivíduos, talvez por falta de estímulos competitivos, perdessem em teor de motivação e se largassem à deriva de uma vida sem sentido e acabassem por soçobrar no vício e no suicídio.

Fixo minha atenção nos fatores de ordem social, entre os quais cabe ainda a distinção entre os de natureza estrutural e os de natureza conjuntural.

O fator básico da mobilidade social é, sem dúvida, de natureza estrutural e consiste na própria permeabilidade das estruturas de um determinado sistema social. Trata-se portanto de um fator intra-sistêmico. A mobilidade social, por si mesma, não questiona o sistema dentro do qual se processa. Ela é observável dentro de sistemas de tipo socialista.

O ritmo da mobilidade social é condicionado pela rigidez estrutural e pelo Índice de viscosidade social. A primeira é entendida mais como um fenômeno que pesa de cima para baixo. É o esclerosamento da permeabilidade dos estratos superiores bloqueando os impulsos que vêm das bases. A viscosidade social é entendida mais como fenômeno que se faz sentir de baixo para cima, colando os contingentes humanos ao próprio meio e impedindo sua emergência para estratos superiores.

O exemplo típico de viscosidade social, denunciado aliás por inúmeros sociólogos, é o fenômeno de uma mentalidade coletiva impregnada de fatalismo, pela qual o homem se julga incapaz de se posicionar como sujeito de sua própria história e construtor de seu próprio futuro.

A situação de depressão e de estagnação em que está imerso se lhe afigura com a força de um destino inexorável. Ele se sente preso ao chão, como o foram seus antepassados e como serão seus descendentes, em cujos olhos tristes se reflete já a aceitação resignada da própria condição. Quantas vezes uma concepção distorcida da Providência Divina veio consolidar essa mentalidade e dar-lhe respeitabilidade teológica!

As estruturas sociais de um determinado sistema podem chegar a tal ponto de rigidez que acabam por provocar a implosão do próprio sistema. Tais casos não são freqüentes, mas são identificáveis nas duas grandes revoluções da história do ocidente: a revolução liberal dos fins do século XVIII, que teve seu epicentro sísmico na França, e a revolução socialista do início do século XX, com seu epicentro na Rússia.

No primeiro caso, as estruturas do antigo regime, dominado pela nobreza e pelo clero, comprimiam nas bases uma burguesia, com alto potencial de motivação ascensional, impulsionada pela descoberta das possibilidades ilimitadas que lhe eram oferecidas pela racionalidade técnica. A incapacidade dos estratos superiores de questionarem sua própria visão da imutabilidade da ordem social e da natureza inegável dos próprios privilégios, levou ao paroxismo as pressões providas do *tiers-état*.

A impermeabilidade das estruturas levou à implosão do sistema.

No segundo caso, a burguesia instalada exerceu sobre o proletariado emergente as mesmas pressões que sofrera dos estratos superiores, com o mesmo resultado implosivo.

Observo, entretanto, que não é esse o caso mais freqüente, ou seja, é mais raro o caso das estruturas sociais atingirem essa rigidez tetânica. O que se observa com mais freqüência é o caso caracterizável como uma situação de injustiça estrutu-

ral. Estou consciente de estar passando, nesse momento, do campo sociológico para o campo da reflexão ética.

A situação de injustiça estrutural se caracteriza por uma mobilidade consentida na medida necessária para evitar a implosão do sistema, ou para não ameaçar perigosamente a sua estabilidade. As experiências revolucionárias foram sempre traumatizantes.

Os sistemas modernos em geral aprenderam dessas experiências uma certa solécia política que mobiliza os recursos de uma engenharia social destinada a esvaziar as pressões causadas pela lentidão do ritmo da mobilidade social. Não se elimina, contudo, assim, a situação de injustiça estrutural acima referida. O que caracteriza essa situação é precisamente o fato do controle exercido por uma minoria que acumula poder e recursos sobre uma maioria com baixo nível de participação. Uma tal situação se recusa a desobstruir os canais que possibilitariam uma aceleração da mobilidade, cujo desfecho seria exatamente a eliminação da injustiça estrutural, favorável à minoria. Entre esses canais, enumeram-se principalmente: uma vigorosa política social tendente a garantir a igualdade inicial de *chances*; a ativação dos mecanismos indispensáveis para a captação e promoção dos recursos humanos da própria comunidade nacional e, enfim, a observância das regras de uma competitividade fundada no valor real e não no *status* ou no nível de consumo dos concorrentes.

Quero aqui fazer uma observação que reputo grave: sem a abertura desses canais, não é possível superar a condição de subdesenvolvimento. Nenhum país pode desenvolver-se permitindo-se o luxo do desperdício de imensos recursos humanos de valores reais acarretado pela obstrução da mobilidade social. Introjeta-se na comunidade nacional o confronto entre a maioria subdesenvolvida e a minoria sofisticada, as oligarquias herodianas, cujos interesses estão vinculados a processos exógenos. Mantém-se a disfuncionalidade de um regime de elites cujo crescimento não redunde em benefício da nação.

Bem sei que minha observação vai de encontro a uma concepção economicista que privilegia de modo quase exclusivo a acumulação de excedentes como fator de desenvolvimento e subestima os fatores atitudinais e motivacionais, que para mim parecem decisivos. Tutelada pelas tecnocracias oficiais, a concepção economicista tinha o direito de louvar-se em sua alta racionalidade. Não tem contudo o direito de acusar de lirismo irresponsável outras concepções, especialmente hoje, quando a humanidade começa a se dar conta dos impasses dramaticamente irracionais a que foi conduzida por tecnocracias cujo critério supremo era a eficácia racional.

Os fatores de natureza conjuntural, aos quais aludia acima, funcionam mais como aceleradores ou desativadores da mobilidade social, que depende decisivamente dos fatores estruturais.

As fases históricas de conflitos aceleram, em geral, a mobilidade social. Pelo fato mesmo de sacudirem as estruturas vigentes, elas abrem rachaduras por onde emergem lideranças insuspeitadas. Da mesma forma, a intensificação de movimentos

migratórios tende a acelerar a mobilidade vertical, especialmente quando assumem o sentido do êxodo rural. Os contingentes humanos injetados nos circuitos urbanos entram num espaço desconhecido de motivação e de competição. As migrações internas atuam, dentro de uma geração, como redutores da natalidade e colocam os migrantes sob a sedução de novos valores, reais ou fictícios, que estimulam energias longo tempo contidas pelo fatalismo ancestral. Os momentos históricos marcados pela descoberta de novos símbolos sociais também coincidem com a aceleração da mobilidade. Foi o caso dos grandes símbolos do progresso no século XIX e do desenvolvimento no século XX.

Por outro lado, porém, os povos podem passar também por longos períodos de estagnação, confundida por vezes com a própria ordem natural, que se caracterizam pela extrema lentidão dos processos de mobilidade social.

A mobilidade social no Brasil

Com os instrumentos conceituais elaborados na primeira parte dessa comunicação, proponho-me agora voltar a reflexão para uma tentativa de análise da realidade brasileira. Desenvolvo essa reflexão em três momentos: o primeiro voltado para uma rápida visão retrospectiva, o segundo focalizando a atualidade e o terceiro tratando uma abertura prospectiva.

Visão retrospectiva

As estruturas sociais brasileiras revelaram uma extraordinária estabilidade. As estruturas políticas do Brasil ensaiaram uma certa variedade de modelos. Tivemos uma monarquia constitucional, em regime parlamentarista, adotamos um sistema republicano, no tipo presidencialista, sob o signo da democracia, que no império ainda era confundida com anarquia e demagogia, e, enquanto se sucediam as constituições, atravessamos dois períodos quase simétricos de três lustros de regime de exceção, sem aludir à breve experiência de parlamentarismo republicano. Do mesmo modo, nosso modelo econômico evoluiu, dentro de margens apertadas de opção impostas pelo subdesenvolvimento. Modelos inicialmente liberais, incorporam elementos de remota origem socialista, como interferência governamental nos mecanismos de mercado, planos bienais, planejamento centralizado da economia. De um modelo exportador de matérias-primas, o País passou à substituição de importações, depois a iniciar seu processo de industrialização e agora tenta diversificar suas exportações, buscando menor dependência das economias centrais.

O estranho é que através de todos esses avatares do modelo político e toda evolução do processo econômico, as estruturas sociais brasileiras mantiveram-se em surpreendente estabilidade, mantiveram-se bastante idênticas a si mesmas, durante o longo período que nos separa da condição colonial. Houve evidentemente uma radical transformação, do ponto de vista do Direito, com relação a um sistema que até 1888 funcionava à base de um regime de escravatura. Hoje todos são iguais

perante a lei e as formas clamorosas de exploração recebem um veemente repúdio da opinião pública. Houve também significativos progressos, por exemplo, no campo previdenciário, que se traduzem em corretivos assistenciais à dureza mesma das estruturas sociais. Mas estas, não juridicamente, mas de fato, conservam um perfil que evoca muito a arquitetura social do antigo regime. Não creio que as categorias da dialética marxista sejam adequadas para analisar a especificidade de nossas estruturas sociais atuais, tanto mais quando o uso dessas categorias conduz inevitavelmente à consequência lógica da luta de classe como única solução, e não vejo nenhum dos eventos maiores da história humana nos últimos 50 anos que tenha tido sua origem na luta de classes. Creio que a categoria de participação, referida na primeira parte, permite chegar a uma radiografia bastante fiel de nossa arquitetura social. Todos participam de um projeto comum de desenvolvimento. Mas os níveis e as formas de participação é que variam consideravelmente. Uns participam ditando as regras do jogo, outros participam submetendo-se a essas regras. Nelas se incluem as condições e a remuneração do trabalho e as normas do rateio dos resultados do esforço comum. Como consequência, uns têm acesso ao consumo de bens e serviços desde os apazíveis até os escandalosos; outros sobrevivem com o mínimo, isto é, têm acesso aos bens e serviços necessários a sua subsistência e reprodução, sem o que entraria em colapso o próprio sistema. Se atentarmos bem, percebemos que a organização da sociedade foi pensada para garantir a satisfação dos interesses e manutenção dos privilégios, incluindo nesta organização: as prioridades econômicas, a representatividade política, a administração da justiça, os serviços de crédito, o sistema escolar, o planejamento da cidade e de suas relações com o campo.

Por outras palavras, a mobilidade social era controlada de cima para baixo, era uma mobilidade consentida, caracterizando uma situação de injustiça estrutural. Não tenhamos a ingenuidade de imaginar que esse consentimento era dosado por deliberação de um organismo secreto cuja função maquiavélica seria manter discretamente a situação de injustiça. Esta era o resultado dos valores que dominavam a sociedade e que inspiravam opções concretas, privilegiando determinadas prioridades em favor de determinados estratos sociais. Seja-me permitido exemplificar aqui com o caso concreto dos escravos libertos. Seu estatuto jurídico mudou radicalmente com o 13 de Maio, mas praticamente pouco ou nada foi feito, de fato, para promover sua mobilidade social. É corrente a afirmação de que não existe no Brasil o problema racial e ela tem um fundamento de verdade, a evidente cordialidade de relações entre os grupos étnicos que propiciou aliás um processo intenso de miscigenação. A não existência, entretanto, de um problema racial entre nós, não deve alimentar a ilusão de que não exista um problema de segregação racial, não jurídico, não deliberado, mas real e demonstrável. Não há dúvida que nos sedimentos mais baixos da escala profissional e social observa-se uma frequência bem maior de elementos de cor e, à medida que se sobe nessa escala, esses elementos escasseiam. O fenômeno é observável não só nas suas dimensões globais, como ainda nos diversos ramos que constituem a escala profissional, inclusive na hierarquia da Igreja católica, que, no início do século não tinha 30 bispos, possuía um bispo negro e, hoje, quando tem quase 300, também só possui um bispo de cor.

A realidade atual

A lentidão da mobilidade social no passado foi a responsável pela situação herdada pelo presente da alta taxa de marginalização que ainda caracteriza a nossa estrutura social, isto é, do grande contingente proporcional de brasileiros que vivem à margem, com escassas possibilidades de participação na vida política, social, econômica e cultural da nação.

Creio que se pode situar nos inícios da década dos anos 50 o início de uma fase de aceleração de nossa mobilidade social, sob o impacto da descoberta do novo símbolo social do desenvolvimento. É certo que algo de novo começa então, um tanto atabalhoadamente, sob impulso dado ao desenvolvimento nacional, entendido aliás quase que exclusivamente em termos de crescimento industrial com a implantação da indústria naval e automobilística, a expansão rodoviária, o deslocamento do epicentro demográfico para o interior com a fundação de Brasília e a conseqüente aceleração dos movimentos migratórios. Esse algo novo foi a emergência do fenômeno que bastante confusamente se chamou de populismo. Foi um momento de intensa mobilidade social, com a emergência de novas lideranças, momento que uma interpretação, a meu ver discutível, reduz à preparação da instauração de uma república sindicalista no Brasil.

Sem negar a ocorrência dessas intenções em alguns líderes um tanto desviados, o processo, a meu ver, tinha maior grandeza e o que lhe faltou foi precisamente uma liderança lúcida que, em vez de, por inépcia, encaminhá-lo para o caos político, econômico e social, tivesse orientado o seu dinamismo no sentido de uma autêntica abertura democrática.

Se o regime instaurado em 64 teve uma ação seletiva sobre as lideranças, não creio que tenha desacelerado o processo de mobilidade social: ao contrário, com alguns dos corretivos introduzidos no modelo, considero que tenha contribuído para manter o ritmo, não obstante o incremento vegetativo da população.

O fato é que, a esta altura, a sociedade brasileira já entrava num novo signo social, o qual se, por um lado, cria novos e poderosos estímulos à mobilidade social, pode, por outro, levar a sociedade a um impasse, cujos primeiros efeitos inibidores já começamos a sentir. Refiro-me ao signo do consumismo.

Entramos num tipo de sociedade cujos mecanismos econômicos só podem manter sua estabilidade mediante uma permanente aceleração do consumo. Consumir sempre mais é condição de estabilidade do modelo, em permanente equilíbrio dinâmico, tal como o modelo da bicicleta: se perde velocidade, perde estabilidade, e pára, cai. Para garantir a aceleração, o modelo recorre a um intenso e sofisticado processo promocional que consiste numa verdadeira manipulação publicitária do povo. Vivemos num espaço cultural bombardeado de solicitações e estímulo a novas formas de consumo. O efeito demonstrativo desse estímulo atua como um incentivo a um movimento ascensional de mobilidade. O processo chega a atingir níveis de uma espécie de perversão ética: em tal sociedade o *status* não se define por valores morais e profissionais, mas pelo nível de consumo. Perverte-se assim a lealdade da

competição social, porque aqueles que têm mais gozam de maiores *chances* de ter sempre mais ainda.

Mais ou menos claramente, contudo, todos começamos a pressentir que nessa corrida acelerada a um consumismo crescente se vai tornando insuportável, especialmente num País ameaçado pela inflação. As razões são óbvias. Essa corrida gera distorções graves, distorções no perfil da oferta global: enquanto mobiliza recursos para atender à demanda sofisticada, revela excessivas deficiências para responder à demanda de necessidades básicas. Enquanto temos uma grande variedade de TV a cores e de modelos automobilísticos, não conseguimos garantir o abastecimento de produtos básicos. Note-se que o fenômeno agora não afeta apenas a classe operária, mas atinge cada vez maiores estratos da classe média, que foi sempre o fator de maior estabilidade social.

Por outro lado, a publicidade consumista gera, no grande espectador anônimo por ela atingida, um potencial de insatisfações e de frustrações que é, com certeza, a fonte da situação conflitual quase generalizada que ora atravessamos. Os protagonistas desse conflito não formam em arraiais de fronteiras definidas. Não é, por exemplo, um afrontamento de classes, prenunciando uma revolução social. É uma situação de frustrações e conflitos difusos, questionando o próprio tipo de cultura em cujo impasse estamos entrando.

Uma das consequências mais sérias da situação que focalizo reside no seguinte fato: os centros urbanos, especialmente as megalópolis, que foram sempre os espaços de mais intensa mobilidade ascensional, começam a inverter o processo e a se tornar fatores de degradação social, de marginalização e de criminalidade. Vivemos em cidades sitiadas por cinturões de pobreza agitada pela febre do consumismo a qualquer preço. Os recintos indepassíveis de tranqüila fruição de refinados bens e serviços são ilusões televisionadas.

Dentro do clima consumista, a grande cidade se revela cada vez mais incapaz de resolver seus problemas básicos de habitação, saneamento, transportes. Enquanto o volume total de recursos absorvidos no consumismo privatista for incomparavelmente maior que o investido no atendimento às necessidades públicas, não haverá solução para as megalópolis, que são a experiência aguda do impasse acima denunciado.

Visão prospectiva

O processo de mobilidade social no Brasil já adquiriu um ritmo tal que o torna felizmente irreversível.

Se são válidas as análises precedentes, duas consequências delas decorrem. Primeira: importa manter e mesmo acelerar o ritmo de nossa mobilidade social; segunda, reorientá-lo segundo vetores diferentes.

Não é possível bloquear o impulso da mobilidade social. A experiência histórica constitui advertência bastante inequívoca dos riscos do enrijecimento das es-

estruturas sociais necessárias a este bloqueio. É necessário, assim, manter a flexibilidade dessa estrutura e desenvolver os dissolventes da viscosidade social. Reporto-me aqui às condições referidas na 1ª parte. Todas implicam a urgência prioritária de investir mais no homem que nas coisas. Nenhuma análise deixa hoje de apontar para essa opção prioritária como a causa da mais rápida e mais radical experiência de modernização conhecida, na história da cultura, que foi a experiência japonesa. No Brasil mesmo, o estudioso dos recursos humanos que foi Paulo de Assis Ribeiro demonstrou, com material analítico pacientemente recolhido, que o desenvolvimento só foi possível a partir do momento em que suas linhas de expansão encontravam áreas onde havia sido atingida determinada taxa de escolarização secundária, sem a qual o desenvolvimento, como impulso endógeno e sustentado, é impossível.

Mas não é também possível que o impasse continue a ser provocado pelo consumismo insaciável.

Julgo que os esforços para reorientação da mobilidade devem ser desenvolvidos segundo determinadas linhas de ação, dentre as quais enfatizo algumas.

Incentivo aos investimentos destinados a responderem à satisfação de necessidades básicas.

Estímulo à maior participação nos processos decisórios em todos os níveis, de maneira a transformar os programas em projetos. O programa desce da estratosfera tecnocrática com um teor de racionalidade exotérica suficiente para não ser entendido pelas bases e para encontrar sempre uma explicação mais sofisticada aos próprios eventuais fracassos. O programa supõe e consolida uma sociedade de espetáculo, na qual a comunidade nacional é reduzida à condição de espectadora passiva do desempenho das tecnocracias oficiais. O projeto, como resultado de um processo participativo, é assumido. Só um povo que participa tem condições de assumir com dignidade os sacrifícios dele exigidos.

Incentivo aos investimentos a melhorar a qualidade da vida, maiores do que os tendentes a estimular as formas solitárias de consumo. Queiramos ou não, encontramos-nos diante de um desafio que me parece já agora inevitável: é urgente descobrir novas formas de realização humana a baixos custos ecológicos e a menores taxas de consumo. Talvez esse desafio deva constituir o critério decisivo de um projeto nacional capaz de dar ao desenvolvimento brasileiro uma originalidade inconfundível e um valor de antecipação na crise que aflige a cultura contemporânea.

CONCLUSÃO

A crise a que acabo de aludir pode-se definir bem como a crise de uma civilização que sabe cada vez mais como fazer as coisas e sabe cada vez menos por que fazer as coisas. Façanhas foram realizadas que abrem esse crepúsculo de século e de milênio para o horizonte do pré-utópico. Mas à euforia do deslumbramento primeiro sucede agora a perplexidade. A humanidade sente-se atônita diante de uma imensa interrogação: por que ela chegou até a lua, enquanto milhões de seus membros

são corroídos pela fome? Por que ela acumula um tão imenso potencial armamentista para a morte, quando tanto ainda é necessário fazer para a vida? Por que ela permitiu a escalada predatória a seu solitário planeta azul, quando ele ainda lhe oferecia tantas belezas gratuitas? Por quê?

Meus Senhores, o futuro não se prevê, se cria. O futuro, que por definição é aquilo que ainda não é, não se encontra no prolongamento de laboriosas e frágeis projeções futuroológicas. Ele será o resultado de um pequeno número de possíveis que agora decidimos assumir. Longe de mim subestimar a utilidade das projeções estatísticas e das indagações prospectivas. Elas se apóiam precisamente nesses possíveis e nessas tendências latentes na realidade, bastante determinadas para fundar a previsão científica mas não determinísticas para bloquear a criatividade. Mas elas se reduziriam a meros exercícios mentais elegantes, se não fossem transformadas em opções, em projetos dessa criatividade.

É isso o que há de empolgante na atual realidade brasileira. Preenhe de potencialidades e gozando ainda de suficiente versatilidade para definir o seu próprio modelo, ela pode aceitar o desafio das indagações essenciais, da interpelação dos porquês radicais. Em função deles ela ainda pode não capitular diante da grandeza de criar o seu próprio futuro.

Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em maio de 1979.



NOVAS DIRETRIZES DA POLÍTICA HABITACIONAL

Pesquisa da Redação

Consoante a política nacional de habitação estabelecida pelo Presidente João Figueiredo, o Banco Nacional da Habitação formulou uma nova estratégia para dar cumprimento às determinações presidenciais. Modificações nos prazos e juros dos financiamentos habitacionais para beneficiar as famílias de baixa renda, considerando-se ainda as regiões sócio-econômicas do País; o FGTS para o trabalhador do campo; a criação do Plano Nacional da Habitação Rural e, ainda para a população de baixa renda, um sistema opcional de amortização mensal das prestações, de acordo com um percentual do salário do adquirente de moradia, são algumas das metas da nova política habitacional já definidas pelo Banco Nacional da Habitação junto ao Ministério do Interior.

As diretrizes da nova política habitacional, anunciadas pelo Ministro do Interior, Mário David Andreazza, são as que se seguem, na íntegra.

Política Habitacional: Urbana e Rural

A nova administração do BNH prosseguirá, sem solução de continuidade, no planejamento e execução dos investimentos habitacionais e de infra-estrutura urbana. Atenção especial, porém, conferirá aos diversos programas de interesse social, sabido que cerca de 70% da população urbana vem percebendo menos de 3 salários mínimos regionais.

Dadas as conhecidas disparidades regionais e o complexo problema de distribuição de renda, o BNH conferirá preferência às operações de financiamento de interesse social às regiões de menor desenvolvimento relativo, não apenas para melhorar as condições de vida dessas áreas, como também atenuar o problema de concentração urbana dos maiores centros. Não haverá, porém, redução dos atuais tetos de financiamento.

Na área dos programas de interesse social e com base na experiência e resultados já colhidos, o BNH desenvolverá, especialmente:

- O Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB), que consiste no financiamento, aos adquirentes de menor renda, de lotes com infra-estrutura essencial (pontos de água, luz, esgoto sanitário, etc), podendo abranger os alicerces, ou ainda, uma Casa-embrião (sala, quarto, banheiro e cozinha), à opção do interessado.
- O Programa Habitacional Empresa (PROHEMP), para proporcionar às entidades privadas e pública recursos para financiamento de casa própria para empregados de baixa renda, com alternativa, em casos especiais, de cessão a título gratuito ou não.
- Ainda na área dos programas de interesse social, o BNH dará especial atenção às reivindicações das Associações Cíveis e Militares, visando a ampliar seus programas habitacionais em benefício de seus filiados de baixa e média rendas.
- O BNH promoverá maior entrosamento com Governos Estaduais e Municipais, para divulgação e utilização dos programas habitacionais dos seus órgãos de previdência.
- Também na área de interesse social, os programas das cooperativas habitacionais e COHABs serão ajustados a melhores condições de prazos e taxas de juros, por faixas de financiamento, de modo a compatibilizá-los com o poder aquisitivo das camadas sociais a que se destinam. O BNH divulgará esse ajustamento até 15 de junho próximo.
- O BNH, em paralelo à rede de instituições para operações de natureza exclusivamente social, estabelecerá com os demais agentes financeiros e empresários da construção civil, uma política seletiva de repasses e adiantamentos, voltada no sentido de que também esse segmento do mercado tenha uma maior participação nos investimentos habitacionais das classes menos favorecidas, sem prejuízo das operações próprias de seu campo de atuação.

O BNH elaborará, no corrente ano, o Plano Nacional da Habitação Rural, a ser proposto pelo Ministério do Interior ao Presidente da República. Para execução desse Plano, instrumento importante na fixação do homem no interior e nos centros urbanos mais próximos do meio rural, o BNH deverá coordenar-se com o Banco Central, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e outros Agentes e Bancos do Sistema Nacional de Crédito Rural, para — conjugado com as operações de financiamento agrícola e pecuário das carteiras especializadas dessas instituições — viabilizar de imediato, em condições especiais de prazo e remuneração, o financiamento da moradia para o trabalhador rural (Casas, Núcleos Rurais e Agro-Vilas), com participação de instituições governamentais, cooperativas ou proprietários rurais. Esse plano contará com recursos específicos, em particular os que resultarão da implantação do FGTS-Rural.

Os programas de desenvolvimento urbano e saneamento básico não sofrerão solução de continuidade, a fim de que as metas estabelecidas para dotar a grande maioria das regiões metropolitanas, capitais e cidades de maior porte, de rede de água e esgotos sanitários sejam alcançados nos prazos já fixados. Em paralelo, para proporcionar aos adquirentes infra-estrutura urbana e comunitária adequadas (água, esgoto, luz, escola, transporte, etc), o BNH intensificará sua ação no sentido de que os Governos Estaduais e Municipais, em esforço conjunto, ampliem a oferta de serviços urbanos básicos.

O Ministério do Interior mobilizará órgãos que lhe estão vinculados, como o DNOS, no sentido de promover a recuperação de terrenos e sua transferência ao BNH, para aproveitamento em projetos de construção de moradias populares. Para esse fim, o referido Ministério ou o BNH, conforme o caso, também firmarão protocolos especiais com outras entidades governamentais, de modo a tornar exequível a imediata cessão de glebas apropriadas ao uso de programas habitacionais de interesse social, cuja viabilidade dependa do seu baixo custo. Ademais, o BNH elaborará plano de estocagem de terrenos de outras origens, inclusive por doações e desapropriações de interesse social, para garantir, a salvo de especulações, a execução dos programas de interesse social.

Política Habitacional Financeira

Até 30 de junho de 1979, na área dos programas das COHABs, o BNH deverá elaborar sistema opcional de amortização das moradias em função de percentual dos respectivos salários mínimos regionais, no máximo de 5 (cinco), de modo a infundir nessas camadas de adquirentes maior segurança e tranquilidade na aquisição da moradia.

Constituição de Grupo de Trabalho Misto (representantes dos Ministérios interessados, dos empresários e trabalhadores rurais), com a incumbência de examinar estudos já existentes, propondo uma sistemática de implementação do FGTS-Rural, conforme determina a Lei nº 5.889/73. Essa Lei, no particular, preceitua que legislação especial disporá sobre a extensão ao trabalhador rural do FGTS, de que já é beneficiário o trabalhador urbano. Com esse novo recurso, poderá contar o BNH com meios para desenvolver, em escala nacional, o Plano Nacional da Habitação Rural.

O BNH elaborará estudos urgentes, visando à criação ou reformulação de fontes de recursos para a ampliação dos programas habitacionais, de saneamento básico, infra-estrutura de serviços, e desenvolvimento de novas áreas, a custo baixo ou não exigíveis, para melhor atendimento das classes mais carentes.

Elaboração, pelo BNH, no prazo de 90 dias e com a cooperação de técnicos da iniciativa privada, de um sistema misto que, congregando as vantagens do Sistema de Amortização Constante (SAC) com as da Tabela Price, permita aos adquirentes de casa própria amortização de capital e juros a mais uniforme possível, ao longo do prazo do financiamento.

O BNH elaborará, com prioridade, proposta de redistribuição do benefício fiscal previsto no Decreto-lei nº 1.358/74 (devolução correspondente a 12% das prestações pagas), com a finalidade de que esse subsídio incida preponderantemente em favor dos adquirentes das faixas de baixa renda e propicie, em casos excepcionais, amortização do financiamento a custo zero.

O BNH procederá, com a elaboração dos empresários privados, à revisão dos diversos componentes de custos financeiros incidentes nos repasses do BNH para os Agentes Financeiros, Promotores e Empresários, a fim de reduzir custos que eventualmente estejam onerando em demasia os adquirentes da casa própria.

O BNH e o Conselho Curador do FGTS reexaminarão a sistemática de utilização do FGTS na amortização dos financiamentos através do SFH, a fim de que essa faculdade reverta de preferência em benefício dos adquirentes de média e baixa renda.

O BNH reexaminará, para efeito de simplificação, os critérios vigentes para viabilizar as operações, previstas em lei, de negociações de imóveis usados, como parte de pagamento de imóveis financiados pelo SFH. Estudo semelhante será realizado visando à possibilidade de regulamentação de recompra de imóveis do próprio Sistema Financeiro da Habitação.

Padronização dos Materiais de Construção

O BNH deverá promover, com representantes da construção civil, da indústria e do comércio de materiais de construção, nos principais centros regionais do País, a organização de polos de produção, de comercialização e rede de entrepostos, visando ao estabelecimento de padrões e a regularização da oferta de componentes das unidades habitacionais dos programas sociais.

O BNH deverá, ainda, iniciar entendimentos com órgãos que congreguem arquitetos, engenheiros, urbanistas, especialistas em desenho industrial, para que procedam, em ação conjunta com o BNH, com entidades vinculadas ao CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e entidades representativas de empresários do ramo, a implantação de modelos nacionais (pré-moldado e pré-fabricado) compatíveis com as diferentes condições ambientais e de renda e com os objetivos de redução de custos e melhoria de qualidade das moradias.

Seguro Habitacional

Implantação progressiva, para conclusão em 1980, do Seguro de Garantia de Obrigações Contratuais (Performance Bond, ou seja, garantia de qualidade, preço e prazo de entrega das obras) das empresas construtoras de moradias e equipamentos relacionados com a infra-estrutura urbana e comunitária de conjuntos habitacionais.

Ampliação do atual Seguro Compreensivo (danos físicos aos imóveis, morte e invalidez permanente) dos adquirentes de habitação, mediante inclusão de cobertura durante o período em que estiver recebendo "Auxílio-doença" da Previdência Social.



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO

"OS DISSIDENTES" E O MUNDO OCIDENTAL

A. de Lannes

Há pouco mais de vinte anos, chegou ao Ocidente, a notícia do espetacular discurso "secreto" de Krushev, durante a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, acusando Stalin dos mais horríveis crimes contra seus inimigos e seus próprios "camaradas".

Naquele ocasião, os comunistas de fora da União Soviética, inclusive os residentes no Brasil e pertencentes ao clandestino Partido Comunista Brasileiro — Organização de Frente do Movimento Comunista Internacional — recusaram-se a aceitar "as mentiras divulgadas pela imprensa reacionária a serviço dos imperialistas ianques". Entretanto, a nudez a que ficou reduzido o todo poderoso "Pai Stalin", acabou por abalar a convicção de muitos dos adeptos do blefe comunista, cujos chefes, logo que recuperados do golpe, verificaram que a saída seria degradar Stalin e responsabilizá-lo pelos "desvios" ocorridos. Com isso, tentaram — inutilmente, sabemos nós — desvincular o terror stalinista do regime implantado na URSS com o golpe bolchevique de 1917. "Stalin aproveitara-se do poder operário em seu benefício", diziam dele. Stalin, na verdade, usou todo o poder e todos os métodos que o regime comunista coloca nas mãos de quem exerce o mando. Assim foi, e assim será.

O marxismo-leninismo independe dos homens que eventualmente dirigem uma nação submetida. A sua natureza intrinsecamente retrógrada, desumana e anticristã, lhe confere essas qualidades negativas que só perderá quando se perder a si mesmo.

Mas, a vida passou e Krushev desenvolveu a estratégia da "coexistência pacífica" que consiste, basicamente, em morder soprando, para anestesiá-la vítima. Krushev foi-se e veio Breshnev.

De repente, eis que, começaram a chegar notícias de protestos de uns poucos, mas corajosos, russos. Intelectuais — cientistas dos mais variados campos — passaram a desafiar o regime bolchevique e comprovou-se, mais uma vez, que realmente o comunismo não depende dos homens que estão no poder, quando se trata de alterar o seu próprio espectro totalitário. Mesmo sem Stalin, os hospitais psiquiátricos continuam lá. No regime comunista, quem ousa discordar de qualquer coisa, é realmente louco... Aos descontentes, tome lá de hospital de maluco. Da mesma forma como há vinte anos atrás, os indistigáveis propagandistas do comunismo no Brasil, tentaram torcer os fatos, minimizar a sua repercussão e

esconder as notícias. Mas, a onda tem sido demais para o barco comunista. Os descontentes, chamados "dissidentes", começaram a aparecer em carne e osso e, sempre em maior número.

Em fins de abril deste ano, mais cinco deixaram a URSS, livraram-se do cativeiro comunista. Para que se compreenda os seus estados de espírito, basta que se recorde as palavras de Eduard Kustenov, ao falar pelo grupo, logo depois de chegar aos Estados Unidos: "Ainda não nos acostumamos aos rostos livres que expressam boa vontade. Ainda não podemos acreditar que deixamos para trás os nossos sofrimentos". Termina pedindo que os governos ocidentais intercedam pelos outros encarcerados na União Soviética.

Em Moscou, o físico nuclear, Andrei Sakarov — que se nega a abandonar o país — fez o mesmo apelo.

O Ocidente, entretanto, está muito enfraquecido diante da ação comunista internacional para conseguir algo mais positivo. Esses cinco dissidentes foram trocados por dois espiões russos que a União Soviética desejava recuperar. No Brasil, particularmente, os livros e discursos dos dissidentes são fracamente divulgados. Por que nenhuma Universidade brasileira, jamais convidou nenhum deles para conferências? Será o bloqueio das famosas "patrulhas ideológicas", recentemente denunciadas, até numa importante universidade da cidade do Rio de Janeiro?

Há cerca de um ano, Alexander Solzhenitsyn pronunciou um discurso dirigido aos estudantes da Universidade de Harvard (EUA) por ocasião das cerimônias de graduação. O libelo do escritor russo contra as fraquezas e vulnerabilidades do Ocidente teve grande repercussão na imprensa mundial. Seus conceitos merecem reflexão e difusão, pelo que, resolvemos publicá-lo, utilizando a versão divulgada, na ocasião — junho de 1978 — pelo "Estado de São Paulo".

Discurso de Solzhenitsyn em Harvard

Estou sinceramente feliz por estar aqui hoje com os senhores e por travar conhecimento com esta venerada e prestigiosa universidade. Meus cumprimentos e meus melhores votos aos formandos de hoje.

O lema de Harvard é Veritas. Muitos de vocês já descobriram, e muitos ainda irão descobrir no decurso de suas vidas, que a verdade nos engana se não concentramos toda a nossa atenção em sua busca. E, mesmo quando ela nos engana, a ilusão de que a conhecemos ainda persiste e nos leva a vários mal-entendidos. É mais: a verdade raramente é agradável; ela é quase invariavelmente amarga. Há um pouco de amargura em meu discurso de hoje, também. Mas eu gostaria de realçar que ela é provocada não por um adversário, mas por um amigo.

Três anos atrás, nos Estados Unidos, eu disse certas coisas que então pareceram inaceitáveis. Hoje, contudo, muita gente concorda com o que eu disse.

A divisão do mundo de hoje é perceptível mesmo com uma rápida olhadela. Qualquer um de nossos contemporâneos prontamente identifica duas potências

mundiais, cada uma perfeitamente capaz de destruir inteiramente a outra. Contudo, o entendimento desta divisão quase sempre se limita a este conceito político, e com a ilusão de que o perigo pode ser abolido, através de negociações diplomáticas bem sucedidas ou através de um equilíbrio de forças. A verdade é que a divisão é muito mais profunda e alienante, que as fendas são mais numerosas do que parecem à primeira vista. Estas fendas provocam o perigo de vários desastres para todos nós de acordo com a antiga verdade segundo a qual um reino — no caso a Terra — dividido, não pode ficar de pé.

Há o conceito do Terceiro Mundo: de modo que já temos três mundos.

Na verdade, contudo, o número é ainda maior. Nós estamos muito distanciados para perceber. Qualquer cultura autônoma e profundamente arraigada, especialmente se ela se espalhou por uma grande parte da Terra, constitui um mundo autônomo, cheio de enigmas e surpresas para o padrão ocidental. No mínimo, devemos incluir nesta categoria a China, a Índia, o mundo mulçumano e a África, se aceitamos a generalização de encarar os dois últimos como unidades compactas. Durante mil anos a Rússia pertenceu a esta categoria, embora o pensamento ocidental tivesse sistematicamente cometido o engano de negar o seu caráter autônomo, e portanto nunca a entendendo, da mesma forma que hoje o Ocidente não entende a Rússia cativa do comunismo. Pode ser que nos últimos anos o Japão tenha se tornado cada vez mais uma parte distante do Ocidente; mas eu não estou aqui para julgar. Mas no que diz respeito a Israel, por exemplo, me parece que ele está à parte do mundo ocidental, pois seu sistema estatal é fundamentalmente ligado à religião.

E não faz muito tempo, relativamente, o pequeno e novo mundo europeu estava facilmente fazendo colônias em toda parte, e não apenas prevenindo toda e qualquer resistência real, mas também desprezando todos e quaisquer valores dos povos conquistados em relação à vida. Como tal, as conquistas foram um imenso sucesso, não houve nenhuma fronteira geográfica capaz de impedi-las. A sociedade ocidental se expandiu como um triunfo da independência e do poder humanos. E de repente, no século XX, sobreveio a descoberta de sua fragilidade e de sua iniquidade. Nós agora vemos que as conquistas demonstraram ser efêmeras e precárias, e isto aponta para erros na visão ocidental do mundo, que levaram a estas conquistas. As relações com o antigo mundo colonial agora chegaram ao seu oposto, e o mundo ocidental freqüentemente vai aos extremos da obsequiosidade; mas é difícil ainda estimar o total da conta que os antigos países colonizadores apresentarão ao Ocidente.

E ainda é difícil prever não apenas se a queda de suas últimas colônias, mas também de tudo o que ele possui, será suficiente para o Ocidente pagar a conta.

Mas a cegueira da superioridade continua, a despeito de tudo, e mantém de pé a crença de que vastas regiões do nosso planeta devem desenvolver-se e amadurecer até o nível dos atuais sistemas ocidentais, que em teoria são os melhores e na prática são os mais atraentes. Há esta crença de que todos estes outros

mundos estão apenas temporariamente impedidos de seguirem a via ocidental das democracias pluralistas ou de adotarem o modo de vida ocidental por governos perniciosos, ou por crises agudas, ou por sua própria crueldade ou incompreensão. Os países são medidos pelos méritos de seu progresso nesta direção. Contudo, este é um conceito que se desenvolveu a partir da incompreensão ocidental de entender a essência dos outros mundos e do engano de medi-los com um metro ocidental. A verdadeira face do desenvolvimento de nosso planeta é muito diferente.

A angústia em relação ao nosso mundo dividido deu origem à teoria da convergência entre os países ocidentais mais importantes e a União Soviética. Esta é uma teoria apaziguadora que despreza o fato de que estes mundos absolutamente não estão se desenvolvendo em semelhança; nenhum pode ser transformado no outro sem o uso da violência. Além disso, a convergência inevitavelmente significa a aceitação dos defeitos do outro, e isto não é certamente desejável.

Se eu hoje estivesse falando para uma platéia em meu país, examinando o padrão geral das rupturas do mundo, eu me concentraria nas calamidades do Leste. Mas desde que o meu exílio forçado no Ocidente já dura quatro anos, e desde que a minha platéia é ocidental, acho que seria de maior interesse eu concentrar-me em certos aspectos do Ocidente atualmente, tais como eu os vejo.

Um declínio na coragem... pode ser o traço mais marcante que um observador de fora percebe no Ocidente hoje em dia. O mundo ocidental perdeu a sua coragem cívica, tanto em conjunto quanto separadamente, em cada país, em cada governo, em cada partido político e, evidentemente, nas Nações Unidas. Este declínio da coragem é particularmente visível entre os grupos dirigentes e a elite intelectual, provocando uma impressão de perda de coragem pela sociedade inteira. Naturalmente que há muitos indivíduos corajosos, mas eles não têm nenhuma influência determinante na vida pública. Burocratas políticos e intelectuais mostram depressão, passividade e perplexidade em suas ações e em suas declarações e principalmente em suas reflexões teóricas para explicar o quão é afiançável, realisticamente, racionalmente, e até intelectualmente e moralmente basear a política nacional na fraqueza e na covardia. E o declínio da coragem é ironicamente realçado por ocasionais explorações de raiva e inflexibilidade da parte destes mesmos burocratas quando eles negociam com governos fracos ou países fracos, sem apoio de ninguém, ou concorrentes que não podem oferecer nenhuma resistência. Mas eles ficam calados e paralisados quando tratam com os países poderosos e ameaçadores, ou com agressores ou terroristas internacionais.

É preciso enfatizar que desde os tempos remotos o declínio da coragem tem sido considerado como o começo do fim.

Quando os modernos Estados ocidentais foram criados, os seguintes princípios foram proclamados: os governos existem para servir ao homem, e o homem vive para ser livre e atingir a felicidade. (Veja-se, por exemplo, a Declaração de Independência norte-americana).

Agora, pelo menos nas últimas décadas, o progresso técnico e social permitiu a efetivação destas aspirações: o Estado do bem-estar social. Cada cidadão tem

recebido a desejada liberdade e os bens materiais, em quantidade e em qualidade, capazes de lhe garantir, em teoria, a realização da felicidade, no sentido moral inferior que se tornou comum nestas mesmas décadas. No processo, contudo, um detalhe psicológico foi deixado de lado: o constante desejo de uma vida ainda melhor e de mais bens, e a luta para obtê-los, marcam muitos rostos ocidentais com a preocupação e a depressão, embora seja costume esconder estes sentimentos. A competição ativa e tensa penetra todos os pensamentos humanos sem abrir uma saída para o desenvolvimento espiritual livre. A independência individual de muitos tipos de pressão estatal tem sido garantida; a maioria dos povos atingiu um nível de bem-estar que os seus antepassados não podiam sequer sonhar ser possível atingir; tem sido possível criar os jovens segundo estes ideais, conduzindo-os ao esplendor físico, à felicidade, à posse de bens materiais, de dinheiros e de lazer, e até quase uma liberdade ilimitada de prazer. Portanto, por que se deve arriscar tudo isto, por que, e a que título, se deve arriscar a nossa preciosa vida em defesa dos valores comuns, particularmente nestes casos nebulosos em que a segurança de uma nação deve ser definida num país distante?

Até a biologia sabe que uma segurança extrema habitual e um bem-estar freqüente não são vantajosos para os organismos vivos.

Atualmente, o bem-estar já começou a revelar a sua máscara perniciosa na vida da sociedade ocidental.

A sociedade ocidental se deu a organização mais adequada para seus anseios, baseada, eu diria, na letra da lei. Os limites dos direitos humanos e do que é legítimo são determinados por um sistema de leis; tais limites são muito amplos. Os povos do Ocidente adquiriram uma considerável habilidade no uso, na interpretação e na manipulação da lei, muito embora as leis tendam a ser muito complicadas e de difícil entendimento para uma pessoa mediana sem o auxílio de um perito. Todo conflito é resolvido de acordo com a letra da lei, e esta é considerada como a suprema solução. Se alguém está certo do ponto de vista legal, não se exige mais nada, e ninguém pode mencionar que aquela pessoa poderia não estar inteiramente certa, e solicitar uma autolimitação, ou uma predisposição à renúncia destes direitos legais; isto soaria simplesmente absurdo.

Ninguém se autolimita voluntariamente: Todo mundo opera no extremo limite desta moldura legal. Uma empresa petrolífera age legalmente quando compra uma invenção de um novo tipo de energia, com a finalidade de impedir o seu uso. Um produtor de alimentos age legalmente quando envenena o seu produto para fazê-lo durar mais: afinal o povo é livre para não o comprar.

Passei toda a minha vida sob um regime comunista, e eu lhes direi que uma sociedade sem nenhuma escala legal é uma sociedade realmente terrível. Mas uma sociedade sem outra escala que a legal também não é muito digna do homem. Uma sociedade que é baseada na letra da lei, e que nunca vai acima, se aproveita muito pouco das possibilidades humanas. A letra da lei é muito fria e muito formal para ter uma influência benéfica sobre a sociedade. Sempre que o tecido da vida é

costurado com relações legalísticas há uma atmosfera de mediocridade moral paralisando os mais nobres impulsos do homem.

E será simplesmente impossível enfrentar os julgamentos deste século ameaçado apenas com o suporte de uma estrutura legalística.

Na atual sociedade ocidental, a desigualdade é revelada pela liberdade de fazer boas ações e pela liberdade de fazer más ações. Um homem público que queira desenvolver alguma coisa importante e altamente construtiva para o seu país tem que se mover cautelosamente e até timidamente; existem milhares de críticos apressados e irresponsáveis em seu caminho, o Parlamento e a imprensa ficam rejeitando-o. Enquanto ele avança, é preciso que prove que cada passo que dá é absolutamente seguro e impecável. Na verdade, uma pessoa eminente e especialmente bem dotada, que tenha iniciativas incomuns e inesperadas, raramente consegue uma oportunidade de se impor; desde o início dezenas de armadilhas serão espalhadas à sua frente. Desta maneira, a mediocridade triunfa com a desculpa das restrições impostas pela democracia.

É factível e fácil, em toda parte, minar o poder administrativo, e de fato ele tem sido drasticamente enfraquecido em todos os países ocidentais. A defesa dos direitos individuais chegou a tais extremos que torna a sociedade como um todo indefensável contra certos indivíduos. Já é hora no Ocidente de defender não tanto os direitos humanos, mas as obrigações humanas.

Uma liberdade destrutiva e irresponsável atingiu um espaço sem limites. A sociedade parece ter pouca defesa contra o abismo da decadência humana, tal como, por exemplo, o mau uso da liberdade para a violência moral contra os jovens, em filmes cheios de crimes, pornografias e horror. Isto é considerado como parte da liberdade, e teoricamente contrabalançado pelo direito dos jovens de não ver ou não aceitar.

A vida organizada legalisticamente demonstrou, portanto, sua inability de defender-se contra a corrosão do malfazejo.

E o que podemos dizer sobre o sombrio da criminalidade? Molduras legais (especialmente nos Estados Unidos) são suficientemente amplas para encorajar não apenas a liberdade individual, mas também certos crimes individuais. O ofensor pode continuar em punição ou obter imerecida indulgência com o apoio de milhares de defensores públicos. Quando um governo inicia uma enérgica luta contra o terrorismo, a opinião pública imediatamente o acusa de violar os direitos civis dos terroristas. Existem vários casos deste tipo.

Esta inclinação da liberdade em direção ao malfazejo tem ocorrido gradualmente, mas evidentemente nasceu, originalmente, de um conceito humanístico e benevolente, segundo o qual não há maldade inerente à natureza humana; o mundo pertence à humanidade, e todos os defeitos da vida são provocados por sistemas sociais errados, que necessitam ser corrigidos. Por mais estranho que possa parecer, e embora as melhores condições sociais tenham se desenvolvido no Ocidente, aqui existe ainda criminalidade, e numa proporção muito maior que na sociedade soviéti-

ca paupérrima e sem lei. (Existe uma enorme quantidade de prisioneiros em nossos campos forçados e que são etiquetados como criminosos, mas cuja grande maioria nunca cometeu um crime; eles simplesmente tentaram defender-se contra um Estado sem leis.)

A imprensa também, e naturalmente, goza da mais irrestrita liberdade. (Eu usarei o termo imprensa para concluir todas as mídias.) Mas que tipo de utilização ela faz desta liberdade?

Ainda aqui a principal preocupação é não infringir a letra da lei. Não há nenhuma responsabilidade moral pela deformação ou pela falta de proporção. Que tipo de responsabilidade tem o jornalista com relação aos seus leitores, à história?

Se ele ilude a opinião pública ou o governo através de informações incorretas ou através de conclusões erradas, é de nosso conhecimento qualquer caso de reconhecimento público, ou de retificação deste erro, por este mesmo jornalista ou pelo mesmo jornal? Não, isso não acontece, porque afetaria as vendas. Uma nação pode ser vítima deste erro, mas o jornalista sempre sai ileso. Pode-se até supor que ele vai insistir, e com maior confiança.

Porque é preciso fornecer informação instantânea e idônea, é necessário voltar às suposições, rumores e boatos a fim de preencher os vazios, e como nada disso vai ser retificado, tudo permanecerá na memória do leitor. E quantas informações apressadas, superficiais e enganosas são fornecidas diariamente confundindo os leitores, e sem nenhuma apuração. A imprensa pode, ao mesmo tempo, enganar e deseducar a opinião pública. Desta maneira, podemos ver terroristas transformados em heróis; ou informações confidenciais, referentes à defesa de um país, serem publicamente reveladas; ou podemos assistir à invasão, sem nenhuma vergonha, da privacidade de personalidades conhecidas, tudo feito sob a égide do lema "todo mundo tem o direito de saber de tudo". Mas este é um lema falso, característico de uma era falsa: o povo também tem o direito de não saber, e este é um direito mais valioso. O direito de não ter a sua alma divina entupida de mexericos, de absurdos, de conversa vã. Uma pessoa que leve uma vida frutífera, e que trabalhe, não necessita deste tipo de informação.

A precipitação e a superficialidade são doenças psíquicas do século 20, e mais do que em qualquer outra parte esta doença se reflete na imprensa. A análise em profundidade de um assunto é um anátema para a imprensa.

Ela pára ao nível das fórmulas sensacionalistas.

Apesar disso, contudo, a imprensa se transformou no maior poder dentro dos países ocidentais; ela é mais poderosa do que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Pode-se, portanto, perguntar: sob qual lei ela foi eleita, perante quem ela é responsável? No Leste comunista, um jornalista é funcionário do Estado. Mas quem deu aos jornalistas ocidentais o seu poder, e por quanto tempo, e com quais prerrogativas? Há ainda uma outra surpresa para quem venha do Leste, onde a imprensa é rigorosamente unificada: descobre-se gradualmente um padrão comum de preferências dentro da imprensa Ocidental como um todo. É como uma moda: há

padrões de julgamento geralmente aceitos, e pode haver interesses econômicos comuns, e cujo resultado final não é a competição, mas a unificação. Uma liberdade enorme é fornecida à imprensa, mas não à informação, pois os jornais normalmente dão maior ênfase às opiniões que não se chocam abertamente com o seu padrão.

Sem censura, no Ocidente as tendências de opinião mais em moda são cuidadosamente separadas das que não estão em moda; nada é proibido, mas o que não está em voga dificilmente conseguirá espaço em jornais ou livros, ou será ouvido nas universidades. Legalmente os pesquisadores são livres, mas eles são condicionados pela moda do dia. Não há uma violência aberta, como no Leste: contudo, uma escolha ditada pela moda ou pela necessidade de responder aos padrões da massa freqüentemente evitam que pessoas mais independentes dêem a sua contribuição à vida pública. Há uma tendência perigosa de formarem-se rebanhos. Tenho recebido cartas de norte-americanos altamente inteligentes, talvez de um professor de uma cidadezinha longínqua que poderia fazer muito pela salvação deste país, mas sua voz não pode ser ouvida, pois a mídia não está interessada nele.

Isto provoca o aparecimento de preconceitos de massa muito fortes, a cegueira, o que é extremamente perigoso nesta era dinâmica. Há, por exemplo, uma interpretação enganosa do que é a situação mundial. Que funciona como uma espécie de couraça petrificada em volta das mentes de todo o mundo. As vozes de 17 países da Europa Oriental e da Ásia Oriental não conseguem penetrá-la. A couraça só será rompida pelo pé-de-cabra dos acontecimentos.

Mencionei alguns poucos traços da vida ocidental que surpreendem e chocam um forasteiro que acaba de chegar. O propósito e o objetivo deste discurso não me permitem continuar nesta resenha, e perscrutar a influência destas características ocidentais sobre importantes aspectos da vida de uma nação, tais como a educação elementar ou a educação superior, no campo das humanidades e das artes.

É quase universalmente reconhecido que o Ocidente apresenta para todo o mundo a trilha do desenvolvimento econômico bem sucedido, muito embora nos últimos anos tenha havido problemas provocados pela inflação. Contudo, muitas pessoas que vivem no Ocidente não estão satisfeitas com a sua própria sociedade. Elas a acusam de não estar à altura do nível de maturidade atingido pela humanidade. Um certo número destes críticos se viram para o socialismo, que "é uma corrente falsa e perigosa".

Espero que ninguém presente pense que minhas críticas ao Ocidente signifiquem que eu esteja apresentando o socialismo como uma alternativa. Tendo experimentado o socialismo aplicado em um país onde a alternativa foi realizada, eu certamente não o defenderei. O conhecido matemático soviético Shafarevich, membro da Academia Soviética de Ciências, escreveu um livro brilhante, com o título "Socialismo"; trata-se de uma profunda análise demonstrando que o socialismo de qualquer tipo ou coloração leva à total destruição do espírito humano.

O livro de Shafarevich foi publicado na França há quase dois anos, e até agora ninguém foi capaz de refutá-lo. Dentro de pouco tempo ele será publicado em inglês, nos Estados Unidos.

Mas se alguém me perguntasse se eu indicaria o Ocidente, tal como ele é hoje, como modelo para o meu país, francamente eu teria que responder negativamente. Não, eu não poderia recomendar sua sociedade, em seu estágio atual, como a ideal para modelar a nossa. Através de um intenso sofrimento, o nosso país agora atingiu um desenvolvimento espiritual de tal intensidade que o sistema ocidental, em seu estágio atual de exaustão espiritual, não parece atraente. Mesmo as características de sua vida, que eu acabei de mencionar, são extremamente tristes.

Um fato que não pode ser contraditado é o enfraquecimento dos seres humanos no Ocidente, enquanto no Leste eles estão ficando cada vez mais firmes e fortes. Seis décadas para o nosso povo e três décadas para o povo da Europa Oriental: neste prazo nós experimentamos um treinamento espiritual muito além da experiência ocidental. A complexidade da vida, e seu peso mortal, produziram características mais fortes, mais profundas e mais interessantes que as geradas pelo bem-estar estandardizado do Ocidente. Portanto, se a nossa sociedade se transformasse na sua, isto significaria uma melhoria em certos aspectos, mas também uma mudança para pior em outros particularmente significativos. É verdadeiro, contudo, que uma sociedade não pode viver no abismo da ausência de lei, como no caso do meu país. Mas também é aviltante eleger a placidez legalística mecânica como se fez aqui. Depois de sofrer décadas de violência e opressão, a alma humana anseia por coisas mais altas, mais dignificantes e mais puras do que estas oferecidas pelos hábitos de vida massificantes de hoje, provocados pela revoltante invasão da publicidade, pela letargia da TV e por música intolerável.

Tudo isso é visível para os observadores de todos os mundos do nosso planeta. O estilo de vida ocidental será cada vez menos o modelo predominante.

Existem advertências claras que a história dá às sociedades ameaçadas ou moribundas. Tais como, por exemplo, a decadência da arte, ou a falta de grandes estadistas. Há outras advertências, também. O centro da democracia e da sua cultura foi deixado sem luz elétrica por algumas horas e, de repente, hordas de cidadãos norte-americanos começaram a saquear e a devastar. O verniz da superfície deve ser, então, muito fino, e o sistema social muito instável e insalubre.

Mas a luta pelo nosso planeta, a luta física e espiritual, uma luta de proporções cósmicas, não é um assunto vago do futuro; ela já começou. As forças do mal já começaram sua ofensiva decisiva, pode-se sentir a sua pressão; contudo, os seus vídeos e as suas publicações estão cheias de sorrisos e alegria.

A despeito da abundância de informação, ou talvez por causa dela, o Ocidente tem dificuldade como ela é. Houve ingênuas previsões de alguns especialistas norte-americanos segundo as quais Angola se transformaria no Vietnã da União Soviética, ou que as incursões cubanas na África poderiam ser melhor impedidas através da cortesia norte-americana em relação a Cuba. O conselho de Kenan

ao seu país — começar unilateralmente o desarmamento — pertence a esta mesma categoria. Se vocês soubessem como os mais inexperientes dos diplomatas soviéticos riem dos gênios políticos norte-americanos! Quanto a Fidel Castro, ele abertamente despreza os Estados Unidos, ao mandar suas tropas a lugares distantes; saindo daqui do lado. Contudo, o mais cruel engano ocorreu com a falta de entendimento sobre a guerra do Vietnã.

Alguns sinceramente queriam que todas as guerras terminassem o mais rápido possível. Outros acreditavam que havia lugar no Vietnã ou no Cambodge para a ação comunista, como hoje se vê com clareza. E os membros do movimento contra a guerra do Vietnã acabaram-se envolvendo numa traição às nações do Extremo Oriente, em um genocídio e no sofrimento atualmente imposto a 32 milhões de pessoas. Estes pacifistas convictos ouvem as lamúrias que vêm de lá? Eles entendem sua parcela de responsabilidade? Ou eles preferem não ouvir? A inteligência norte-americana perdeu sua lucidez e, como consequência, o perigo está hoje muito mais próximo dos Estados Unidos. Mas ninguém parece preocupado. Seus políticos míopes que assinaram apressadamente a capitulação do Vietnã certamente deram à América uma pausa; mas agora 100 Vietnãs a assombram. Aquele pequenino Vietnã foi uma advertência e uma oportunidade de mobilizar a coragem nacional. Mas se uma América poderosa foi na verdade derrotada por um pequeno país meio comunista, como pode o Ocidente enfrentar o futuro?

Já tive ocasião de dizer que no século XX a democracia ocidental não venceu nenhuma guerra maior sem ajuda e a proteção de um poderoso aliado continental cuja filosofia e ideologia ela não questionou. Na Segunda Guerra, contra Hitler, ao invés de vencer a guerra com as suas próprias forças, que certamente teriam sido suficientes, a democracia ocidental ajudou e cultivou um outro inimigo que demonstraria ser muito pior e muito mais poderoso, pois Hitler nunca teve tantas riquezas e tanta gente, nem ele ofereceria idéias tão atraentes, nem tinha tantos aliados no Ocidente — uma quinta coluna potencial — quanto a União Soviética. Hoje, algumas vozes ocidentais já falaram de obter proteção de uma terceira nação no próximo conflito mundial, se é que vai haver um; neste caso, o escudo seria a China.

Eu não queria que isto ocorresse, para nenhum país do mundo. Em primeiro lugar, é novamente uma sinistra aliança com o Mal; na verdade, isto aliviaria os Estados Unidos durante algum tempo, mas quando, no futuro, a China com seu bilhão de habitantes se voltasse, armada com armas norte-americanas, os Estados Unidos se tornariam vítima de um genocídio similar ao que foi perpetrado no Cambodge nestes dias.

E nenhuma arma, por mais poderosa que seja, pode ajudar o Ocidente; até que ele vença a sua perda de vontade. Num estado de fraqueza psicológica, as armas se transformam num peso para o lado que capitula. Para se defender é preciso estar pronto para morrer; e há quase nenhuma desta vontade numa sociedade emanada do culto do bem-estar social. Nada, portanto, sobra, a não ser concessões, tentativas de ganhar tempo, e traição. Foi assim que na triste conferência de

Belgrado, em sua fraqueza, diplomatas ocidentais livres se renderam, enquanto membros escravizados do Grupo de Helsinque estão sacrificando suas vidas.

O pensamento ocidental se tornou conservador; a situação mundial deve continuar como está, a qualquer custo; não deve haver mudanças. Este sonho debilitante de *statu quo* é o sintoma de uma sociedade que já chegou ao fim do seu desenvolvimento. Mas não é preciso ser cego para não ver que os oceanos não pertencem mais ao Ocidente, e que a terra sob o seu domínio está encolhendo. As duas assim chamadas guerras mundiais (na verdade elas nem chegaram perto de uma escala mundial) significaram a destruição interna do pequeno Ocidente progressista, o que preparou o seu fim. A próxima guerra (que não necessita ser uma guerra atômica, nem acredito que o será) talvez enterre para sempre a civilização ocidental. Enfrentando tal perigo, com tantos valores históricos em seu passado, e num tal nível de realização da liberdade (e de devoção à liberdade), como se pode perder quase todo o desejo de se defender?

Como surgiu esta desfavorável relação de forças? Como o Ocidente evoluiu de sua marcha triunfal para a fraqueza de hoje?

Houve desvios ou perdas de rumo em seu desenvolvimento? Parece que não. O Ocidente se manteve avançando socialmente de acordo com as suas proclamadas intenções, com a ajuda de um brilhante progresso tecnológico. E, de repente, ele se viu no atual estado de fraqueza. Isto significa que o erro deve estar nas raízes, na própria base do pensamento humano destes últimos séculos. Refiro-me à visão ocidental do mundo que emergiu primeiro durante o Renascimento, e que se expressou politicamente no período do Iluminismo. Ela se tornou a base para o governo e ciência social, e poderia ser definida como humanismo racionalístico ou autonomia humanística: a proclamada e imposta autonomia do homem em relação a forças mais altas. Ela também pode ser denominada antropocentrismo, com o homem visto como o centro de tudo o que existe.

A mudança introduzida pelo Renascimento evidentemente era inevitável historicamente. A Idade Média chegou ao fim natural pela exaustão, tornando-se uma repressão intolerável e despótica da natureza humana em favor do espírito. Depois, contudo, nós viramos as costas para o Espírito, e abraçamos tudo que é material com um zelo excessivo e sem discussão. Esta nova forma de pensar, que nos impôs sua orientação, não admite a existência do mal intrínseco no homem, nem vê tarefa mais elevada do que atingir a felicidade terrestre. E baseou a moderna civilização ocidental no perigoso padrão da adoração do homem e de suas necessidades materiais. Tudo mais além do bem-estar social e da acumulação de bens materiais, todas as outras necessidades ou características humanas, foram deixadas de lado da área de atenção do Estado ou dos sistemas sociais, como se a vida humana não tivesse um sentido superior.

Isto deu acesso ao mal, do qual existe em nossos dias um fluxo livre e constante. A mera liberdade não resolve os problemas da vida humana, e até mesmo acrescenta alguns poucos.

Contudo, nas democracias mais antigas, como na democracia americana em seu nascimento, todos os direitos individuais humanos derivam do fato de o homem ser uma criatura de Deus. Isto é, a liberdade era dada ao indivíduo condicionalmente, na suposição de sua constante responsabilidade religiosa. Esta foi a herança dos primeiros mil anos. Há 200 anos, ou mesmo 50 anos, teria sido impossível, na América que um indivíduo tivesse liberdade sem limites, simplesmente para a satisfação de seus instintos ou fantasias. Subseqüentemente, contudo, todas estas limitações foram desconsideradas em qualquer lugar do Ocidente; uma liberação total ocorreu, a partir da herança de séculos cristãos, com suas grandes reservas de piedade e sacrifício. Os sistemas estatais foram ficando cada vez mais e totalmente materialistas. O Ocidente acabou por impor os direitos humanos, às vezes até excessivamente, mas o senso de responsabilidade em relação Deus e à sociedade foi ficando cada vez mais fraco. Nas últimas décadas, a característica legalística e egoísta da visão e do pensamento ocidental chegou à sua dimensão final, e o mundo atingiu uma séria crise espiritual e um difícil impasse político. Todo o glorificado progresso tecnológico, incluindo a conquista do Espaço, não redime o século 20 de sua probreza moral, que ninguém seria capaz de imaginar há 50 anos.

E enquanto o humanismo, em seu desenvolvimento, se tornou cada vez mais materialista, ele foi ficando mais e mais acessível à especulação e à manipulação, primeiro pelo socialismo, e depois pelo comunismo. E tanto que Karl Marx foi capaz de dizer, em 1844, que "o comunismo é o humanismo naturalizado".

Esta afirmação demonstrou ser não totalmente desprovida de sentido. Pode-se ver as mesmas pedras nas bases do humanismo desespiritualizado que em qualquer tipo de socialismo: materialismo sem fim; liberdade sem religião ou responsabilidade religiosa, o que nos países sob regime comunista atinge o estágio de uma ditadura anti-religiosa; concentração das estruturas sociais, com um mesmo tipo de *approach* científico. (Isto é típico, do Iluminismo do século 18 e do marxismo.) Não é sem coincidência que todos os juramentos e as fianças comunistas são sobre o Homem com H maiúsculo, e sua felicidade terrestre, à primeira vista isto parece um bizarro paralelo: traços comuns no pensamento e no modo de vida do Ocidente e do Leste, hoje? Mas é este o desenvolvimento lógico e materialista.

As inter-relações são tais, além disso, que a corrente do materialismo que fica mais à esquerda sempre acaba sendo a mais forte, a mais atraente e vitoriosa, porque é mais consistente. O humanismo sem a herança cristã não pode resistir a esta competição. Podemos ver este processo nos últimos séculos, e especialmente nas últimas décadas, em escala mundial, tornando a situação cada vez mais dramática. O liberalismo foi inevitavelmente deslocado pelo radicalismo; o radicalismo teve de se render ao socialismo; e o socialismo nunca pôde se opor ao comunismo. O regime comunista do Leste pôde resistir e crescer devido ao entusiástico apoio de numerosos intelectuais ocidentais que se recusaram a ver os crimes do comunismo. E quando não podiam mais ignorá-los, passaram a justificá-los. Em nossos países do Leste o comunismo sofreu uma completa derrota ideológica; não mais do que zero. Mas os intelectuais ocidentais ainda o olham com interesse e com empatia, e é isto precisamente o que torna muito difícil para o Ocidente opor-se ao Leste.

Não estou examinando aqui o caso de uma guerra mundial e as modificações que ela produziria na sociedade. Enquanto acordamos toda manhã debaixo de um sol pacífico, devemos levar uma vida normal. Mas há uma catástrofe, contudo, que já vem de algum tempo. Refiro-me à calamidade de uma consciência humana desespiritualizada e sem religião.

Para esta consciência, o homem é a pedra-de-toque no julgar e avaliar tudo na terra. O homem imperfeito, que nunca está livre do orgulho, do egoísmo, da inveja, da vaidade, e de dúzias de outros defeitos. Nós não estamos experimentando as conseqüências de erros que não tenham sido percebidos no início da jornada. Desde os dias do Renascimento, até hoje, enriquecemos a nossa experiência, mas perdemos de vista o conceito de uma Entidade Suprema que costumava refrear nossas paixões e nossa irresponsabilidade. Colocamos esperanças demais nas reformas políticas e sociais, apenas para descobrir que estávamos sendo despojados de nosso maior dom: nossa vida espiritual. No Leste isto foi destruído pelas maquinações do partido do poder. No Ocidente o interesse comercial tende a sufocá-la. Esta é a verdadeira crise. A ruptura do mundo é menos terrível que a doença que ataca suas partes.

Se o humanismo tinha razão ao declarar que o homem nasceu para ser livre, ele não teria nascido para morrer. Mas desde que seu corpo está destinado a morrer, sua tarefa na terra evidentemente tem que ter uma natureza mais espiritual. Que não pode ser a fruição irrestrita. Que não pode ser a busca dos melhores meios de obter bens materiais e o seu gozo total. Deve ser a realização do dever permanente e inarredável segundo o qual cada dia da vida de cada um seja uma experiência de crescimento moral, de modo que possa deixar a vida melhor do que quando começamos. É imperativo rever-se a tábua dos valores humanos.

Sua inadequação hoje é aberrante. Não é possível que a avaliação de um presidente seja reduzida à pergunta sobre quanto se ganha ou sobre a disponibilidade da gasolina. Apenas a autolimitação voluntária pode elevar o homem acima da corrente mundial do materialismo.

Seria um retrocesso ater-se hoje às mumificadas fórmulas do Iluminismo. O dogmatismo social os deixa completamente indefesos diante dos julgamentos de nosso tempo.

Mesmo que sejamos poupados pela destruição da guerra, nossas vidas terão que mudar se quisermos salvar a vida da autodestruição. Não podemos evitar a revisão das definições fundamentais da vida humana. É verdadeiro que o homem está acima de tudo? Não há nenhum Espírito Superior acima dele? É correto que a vida do homem e as atividades da sociedade tenham que ser determinadas pela expansão material em primeiro lugar? É permissível promover esta expansão em detrimento de nossa integridade espiritual?

Se o mundo não chegou ao seu fim, ele já atingiu um ponto de decisão na história, tão importante quanto a passagem da Idade Média para o Renascimento.

Ponto de decisão que vai cobrar de nós uma revolta espiritual, que vai exigir de nós uma nova visão, um novo nível de vida em que nossa natureza física não seja amaldiçoada como na Idade Média, e principalmente em que nosso ser espiritual não seja pisoteado como na Idade Moderna.

Esta ascensão será semelhante à subida ao novo estágio antropológico. Ninguém na terra tem outra saída que não para cima.



O CÃO NEGRO DE WINSTON CHURCHILL

Anthony Storr

Neste ensaio, o psiquiatra inglês Anthony Storr desenvolve uma curiosa hipótese a respeito de Winston Churchill, analisando um traço pouco conhecido de sua personalidade: a depressão que o acompanhou por toda a vida, e que o próprio Churchill apelidou de "cão negro".

De todas as batalhas que o estadista inglês enfrentou, é essa contra o cão negro — a sua depressão — que explica, segundo Storr, suas atitudes e a vida política. Para Storr, a Segunda Guerra Mundial foi o período propício para o surgimento político de Churchill, pois "o que a Inglaterra precisava não era um líder equilibrado e razoável, mas sim um profeta, um herói visionário... E Churchill foi esse herói visionário".

O ensaio foi transcrito e condensado da Revista Relações Internacionais, agosto de 1978, editada pelo Centro de Documentação Política da Universidade de Brasília.

O psiquiatra que se lança a um estudo de caráter de um indivíduo que nunca encontrou pessoalmente se engaja num projeto repleto de riscos. No exercício de sua profissão, o psiquiatra tem uma oportunidade incomparável para a avaliação do caráter, e deve justamente alegar que ele conhece mais pessoas profunda e intimamente que a maioria de seus companheiros. Mas, quando se trata de alguém que já faleceu, ele fica despojado daqueles critérios especiais que somente podem ser obtidos num consultório, e é, como o historiador, obrigado a se basear nas evidências escritas disponíveis. No tratamento analítico de um paciente, o psiquiatra é capaz de verificar a validade das hipóteses que ele levanta, através da resposta do paciente, e pelas mudanças que ocorrem no paciente como resultado da sua crescente compreensão de si mesmo. O psiquiatra pode, freqüentemente, estar errado ou um pouco adiantado em sua interpretação do comportamento e caráter de seu paciente; mas, como o longo processo de análise continua, os erros serão gradualmente eliminados e a verdade reconhecida por ambas as partes no procedimento analítico. Despojado da constante avaliação e reavaliação, os psiquiatras que empreendem estudos biográficos de homens famosos estão aptos a permitir que a teoria se subtraia à discrição: com o resultado que muitas das tão faladas biografias psicanalíticas foram más biografias e más psicanálises. O desastroso estudo de Woodrow Wilson por Fraud e Bullitt é um caso em questão.

Neste ensaio, desenvolvo uma hipótese a respeito de Churchill, que acredito ser garantida pelos fatos. Mas o que tenho a dizer deve ser considerado como tentativa, pelas possibilidades de erro neste campo complicado, que são muito grandes.

Embora o próprio Churchill desse muitos detalhes autobiográficos, especialmente em *My Early Life*, estes não são a espécie de detalhes que estão muito a serviço do psiquiatra. Pelo que toca a Churchill, este mostrava tão pouco interesse nas complexidades de sua própria psicologia como na de outrém; e seria o primeiro a rejeitar este ensaio como fútil e impertinente. Além disso, como C. P. Snow afirma no seu ensaio *Variety of Men*, o caráter de Churchill era impenetrável para a maior parte das formas de introspecção. Seus feitos, discursos e carreira têm sido profusa e repetidamente recordados, mas muito pouco do que tem sido escrito a seu respeito revela algo de sua vida interior. Embora Churchill possa ser considerado um artista, tanto como escritor quanto como pintor, ele não era, como muitos artistas, introspectivo ou preocupado com seus próprios motivos. Certamente se ele o fosse, mal poderia ter alcançado o que conseguiu, devido à introspecção ser cúmplice de autodesconfiança e inimiga da ação. Winston Churchill é ainda idolatrado, não somente por aqueles de nós que lembramos dos seus discursos, em 1940, e que acreditam como eu, que foi à sua coragem que devemos nossa libertação da tirania nazista, mas pelos homens e mulheres de todo o mundo para quem ele se tornou um símbolo, a personificação do heroísmo. Mas Churchill era também um ser humano, com as mesmas necessidades, instintos, esperanças e temores de todos nós. Não é prejuízo para um homem famoso o fato de chamar a atenção para seu humanismo, ou apontar que, como outros homens ele teve imperfeições e falhas. Churchill, apesar do seu nascimento aristocrático e da sua posição social, começou a vida com desvantagens que ele nunca dominou por inteiro, embora toda sua carreira fosse um esforço para superá-los. Sem essas desvantagens ele teria sido um ser humano mais comum, mais feliz e bem equilibrado. Mas tivesse sido ele um homem estável e equânime, nunca poderia ter influenciado a Nação.

Em 1940, quando tudo estava contra a Grã-Bretanha, um líder de julgamento sóbrio podia bem ter concluído que estávamos perdidos. Os líderes políticos estão acostumados à dissimulação. Mesmo quando a derrota é iminente, ou as políticas que eles propugnam demonstraram ser fúteis, continuarão, até à última hora, a imprimir mensagens de esperança para seus partidários. Em 1940, qualquer líder político podia ter tentado incitar a Grã-Bretanha com palavras corajosas, embora seu coração estivesse cheio de desespero. Mas somente um homem conhecedor do desespero, e que o enfrentava, poderia transmitir convicção em tal momento. Somente um homem sabedor do que era discernir o resplendor de esperança numa situação desesperadora, cuja coragem estava além da razão e cujo espírito agressivo se inflamava no seu estado mais violento quando era cercado de inimigos, podia ter conferido realismo emocional às palavras de desafio que nos incitavam no ameaçador verão de 1940. Churchill era tal homem; e era porque toda sua vida conduziu uma batalha com seu próprio desespero que ele podia transmitir a outrém a convicção que tal estado podia ser superado.

Tanto Winston Churchill quanto seu ancestral, o primeiro Duque de Marlborough sofriam de prolongados e periódicos ataques de depressão; e nenhuma compreensão de seu caráter é possível, a menos que este fato seja levado em consideração. Seu nome para depressão era "Cão Negro": e o fato de ele ter um apelido

para seu problema, argumenta-se que este era um companheiro bem familiar. Em momentos importantes de sua vida, Churchill obtinha sucesso dominando seu estado depressivo; mas a idade avançada e a contração de suas artérias cerebrais finalmente minaram sua saúde. Os últimos cinco anos de sua prolongada existência foram tão melancólicos que mesmo Lorde Moran os encobre. Foi um fato cruel que Churchill sobrevivesse até os noventa anos; porque, apesar do "Cão Negro", que ele controlava nos primeiros anos, no final derrotou seu espírito de luta.

Churchill, naturalmente, não é um exemplo isolado de um homem famoso que sofresse de períodos de depressão. Goethe era de temperamento similar; assim também eram Schuman, Hugo Wolf, Lutero, Tolstoi e muitos outros. A relação entre grande realização e o temperamento depressivo tem que ser ainda determinada em detalhes, e é possível que em alguns temperamentos a depressão aja como um estímulo. Quando a depressão está aumentando o problemático cai em melancolia e numa passividade tal que chega ser difícil trazê-lo ao estado normal.

Evitar este estado de doença é de primeira importância; e o deprimido, antes que seu problema se torne grave, deve repetidamente esforçar-se a exercer atividades, negando descanso ou relaxamento a si mesmo e realizando mais do que a maioria dos homens são capazes, apenas porque não pode se dar ao luxo de parar.

Há ainda a discussão sobre até que ponto a tendência para tal estado é um produto hereditário ou o resultado dos primeiros condicionamentos. Mesmo a genética atual, avançada como está, não nos dá meios de responder tal pergunta corretamente.

No caso de Churchill, não é seguro assumir que ambos os fatores contribuíram. Sabemos que pelo menos dois dos mais ilustres ancestrais tinham abalos de temperamento de alguma gravidade; e há alguma evidência a sugerir que eles não eram os únicos membros da família a ter este problema. A. L. Rowse, escrevendo sobre o primeiro Duque de Marlborough, diz: "Marlborough era sensato no sentido francês, o indicador mais sensível de todas as impressões que vieram para ele. Um artista por temperamento em seus altos e baixos — depressão, dores de cabeça (quando enfrentava dificuldades) e o autocontrole que ele exercitava, tão habitualmente, que se tornou a segunda característica de sua personalidade.

O outro parente de Churchill que possuía o mesmo temperamento era Lorde Randolph, pai de Winston. A. L. Rowse escreveu a seu respeito: "ainda que um juiz muito vivaz e comovente de uma situação, seu julgamento não era realmente seguro. Ele era autodeterminado e impulsivo, acima de tudo, impaciente. Se ele tivesse somente tido paciência todo o resto teria se ajeitado. Mas ele tinha o defeito do temperamento artístico, o que em nosso jargão psicológico diagnosticamos como alternância maníaco-depressiva: um tremendo bom humor e dispêndio excessivo de energia e muito desânimo e depressão em contrapartida. Este ritmo está presente num grau mais ou menos caracterizado pelas pessoas com capacidade criativa, particularmente nas artes. Claramente, este forte traço artístico observado na família apareceu nele".

Rowse erra ao pensar que a alternância maníaco-depressiva apresenta-se nas pessoas criativas, algumas das quais pertencem a um grupo temperamental muito diferente; mas ele está certo na sua diagnose da família de Churchill.

Um outro membro merece atenção neste parentesco Winston Churchill, que era pai do primeiro Duque de Marlborough. Um ardente monarquista, ele se aposentou em sua mansão em East Devon, depois que as tropas do Rei foram derrotadas na Guerra Civil. Lá ele se dedicou a escrever história: "Divi Britannici: uma Observação sobre as Vidas de todos os Reis da Ilha". Embora não estejamos informados detalhadamente a respeito da constituição de seu temperamento, A. L. Rowse o descreve assim: "Mergulhado em ressentimento, ele tinha, de qualquer forma, a consolação que as pessoas inteligentes têm quando derrotadas e desprotegidas: ler e escrever... Seu espírito não estava derrotado: transparece grande ardor no que ele escrevia".

O último e mais famoso Winston adotou o mesmo critério quando estava fora do escritório; e devemos agradecer que atividade criativa possa e dê uma defesa efetiva contra a depressão que ameaça os que dela sofrem quando não estão ocupados nem detendo uma posição de grande importância.

Brendan Bracken, citado por Moran, diz que cinco dos últimos sete Duques de Marlborough sofriam de melancolia; mas é difícil confirmá-lo, mesmo através dos livros de Rowse, que Bracken alega ser a fonte das suas informações. Parece que há pouca dúvida, entretanto, que o temperamento ciclotômico — que é a tendência para as mudanças de temperamento um tanto extremas — era parte da herança de Churchill.

Antes de abandonar a questão da hereditariedade, devemos observar sua constituição física.

É provável, apesar de não haver certeza a respeito, que o físico e a personalidade estejam intimamente ligados e que a estrutura e a forma do corpo reflitam influências genéticas mais do que ambientais. A mentalidade do homem sofre uma grande influência da forma em que ele é criado e educado. Seus dotes físicos, apesar de poderem ser até certo ponto modificados, provavelmente têm um caráter hereditário.

É evidente que Churchill dispunha de enorme vitalidade. Ele viveu até os noventa anos e, já aos oitenta, havia sobrevivido a um ataque do coração, três pneumonias, dois ataques apopléticos e duas operações cirúrgicas. De hábito ele comia, bebia e fumava o quanto desejava, e isso representava bastante. Até os setenta anos, poucas vezes se queixou de cansaço. Sem embargo, essa extraordinária constituição não se baseava no vigor físico comum. De fato, ele começou a vida com consideráveis desvantagens físicas. Como diz Lorde Moran: "Eu podia observar aquele menino, espancado e intimidado na sua escola, tornar-se um homem de pequena estatura, de braços delgados e desprovido de musculatura e de mãos alvas e delicadas, como as de uma mulher; não tinha pelos no peito e falava ciciando e com um pouco de tartamudez".

O próprio Winston Churchill reclamava, em uma carta escrita em Sandhurst, em 1893: "Fui amaldiçoado com um corpo tão fraco que mal posso aguentar as fadigas cotidianas. Porém, pretendo tornar-me mais forte durante a minha permanência neste lugar". Sua estatura era de, aproximadamente, 1,67 metro e seu tórax media apenas 78 centímetros, o que, tomando em conta as exigências de Sandhurst, era muito inadequado. Quando Wilfred Scawen Blunt, o poeta, encontrou-se com Churchill em 1903, ele o descreveu como "um rapaz de cabeça um tanto achatada e de aparência não muito significativa. A coragem, que tantas vezes e em certas ocasiões tão temerariamente demonstrou, não se apoiava em uma superioridade natural do seu porte físico, senão na sua determinação de ser resistente, apesar da sua falta de músculos e estatura. A sua busca do perigo no começo da sua juventude, e o risco que negligentemente correu na França — apesar de que seu comportamento colocava outras pessoas em perigo — testemunham o fato de que sua coragem não era algo que ele tomasse por óbvia e natural na sua personalidade, senão algo que ele se sentia obrigado a provar a si mesmo; uma compensação para suas dúvidas íntimas quanto à sua bravura.

Ninguém é imune ao medo; aqueles que foram naturalmente dotados de um físico avantajado, porém, são menos perturbados pelo perigo físico do que a maioria de nós. Churchill era extraordinariamente valente, mas a sua coragem tinha uma natureza mais admirável e surpreendente do que aquela que se baseia em superiores e inatos dotes físicos. Ele nunca esqueceu o fato de que na sua segunda escola preparatória, ele foi amedrontado por outros meninos que lhe atiravam bolas de "cricket" e que então ele havia se escondido atrás de umas árvores. Essa era uma lembrança vergonhosa para ele. De fato, ele se dispôs muito cedo a ser mais resistente do que qualquer outro. Quando tinha dezoito anos, quase morreu ao saltar de uma ponte para evitar ser capturado pelo seu primo e seu irmão, que o estavam perseguindo. Caindo de quase dez metros, sofreu o rompimento de um rim, permaneceu inconsciente por três dias e não pôde trabalhar por quase dois meses. Não há dúvidas quanto a imensa coragem de Churchill; esta, porém, se devia a sua determinação de vencer suas desvantagens físicas de quando jovem. De forma similar a de Demóstenes, cujo talento para a oratória é atribuído à sua determinação de superar um defeito da fala.

Houve muitas tentativas de descobrir uma relação entre o porte físico e a personalidade, dentre as que a de W. H. Sheldon é mais detalhada e bem sucedida. Sheldon pretendia reconhecer três componentes principais na estrutura física do homem. Ele os chamou um tanto exoticamente de endomorfia, mesomorfia e ectomorfia. Sheldon também elaborou uma escala de temperamentos que compõe-se de três conjuntos, que estão formados por características básicas que geralmente estão intimamente ligadas ao tipo físico da pessoa. As três principais variedades de temperamento são chamadas de viscerotonia, somatotonia e cerebrotonia. Quando examinamos Churchill, parece óbvio que seu porte físico era predominantemente endomórfico. Sua cabeça volumosa e o pequeno tamanho do seu tórax em relação ao seu abdômen, os contornos arredondados do seu corpo, e as pequenas proporções das suas extremidades são características disso. Da mesma forma sua pele, suave e regu-

lar, que era tão delicada que o obrigava a usar apenas roupa interior de seda, especialmente confeccionadas para ele. Poderíamos esperar que um homem, com esse físico, fosse de temperamento predominantemente *viscerotônico*, mundano, calmo, premeditado e previsível. Na realidade, Churchill consegue altos índices em onze características da *viscerotonia*, dentre um total de vinte, mas ele consegue quase o mesmo na *somatotonia*, isto é, um temperamento que está relacionado à estrutura física poderosa, forte e atlética do mesomorfo. De acordo com Sheldon, os homens, cujos temperamentos divergem muito daquele que corresponde ao seu físico, estão particularmente sujeitos a conflitos psicológicos, já que têm problemas com a sua própria estrutura emocional.

Churchill foi um homem muito mais agressivo e dominante do que se poderia esperar de alguém com o seu físico. Seu amor pelo risco, pela aventura, a sua energia e as suas afirmativas são traços que esperaríamos encontrar em um musculoso mesomorfo, mas que são inesperados em um homem de estrutura endomórfica como Churchill. Em outras palavras, temos a descrição de um homem que estava, até certo ponto, forçando-se a contrariar sua estrutura íntima, um homem que nem era muito forte nem tampouco corajoso, mas que conseguiu sê-lo, apesar do seu porte físico e dos seus dotes emocionais. Quanto mais examinamos Churchill como pessoa, mais somos forçados a concluir que a sua agressividade, coragem e dominância não se originavam na herança genética, senão que eram o resultado de uma decisão deliberada e de uma vontade férrea. "Posso parecer muito temível quando quero", disse ele ao seu médico. Mas a expressão desafiante de buldogue, que aparece nas suas fotografias mais conhecidas, não era evidente antes da guerra e, como Moran sugere, provavelmente foi assumida por ele ao proferir discursos frente ao espelho e posteriormente utilizada em ocasiões públicas apropriadas.

Antes de deixar a questão das características físicas e psicológicas e dedicarmos-nos às influências ambientais que formaram o caráter de Churchill, é interessante observar mais uma tipologia. O psiquiatra C. G. Jung, foi o responsável pela introdução dos termos "extrovertido" e "introvertido" na psicologia; a maior parte das pessoas está familiarizada com os traços gerais do significado desses termos. O extrovertido é a pessoa cujo interesse maior está nos acontecimentos e características do mundo exterior. O claustro da própria alma não preocupa muito a pessoa predominantemente extrovertida e nem lhe interessam demasiado as abstrações, idéias e sutilezas da filosofia. O interesse mais importante do extrovertido é a ação e não o pensamento. Quando perturbado, ele procura se distrair fazendo alguma coisa em vez de explorar sua vida interior para descobrir a causa do problema. Churchill era, sem dúvida, muito extrovertido. Ele demonstrava pouco interesse pela filosofia e nenhum pela religião, ao mesmo tempo que considerava irrelevante a psicologia.

A subdivisão jungiana dos tipos em pensamento, sentimento, sensação e intuição não tem sido aceita totalmente, mas a sua caracterização do extrovertido intuitivo em "Psychological Types" se aplica tão bem a Churchill, que as pessoas poderão se convencer de revisar o citado livro. Jung escreve:

"Sempre que a intuição predomina, uma psicologia distinta e inconfundível se apresenta no indivíduo... o intuitivo não há de ser encontrado entre os valores reais geralmente reconhecidos, mas ele está sempre presente onde existam possibilidades. Ele tem um agudo senso previsor para coisas prestes a surgir e turgidas de possibilidades futuras... o pensar e o sentir, elementos indispensáveis da convicção, são para ele funções inferiores e desprovidas de peso decisivo; desse modo, elas não contam com o poder de oferecer qualquer resistência séria em relação à intuição."

Essa, a razão, segundo Jung, da falta de juízo dos intuitivos e também da sua pouca consideração pelo bem-estar dos seus semelhantes. O intuitivo, não poucas vezes, é execrado como desapiedado e como aventureiro imoral — termos amiúde aplicados a Churchill na sua juventude — e, sem embargo, não tem rival no que se refere a sua capacidade para inspirar coragem entre seus semelhantes ou para inflamar o entusiasmo destes por algo novo.

No seu extremamente interessante ensaio sobre Churchill, C. P. Snow alude a sua falta de critério. De fato, Snow o descreve como seriamente deficiente, e continua: "O critério é algo belo; mas não é tão raro. Uma compreensão profunda é muito mais rara. Churchill tinha lampejos dessa classe de compreensão, gerados pela sua própria natureza, independentemente de influências e não devendo nada dela a ninguém senão a si próprio. Às vezes esta compreensão era um melhor guia do que o seu critério; na gravíssima crise durante a que assumiu o poder, houve momentos em que o critério racional podia ser — se bem que não necessariamente — uma fonte de fraqueza.

Quando Hitler assumiu o poder, Churchill não usou o seu critério racional, senão uma das suas profundas percepções. Aquilo era um perigo absoluto, e não havia nenhum atalho para evitá-lo. Aquilo era o que precisávamos (o que a Inglaterra precisava). Era uma ocasião única na nossa história, e teria de ser apreendida por um líder nacionalista. Muita gente de esquerda podia ver o perigo, mas não sabia como o país deveria ser manejado e unificado."

Acredito que esse tipo de percepção a que se refere C. P. Snow poderia também ser chamado de intuição. A intuição, por muitas razões, não é um guia em que se possa confiar, e algumas das intuições de Churchill eram muito erradas. Durante a Primeira Guerra Mundial, a invasão de Gallipoli — sua concepção estratégica mais importante — foi um fracasso. As suas idéias acerca do desenvolvimento do tanque de guerra, porém, e apesar de não terem sido utilizadas eficientemente na época, sem dúvida, tiveram êxito. Vale a pena anotar que já em 1917 ele esquematizou o projeto de um transporte para o desembarque de tanques e também algo muito parecido aos molhes desmontáveis utilizados na invasão da França, em 1944. Sua intuição estava certa pelo menos tantas vezes quanto errava, e ele estava certo — como quando previu a ameaça de Hitler e, posteriormente, quando vislumbrou o perigo de uma dominação soviética da Europa — em momentos em que outros, possuidores de critérios mais equilibrados, não enxergavam o aspecto verdadeiramente importante de uma questão. A descrição do extrovertido que faz Jung tem muitos pontos que podem ser aplicados a Churchill. Como aponta Jung, ao extrovertido

falta critério. Churchill nunca pôde pensar por um período muito longo. Apesar de que tinha idéias brilhantes, a razão quase que não o influenciava e ele não era capaz de acompanhar o desenvolvimento de uma argumentação, quando esta lhe era apresentada por outros. Sua famosa exigência de que todas as idéias a ele submetidas se limitassem a uma meia-página de papel é ilustrativa deste fato. Alambrooke escreve dele no seu diário de guerra: "a estratégia planejada não era seu forte. Ele preferia trabalhar baseando-se na sua intuição e nos seus impulsos... nunca foi bom para examinar todas as implicações de qualquer linha de ação que apoiou. De fato, amiúde ele se recusava a examiná-las." Também é verdade que ele tinha deficiências em muitos aspectos do seu sentimento. Churchill tinha pouca noção dos sentimentos dos outros. Por três vezes, ele prometera a Alambrooke o comando supremo das forças aliadas. Sem embargo, quando finalmente se decidiu que a invasão da Europa seria confiada a um comandante americano, Churchill pareceu não se dar muita conta do profundo desapontamento que Alambrooke sentiu. Ele não percebeu o quanto aquilo significava para mim. Não demonstrou nenhum sentimento de solidariedade e nem ofereceu desculpas pelo fato de ter tido que mudar sua decisão e tratou do problema como se fosse algo desprovido de importância. Nas palavras de Jung, "a consideração pelo bem-estar dos seus semelhantes é pouca".

Todos os que trabalharam com Churchill admiraram a sua enorme capacidade de ter novas idéias, aquela corrente aparentemente inextinguível de inventividade que brotava dele, tanto quando era *Home Secretary* quanto, depois, quando Primeiro-Ministro e chefe do esforço de guerra. Todos os que com ele trabalharam também são unânimes em dizer que ele necessitava ser restringido ao máximo e que muitas das suas idéias teriam sido desastrosas se levadas à prática.

Na terminologia jungiana, Churchill seria um extrovertido intuitivo. Na classificação de Sheldon, ele seria predominantemente endomorfo e dotado de um forte componente secundário mesomorfo. Nos termos da psiquiatria clássica, ele teria um temperamento cíclico com uma pronunciada tendência à depressão. Essas classificações descritivas, apesar de sobrecarregadas de jargão psiquiátrico, ainda têm o valor de serem abordagens do caráter, mas revelam muito pouco da dinâmica da vida interior da pessoa. O que se segue é uma tentativa, conquanto tenha de ser especulativa apenas, de examinar algo da estrutura psicológica de Churchill na medida do que for possível.

Começemos considerando de forma mais profunda o "Cão Negro", de Churchill. Lorde Moran, que mais do que a maioria das pessoas se deu conta da importância que a depressão tinha na psicologia de Churchill, menciona este fato pela primeira vez no seguinte trecho do seu livro:

14 de agosto de 1944

O Parlamentar estava com um ânimo filosófico hoje:

"Quando era jovem", ruminou, "por dois ou três anos houve um eclipse em minha vida. Eu desempenhava minhas funções, comparecia à Câmara dos Comuns, mas uma negra depressão se apossava de mim. Esse fato me ajudou a falar

com Clemmie acerca do meu problema. Não gosto de permanecer próximo à borda de uma plataforma quando um trem expresso está passando. Prefiro ficar para trás e, se possível, postar-me de trás de uma coluna que me separe do trem. Não gosto de estar ao lado de um navio e fitar a água. Um ato de um segundo poderia terminar com tudo. Umas poucas gotas de desespero. E sem embargo, não quero abandonar o mundo em absoluto nesses momentos. Sabe-se muito acerca da preocupação, Charles? Ela me ajuda a fazer uma lista de seis coisas que estejam me preocupando em um dado momento. Duas delas, digamos, desaparecem: nada pode ser feito das outras duas e logo não há porque preocupar-se por elas, e duas talvez possam ser resolvidas. Li um livro americano acerca dos nervos, "The Philosophy of Fate", e me interessou muito."

"Seu problema", disse eu — isto é, aquilo do Cão Negro —, você herdou dos seus antepassados, e lutou contra ele toda a sua vida. Essa é a razão para o seu desgosto por visitas a hospitais. Você evita sempre tudo que seja deprimente."

Winston fitou-me como se eu soubesse demais. Mais adiante no seu livro, Lorde Moran cita uma conversa com o agonizante Brendan Bracker.

"Você e eu pensamos que Winston é indulgente consigo mesmo; ele nunca se negou a nada, mas quando era apenas um menino, ele deliberadamente começou a mudar sua natureza, a ser duro e cheio de rudeza.

"Não foi fácil para ele. Veja bem, Charles, Winston sempre foi um "desesperado". Orpen, que o retratou depois dos acontecimentos nos Dardanelos, costumava falar da tristeza do seu rosto. Ele o chamava o homem do infortúnio. Winston estava certo então de que não desempenharia nenhum outro papel na vida pública. Não parecia haver nenhuma razão para viver, e isso o entristecia muito. Depois, nos seus ermos anos de antes da Segunda Guerra Mundial, ele dizia, uma e outra vez "estou acabado". Dizia isso aproximadamente duas vezes por dia. Ele tinha bastante certeza de nunca tornar a ocupar um cargo público, porque todos pareciam considerá-lo um homem selvagem. E ele tinha enorme saudade das *read boxes*. Winston sempre se sentiu infeliz a menos que estivesse ocupado. Você sabe como ele tem passado desde que renunciou. Ele mesmo me disse que reza todos os dias para morrer."

Muitos depressivos negam a si próprios descanso ou relaxamento, porque não podem dar-se ao luxo de fazê-los. Se forem forçados pelas circunstâncias a fazê-lo, contudo, a nuvem negra descerá sobre eles. Isto aconteceu a Churchill, quando deixou o Almirantado, em maio de 1915, quando esteve fora do ministério durante a década de trinta, quando foi derrotado na eleição de 1945 e depois da sua última renúncia. Ele inventou vários métodos para enfrentar a depressão que sentia quando não estava totalmente ocupado com os assuntos de Estado; entre eles, a pintura, a literatura e a maçonaria. Nenhum deles, porém tinha um sucesso completo. Para entender o porquê desse fato, devemos aventurar-nos até certo ponto nas águas turvas e traiçoeiras da teoria da psicanálise.

Sabe-se, amplamente, que a psicanálise se interessa principalmente pelo efeito do meio — e, em particular, do meio existente na primeira infância — sobre o caráter adulto. É menos sabido, porém, que o ponto de vista psicanalítico não é incompatível com as abordagens tipológicas ou temperamentais até aqui usadas no nosso estudo psiquiátrico de Churchill. As duas posturas são complementares, mais do que contraditórias. A herança genética de uma pessoa poderá predispor-la a ser depressiva, mas a questão de se ela realmente será afetada pela depressão dependerá das suas primeiras experiências familiares. A psicanálise não presume que todos nasçam iguais e que reajam da mesma maneira às influências do meio. Não há um projeto de criação ideal, já que duas pessoas nunca são iguais. O que a psicanálise pressupõe, porém, é que os desequilíbrios psicológicos que as pessoas sofrem estão relacionados com todo o clima emocional no qual elas são criadas, e que a neurose e a psicose na idade adulta podem ser explicadas em termos de um fracasso do meio em satisfazer as necessidades da pessoa estudada, no momento em que essas necessidades são mais importantes.

Uma importante característica dos adultos que sofrem de depressão é a sua dependência em relação a fontes externas para manter a sua auto-estima. Obviamente, todos somos até certo ponto dependentes de fatores externos. Se um homem perfeitamente normal é tirado abruptamente da sua família, do seu emprego, do seu círculo social e é colocado em uma situação de incerteza e medo, ele se sentirá profundamente deprimido. A polícia secreta russa sabe bem disso. Essa é a razão por que prendem suspeitos no meio da noite sem aviso prévio, os coloca em solitárias e lhes nega qualquer contato com o mundo exterior ou qualquer informação acerca do seu futuro. Poucas semanas de detenção incomunicável, nessas circunstâncias, reduz a maior parte das pessoas a um estado de profundo abatimento, a um estupor apático no qual tanto a esperança quanto o orgulho desaparecem. Todos nós precisamos de algum apoio do mundo exterior para manter o nosso próprio valor.

Sem embargo, a maior parte de nós pode tolerar os desapontamentos em certos aspectos das nossas vidas sem abandonar-nos à depressão profunda, desde que outros aspectos se mantenham incólumes. As pessoas normais podem lamentar ou experimentar desapontamentos mas, desde que elas possuam uma fonte íntima de auto-estima, elas não ficam deprimidas ou continuam a está-lo por muito tempo diante da desventura e podem consolar-se facilmente com aquilo que lhes resta.

Os depressivos, ao contrário das pessoas normais, são muito mais vulneráveis. Se alguma coisa está mal no mundo exterior, eles poderão ficar desesperados. Mesmo se as pessoas tentem confortá-los, eles provavelmente considerarão vãos os esforços destas. O desapontamento, a rejeição ou o despojo podem puxar o gatilho de um mecanismo que ativa, na pessoa depressiva, uma reação de completo desamparo. Isso se deve a estas pessoas não possuírem uma fonte íntima de auto-estima à qual possam recorrer quando estão em problemas, ou que possa ser remediada com o concurso de outras pessoas. Se a mesma pessoa se sente uma pessoa ruim ou indigna de ser amada a um nível íntimo profundo, uma rejeição real do mundo exterior levará essa convicção depressiva à tona. Então, nenhuma reafirmação daqueles que a

queiram bem poderá, por um tempo determinado, convencê-la do seu verdadeiro valor.

A psicanálise supõe que essa vulnerabilidade é o resultado de um fracasso das primeiras relações entre a criança e seus pais. No decorrer de uma vida normal, uma criança recebe amor junto ao leite materno. Uma criança que é desejada, querida, com a qual se brinca e a quem se afaga, incorpora dentro de si um senso sadio do seu próprio valor. Desse modo, ela vencerá os inevitáveis reveses e desapontamentos da infância como nada mais do que penas passageiras, certo e convicto de que o mundo é predominantemente um lugar alegre e que ele tem uma posição privilegiada nele. Esse padrão geralmente se mantém através da sua vida.

Por outro lado, uma criança que não é desejada, e que é rejeitada ou reprovada não terá essa convicção. Apesar de que essa criança possa ter momentos de êxito ou felicidade, estes não a convencerão de que ela pode ser amada nem, enfim, provar-lhe que a sua vida é valiosa. Uma carreira inteira poderá ser dedicada à procura do poder, à conquista de mulheres, ou apenas a ganhar dinheiro para finalmente deixar a pessoa face a face com o desespero e com um sentimento de futilidade, já que esta nunca incorporou em si mesma um senso do próprio valor como pessoa, e nenhum número de sucessos pode, em última análise, compensar essa falta.

"Em um dos seus aniversários, há alguns anos, em resposta à expressão maravilhada da minha irmã Diana, diante de todas as coisas que havia conseguido fazer na vida, ele disse: "Consegui muitas coisas, para afinal não ter conseguido nada. Estávamos ouvindo o rádio e lendo os elogios sempre generosos dos jornais. Como pode dizer isso? disse ela. Ele permaneceu calado. Há os seus livros, disse eu, e sua pintura, prosseguiu Diana. Ah, sim, sim, os há. E, depois de tudo, existimos nós, continuamos. Triste consolo é o que às vezes obtemos; e existem outras crianças que agradecem apenas o fato de estarem vivas. Ele reconheceu-nos com um sorriso..."

Sarah Churchill, no seu livro "A Thread in the Tapestry", começa a descrever os seus pais com estas orações-frases: e ela é muito perceptiva ao fazê-lo. Isto porque ela, da mesma forma que outros membros da sua família devem ter percebido durante os últimos e tristes anos da vida de Churchill, que apesar dos elogios e honrarias, este ainda tinha um vazio no coração. Um vazio que nenhum êxito ou honraria poderia preencher.

É interessante comparar esse trecho com um outro, escrito pelo próprio Churchill, e que não data da sua velhice senão à sua transição para a maturidade. "Savonarola", a única novela de Winston Churchill e também a sua primeira obra, apesar de ter sido o seu terceiro livro publicado. Apesar de ter estado meio pronto já em 1897, não foi editado até 1900, porque "The Story of the Malakand Field Force" e "The River War", o precederam. Savonarola, o orador e revolucionário é — como tem se apontado amiúde — um auto-retrato de Churchill. Ele nos é apresentado em seu estúdio, rodeado por Gibbon, Macaulay, Platão e St. Simon.

"Havia, ainda, alguns papéis e telegramas fechados sobre a mesa, mas Savonarola estava cansado; eles podiam e de qualquer modo teriam de esperar até o dia seguinte. Ele caiu em sua cadeira. Sim, havia sido um dia longo, um dia sombrio.

Ele era jovem, apenas trinta e dois anos, mas já sentia os efeitos do trabalho e da preocupação. Seu temperamento nervoso não poderia deixar de ter sido afetado pelas vívidas cenas que atravessara recentemente. E a repressão das suas emoções somente avivava o fogo íntimo. Valeu a pena? A luta, o trabalho constante, o sacrifício de tantas coisas que facilitam a vida ou a tornam mais agradável — para quê? O bem de um povo! Aquilo, ele não podia esconder de si mesmo, era mais uma direção do que a causa dos seus esforços. A ambição era a força motivadora e ela não podia resisti-la.

Valeu a pena? A questão aparece uma outra vez através da vida das pessoas que sofrem de depressão. Ao fim de "Savonarola", essa interrogação é reiterada. A solução foi vitoriosa, mas uma sensação de fastídio, de desagrado com a luta, um desejo de paz enchia-lhe a alma. O objetivo pelo que trabalhara por tanto tempo estava agora ao seu alcance e parecia ter um valor pequeno". Savonarola tem de sair exilado e vê a cidade que libertou, agora, parcialmente destruída pelo bombardeio. "A fumaça de outras casas em chamas se levantava lentamente até juntar-se à negra nuvem que pairava acima da cidade e contra a qual os projéteis, ao explodir, refletiam relâmpagos amarelados.

"E essa, disse Savonarola após uma longa contemplação, é a obra da minha vida."

Mais interessante ainda é o trecho em que Savonarola, "entediado dos homens e das suas obras", sobe ao seu observatório para "ver as estrelas, apenas por amor aos seus mistérios". Ele contempla a beleza de Júpiter.

"Um outro mundo, um mundo mais belo, um mundo de ilimitadas possibilidades, encantava sua imaginação. Ele pensava no futuro de Júpiter, dos incompreensíveis períodos de tempo que se passariam até que o processo de resfriamento tornasse possível a vida na sua superfície. Pensava na lenta e contínua marcha da evolução, impiedosa, inexorável. Quão longe poderia levar os futuros habitantes de um mundo embrionário? Talvez apenas até uma vaga distorção da essência vital; talvez mais longe do que poderia sonhar; todos os problemas seriam resolvidos, todos os obstáculos vencidos; a vida conseguiria chegar ao desenvolvimento perfeito. Essa fantasia, atravessando tempo e espaço, levava a história a períodos ainda mais distantes. O processo de resfriamento da vida terminaria na morte; o sistema solar inteiro, mesmo o universo, seriam um dia tão frio e morto quanto um fogo de artifício queimado.

"Era uma conclusão lúgubre. Ele fechou o observatório e desceu a escadaria, esperando que seus sonhos contradissem os seus pensamentos.

O desespero subjacente, tão característico do temperamento depressivo, dificilmente poderia ser melhor ilustrado. Tão bem sucedido quanto for, Savonarola ainda duvida do valor daquilo que conseguiu. Sua fantasia de um "desenvolvimento perfeito", da vida em algum futuro distante é automaticamente anulada pela sua convicção de que o universo deverá finalmente resfriar-se até parar, morto. O homem que poucos anos antes da morte disse à sua filha "consegui muitas coisas para

finalmente não ter conseguido nada", demonstra aqui um padrão emocional absolutamente consistente e já evidente no início da sua vida adulta.

Quais foram as origens infantis da tendência depressiva de Churchill? Qualquer resposta deve ser, necessariamente, parte de um trabalho de adivinhação, mas alguns fatos óbvios se apresentam para nossa consideração, dentre os quais a negligência paterna é a mais importante.

Winston Churchill foi uma criança prematura, nascido antes do que se esperava. Ninguém pode dizer com certeza se esse fato tem um efeito adverso sobre o futuro desenvolvimento emocional, mas sabemos que a maneira em que um bebê é amamentado e tocado afeta o ritmo do seu desenvolvimento físico e mental, e que mesmo a criança mais nova é sensível ao meio. Um bebê não é esperado e, conseqüentemente, se torna algo incômodo, embaraçoso. Sabemos que os preparativos para o nascimento de Winston Churchill foram insuficientes, porque havia falta de roupas de bebê; e a primeira criança, de todos modos, pode-se tornar um motivo de ansiedade para uma mãe inexperiente. Como foi Winston Churchill manuseado quando bebê? Tudo o que sabemos é que, de acordo com os costumes daquela época, ele não foi alimentado pela mãe, senão por uma ama-de-leite acerca de quem não sabemos nada.

Sua mãe, Lady Randolph, tinha apenas vinte anos quando Winston Churchill nasceu. Ela era uma jovem de beleza excepcional, muito envolvida na sofisticada vida social da época para preocupar-se muito com seu filho recém-nascido. De Lorde Randolph, profundamente envolvido pela política, não poderia ter-se esperado que tomasse senão um interesse longínquo pelo seu filho e herdeiro, e ele excedeu a essas expectativas. De fato, Churchill recebeu pouca atenção ou apoio dos seus pais nos vitais anos da sua primeira infância. A pessoa que o salvou da inanição afetiva foi, é claro, Mrs. Everest, a babá que foi contratada em 1875 — poucos meses depois do nascimento de Churchill — e que foi o seu mais importante apoio e confidente até sua morte, quando Churchill tinha vinte anos de idade. Sua fotografia permaneceu pendurada no quarto de Churchill até a morte deste. Ela foi imortalizada como a governanta de "Savonarola" e apesar de que Randolph Churchill utiliza esse mesmo trecho na biografia de seu pai, vale a pena repeti-lo aqui, já que revela algo da atitude de Winston Churchill em relação ao amor.

"Seus pensamentos foram interrompidos pela entrada da velha senhora, trazendo uma bandeja. Ele estava cansado, mas as formalidades da vida deviam ser observadas; levantou-se e passou ao quarto íntimo para mudar de roupa e lavar-se. Quando voltou, a mesa estava posta; a sopa que havia pedido tinha-se convertido, graças aos cuidados da sua governanta, em uma refeição mais completa. Ela esperou enquanto ele comia, ocupando-o, entretimentos, com questões e observando seu apetite com ansioso prazer. Ela tinha-o criado desde que nascera com uma devoção e um cuidado que não conheciam descanso. É estranho o amor destas mulheres. Talvez seja o único afeto desinteressado no mundo. A mãe ama o seu filho, essa é a natureza maternal. O jovem ama sua namorada; isso também pode ser explicado. O cão ama seu dono; este o alimenta; um homem quer a um amigo; este talvez tenha

ficado ao seu lado em momentos de dúvida. Em todos esses casos há razões, mas o amor de uma mãe de criação pelo seu encargo parece absolutamente irracional. É uma das poucas provas, inexplicável mesmo opor as associações de idéias, de que a natureza humana é superior ao mero utilitarismo, e de que seus destinos são mais elevados.

O conceito de "afeto desinteressado" para Churchill, vale a pena de ser comentado. Porquanto certamente não é um fato tão espantoso — como ele insinua — que uma ama possa amar a criança sob seus cuidados. Uma babá é uma mulher sem crianças e sem marido. Que poderia ser mais natural do que ela se dedicar à criança de que cuida e dar a ela todo o carinho e o amor para o qual ela não tem outra válvula de escape? No trecho citado acima, Churchill se mostra surpreendido por ser amado, como se ele nunca tivesse sentido que tinha direito a sê-lo. Ao longo de uma vida normal, uma criança recebe da sua mãe e do seu pai um amor que ela não questiona e do qual ela não duvida. A criança geralmente estenderá essa expectativa de ser amada para as babás, parentes e outros membros do círculo familiar. À medida que ela cresce, vai se dando conta de que nem todos a amam como ela veio a esperar. Isto poderá surpreendê-la ou desapontá-la. Mas ela seguramente ficará mais surpresa quando descobrir que algumas pessoas não a amam, do que quando se der conta de que outras pessoas, que não seus pais, a amam.

As crianças felizes não se perguntam porque suas mães ou qualquer pessoa as amam; elas simplesmente aceitam isso como um fato da vida. São aquelas que nos seus primeiros anos receberam menos afeto do que deveriam, que se surpreendem ante o fato de que alguém goste delas e que procuram uma explicação para o amor que outra, ou outras crianças mais afortunadas acham óbvio. As pessoas que sofrem de depressão estão sempre se indagando porque alguém poderia amá-las. Muitas vezes elas se sentem com direito a serem respeitadas, admiradas ou temidas; quanto a serem amadas, contudo, acreditam que seria pedir muito. Muitos depressivos sentem que somente poderão ser amados se obtiverem êxito, ou se derem tanto a uma certa pessoa que sintam que devem receber algo de volta. A idéia de que qualquer um pode amá-lo simplesmente pelo fato dele ser o que é, torna-se estranha ao indivíduo de temperamento depressivo. Ao mostrar espanto pelo afeto desinteressado de Mrs. Everest, Churchill está revelando aquilo que poderíamos esperar do seu temperamento e do fato dele não ter recebido dos pais aquela aceitação total e irracional de que todos precisamos e que é dada pela maior parte das mães a um bebê desejado. E apesar de que o afeto de Mrs. Everest compensou até certo ponto aquilo que estava faltando, isso não podia substituir o amor dos pais.

Não podemos obter agora tanta informação quanto desejaríamos sobre a primeira infância de Churchill, mas que seus pais eram negligentes é um fato indiscutível. Como diz Randolph Churchill na sua biografia

"A negligência e a falta de interesse demonstrada pelos pais em relação a seu filho eram notáveis, mesmo se considerarmos os costumes do fim da era vitoriana e eduardiana. As cartas dele para sua mãe, escritas nas suas muitas escolas, contém abundantes e patéticos pedidos de cartas e visitas, senão dela, do seu irmão

Jack e de Mrs. Everest. Lorde Randolph era um político ocupado e com todo seu interesse devotado à política; Lady Randolph estava presa no redemoinho da alta sociedade e parecia ter pouco interesse pelo seu filho até que o nome deste começou a ecoar pelo mundo. Mais adiante será demonstrado quão negligente ela era na sua correspondência com Winston Churchill, quando este foi, por três anos, um subalterno na Índia e quando seu pai e Mrs. Everest morreram. Seu irmão Jack, cinco anos mais novo, não poderia ser um correspondente satisfatório e Winston se sentiria excepcionalmente só e abandonado."

Acredito que podemos assumir que Churchill perdeu sua fonte íntima de auto-estima na qual a maior parte das pessoas predominantemente satisfeitas se apóia e que lhe serve para atravessar os inevitáveis desapontamentos e reveses da existência humana, devido à negligência paterna. Quais as maneiras em que ele tentava compensar aquilo que lhe faltou na primeira infância e para manter sua auto-estima apesar da falta de afeto paterno?

O primeiro traço — e o mais óbvio — que Winston Churchill desenvolveu como réplica à sua carência foi a ambição. Como ele mesmo escreveu em "Savonrola", "a ambição era a sua força motivadora, e ele não podia resisti-la". E, em uma carta para sua mãe, escrita em 1899, na Índia, ele diz. "Que horrível seria se eu não fosse obter o sucesso. Partiria-me o coração, pois não tenho nada a motivar-me senão a ambição." "As crianças que foram mais queridas e estimadas do que Churchill têm, de fato, algo mais do que a ambição para motivá-las. A ambição, é óbvio, é uma característica perfeitamente "normal", e seria de se esperar de um jovem criado no clima competitivo da civilização ocidental. Mas a ambição de Churchill era, sem dúvida, desordenada, e ela o tornou impopular quando jovem sir Charles Dilke escreveu que Rosebery era o homem mais ambicioso que tinha conhecido; ele posteriormente modificou essa sua opinião escrevendo ao lado, "desde então, conheci Winston Churchill". A ambição é o resultado direto de uma privação experimentada cedo quando, como no caso de Churchill, ela é uma compulsão. Isso porque a criança tem pouco convencimento interior do seu próprio valor e, assim, ela tenderá a buscar o reconhecimento e a aprovação que se originam nos seus feitos. Na juventude, especialmente, o sucesso, ou mesmo a esperança de sucesso, seja este financeiro, político ou artístico, podem ser fatores efetivos para evitar a depressão naquelas pessoas que têm tendência para essa afecção. A razão dos ataques graves de depressão se tornarem mais freqüentes na meia-idade. É a inevitável diminuição das esperanças que acontece durante o envelhecimento do homem. Pode-se dizer que as pessoas muito capazes são sempre ambiciosas, já que é natural que um homem talentoso exija oportunidade para demonstrar a sua capacidade e que deseje que esta seja reconhecida. Nas palavras de Lorde Reith, "estar completamente ocupado" é um prazer em si mesmo. Mas as características de compensação da ambição de Churchill não são difíceis de reconhecer. Mesmo o seu famoso comentário a Lady Violet Connam Carter — "somos todos uns vermes, mas acredito ser um pirilampo" — revela isso na medida em que combina a autodenegrição e a autoglorificação em uma só frase.

A exagerada ambição, do tipo churchiliano, não se baseia em uma avaliação realista dos próprios defeitos e talentos. Existe sempre um elemento de fantasia, que não está relacionado com o desempenho real da pessoa. Esse fenômeno pode tomar a forma — como no caso de Churchill — de uma convicção de que à pessoa está sendo reservado um objetivo especial, senão pela Divindade, pelo menos pelo destino. Um dos mais extraordinários traços da psicologia de Churchill é que essa convicção persistiu através da maior parte da sua vida até que, com 65 anos de idade, essa fantasia encontrou sua expressão na realidade. Como ele disse a Moran, "isto não pode ser acidental, tem de ser um desígnio. Eu fui reservado para esta missão". Se Churchill tivesse morrido em 1930, ele teria sido considerado um fracassado. Sem dúvida, Moran tem razão ao escrever acerca do "mundo íntimo do faz-de-conta no qual Winston encontrava a realidade". É provável que a Inglaterra deva a sua sobrevivência, em 1940, a esse mundo íntimo do faz-de-conta. O tipo de inspiração com o qual Churchill sustentou a Nação não se devia a uma apreciação racional senão a uma convicção que independia da realidade. Somente um homem convencido de ter uma missão heróica, que acreditasse, apesar de todas as evidências em contrário, ainda poder triunfar, e que pudesse se identificar com o destino nacional poderia ter transmitido essa sua inspiração a outras pessoas. O milagre teve muito em comum com aquele que é conseguido por um grande ator que, através da sua arte, nos exalta e convence que suas paixões estão além do sentimento humano. Não sabemos, e nunca saberemos, os detalhes daquele mundo do faz-de-conta de Churchill. Mas que este existia e que Churchill tinha um papel heróico no mesmo, não pode ser desmentido. Antes da invenção das armas nucleares, muitos colegiais tinham sonhos de glória militar, que hoje em dia dificilmente seriam possíveis. Ser um grande combatente, liderar forças em combate com chances exíguas, fazer uma heróica resistência final, ganhar a Cruz de Vitória, todas eram ambições que inspiraram muitas gerações no passado. Churchill nasceu em uma era em que tais sonhos ainda podiam ser transportados para a realidade, e ele tentou realizá-los através de uma carreira militar iniciada cedo. Contudo, e diferentemente de muitos soldados, ele não se desiluiu. Mesmo na velhice, foi difícil convencê-lo de não se expor deliberadamente ao perigo quando da sua ida à França depois que a segunda frente foi aberta. O sonho do colegial. Sua busca do perigo não era simplesmente um desejo de provar sua coragem física — uma motivação que existiu, sem dúvida, na sua juventude. Essa busca se originava no fato dele ter a convicção de que seria poupado, de que nada poderia acontecer a um homem escolhido pelo destino — uma convicção que tinha em comum com o General Gordon, que de modo similar expôs-se à morte ao longo da sua vida e que inspirava as outras pessoas através do seu completo desprezo pelo perigo.

O convencimento de ser "especial", no jargão psicanalítico, é, de fato, um reflexo daquilo que se chama de "onipotência infantil". A psicanálise postula, com boas razões, que o infante tem pouca noção da verdadeira importância que ele tem no mundo em que nasceu. Apesar de que o ser humano embarca na vida muito desamparado, exigindo constantes cuidados e atenção para a sua sobrevivência, seu próprio desamparo cria a ilusão de que ele é poderoso. Isto porque as necessidades

do bebê são imperiosas. Um bebê deve ser alimentado, limpo, vestido e protegido de todo dano. No decorrer normal da sua vida, suas exigências são satisfeitas por um certo número de escravos que se apressam em fazê-lo. À medida que a criança for amadurecendo, ela aprenderá que seus desejos nem sempre são prioritários e que as necessidades de outrem devem por vezes assumir precedência. Isto acontece especialmente em famílias onde há mais de uma criança. A dura lição de que não se é centro do universo se aprende mais rapidamente na "dureza" da competição com irmãos e irmãs. Os filhos únicos, porém, poderão não ultrapassar esse estágio inicial do desenvolvimento emocional. Winston Churchill, apesar de não ter sido filho único — seu irmão Jack nasceu em 1880 — pôde manter essa condição por cinco anos cruciais. Paradoxalmente, as crianças solitárias e desprovidas de carinho são as que continuam a ter essa noção de onipotência. A não satisfação da necessidade de cuidado e aceitação totais durante a primeira parte da sua vida é algo que deixa a criança com a sensação de que alguma coisa lhe faltou e que ela a deseja. Ela poderá, nos anos seguintes, criar condições nas quais o menor gesto seu será atendido imediatamente e se ressentirá ante o fato disso nem sempre ser possível.

Essa característica era evidente em Churchill. Durante uma das suas doenças ele convocou duas enfermeiras. Sua esposa disse a Lorde Moran, "Winston é um paxá". Se ele não pode bater palmas para chamar um criado, ele chama Walter assim que ele entra na casa. Se dependesse dele, ficaria com as enfermeiras pelo resto da vida. Ele gostaria de ter duas no seu quarto e mais duas no corredor. Ele nunca fica tão feliz, Charles, como quando uma das enfermeiras está fazendo algum serviço para ele enquanto Walter lhe põe as meias. A arrogância, impaciência e falta de consideração de Churchill deve tê-lo tornado alguém com quem era difícil conviver. Mas esses traços eram suavizados pela sua magnanimidade. Como podia um homem tão egocêntrico inspirar a devoção nas pessoas que o serviam se as necessidades destas raramente eram tomadas em consideração, que tinham que ficar acordadas até altas horas da noite para ajustar-se ao peculiar horário de Churchill, e se muitas vezes se expunham ao seu formidável temperamento? Não é uma questão de fácil resposta, mas muitas vezes acontece que os homens que exigem e precisam muita atenção de outra estão manifestando uma espécie de desamparo infantil que provoca uma resposta condizente, mesmo que esta seja difícil. Sua esposa mencionou que a única vez que Churchill esteve no Metrô foi durante a greve geral. "Ele dá a volta e mais voltas sem saber por onde sair. Finalmente teve de ser resgatado". Do mesmo modo que nas crianças, a onipotência e o desamparo andavam juntos. Há bastantes personagens da vida pública que ficariam completamente confundidos se tivessem que cozinhar sua própria comida, cerzir suas próprias meias ou mesmo escrever sua correspondência.

O fato de Churchill ter sido um aristocrata deve tê-lo favorecido. Quando deixado de lado pelos pais, sempre havia Mrs. Everest para cuidá-lo. E ela foi posteriormente substituída pela sua esposa, por seu valete, seu médico e incontáveis serviçais e empregados. Os que somos o suficientemente velhos para lembrar os dias em que a aristocracia e a classe média-alta achava óbvio o fato de que os detalhes comuns da vida, como a comida, vestuário e viagens seriam cuidadas por um ou outro

esbirro e que desde então temos aprendido a tomar conta de nós mesmos, podem lembrar sem dificuldade quanto a existência de criados fazia pela nossa auto-estima. Churchill não foi rico nos seus primeiros anos. Ele teve de ganhar a vida com a sua pena. Contudo, ele não sabia nada acerca da vida da gente comum, e da mesma maneira que outros membros da sua classe, cresceu com a pré-noção de ser bastante superior ao resto da população. Esta pré-noção manteve no seu rumo boa parte dos seus semelhantes. A classe alta inglesa tem se distinguido por entregar seus filhos aos cuidados de empregados e, no caso dos meninos, por enviá-los a internatos a uma idade absurda. O senso de pertencer a uma classe privilegiada é uma espécie de paliativo que compensa o sentimento de rejeição. A família Churchill, era particularmente distinta nessa classe privilegiada. O jovem Winston Churchill pode ter se sentido só e pouco amado, mas isso não pode ter durado muito tempo antes dele tornar-se cômico de que ele era "especial" de uma outra maneira, menos pessoal, o *scion* de uma casa célebre, com uma longa lista de ancestrais famosos. O fato de que tenha escolhido escrever a biografia tanto do seu pai como do primeiro Duque de Marlborough demonstra quão importante isto era para ele.

Quando as necessidades emocionais de uma criança não são satisfeitas pelos seus pais, ou o são de forma parcial, esta geralmente reagirá com agressividade à sua frustração. As crianças mais "difíceis" ou mal comportadas são aquelas que não recebem afeto; e estas tendem a tratar toda autoridade como se fosse hostil. Winston Churchill não era uma exceção. Mas mesmo a criança mais rebelde e intransigente guarda, na sua imaginação, a imagem dos pais que gostaria de haver tido. A imagem negativa da autoridade — de rejeição, crueldade e negligência — é compensada pela imagem positiva dos pais idealizados, que são sempre amorosos, meigos e compreensivos. E quanto menos uma criança sabe dos seus pais ou mantém um relacionamento próximo como eles, mais essa imagem dupla prevalecerá. Os pais verdadeiros são pessoas reais, às vezes amorosos, às vezes impacientes, por vezes compreensivos, por vezes insensíveis. A criança criada no seio de uma família comum rapidamente hibridiza as imagens do "bem" e do "mal", dando-se conta que, tanto nos outros seres humanos como em si mesmo, o amor e o ódio, a bondade e a maldade estão inextricavelmente misturados. Os psiquiatras têm notado amiúde que crianças delinquentes e perturbadas emocionalmente e que têm pais negligentes e cruéis, ainda afirmam que esses pais "ruins" são na verdade "bons" e assumem a culpa dos seus pais. A idealização dos pais tem uma função de defesa e proteção. Uma criança, sendo fraca e indefesa, acha insuportável acreditar que não existam adultos que a amem, apóiem e guiem, e se não os há, ela os inventa.

Winston Churchill demonstrava essa idealização de forma nítida. Da sua mãe, ele escreveu: "Ela brilhava para mim como a Estrela Vespertina. Eu a amava muito mas a uma certa distância". Essa visão romântica da sua mãe foi substituída por uma avaliação mais realista dela quando, aos 23 anos, ele foi forçado a reconhecer a irresponsabilidade financeira da mesma e a escrever-lhe falando das suas extravagâncias. Mas as imagens formadas na infância não se desfazem facilmente; e Churchill, pelo menos nos seus primeiros anos, manteve uma visão romântica da

mulheres que se deriva da idealização da sua bela mãe. Violet Bonham Carter chama a atenção para esse fato:

"Seu círculo mais íntimo de amigos não tinha mulheres. Elas tinham seu lugar na vida de Churchill. Sua abordagem das mulheres era essencialmente romântica. Ele era muito sensível em relação à beleza, ao "glamour", ao esplendor e aqueles que possuíam essas qualidades não eram submetidos a análises. A posse, por parte deles, de todas as virtudes essenciais era considerada óbvia. Lembro-me dele se defendendo quando certa vez comentei acerca da sua "inocência" — "candor" — na abordagem das mulheres. Ele se sentiu ofendido por esse epíteto, usado em relação a ele. Sem embargo, ele certamente teria utilizado esses termos como um elogio se se relacionasse comigo".

Como muitos outros românticos, Churchill, na sua juventude, era algo desajeitado para abordar as mulheres, apesar de ter-se envolvido emocionalmente com pelo menos três moças antes de se casar. Nos seus últimos anos, ele deu pouca atenção às mulheres e, de fato, poucas vezes falava com elas. Mas a visão romântica persistia, ligada a figura da Rainha Elizabeth II. Diz-se que comentou, ao contemplar o retrato da Rainha: "Adorável, inspiradora. Todos os cineastas do mundo, mesmo se tivessem revirado o globo, não teriam encontrado alguém tão apropriada para o papel". A realeza nunca perdeu a magia para ele e, como seu antepassado nos tempos da Guerra Civil, continuou a ser um ardente realista ao longo da sua vida, apesar da decrescente popularidade dos princípios monárquicos entre os mais sofisticados. Quando Churchill se dizia um servidor da rainha, ele de fato acreditava que o era. Sua idealização da monarquia, que se estendia aos reis e rainhas de outros estados, representava o fato de que poucas vezes ele via a realeza como sendo composta por criaturas de carne e osso, do mesmo modo que não via seus pais como a seres humanos. Essa é uma característica que ele tinha em comum com muitas outras pessoas na Grã-Bretanha.

A idealização que Winston Churchill fazia do seu pai é ainda mais notável. Não surpreende o fato de que uma criança visse sua jovem mãe, tão elegante e bela, como a princesa de um conto de fadas. Mas seu pai, apesar de ter sido um notável homem público e dotado de um grande talento, era tão desinteressado pelo seu pequeno filho, e o repreendia com tanta freqüência, que o culto que Churchill devotava ao pai-herói somente pode ser explicado em termos do mecanismo psicológico descrito acima. Como escreve Violet Bonham Carter: "A imagem continuou no seu pedestal, intata e gloriosa. Até o fim ele venerou o altar do seu pai desconhecido". E seu pai permaneceu completamente desconhecido para ele, nunca lhe falou intimamente e raramente lhe escrevia, exceto para repreendê-lo. Depois da morte de Sir Randolph, causada por uma paralisia geral provocada pela sua insanidade, quando Churchill tinha vinte anos de idade, este aprendeu longos trechos dos discursos do seu pai de cor e, em 1906, publicou uma biografia dele em dois volumes. A devoção filial dificilmente poderia ser maior; mas era uma devoção a uma imagem e não a um verdadeiro pai, cuja vida ele tivesse partilhado.

As crianças cujas necessidades emocionais foram insuficientemente satisfeitas pelos seus pais, reagem a esta falta ou idealizando-os ou então com hostilidade. A obstinação de Winston Churchill, seu despreço pela autoridade e sua teimosia se manifestaram desde muito cedo. Ele foi enviado a um internato antes de completar oito anos de idade. É evidente, através dos seus primeiros registros escolares, que as autoridades da escola se tornaram os receptores da hostilidade que ele deve ter sentido em relação aos seus pais, mas que nunca foi manifestada por causa da sua idealização dos mesmos. Ele atrasava-se repetidamente. "Número de atrasos, 20 — muito vergonhoso". De ser descrito como um "problema normal", no seu primeiro boletim, ele passa a ser chamado de "problemático", "muito mau", "descuidado", "um problema constante para todos" e muito "desobediente". Ele esteve nesse internato desde novembro de 1882 até o verão de 1884, e ele mesmo lembrava o quanto detestou aquele período. É provável que ele tenha sido tirado dali por causa dos graves castigos físicos que lhe impunham, já que o diretor era um clérigo sádico que infligia vinte golpes de vara nas nádegas dos meninos sob sua responsabilidade e evidentemente gostava desse exercício da sua autoridade. Mas os ferozes castigos físicos não conseguiram intimidar Winston Churchill, e provavelmente serviram para aumentar a sua intolerância em relação à autoridade.

É interessante anotar que, nas suas primeiras cartas da escola, ele não reclamava, e em vez disso se dizia contente. Sem embargo, ele posteriormente admitiu que aquilo era exatamente o oposto do que ele sentia na realidade. Crianças que são felizes nos internatos amiúde escondem esse fato dos seus pais. O desconhecimento do que o mundo é na realidade pode ser a razão para eles pensarem que o maltrato e a falta de compreensão solidária é o que se espera que eles passem. Assim, se eles se sentem infelizes, esse é um sinal de fraqueza e é sua própria culpa. Isto é verdade em especial para aqueles que têm tendências depressivas, porque a hostilidade que esses sentem em relação aos pais e às outras manifestações de autoridade facilmente se volta contra si próprios. Conseqüentemente, eles se sentiam felizes porque acreditavam que deveriam ser felizes e para isso designavam pessoas que fossem incapazes de descobrir a verdade.

Existe, de fato, uma ligação estreita entre a depressão e a agressividade que não foi compreendida até que Freud a dissecou. A criança privada de satisfação emocional e que depois se torna presa da depressão tem enorme dificuldade em descarregar sua agressividade. Ele se ressentia daqueles que o privaram de afeto, mas não pode dar-se ao luxo de demonstrá-lo porque ele precisa dessas pessoas. Qualquer agressão que ele manifeste, por outro lado, redundava em maior privação de afeto e da aprovação de que tanto precisa. No período de depressão, essa agressividade é dirigida para o próprio ser, com o resultado de o depressivo se subvalorizar ou mesmo se declarar sem valor algum. "Conseguir muito para finalmente não conseguir nada".

É esta dificuldade para expressar sua agressividade que leva alguns depressivos a procurar adversários no mundo exterior. É um grande alívio encontrar um inimigo que justifique o esbanjamento de ira. Winston Churchill foi muitas vezes acusado de ser um belicista, o que ele não era. Mas, sem dúvida, o enfrentar inimi-

gos tinha um grande atrativo emocional para ele, e finalmente, quando defrontou-se com um inimigo que pressentia ser completamente maligno, esse fato foi uma libertação que lhe proporcionou uma vitalidade imensa. Hitler era um tal inimigo, e é provável que Churchill nunca foi tão feliz como quando estava completamente envolvido no esforço de destruí-lo. Porque finalmente ali estava a oportunidade de empregar toda a força da sua enorme agressividade. Ali estava uma tirania presidida por um arquidemônio que não merecia piedade e a quem ele podia atacar com a consciência limpa. Se todos os depressivos pudessem estar constantemente enfrentando inimigos malignos, eles nunca teriam depressão. Mas no dia-a-dia, os opositores não são o suficientemente maus e os depressivos sofrem de crises de consciência acerca da própria agressividade.

Não é degradar Churchill o afirmar que suas magnanimidade e generosidade estavam baseadas nesses fatores. As pessoas que têm o mesmo tipo de antecedentes de infância de Churchill sabem o que é ser insultado e ferido: e, apesar da sua reserva íntima de agressividade, elas mantêm uma capacidade de se identificar com o perdedor. É pouco provável que Churchill tivesse sentido algo que não aversão a Hitler, caso este tivesse sobrevivido. Mas ele demonstrava uma compaixão incomum por outros inimigos que derrotara. Brendan Bracker relata que quando Churchill processou Lorde Alfred Douglas por difamação, ele não se orgulhou ao ganhar o caso. De fato, ele pareceu deprimido, e isto porque ele não suportava pensar que o seu adversário derrotado seria enviado à prisão. Apesar de que Churchill se sentia estimulado a lutar contra os inimigos da Inglaterra, a sua compaixão por eles também é evidente, e ele não hesitava, aos 23 anos, em criticar Kitchener pelo "desumano assassinio dos feridos" em Ondurman e em atacá-lo na imprensa por ter profanado o túmulo do Mahdi.

Essa alternância entre a agressão e a compaixão é característica das pessoas que têm a estrutura de caráter de Churchill. Ninguém pode ter tido maior orgulho do Império Britânico e sem embargo, quando Churchill tinha 27 anos, escrevia acerca dos "nossos irrefreáveis imperialistas que não têm outro pensamento que não o de acumular territórios, impostos e armamentos". Essas críticas surgiram a partir de sua leitura do livro de Seeböhm Rowntree, "Poverty", que atraiu seus sentimentos de compaixão pela classe trabalhadora subalimentada e esquecida pelos políticos do Império. Churchill era muito agressivo, e de muitas maneiras insensível, mas estava longe de ser desapiedado, e quando podia imaginar o sofrimento de outrem, incorporando-os, ele os sentia profundamente. Isso se aplica em especial ao caso dos presos, com os quais ele se identificava intimamente. O seu período como Secretário do Interior (Home Secretary) foi notável pelas melhoras que introduziu no tratamento aos presos "políticos", que no seu tempo eram os sufragistas. Esse período também foi notável pela reforma que permitia o "tempo para pagar" — *time to pay* — no caso daqueles que de outra forma seriam presos pelo não pagamento de multas, e pela introdução de medidas que reduziram o número de delinquentes juvenis enviados à prisão. Ele também era partidário da introdução de concertos e conferências para os presos, e insistiu em que lhes fossem fornecidos livros.

A compassiva preocupação de Churchill pelos presos era devida em parte à sua capacidade geral de identificar-se com o despossuído, a qual já discutimos. Ela também tinha uma origem particular que se devia à sua experiência pessoal. Durante a guerra dos Boers, ele foi capturado por estes e encarcerado como prisioneiro de guerra. Apesar do seu período de prisão ter sido muito breve, Churchill foi capturado a 15 de novembro e escapou a 12 de dezembro — essa experiência deixou-lhe uma marca indelével. Em "My Early Life" ele assim relata sua prisão:

"Prisioneiro de Guerra! Essa é a forma menos desafortunada de ser prisioneiro mas, contudo, é um estado melancólico. Você está em poder do seu inimigo. Você deve sua vida ao seu humanitarismo, e seu pão de cada dia à sua compaixão. Você deve obedecer as suas ordens, ir aonde ele disser, ficar onde é mandado, esperar suas vontades e encher sua alma de paciência. Enquanto isso, a guerra continua. Grandes acontecimentos estão tendo lugar; excelentes oportunidades de ação e aventura estão escapulindo. Os dias também são muito compridos. As horas se arrastam qual centopéias paralíticas. Nada lhe distrai. A leitura se torna difícil: o escrever, impossível. A vida é um longo fastídio, do amanhecer até o crepúsculo.

Além disso, toda a atmosfera da prisão é detestável, mesmo nas mais confortáveis e melhor administradas. Os companheiros desse tipo de desventura discutem por insignificâncias e obtêm o mínimo prazer de estarem em comunidade. Se você nunca esteve sob restrições antes e não sabe o que é ser um cativo, sente uma constante humilhação ao ser confinado a um espaço reduzido, cercado por grades e arame farpado, vigiado por homens armados e enredados em uma maranha de regras e restrições. Eu detestei cada minuto do meu cativo mais do que qualquer outro período da minha vida... Lembrando aqueles dias, tenho sentido a mais viva pena pelos presos e cativos. A minha imaginação se esforça ao pensar que um homem, e em especial um homem educado, deve sentir ao ser encarcerado por anos em um moderno presídio. Cada dia exatamente igual ao anterior, com a estéril cinza de uma vida desperdiçada deixada para trás, e todos os longos anos de detenção estendendo-se no futuro...

Negros estados de espírito facilmente cruzam a mente de um prisioneiro...

Nem todos reagem à prisão desse modo. Há alguns que procuram ativamente a prisão como um refúgio para os problemas do mundo. Outros passam o tempo mais ou menos satisfeitos lendo ou ocupando-se de solitárias reflexões. São aqueles que têm tendência para a depressão os que mais sofrem a angústia do tipo que Churchill descreve, já que, privados das fontes externas de estímulo que os sustentam, e também desprovidos de oportunidades de aventura e emoção — que são defesas contra sua inata tendência — eles recaem naquele estado que eles temem acima de tudo.

Churchill nunca esteve feliz se não estivesse completamente ocupado, dormindo ou fazendo qualquer outra coisa. Ele não tinha conversa fiada. É impossível imaginá-lo descansando confortavelmente. Ele tinha de estar permanentemente ativo ou senão recaía em "tristes momentos de impaciência e frustração", como Violet Bonham Carter descreve seus estados de ânimo. Já em 1895 Churchill escrevia à sua mãe de Aldershot.

"Vejo que estou entrando em um estado de estagnação mental no qual mesmo o escrever se torna difícil e qualquer leitura que não seja a de revistas (mensais) é impossível. Isto, é claro, está bem de acordo com o espírito militar. É de fato o resultado de forças mentais que são criadas pela disciplina e pela rotina. É um estado mental no qual todos, ou quase todos os soldados caem. Tento sair deste estado depressivo lendo uma e outra vez os discursos de papai, muitos dos quais sei de cor. Mas efetivamente não sou capaz de achar a energia necessária para ler qualquer outro trabalho sério."

A disciplina e a rotina militares tinham um efeito constrangedor sobre Churchill. O dar-se conta de que aquilo o deprimia pode ter contribuído para sua decisão de tentar a glória política em vez de tentar mais glórias militares.

Temos já mencionado o desgosto que Churchill sentia ao ficar perto da borda das plataformas das estações ferroviárias. Ele também confessou a Moran, enquanto esteve em Claridade, que não gostava de dormir perto de um balcão. "Não desejo deixar este mundo", disse como um sorriso "mas pensamentos, pensamentos desesperadores vêm-me à cabeça". Churchill também era apreensivo acerca das viagens aéreas e gostava de citar o Dr. Johnson quando se tratava de viagens marítimas. "Estar em um navio é como estar em uma gaiola com chances de se afogar". Uma preocupação subjacente em relação à morte, tão característica do temperamento depressivo, é detectável com facilidade. Durante sua primeira juventude, ele estava convencido de que morreria cedo, como o seu pai. Podemos atribuir isto a uma identificação com o pai idealizado: mas a convicção de que o tempo é curto e da natureza efêmera da vida é típica dele. Seu despreço pelas visitas aos hospitais pertence a este tipo de preocupações tanto quanto a sua hipocondria, que se manifestou cedo. Lucy Mastermann registra que em 1910 "Ele pensava ter contraído todas as doenças fatais do mundo, e era muito dado a remoer frustrações e pensar acerca do juízo final". Quando o almirante Pound morreu, Churchill disse: "A morte é a maior das dádivas de Deus". Não se trata aqui de se Churchill foi alguma vez um suicida. Não há provas disso. Mas parece provável que a morte tenha exercido uma espécie de fascinação sobre ele e contra a qual ele tinha de se defender. . . Os homens que têm de manter-se hiperativos para proteger-se da depressão geralmente acalentam um secreto desejo de paz e descanso totais; e o jardim de Proserpina "onde mesmo o rio mais fatigado chega de algum modo ao mar", tem um atrativo especial contra o qual é necessário lutar.

Inicialmente Churchill reagiu perante a autoridade com uma intransigente desobediência. Essa rebeldia não constituía apenas um modo de descarregar sua agressividade mas também uma maneira de auto-afirmar-se, talvez a única disponível para um menino que àquela altura se sentia fraco fisicamente e que não demonstrava vontade de sobressair em nenhuma matéria de escola que não a história. Sem embargo, cedo se lhe apresentou um outro meio de preservar, ou melhor guardar seu amor próprio. Apesar de que não desempenhando-se bem na maior parte das matérias da escola — seguramente bem pior do que lhe assegurava sua inteligência —

descobriu que tinha talento para a palavra, um talento que se tornaria a sua principal qualidade, e que lhe serviria para manter-se em boa posição através da sua vida.

Antes do uso das palavras ter se tornado seu modo mais importante de expressão, Churchill tinha demonstrado interesse em aprender a tocar o cello, aos catorze anos de idade. Se este desejo tivesse sido realizado, é provável que a música tivesse se tornado importante para ele. Isto porque, como muitos músicos sabem, o mundo do som pode ser uma eterna fonte de conforto, e saber tocar um instrumento é tanto um meio de auto-estima como de auto-expressão. Mas o interesse cedo demonstrado por Churchill não foi encorajado e logo desapareceu; seu gosto musical permaneceu ao nível de Sullivan e de música ligeira.

A atitude de Churchill em relação à palavra é de interesse psicológico. Quando encontrou Violet Bonham Carter pela primeira vez, ele lhe perguntou se ela achava que as palavras tinham uma magia e uma musicalidade independentemente do seu significado. Para Churchill, elas as tinham, sem dúvida. A magia das palavras se tornou parte do seu mundo íntimo do faz-de-conta. Sartre, em sua autobiografia, registra um processo similar:

"Platônico por condição, passei do conhecimento para o seu objeto: achei que as idéias eram mais reais que as coisas, porque elas eram as primeiras que se davam a mim e porque elas se davam como coisas. Encontrei o universo dos livros. Assimilei, classifiquei, rotulei e estudei, mas ainda comovente, e confundi o caos da minha experiência através dos livros com o errante desenrolar dos acontecimentos reais. Daí meu idealismo que me custou 30 anos para desfazer."

Ao longo da sua vida, Churchill foi uma versátil fonte de idéias. Smuts disse dele: "essa é a razão pela qual Winston é indispensável. Ele tem idéias". A sua imaginação era realmente criativa e se exprimia através de uma fraseologia elaborada que logo ultrapassava os fatos discretos e muitas vezes intransigentes da realidade. Essa a razão pela qual ele sempre tinha de ser refreado pelos seus conselheiros; pelos seus funcionários, quando era secretário do Interior; pelos seus chefes de gabinete, quando era Primeiro-Ministro.

O estilo literário que lhe chamou a atenção a princípio foi o de Gibbon, a quem abertamente imitava. Churchill também devia muito a Macaulay. Não é surpreendente que esses autores o tivessem atraído. Dentre os dois, Gibbon é o mais agudo, o mais realista e o mais equilibrado. Suas orações, belamente estruturadas, têm um interesse especial para o ouvido musical. O extraordinário é que Gibbon não abusou do seu talento literário para distorcer a história ou exprimir seus próprios preconceitos, com a possível exceção da sua intolerância em relação ao cristianismo. Seu "Decline and Fall" foi uma obra-modelo por muitos anos. O mesmo não pode ser dito de Macaulay, que usava a magia das palavras para imbuir os seus leitores de pontos de vistas que amiúde eram extremamente subjetivos.

Churchill sabia que a sua imaginação podia enganá-lo e levá-lo a falsos juízos, mas sempre era possível trazê-lo de volta à realidade, apesar de que isso pudesse tomar horas de discussão. O conhecimento que Churchill possuía de estratégia mili-

tar era considerável, mas a sua imaginação romântica podia interferir nele, o que amiúde o levava a desprezar a lógica do possível. E o fato de que podia vestir suas idéias com uma linguagem magnífica deve ter tornado essas idéias ainda mais convincentes para ele. Churchill era capaz de inspirar-se e inspirar outras pessoas com a magia das palavras, que de fato podem assumir uma vida própria.

Os artistas e filósofos criam mundos que podem ser — e muitas vezes são de fato — substitutos para os fatos decepcionantes e duros da existência humana. Se Churchill não tivesse nascido no seio de uma família aristocrática e de políticos, provavelmente teria se tornado um tipo diferente de escritor. Sendo mínimo o interesse que dispensava aos outros seres humanos, e ínfima sua compreensão da psicologia humana, é improvável que Churchill tivesse se tornado um romancista de caráter. Mas ele poderia ter escrito boas histórias de aventuras, e assim o fez em "My Early Life", livro que, conquanto verdadeiramente autobiográfico, tem por vezes o ritmo e a força de um *thriller*. A imaginação de Churchill, porém, estava fascinada com sonhos de glória militar e de poder político; e por isso, apesar de poder ser classificado como um literato, sua criatividade também achou expressão em imaginativos planos de reforma social, em invenções militares como o tanque, e em concepções estratégicas como a de Gallipoli, por cujo fracasso ele foi tornado bode expiatório.

Mesmo como orador, Churchill continuou a ser essencialmente literário. Como ele dizia de si próprio, "não sou um orador; um orador é espontâneo". Na juventude, sua maior ambição era a de ser um mestre da palavra falada; mas essa foi uma das ambições que ele nunca conseguiu realizar por completo. Apesar de algumas de suas frases terem se tornado imortais, em especial as dos seus discursos de 1940, o seu talento era mais literário do que oratório. Seus discursos eram cuidadosamente elaborados, e muitas vezes decorados; e na juventude ele ficava muito nervoso antes de proferi-los. Faltava-lhe o toque possuído pelos grandes oradores como Lloyd George. E seus cuidados ao preparar seus discursos são outro exemplo da sua extraordinária determinação em vencer suas desvantagens naturais e de vencer apesar dos seus dotes, em vez de fazê-lo através deles.

Um dos mais célebres escritores modernos, George Simenon, disse: "Escrever não é uma profissão, mas uma vocação da infelicidade". Nem todos os artistas têm um temperamento depressivo; mas aqueles que o possuem amiúde utilizam seu talento para defender-se do "Cão Negro" e muitas vezes atravessam um período de depressão assim que concluem uma nova obra. Nesse intervalo, antes de começar novamente, comumente acreditam estarem acabados e que nunca terão uma outra idéia original. Com o passar do tempo, contudo, o impulso criativo geralmente se reafirma. É provável que Churchill utilizasse a literatura como uma defesa contra a depressão que invariavelmente descendia sobre ele toda vez que era forçado a permanecer inativo. Esse mecanismo psicológico é evidente quando consideramos sua pintura. Churchill não começou a pintar senão quando tinha quarenta anos de idade, e o que iniciou essa nova atividade foi um período de desespero. Muitos observadores atestaram a gravidade da depressão que Churchill sofreu após o fracasso da expedição dos Dardanelos, a qual havia iniciado e que o levou à sua renúncia ao Almi-

rantado em 1915. Violet Bonham Carter escreveu: "levou-me à sua habitação e se sentou em uma cadeira — calado, desesperado — de uma forma que eu nunca o tinha visto. Parecia não restar-lhe revolta ou mesmo ira. Nem sequer maltratou Fisher, senão disse simplesmente "estou acabado". O próprio Churchill escreveu nessa época.

"Tive horas de descanso completamente indesejado durante as quais contemplava o desdobramento assustador da guerra. Em um momento em que cada fibra do meu ser estava inflamado desejando agir, eu era forçado a permanecer como um espectador da tragédia, cruelmente instalado na primeira fila. E foi então que a musa da pintura veio em meu auxílio — por caridade e cavalheirismo, pois depois de tudo, ela não tinha nada a ver comigo — e disse: "estes brinquedos são de alguma utilidade para ti? Eles distraem algumas pessoas".

E desde então, a pintura se tornou um grande recurso para Winston Churchill, algo que lhe servia de refúgio em tempos difíceis, algo que invariavelmente prenderia sua atenção e se tornaria um desafio perpétuo.

A psicanálise descobriu há muito tempo a relação entre a agressividade e a depressão, e a dificuldade que o depressivo tem para descarregar seus impulsos agressivos. Apesar de que a atividade criativa freqüentemente contenha um componente de agressividade, isto nem sempre é fácil de discernir. Tampouco pensamos comumente que pintar um quadro ou compor uma sinfonia sejam atividades agressivas. Aqueles que não se convencem com a minha tese deveriam ler o relato que o próprio Churchill faz acerca da sua abordagem de uma tela no seu livro "Painting as a pastime".

"Muito devagar misturei um pouco de azul na paleta com um pincel muito fino e então, com infinita precaução, fiz uma marca do tamanho de uma semente no broquel ofendido. Era um desafio, um desafio deliberado, mas tão suave e hesitante, de fato, tão catalético, que não merecia réplica. Nesse momento, ouviu-se o som de um carro que se aproximava pelo passeio. Dessa carruagem desceu de maneira ágil e leve ninguém menos que a talentosa esposa de Sir John Lavery. "Pintura! Mas porque está hesitando? Dê-me o pincel — o grande". Um salpico na terebentina, bofetões no azul e no branco, florescimento furioso na paleta — que não estava mais limpa — e depois vários golpes e chicotadas ferozes de azul na tela, que estava absolutamente acovardada. Qualquer um podia ver que ela não podia contra-atacar. Nenhuma maldição castigou a airosa violência. A tela sorria, indefesa, ante mim. O encantamento se rompeu. As inibições doentias desapareceram. Apoderei-me do maior pincel e caí sobre minha vítima com insensata fúria. Desde então, não tenho sentido nenhum temor diante de uma tela".

Posteriormente, Churchill compara o pintar um quadro a uma batalha. De fato, esse pequeno livro é uma das coisas mais reveladoras que ele escreveu acerca de si mesmo.

A sua predileção pela linguagem grandiloqüente e apaixonada estava relacionada com necessidade da sua imaginação romantizada de iluminar as trevas às

quais ele podia descender. Sua escolha das cores em sua pintura é rigorosamente análoga.

"Na verdade gosto das cores brilhantes... não posso fingir imparcialidade quanto às cores. Alegro-me com as brilhantes e realmente me entristeço com as desbotadas cores pardas. Quando chegar ao céu, pretendo ocupar parte considerável do meu primeiro milhão de anos pintando e assim esgotar a matéria. Mas ali precisarei de uma paleta de cores ainda mais alegres das que consigo aqui embaixo. Espero que o laranja e o vermelho sejam as cores mais escuras e tristes por lá e que além delas exista uma completa gama de novas e maravilhosas cores que encantem os olhos celestiais".

No jargão psicanalítico, essa é uma "defesa maníaca". A compensação para o obscuro e difuso mundo do depressivo é um reino de ação e emoções permanentes, no qual as cores são mais ricas e brilhantes, intrépidos feitos são realizados por heróis e as idéias são expressas em linguagem similar, posto que é ornada de epítetos, e cintilam nela melffluos arabescos frasais. No seu livro acerca da pintura, Churchill nos proporciona um encantador flagrante do seu mundo íntimo do faz-de-conta. Um mundo onde todas as perspectivas são agradáveis, mas que estão tão longe da realidade quanto o inferno deprimente e desesperador do homem que se sente inútil e "acabado".

A necessidade que Churchill tinha desse reino maníaco se reflete da mesma forma na escolha dos amigos. Os possuidores da Cruz de Vitória o atraíam imediatamente, sem tomar em conta suas personalidades. Isto porque todos eles eram heróis vivos que coincidiam com aqueles do seu mundo íntimo. Assim eram Lorde Birkenhead e Lorde Beaverbrook. Churchill foi um mau juiz de caráter dos outros. Os sóbrios, equilibrados e confiáveis raramente lhe interessavam.

O que ele queria eram pessoas que o estimulassem, distraíssem e entusiasmassem. Lorde Moran anota que Churchill não se impressionava com os muitos doutores discretamente eminentes que lhe eram enviados para vê-lo, mas simpatizava facilmente com quase-charlatões, homens com o dom da loquacidade que não se sentiam restritos pela cautela científica. O extrovertido extravagante alegre a vida, apesar de cansativo, ele traz sabor e vitalidade à vida. Homens como Birken Head ajudaram Churchill a encontrar e sustentar o lado da sua própria personalidade.

Em um trecho anterior, anotamos o fato que as pessoas que possuem o tipo de estrutura psicológica de Churchill têm dificuldade em compreender que não são o centro do universo. Por causa da falta de relações próximas — em primeiro lugar com os pais, e posteriormente com as outras pessoas — elas continuam a ser ego-cêntricas. Todo bebê começa sua vida em um estado predominantemente solipsístico. A maioria deles passa para um estado emocional mais maduro, no qual se dá conta não somente que as outras pessoas têm desejos e necessidades, senão que os próprios desejos e necessidades interagem com os dos outros, de modo que tanto pode-se satisfazer como ser satisfeito simultaneamente. A criança que é desprovida desses fatores não forma uma tal conceituação. Isto causa suas exigências descabidas às outras pessoas, mas sem se perguntar se ela pode dar muito a estas. Churchill

era tão generoso em relação aos inimigos que derrotava, mas sempre foi muito exigente e insensível em relação às necessidades dos outros. Seu principal objeto amoroso continuou a ser ele próprio, já que aquele "eu" nunca foi satisfeito na infância.

Os psicanalistas descrevem esse tipo de caráter como "oral", porque é através da boca que as primeiras necessidades do bebê são satisfeitas e, quando não o são, traços orais persistem na sua personalidade, tanto literal quanto metaforicamente. É interessante anotar que, em um dos seus primeiros boletins escolares, Churchill é descrito como guloso. Também se registra que ele foi espancado por roubar açúcar. Através da sua vida, ele precisou de comida a intervalos frequentes. Era afeito ao álcool sem ser alcoólatra e também um fumante inveterado de charutos. Era ainda ávido pela aceitação dos outros. Seus íntimos sabiam que se ele lhes mostrasse um manuscrito que estivesse fazendo, o que ele queria eram elogios não adulterados pelo menor laivo de crítica. "Você não está do meu lado", seria a admoestação dirigida aos amigos que aventurassem qualquer comentário adverso acerca das suas idéias ou criações. A parte de si que continuava exigindo a aceitação total à livre de críticas que nunca conseguira na infância ainda dividia o mundo em preto e branco, de modo que a amizade e as divergências eram consideradas incompatíveis. Por causa dessa característica, suas relações com amigos também eram livres de críticas. Churchill era extremamente leal. Como disse Brendan Bracken, "ele iria até o fim por um amigo": — e isso mesmo era o que esperava dos seus amigos. Ele continuou a ser ávido pela fama, pela adulação, o sucesso e o poder. E, apesar de haver conseguido tudo isso de forma plena, o final da sua vida demonstrou que ele nunca assimilou esse fato e que continuou insatisfeito.

Diz-se amiúde de Churchill que lhe faltava sensibilidade, isto é, era impassível em situações que sensibilizavam as outras pessoas. Há várias anedotas que revelam suas pouco perspicazes ofensas às pessoas em ocasiões formais, já fosse negligenciando-as ou não tomando conhecimento das suas presenças. Esta impermeabilidade em relação ao meio é característica do narcisista que, como uma criança, ainda vive em um mundo pessoal e que somente toma conhecimento das outras pessoas na medida em que estas satisfazem suas necessidades. É de esperar que as crianças sejam egoístas e que pretendam obter satisfação para si próprias, sem importarem-se muito com os sentimentos alheios. Churchill manteve estas características até à idade adulta e isso está diretamente relacionado com suas primeiras privações. Porque os "egoístas" são aqueles que nunca tiveram o suficiente. Somente a criança cujas necessidades emocionais foram satisfeitas é que pode posteriormente dar tanto quanto recebe. Churchill disse de si próprio muito precisamente: "Devotei mais tempo à auto-expressão do que à autodisciplina". Se ele tivesse sido menos egocêntrico, não teria conseguido tudo o que conseguiu, se tivesse sido mais disciplinado, não teria sido tão inspirador.

Discutimos com algum detalhe os métodos de que Churchill se servia para evitar a recaída na depressão que o tangia e contra a qual, como disse Lorde Moran, ele vinha lutando, ao longo da sua vida. Talvez a mais surpreendente característica da psicologia de Churchill seja a de que, em geral, as defesas que usava contra a de-

pressão tivessem tanto êxito. Apesar de ter sofrido longos períodos de depressão na juventude, seus métodos de tratar dessa deficiência podem ter resultado no fato de que, na sua vida posterior, ele pôde de maneira geral safar-se dos abismos depressivos e não permitiu que a depressão o sobrepujasse até à velhice. Aqueles que o conheceram intimamente durante seus anos na selva da política poderão descrevê-lo de modo diverso. Há alguns indícios de que ele bebeu mais durante esse período. Mas, a partir da evidência escrita disponível no momento, o êxito com que enfrentou o seu próprio temperamento é extraordinário. De fato, é muito provável que alguns daqueles que estiveram relativamente próximos a ele nunca tenham se dado conta de que ele era propenso à depressão.

No começo deste ensaio, sugeri que a relação entre o grande desempenho e o temperamento depressivo merecia mais atenção do que até agora tem-se lhe dedicado. Na prática psiquiátrica, não é nada raro encontrarmos homens de grande habilidade e dinamismo que conseguiram muito mais sucesso do que a média dos seus contemporâneos e que se supõem serem, se não obrigatoriamente felizes, pelo menos livres de qualquer tipo de problema neurótico. Exteriormente esses homens parecem ter maior confiança em si mesmos do que os outros. Muitas vezes eles inspiram seus subordinados, dão o exemplo pelo seu enorme apetite pelo trabalho e parecem possuir uma vitalidade inextinguível. Aqueles que os seguem vêem estes líderes como seres super-humanos e simplesmente desejam sua energia sem parar para questionar o que os motiva. Sem embargo, qualquer pessoa que tenha se aventurado pelos corredores do poder sabe que os extremamente ambiciosos são muitas vezes também muito vulneráveis; que o magnata pode perder-se se sua corte o abandona e que as relações pessoais e emotivas dos que perseguem o poder muitas vezes são tristemente deficientes. A ambição, tomada isoladamente, pode ser um traço do caráter que meramente reflete o desejo de um homem por encontrar um âmbito adequado para suas capacidades. Ela também pode ser uma força demoníaca, que leva o indivíduo a obter mais e mais sem nunca brincar-lhe, no entanto, a satisfação e paz, não importando os êxitos obtidos. O grau ao que as pessoas muito bem sucedidas conseguem esconder de si mesmos e dos outros que eles são seres atormentados é extraordinário. E muitas vezes a verdade somente aparece no consultório. Alanbrooke, preocupado com a guerra e com a enorme responsabilidade que lhe cabia, ficou satisfeito ao desincumbir-se do seu fardo e retirar-se a uma felicidade doméstica e à ornitologia. Por outro lado, Churchill era refratário a abandonar o poder, apesar do fato que já em 1949, após seu primeiro ataque, alguns médicos opinaram que ele não deveria tentar ocupar cargos de responsabilidade. Não tenho dúvidas quanto a quem, entre esses dois homens, era o mais feliz e o mais equilibrado. Sem embargo, como ele mesmo teria admitido, Alanbrooke nunca teria liderado a nação da maneira que o fez Churchill.

O fim da longa vida de Churchill é melancólica. De fato, foi em verdade uma tragédia que ele tivesse vivido até uma idade avançada. Moran diz que, depois de 1955, o ano em que se retirou, "Winston pouco fez para esconder seu desapeço pelo que lhe resta da vida", e continua dizendo que "os historiadores poderão concluir que isto revela uma certa fraqueza moral". Qualquer historiador que conclua

algo assim, porém, estará simplesmente demonstrando sua ignorância da medicina. Isto porque a arteriosclerose cerebral — doença que afligia seriamente a Churchill — não somente atrofia a força de vontade, como diz Lorde Moran. Ela também torna inoperantes os mecanismos de defesa com os quais o homem comumente enfrenta suas dificuldades de temperamento. Na velhice, as pessoas se tornam até certo ponto caricaturas de si mesmas. Os desconfiados tornam-se paranóicos, os intolerantes mais irritáveis e os depressivos menos capacitados para fugir aos “pântanos do desespero”. Moran conclui seu relato cinco anos antes da morte de Churchill porque achou por bem “omitir os dolorosos detalhes do estado de apatia e indiferença em que ele caiu após a sua renúncia”. Acredito que ele, como médico, agiu corretamente. Moran registra que Churchill deixou de ler, falava muito pouco e se sentava por horas a fio diante da lareira, no que deve ter sido uma manifestação de estupor depressivo. As especulações sobre os detalhes psiquiátricos e médicos do final da vida de Churchill teriam exposto Moran a maiores críticas dos seus colegas das que ele recebeu de qualquer maneira. Mas o fato de o “Cão Negro” finalmente ter vencido o ancião cujo cérebro não conseguia mais funcionar corretamente, por causa da sua deficiente irrigação sangüínea, não pode senão aumentar nossa admiração pela forma em que este ancião lutou com sua deficiência. Isto porque, de fato, ele suportou uma carga temperamental extraordinariamente pesada.

É neste ponto que a análise psicanalítica revela sua inadequação, já que apesar de acreditar que a evidência demonstra que as conclusões a que cheguei são justificadas, ainda não podemos explicar a admirável coragem churchiliana. Durante sua vida, ele sofreu muitos reveses; desapontamentos que poderiam ter magoado e derrotado mesmo alguém que não fosse afetado pelo “Cão Negro”. Contudo, sua firme determinação, sua elasticidade e sua coragem lhe permitiram vencer o seu inimigo íntimo até à velhice, do mesmo modo que venceu os inimigos do país que tanto amou.

Tivemos oportunidade de comentar acerca do “mundo íntimo do faz-de-conta” de Churchill. Nele, diz Moran, ele encontrava a realidade. Durante uma parte da sua vida, ele foi afortunado. De fato, em 1940, seu mundo íntimo do faz-de-conta coincidiu com os fatos da realidade exterior de uma forma que raramente acontece com uma pessoa. É uma experiência que se assemelha com a paixão, quando o objeto do desejo de um homem parece coincidir exatamente com a sua imagem de uma mulher ideal. Em 1940, Churchill se tornou o herói que sempre sonhou ser. Foi o seu melhor período. Nos tempos sombrios, quando o que a Inglaterra precisava não era de um líder sagaz, equilibrado e confiável. Necessitava de um profeta, um visionário heróico, um homem que pudesse sonhar com a vitória mesmo quando tudo parecesse perdido. Esse homem foi Winston Churchill. E suas qualidades de inspirador se deviam à força dinâmica do romântico mundo de fantasia no qual ele encontrava o seu verdadeiro ser.



UMA FANTÁSTICA MAQUINAÇÃO: O CASO TOUKHATCHEVSKI

Alain Decaux

O artigo a seguir apresentado foi traduzido da revista francesa HISTORIA e merece especial atenção. Mostra até que ponto vai o maquiavelismo de fanáticos, sem a mínima consideração pela vida e pela mente de seus semelhantes.

Quantos casos parecidos foram urdidos... Quantos deixaram, até hoje, de ser revelados...

Na política internacional, sem entranhas, onde não há amizades que se superponham a interesses, governantes inescrupulosos empregam quaisquer meios para atingir seus objetivos.

Desde os tempos mais remotos, os mais variados ardis foram usados e, por certo, a imaginação humana ainda não esgotou a série.

No mês de junho de 1937, os cidadãos soviéticos, de repente, tomaram conhecimento da prisão do Marechal Toukhatchevski e, com a dele, a de muitos outros militares dos mais altos postos.

De que eram acusados? De terem, em conlúvio com agentes de um estado estrangeiro, conspirado contra a estabilidade do regime.

A 11 de junho, era anunciado que Toukhatchevski e seus cúmplices seriam submetidos, naquele mesmo dia, a um tribunal militar reunido em sessão secreta. No dia 12 de junho tomava-se conhecimento de que todos os acusados — Toukhatchevski e mais sete — tinham sido condenados à morte e executados. Sabemos, através de diversos testemunhos revelados após a era estaliniana, do estupor provocado no homem soviético. Toukhatchevski, um traidor! Toukhatchevski, um espião! Toukhatchevski, um conspirador! O espanto era originado, ao mesmo tempo, pela rapidez brutal do desenrolar do caso e pelo prestígio do condenado. Era alguém que todos se habituaram a admirar. A imprensa e o rádio exaltavam suas qualidades. Em síntese, um soviético fora de série.

A época não era propícia aos comentários. Os que duvidaram publicamente ou não, pagaram com a vida ou com longo cativeiro. É preciso, por exemplo, ler as Memórias do general Gorbato, governador militar soviético de Berlim, depois de 1945 e de quem ninguém suspeitou, então, que ele tivesse conhecido os campos de exterminação estalinianos por ter duvidado que tão bons revolucionários tivessem podido, de repente, se revelar traidores... Ninguém compreendia. E, aliás, como se poderia ter compreendido?

Como se poderia ter compreendido que Toukhatchevski fora detido em consequência do mais fabuloso e embrulhado complô de que a História guardou o rastro? Como se poderia ter compreendido que Toukhatchevski foi morto porque Stalin o teria decidido, certo, mas também porque Reinhard Heydrick, o mais fanático servidor de Hitler, o teria decidido igualmente?

Brilhante Oficial

Quem era esse Toukhatchevski que se tornaria o objetivo desse jogo implacável? Ele nasceu em 1893, perto de Smolensk, pertencendo a uma família de certa nobreza. O pai boêmio, apaixonado pela música, casado com uma camponesa analfabeta. Viviam com dificuldade, da renda de uma pequena propriedade. No ambiente dessa família que aos poucos se empobrecia, cresce Mikhail Nicolaevitch Toukhatchevski, entre seus oito irmãos e irmãs. Um clima atraente. Ninguém pensa no futuro. Todos os Toukhatchevski se dedicam à música, à leitura e à pintura.

Mikhail será a exceção. Para ele as artes terão menos interesse. É apaixonado pelo esporte, pela atividade física. Leu "Guerra e Paz" e a "Vida de Souvarov". Dedicou especial paixão ao heroísmo militar. Acompanhou, como quem percorre um caminho da cruz, a derrota russa na guerra russo-japonesa, em 1905. Enfim, não hesitará sobre sua vocação: quer ser militar. Enquanto todos os Toukhatchevski escolhem o Conservatório ou a Escola de Belas Artes, Mikhail irá para a Escola de Cadetes e, posteriormente, para a Escola Militar Alexandra.

Na véspera da guerra de 1914, ele sai dessa última escola com excelente classificação. É Tenente. Mas diferente dos jovens oficiais tzaristas. Ele se considera liberal, como seu pai. Não se vota ao vinho e ao jogo, mas ao trabalho. E eis que estoura a guerra. Toukhatchevski se bate com coragem e com inteligência na frente da Galícia.

É feito prisioneiro em fevereiro de 1915. Por diversas vezes tenta se evadir. Numa delas consegue chegar à fronteira da Holanda, depois de uma marcha de três semanas pelo interior do país inimigo. Recapturado, é confinado no forte Ingolstadt. Aí vêem o freio oficiais de todas as nacionalidades, tendo como denominador comum a tentativa de evasão. Nesse forte, Toukhatchevski encontrará Roland Garros e o Capitão De Gaulle. Por fim consegue fugir e atingir Petrogrado em plena revolução.

Como todos os oficiais da mesma origem, tem que escolher. Recusará um novo regime? Fará oposição violenta ao tal Lenine que acaba de mudar profundamente o destino da Rússia? Não. Ao contrário, escolhe a revolução. Não somente a ela adere mas a ela se dedicará totalmente. Aceita um posto na sessão militar do Comitê executivo pan-russo dos Soviéticos, em Moscou. É para lá que é transferido o governo, no início de 1918.

Em abril, melhor ainda, inscreve-se no Partido Comunista. Antes de se decidir — uma prova de que sua decisão teve muita importância — pôde encontrar Lenine, e o que ouviu de sua boca varreu qualquer hesitação, se por acaso a teve. O

que dominou, na sua adesão, foram suas idéias avançadas que, desde a escola ele defendia junto a seus camaradas. E como não lembrar que essas mesmas idéias, seu pai já as defendia?

Organizador do Exército Vermelho

Admirável a carreira que se inicia para Toukhatchevski. A Rússia mergulhou na guerra civil. Para enfrentar a contra-ofensiva branca, conduzida pelo almirante Koltchak, general Miller, general Denikine e general Wrangel, Trostki acaba de criar o Exército Vermelho dos operários e dos camponeses. Durante quatro anos dominará esta guerra civil. E Toukhatchevski não deixará de combater.

No dia 26 de junho de 1918, com vinte e cinco anos, assume o comando do I Exército. Este, dentro do Exército Vermelho, representa a primeira grande unidade operacional. No decorrer dos meses e dos anos seguintes vamos vê-lo comandar o I Exército da frente ocidental, servir como adjunto do comandante da frente sul, comandar o VIII Exército da frente sul, o V Exército da frente oriental, o XIII Exército da frente do Cáucaso, comandar provisoriamente a frente do Cáucaso e comandar a frente ocidental. Em março de 1921 ele abafa a revolta que estoura na ilha de Kronstadt. Em maio — junho do mesmo ano, aniquila os bandos contra-revolucionários de Antonov. Nenhum, entre os chefes do Exército Vermelho, enfrentou situações tão difíceis, tão ricas em ensinamentos de toda natureza. Aqui o militar e o político se entrelaçam, se explicam um pelo outro.

Toukhatchevski não somente se tornou um grande estrategista como também um político experimentado. Bater-se nessa Rússia esfaumada é, ao mesmo tempo, melhor conhecer seu povo; nesse setor, Toukhatchevski colhe uma experiência extraordinária. Indubitavelmente ele é dos que, junto com Trostki, foram os organizadores do Exército Vermelho.

Com a paz, prossegue seu trabalho. Comanda a Academia Militar do Exército Vermelho e se torna o Chefe de Estado-Maior do Exército. Em 1931 ele é o Ministro Adjunto para a Defesa Nacional e chefe do Armamento do Exército Vermelho. E, logo que o posto é restabelecido, torna-se Marechal da União Soviética.

O trabalho por ele realizado, à frente do Exército, é unanimemente admirado na Rússia e no Ocidente. Benoist-Méchin escreveu: "Em 1936, o Exército Vermelho se tornou um dos mais fortes do continente. É dotado de um equipamento moderno e seus efetivos são notavelmente capazes".

E isto é sabido em muitos países e, principalmente, na Alemanha.

Estranha Acusação

Em 1936, faz três anos que Hitler está no poder. Todas as oposições interiores foram liquidadas, salvo, no Exército, a apresentada por alguns altos chefes reticentes.

Justamente, nessa ocasião, Reinhard Heydrich, o chefe do SD, o todo-poderoso serviço secreto SS, polícia superior a todas as polícias, Estado no Estado, recebe, em dezembro de 1936, no Hotel Adlon, em Berlim, a visita de um emigrado russo, o general do exército branco Nicolas Skobline.

Personagem curiosa. Em Paris, é o adjunto do general Miller, presidente da Organização Mundial dos militares russos emigrados. Mas Skobline, há alguns meses, é também, um espião a serviço do SD que paga regamente suas informações.

Observemo-los, os dois, face a face. Reynhard Heydrich é louro, magro, alto. No seu rosto triangular, o que domina é seu olhar azul, rijo como o aço. O general Skobline tem quarenta e dois anos. É fino, elegante. Usa cabelos curtos separados ao meio e um pequeno bigode. Na verdade Skobline é anticomunista. Concentra seus esforços em expulsar de sua querida Rússia o dominador bolchevista. Sua aliança com o SD deve ser, a seu ver, orientada pela sua raiva.

Mas que veio transmitir o general Skobline a Reynhard Heydrich? Que o Marechal soviético Toukhatchevski, ele afirma, mantém relações secretas com membros do grande estado-maior alemão. Ele conspira. O objetivo, para os alemães, é verem-se livres de Hitler, para Toukhatchevski, é de se ver livre de Stalin.

A priori, a informação é fantástica, quase incrível. Heydrich prefere entretanto, tomá-la a sério. No dia seguinte à sua entrevista com Skobline, convoca seus adjuntos, transmite-lhes as acusações de Skobline e declara, para encerrar: "Devidamente utilizada, esta informação poderia desencadear, no Alto Comando do Exército Vermelho, um golpe do qual não se restabeleceria, sem dúvida, antes de passados alguns anos. No que concerne ao grande Estado-Maior alemão, ela poderia nos ajudar a nos ver livres dos elementos que se conservam hostis ao nacional-socialismo".

Um dos adjuntos de Heydrich, o capitão SS Erich Jahnke, toma a iniciativa de observar que Skobline não merece crédito. Ele vive em dificuldades. E sua mulher, a célebre dançarina Previtzkaia, ainda mais. E se Skobline fosse um agente do NKVD soviético? E se a informação fosse teleguiada de Moscou, numa finalidade desconhecida?

Heydrich se zanga: tem toda confiança em Skobline. Aliás a informação se ajusta à sua própria concepção da situação européia. A intervenção intempestiva de Jahnke lhe custará três meses de rigorosa prisão domiciliar.

Em 24 de dezembro de 1936, Heydrich e seu chefe, Himmler, procuram Hitler. Presentes à entrevista: Rudolf Hess e Martin Bormann. Heydrich expõe o seu plano. Trata-se de aproveitar a oportunidade, de organizar um "dossier" provando a culpabilidade de Toukhatchevski. Depois se pensará como fazer chegar a Stalin. Assim se comprometerá Toukhatchevski. Será desencadeado um golpe decisivo no mais perigoso dos grandes soldados soviéticos.

Hitler hesita: deve jogar a carta de Toukhatchevski contra Stalin, ou a de Stalin contra Toukhatchevski? Finalmente, ele se fixará na segunda solução. Trata-se,

disse o chefe de contra-espionagem nazista, Walter Schellenberg, de uma das decisões mais fatais do nosso tempo.

Sinal Verde

No dia 19 de janeiro de 1937, Heydrich convoca Schellenberg. Convoca também o chefe do serviço de leste do SD, o coronel SS Hermann Behrends, e um dos homens do SD, Alfred Naujocks. Esguio, sem chamar atenção, com óculos de intelectual, Naujocks se revelará, nos anos seguintes, o mais temível e o mais eficaz dos agentes hitlerianos.

Heydrich diz a Behrends e Naujocks que o Führer deu o sinal verde para uma operação que ele passa a descrever. Trata-se de comprometer Toukhatchevski. Mas é preciso, ao mesmo tempo, deixar o exército fora do caso. Um certo número de chefes do exército alemão se declaram abertamente russófilos.

É preciso impedir — a qualquer preço — que esses oficiais possam alertar Toukhatchevski.

Essa russofilia pode parecer estranha. Ela, no entanto, existe. Depois do tratado de Versalhes certas armas foram proibidas no exército alemão: aviação e blindados. Posteriormente ao tratado de Repallo, de 1923, os alemães conseguiram treinar na Rússia. Este treinamento durou de 1923 a 1933. Ele trouxe consequências incalculáveis.

De acordo com o jornalista alemão Sebastfen Haffner "mesmo os maiores gênios da organização militar teriam sido incapazes de criar em seis anos, de 1933 a 1939, a força aérea mais poderosa e as divisões blindadas mais eficientes da época. O aparente milagre da remilitarização alemã no início da era hitleriana só foi possível graças ao trabalho de base paciente, constante e tenaz realizado durante onze anos na Rússia".

Ao longo desses exercícios permanentes, enquanto os blindados alemães manobravam e a Luftwaffe voava em busca de novos récores, uma verdadeira camaradagem se instaurava entre os militares alemães e seus anfitriões soviéticos. Depois da partida dos alemães, correspondências se estabeleceram. Toukhatchevski, particularmente, manteve correspondência com camaradas alemães.

Para Heydrich deve-se partir dessa correspondência verdadeira para, calcar nela, forjar outra falsa. Dá ordem a Schellenberg para pedir ao almirante Canaris, o chefe da contra-espionagem militar, os "dossiers" do estado-maior que contenham as cartas de Toukhatchevski.

Depois ele se dirige a Naujocks:

- Quero que até amanhã você me consiga o melhor especialista-gravador da Alemanha para imitar cartas e outros documentos.

E explica:

- Nosso plano consiste em elaborar documentos bastantes para provar que o marechal e alguns de seus colegas do Exército Vermelho conspi-

ram com os generais do O.K.W. (Comando Superior do Exército Alemão), para se apossarem do poder nos seus respectivos países. Nós necessitaremos de um "dossier" recheado de cartas que Behrends redigirá e nas quais o gravador copiará as assinaturas de originais que nós obtivermos de uma forma ou de outra. Fotografias desses documentos serão vendidas aos russos e deixaremos transparecer que foram roubados nos arquivos do SD. Daremos, ao mesmo tempo, a impressão que foi aberto um inquérito para apurar a parte alemã da traição. Se Stalin conseguir obter esse "dossier" por interferência de seu próprio serviço secreto e se se persuadir de que é autêntico, ele acabará com Toukhatchevski.

- Se nossas atividades forem coroadas de bom êxito, diz Naujocks, teremos desencadeado a maior catástrofe que se terá abatido sobre a Rússia, depois da revolução.
- Creio que teremos êxito, diz Heydrich. Não podemos recuar. Tudo depende do gravador e esperemos que seu trabalho seja perfeito.

De acordo com as instalações de seu chefe, Schellenberg vai pedir a Canaris para lhe ceder os "dossiers" que interessam a Heydrich. Canaris desconfia. É preciso que Heydrich se dirija diretamente ao almirante. E este recusará preempitoriamente a entregar qualquer peça. Furioso, Heydrich exclamará:

- Muito bem, darei conhecimento ao Führer!

Alguns dias depois, um certo Gert Grothe é convocado por Heydrich. A missão que recebe é precisa: trata-se de um roubo de documentos bem discriminados do Ministério do Exército, abrir cofres e atear fogo para simular um início de incêndio.

Tudo ocorre exatamente como Heydrich desejou. Salvo que o incêndio se alastra por todos os andares; os arquivos são destruídos e a estrutura do imóvel fica comprometida. Mas Heydrich consegue o seu "dossier".

Falsos Sinetes e Falsas Assinaturas

Um impressor de cabelos brancos trabalha curvado sobre sua banca. À sua frente, vidros e tintas, penas, pincéis. Pára de vez em quando e limpa os óculos. Perito dele, Naujocks, sentado numa cadeira, fuma cigarros, lendo distraidamente um jornal.

Esse impressor se chama Frantz Putzing. Naujocks o descobriu no bairro de Zehendorf. Putzig é membro do partido, tem trinta anos de experiência profissional. Quando Naujocks se abriu com ele, Putzig pediu que somente tomassem conhecimento de sua missão, um superior local do partido e um oficial superior da SD.

Os textos falsos foram preparados por Behrends, as assinaturas proporcionadas pelo roubo do ministério. É no preparo desses textos falsos, na cópia das assinaturas que Putzig se empenha. As horas se escoam. A noite se alonga, Putzig continua trabalhando.

Agora, são quatro horas da manhã. Putzig afasta suas penas e seus vidros de tinta.

— Acabou, diz ele.

Naujocks se aproxima e é surpreendido. Incrível! Cada assinatura é uma obra-prima de precisão, de exatidão.

— Maravilhoso, exclama ele. Você é um gênio.

Naujocks se despede e leva os documentos. No dia seguinte estarão nas mãos de Heydrich. O que mais o impressionará é uma carta de Toukhatchevski, criada do princípio ao fim. Ele se deterá longamente na assinatura. Tudo perfeito, até a filigrana do papel é russa.

O estilo é o de Toukhatchevski. Na margem, as notas a lápis "mais comprometedoras que a própria carta". Põe-se na boca do marechal que o Exército Vermelho e a Wehrmacht serão consideravelmente reforçados se concluírem um acordo liberando-os, ambos, das pesadas burocracias que os controlam.

Anexa-se ao "dossier" uma nota de Canaris a Hitler, fazendo o resumo do complô. Sem dúvida, imaginária, a nota. Forjou-se também, a resposta de Hitler. Mas nesta não se ousou falsificar a assinatura. Hitler foi solicitado a assinar o documento forjado.

No mesmo "dossier", as ordens de Bormann a Heydrich para seguir imediatamente os oficiais suspeitos. Ao todo, trinta e duas páginas, às quais é juntada uma fotografia de Trotzki cercado de funcionários alemães. Heydrich não se cansa de considerar as peças:

- Absolutamente notáveis, diz ele. Volta-se para Naujocks e prescreve:
- E agora, imprima em tudo isso os carimbos necessários, nos devidos lugares e tire, você mesmo, fotocópias. Utilize uma luz suficientemente má para justificar a pressa.

É justamente o que fará Naujocks usando uma "Leica" e iluminando os documentos com magnésio. O resultado? Um trabalho de amador. Exatamente o que se buscava.

O "dossier" está pronto.

Que se vai fazer?

Aqui intervem um novo personagem deste incrível "imbroglio". Trata-se, nada mais nada menos, que o presidente da Tchecoslováquia, Edouard Benès. Sem o saber, Benès vai fazer o papel de um dos peões — mas peão essencial — no jogo que se entabola entre os serviços secretos. Com dados viciados.

Para perder Toukhatchevski é preciso intoxicar Benès. É no que vão se empenhar os SS. Mas de que maneira?

O "Imbroglío" se Complica

Eis que de novo entra em cena o curioso general Skobline. Pois Jahnke, o colaborador de Heydrich, tinha razão. Skobline é um agente duplo, e mesmo triplo. Ele está a serviço, não somente do SD nazi mas do NKVD soviético. E, também, dele mesmo.

Esse patriota nacionalista quer não somente expulsar os soviéticos da Rússia, mas sonha exercer um dia o poder no seu país reconquistado. O paradoxal é que sua mulher, a Plevitzkaia, é um agente vermelho desde a guerra civil. Pouco a pouco ela conseguiu modificar, senão a opinião, pelo menos o comportamento do seu marido. Ele aceitou encontrar agentes soviéticos. Foi sob o incitamento deles que denunciou Toukhatchevski a Heydrich.

A denúncia de Skobline desencadeou toda a operação. Heydrich fez organizar um falso "dossier" que constitui uma armadilha que ele crê dispor contra Stalin. Mas, na origem de tudo está o próprio Stalin que, literalmente, teleguiou toda a empresa, por intermédio de Skobline. De maneira que, sem que eles o soubessem, os SS se tornaram simplesmente agentes da vontade estaliniana.

Porque Skobline aceitou lançar o anzol no qual foram pescados os alemães? É porque ele faz o jogo soviético? Não. Pois Skobline crê enganá-los. Prometeram-no livrá-lo do general Miller. Quando o tiverem feito, seu caminho estará livre. Ele tomará a chefia da cruzada anti-comunista. De qualquer forma, jogar entre Heydrich e Stalin é muito arriscado. Skobline aceitou o risco.

Ele continuará a tecer os fios da rede na qual virá se perder Toukhatchevski. Skobline vai a Genebra, encontrar um certo Nemanov que dirige a agência de informações de Benès. Ele lhe fala sobre as relações de Toutchevski com os Trostzkistas e com os alemães. Nemanov se informa com um amigo. E este, agente-duplo — parece um sonho — lhe confirma que o complô de Toukhatchevski é real.

Enquanto isso, em Paris, um colaborador de Skobline, Nicolas Alexeiev, que trabalha para o NKVD, é capturado pela polícia no momento em que tenta roubar os planos secretos de um submarino francês. Acusado de espionagem é recolhido à prisão militar do "Cherch-Midi". De fato, ele tudo faz para ser preso. Interrogado começa a fazer confidências. De acordo com o que relata, um "trânsfuga da rede de espionagem soviética" lhe confiou "segredos oriundos do estado-maior moscovita".

O juiz, motivado, toma nota das informações que, verificadas, são confirmadas. Eis que, de repente, Alexeiev cita o nome de Toukhatchevski: a dar-lhe crédito, este conspira com os nazistas. De imediato, os serviços secretos são avisados e, também, naturalmente, o governo. Parece que Léon Blum ficou muito impressionado com essas acusações.

Posteriormente à emissão feita por mim (Alain Decaux) em julho de 1973, na televisão, recebi uma importante carta do Sr. Edouard Depreux, antigo ministro,

que escrevia: "Então presidente do Grupo de Advogados socialistas, enviei um telegrama a Stalin para protestar contra as condições nas quais foi assentada a condenação (de Toukhatchevski). Léon Blum, alertado por Benès, embora compreendendo o espírito de minha intervenção, me pôs em guarda contra as ilusões relativas à inocência do marechal".

É pois certo que Benès e Léon Blum corresponderam à motivação lançada sobre o caso Toukhatchevski. É certo que, depois das "confissões" de Alexeiev, os serviços franceses, preveniram os tchecos, através do adido Militar em Paris, que alertou Benès.

O resultado? Benès, que deseja manter suas boas relações com a Rússia soviética, mais por motivos geográficos que políticos, convoca, no princípio de março de 1937, o embaixador da URSS, Alexandrovski, e lhe dá conhecimento das informações que lhe chegaram por vias diferentes.

Eis arremessada a máquina infernal. Alexandrovski envia logo um longo relatório a Stalin. Gostaríamos de saber como reagiu o Georgiano. O que seus serviços e ele próprio tinham previsto se realizava pontualmente.

O "Dossier" Contra Cinquenta Mil Marcos

E quanto ao "dossier"? Ele deve arrematar a obra-prima. Schellenberg conta nas suas memórias que um dos agentes diplomáticos alemães, que trabalhava sob as ordens do Standartenfuhrer SS Boehme, era um emigrado alemão que vivia em Praga. Por seu intermédio é que Boehme vai tomar conta com um amigo íntimo de Benès e revelar-lhe a existência do precioso "dossier".

Ao mesmo tempo, se dava conhecimento aos soviéticos que seria possível obter o "Dossier" pagando vultosa importância. Schellenberg afirma que o doutor Benès enviou imediatamente uma carta pessoal a Stalin. Pode-se crer na versão de Schellenberg, pela qual Stalin teria enviado imediatamente a Berlim um agente que recebeu o "dossier" diretamente das mãos de Heydrich? Não parece verídico. Por que toda essa encenação, estas incríveis precauções, para que as cartas nazistas fossem abatidas num só golpe?

O relato de Naujocks parece muito mais plausível. Naujocks conta como um agente o procurou. Seu nome tinha sido dado aos russos, pelo serviço tcheco como o de um empregado presuroso de obter dinheiro vendendo as fotocópias dos documentos:

- "De fato, o "dossier" está, no momento, no meu escritório, mas só posso conservá-lo até amanhã de manhã porque, até lá, devo ter tomado todas as decisões para executar as ordens dadas. Você vê como eu estou condicionado no tempo. Pensei fotografar os documentos esta noite mas, mesmo que o faça, não gostaria que os fotos ficassem comigo por muitos dias. Nenhum esconderijo é suficientemente seguro para esse tipo de papéis. Quero encerrar o assunto o mais cedo possível. Gente demais está a par do assunto. Só posso esperar a resposta até amanhã".

- “Quanto?” indaga o agente soviético.
- “Cinquenta mil marcos”.
- “É ridículo! Nunca pagaremos tão caro”.

Naujocks levanta os ombros:

- “Não me exporei por menos. Sem os cinquenta mil, nada feito”.
- E esboça despedir-se.
- “Um momento”, pede o agente soviético. “Como posso encontrá-lo?”

Naujocks após um instante de meditação estende ao seu interlocutor um pedaço de papel no qual se acha um número de telefone.

— “Pode chamar-me amanhã às 18 horas, se tiver decidido fechar o negócio. Do contrário não se dê ao trabalho de me telefonar”.

No dia seguinte o agente soviético fecha o negócio. Encontro marcado na estação de metrô da extremidade de Kurfurstendamn. Troca do “dossier” pelos cinquenta mil marcos.

Segundo Schellenberg, não teria sido somente cinquenta mil marcos, mas três milhões de rublos ouro. E Schellenberg precisa que teve de destruir pessoalmente “a maior parte dos três milhões de rublos pagos pelos russos, pois tratava-se de cédulas de valor elevado, cujos números com certeza tinham sido registrados pela GPU. Cada vez que um de nossos agentes procurou passá-los no interior da União Soviética, foi preso em tempo record”.

Schellenberg? Naujocks? Contraditórias as versões. Uma certeza, em todo caso: o “dossier” ia chegar a Moscou.

Desconfiança e Inveja

Mas, por que Stalin quer destruir Toukhatchevski? Em 1937, a era dos grandes processos começa. O terror Stalinista vai atacar sucessivamente a maioria dos velhos companheiros que tinham feito a revolução de Outubro. Que se considerasse outro “fundador” que não ele, eis uma idéia que Stalin não mais suportava.

Megalômano e sanguinário, ele se assemelha àqueles antigos czares que só estavam satisfeitos quando eliminados sucessivamente os membros de suas famílias e seus amigos. Não suporta uma oposição, nem mesmo suave.

A presença de “outros” se tornou insuportável para Stalin.

Dir-se-á, no que concerne a Toukhatchevski, que Stalin favoreceu a reconstrução militar presidida pelo marechal. É verdade. Mas não sem desconfiar.

Por outro lado, Toukhatchevski provoca em Stalin uma desagradável recordação. Em 1920, durante a guerra russo-polonesa, Toukhatchevski comandava a frente ocidental, a leste do Berezina, e a frente sudoeste, na fronteira da Galícia. A princípio, Toukhatchevski marchou de vitória em vitória, tomou Minsk, depois Vilno e se dirigiu para o Vístula. Teve, então, que enfrentar uma contra-ofensiva po-

lonesa, impulsionada pelo marechal Pisludski. Os planos dessa contra-ofensiva tinham sido elaborados por uma missão militar francesa, dirigida pelo general Weygand e da qual fazia parte o major De Gaulle. Diante do impacto polonês, os russos se retiraram.

Ora, Toukhatchevski estava convicto que uma intervenção da frente sudoeste, à esquerda da frente ocidental, em direção de Lublin deveria ter evitado o insucesso. Essa intervenção, Toukhatchevski a teria solicitado com insistência. Mas nessa época, o presidente do Comitê militar revolucionário adido à "frente" do general Yegorov, que comandava a frente sudoeste, era Stalin.

Parece que, nessa época, Stalin tenha considerado com inveja os sucessos da frente vizinha. O que ele desejava, era tomar Lemberg. Assim poderia ele, também, apresentar um triunfo para equilibrar o dos "outros". Ele recusou, pois, a ajuda decidida por Toukhatchevski e preconizada pelo Grande Quartel-General. Foi necessária uma ordem formal do Soviete Supremo para que ele se decidisse a obedecer. Era, porém, tarde demais, Toukhatchevski já fora abatido.

Bastava a presença de Toukhatchevski para lembrar a Stalin o amargo episódio polonês.

Pode-se dizer que a manobra stalinista contra os chefes militares soviéticos foi desencadeada por vingança pessoal? Seria minimizar as coisas. Mas quanto melhor se conhece Stalin, mais se fica persuadido de que este reflexo pesou na balança, de certa forma.

É preciso, também, invocar a desconfiança doentia de Stalin contra tudo que pudesse lembrar uma ameaça ao seu poder. Para permitir que o Exército Soviético se fortalecesse e se tornasse coeso fora necessário dar liberdade aos chefes militares. Agora o Exército existia e seus chefes seguiam a linha do partido. Mas alguns ousaram discutir certas opiniões de Stalin.

Quando o ditador desencadeou a "caça às bruxas" que levaria ao processo de Moscou, nem todos os chefes militares concordaram. Em 1936 quando Boukharine foi preso, Vorochilov e Boudienny apoiaram Stalin. Mas Iakir, Gamarnik, Toukhatchevski, Blioukher, Yegorov, Ouborevitch e Bouline se tinham juntado à maioria dos membros civis para se oporem à prisão. Fato normal, mas tal oposição era intolerável para Stalin.

Teria mesmo havido realmente uma conspiração militar contra Stalin? Todas as pesquisas feitas desde 1937 e, principalmente depois da guerra, provam o contrário. As reabilitações registradas na União Soviética após a morte de Stalin provam que não houve complô. Os arquivos secretos nazistas não contêm nenhum documento que confirme a existência de relações secretas entre os chefes militares soviéticos e as autoridades alemãs.

Como admitir que Takir e Feldman, ambos judeus, pudessem ter trabalhado pela Alemanha nazista? Mas tais sutilezas não embaraçam Stalin.

Há outra explicação para o projeto de eliminação que Stalin elaborou contra os militares. Em 1937, ele começa a vislumbrar uma aproximação com a Alema-

nha, política que resultará no pacto germano-soviético de 1939. Ora, os chefes militares russos são agressivamente contra a Alemanha. Não paira dúvida que, em caso de aproximação com Hitler, os militares constituem perigosos obstáculos. Obstáculo que deve desaparecer.

Uma Série de Imprudências

No dia 19 de janeiro de 1936 Toukhatchevski representou Stalin nos funerais do rei George V, em Londres. Aproveitou para encontrar os chefes de Estado-Maior britânicos. Tentou convencê-los da necessidade de empreender uma guerra "preventiva" contra a Alemanha hitlerista. Não conseguiu convencer seus interlocutores. No entanto, tudo fez para conseguí-lo. Ele revelou o vulto dos efetivos, o volume dos armamentos do Exército Vermelho. Deu conhecimento do plano ofensivo assentado pelo Conselho Superior da Guerra Soviético. Estupefatos, os britânicos se recusaram a ouvi-lo.

Tornando a Paris, de volta para a Rússia, no dia 9 de fevereiro Toukhatchevski encontra o Chefe do Estado-Maior do Exército francês, o general Gamelin, a quem também procura convencer. Outro insucesso. A política oficial francesa é defensiva.

Segundo André Brissaud, a quem devemos um profundo estudo sobre estes acontecimentos, a atitude de Gamelin se explica. Ele foi informado, pelos britânicos, das conversas que Toukhatchevski tinha tido em Londres. Conhece o ceticismo inglês. Deve pois mostrar-se circunspecto. De outro lado, em matéria de "guerra preventiva", os franceses não querem se engajar mais que seus aliados da outra margem do canal. Eles não querem puxar a brasa para as sardinhas dos russos.

Toukhatchevski volta à Rússia profundamente decepcionado. De chegada, comete erro imperdoável. Na primeira reunião do Soviete Supremo, ele ocupa a tribuna e ataca a fundo o regime hitleriano. Põe, os dirigentes e os cidadãos soviéticos em guarda contra o risco alemão. Cita "Mein Kampf". Chega ao ponto de se dirigir aos governos de Londres e de Paris. Afirma que "a guerra se tornou inevitável" e que "o mais sensato seria para ela se prepararem imediatamente". Para Stalin, que deu ordem a Molotov e a Litvinov de poupar Hitler, trata-se de verdadeira provocação. Reforça sua desconfiança em relação aos chefes militares em geral e a Toukhatchevski em particular.

É então que Tejov recebe de Stalin a ordem de agir. É quando a máquina parte. Quando Skobline procura Heydrich e denuncia Toukhatchevski. É quando, sem esperar os documentos falsos de Heydrich, resolveu-se informar as autoridades francesas e tchecas.

Foram necessários meses. Mas agora tudo está pronto. A carta de Benès e os documentos falsos de Heydrich estão sobre a mesa de Stalin.

Detenção e Torturas

Os rumores se irradiam. Toukhatchevski sentiu a rede se fechar lentamente em seu redor. A 20 de março ele volta das férias. Dia 5 de abril é informado de que não mais irá assistir à sagração de George VI. Dia 12 de abril, convocado por Vorochilov, toma conhecimento de que foi afastado de suas funções de Ministro Adjunto da Defesa e transferido para o setor militar do Volga. No dia 19 de maio, quando da tradicional revista militar, ninguém lhe dirige a palavra.

Ele se sente só. Tragicamente só.

A 20 de maio surgem as primeiras notícias, na Rússia, da descoberta de um complô militar. A 26, Toukhatchevski chega à sede de seu novo comando. Seus subordinados verificam que seus cabelos embranqueceram. No dia seguinte, é detido.

O herói da guerra civil foi trazido de volta a Moscou e recolhido à primeira prisão militar de "Lefortovo". Interrogado pelos métodos habituais — e hoje se sabe o que os acusados sofriam — parece que Toukhatchevski nada confessou.

Encarcerados os outros chefes soviéticos, Gamarnik prefere se suicidar. Mas Takir, Ouborevitch, Kork, Eideman, Primakov, Feldman e Poutna são presos.

No dia 11 de junho de 1937, a rádio de Moscou divulga todas as detenções: "Esses detidos são acusados de infração contra o dever militar (juramento), de traição à Pátria, de traição ao povo da URSS, de traição contra o Exército Vermelho de operários e camponeses. Os elementos reunidos ao longo da instrução, permitiram estabelecer a participação dos acusados, como também de Gamarnik que recentemente se suicidou, numa empresa contra o estado e em ligação com militares dirigentes de um dos Estados estrangeiros que seguem uma política inamistosa em relação à URSS. Ao serviço da espionagem militar desse Estado, os acusados remetiam sistematicamente informações secretas sobre o Exército Vermelho e procediam a um trabalho de sabotagem tendo em vista o enfraquecimento da potência militar soviética; eles tentavam, assim, preparar, em caso de agressão militar contra a URSS, a derrota do Exército Vermelho, com o objetivo final de contribuir para restabelecer, na URSS, o poder dos grandes proprietários e dos capitalistas".

"Todos os indiciados se reconheceram inteiramente culpados das acusações que lhes foram atribuídas. O exame do caso se realizará hoje, 11 de junho, em caráter secreto, pelo tribunal judiciário da Corte Superior da URSS, sob a presidência do presidente do tribunal militar da citada corte, Ulrich..."

No dia 12 de junho, toma-se conhecimento de que Toukhatchevski, Takir, Ouborevitch, Kork, Eideman, Primakov e Boutna foram passados pelas armas.

Massacres em Série

Pouco se sabe do processo, quase nada. Alguns duvidam que ele tenha se realizado. Entretanto, um relatório soviético, pormenorizado, nos informa que o

processo decorreu em "sessão secreta". De acordo com diversas versões concordantes, Toukhatchevski se dirigiu nos seguintes termos a um dos acusadores que davam informações sobre suas relações com Trotski: "Por acaso isto não foi sonho seu?"

Os acusados foram fuzilados em pleno dia, no pátio do edifício do NKVD que tinha sido cercado de caminhões, para que o ruído dos motores abafasse os tiros. Khrouchtchev contará mais tarde: "No momento de sua morte Iakir gritou: "Viva o Partido! Viva Stalin!..." E quando Stalin teve conhecimento, proferiu improperios contra Iakir.

Numerosa, a família de Toukhatchevski. Sua mulher, uma irmã, seus dois irmãos serão exterminados. Três de suas irmãs e sua filha serão enviadas para campos de concentração. Sua mãe será executada.

Toukhatchevski se casara três vezes. Suas duas primeiras esposas serão também enviadas para campos de concentração. Da mesma forma, a mulher, o irmão e diversos membros da família de Iakir serão executados. Uma de suas primas será condenada a doze anos de prisão. Seu filho, de quatorze anos, será enviado, por muitos anos, para campos de concentração e prisões.

Essas execuções marcarão o início de uma sangria terrível. Três marechais em cinco, são fuzilados. Sessenta e cinco dos oitenta membros do Conselho Superior da Guerra são fuzilados. Treze dos quinze comandantes de Exército são fuzilados. Trinta e cinco mil oficiais são eliminados fisicamente. A metade dos oficiais soviéticos! É assim que Stalin compreende o Socialismo.

O general Gorbatov conta, nas suas memórias, quando de sua chegada ao "front" em 1944, seu estupor em face da "déblacle" Soviética: "A confirmação do que eu temera me imobilizara de medo; como poderíamos combater, com a falta de tantos oficiais e dos chefes experientes desde antes da guerra? Era, incontestavelmente, uma das principais causas de nossos insucessos, embora nisso não se falasse, ou que se apresentasse o fato como ao se ter enxotado os traidores do Exército, em 1937-38, se teria aumentado seu poder..."

Na realidade, a megalomania de Josef Stalin quase levou a URSS à derrota.

Tem-se o Direito de Perder a Esperança nos Homens?

O marechal Toukhatchevski, em 1963, foi reabilitado. Uma de suas filhas e três de suas irmãs assistiam à cerimônia. Mas como não se pensar nesse grande soldado, aquele que tinha arriscado sua vida cem vezes pela Revolução e que, diante de seus "juizes" perguntava: "Por acaso isto não foi sonho seu?"

Como deixar de pensar no general Iakir que, antes de morrer, escreveu a Stalin: "Sou um leal soldado dedicado ao Partido, ao Estado, ao povo... Toda minha vida consciente se desenrolou num trabalho honesto, cheio de abnegação, sob as vistas do Partido e de seus dirigentes... Sou honesto em cada palavra pronunciada."

da. Morrerei emitindo palavras de amor para Você, para o Partido e para o país, com fé inquebrantável na vitória do comunismo”

Como pensar no que Stalin escreveu nesta carta, com sua própria mão: “Celerado e prostituído”? Vorochilov acrescentou: “Definição perfeitamente exata”. Molotov aprovou assinando. Kaganovitch na ocasião escreveu: “Para o traidor, o crápula, e o... (aqui uma palavra obscena), um só castigo: a morte.”

Felizmente o marechal Toukhatchevski foi reabilitado na União Soviética. Mas não podemos esquecer a coalisção imoral dos serviços secretos hitlerianos e estalinianos. Não podemos esquecer que para servir a uma política, fez-se morrerem inocentes. E pior ainda, ficaram desesperados. Já imaginamos estes homens diante da morte? Podemos nos dar conta de seus últimos pensamentos?

Talvez, em política, se tenha o direito de matar homens — e ainda assim, disso não estamos certos. Não se tem, no entanto, o direito de matá-los desesperados.



DEFESA CIVIL E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: ASPECTOS DE MÚTUA CAUSALIDADE

Hécio de Magalhães Tibery

Coronel de Engenharia R/1, Bacharel em Direito e Técnico de Administração. É atualmente Coordenador Regional do Grupo Especial de Calamidades Públicas (GECAP) da Região Sudeste.

O Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que instituiu a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória das escolas de todos os graus em nosso país vem, até hoje, lutando com muitas das suas dificuldades iniciais.

O ensino dessa disciplina ainda prossegue por várias escolas em termos de simples ufanismo patriótico ou de dados informativos sobre projetos governamentais da área do desenvolvimento que, na sua quase totalidade, antes mesmo dos alunos deixarem os bancos escolares, perdem suas prioridades para novos empreendimentos determinados pelo ritmo acelerado do desenvolvimento nacional.

Não negamos a importância de serem os alunos estimulados, principalmente nas faculdades, a acompanharem os problemas nacionais, todos eles importantes para a consolidação cívica. Aachamos também muito importante que o estudo dos fatos marcantes da nossa história sejam ressaltados desde cedo nas escolas. Entretanto, o que nos parece de vital importância é o estímulo à educação moral, que não será desenvolvida e consolidada apenas através de apresentação teórica e de simples afirmativas dos mais renomados professores.

A educação moral e a educação cívica, como duas faces de uma mesma moeda, são complementares e de igual valor, mas que no atual contexto mundial vão encontrar ambientes diferentes. Nos dias que correm, as imensas e variadas quantidades proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico favorecem a busca, a qualquer preço, de mais conforto, posição social e poder. Para atingir tais metas a corrida para a aquisição de maior conhecimento das ciências é naturalmente estimulada, determinando passos gigantescos de toda a humanidade nesse sentido. Com isso o civismo é até certo ponto favorecido pela compreensão mútua dos vários países, de que existe a necessidade do respeito aos direitos humanos para a sua própria

coexistência, embora as regras do jogo ainda admitam as "guerras frias" que vez por outra chegam ao ponto de ebulição.

Cada nação compreende também que o melhor tipo de ajuda que pode receber é aquela proveniente do esforço dos seus próprios cidadãos sem quaisquer dependências externas. Assim, o civismo vai recebendo um apoio limitado que é ditado parcialmente pelo imperativo de sobrevivência e do normal desejo de desenvolvimento material por todos. Além disso, os meios de comunicação social atuam, através da informação pública, na divulgação das metas e realizações governamentais.

E o que dizer da educação moral?

Esta prossegue sendo semeada em terreno difícil, com enormes dificuldades, aumentando cada vez mais a distância que separa os valores das quantidades.

A filosofia e a ciência nos ensinam que a unidade sem a diversidade é monotonia e que a diversidade sem a unidade é o caos. Da mesma forma, a educação cívica sem a educação moral poderá eventualmente escorregar, como já tem ocorrido em muitos países, para ideologismos que inicialmente provocarão grandes ufanismos seguidos de monotonia e do caos.

A educação moral não deve ser encarada apenas teoricamente, devendo ser vivida em termos objetivos, o que irá determinar dificuldades iniciais aos pioneiros da sua aplicação na vida prática, onde, para muitas pessoas, os fins desejados justificam a utilização de quaisquer meios.

Uma das muitas dificuldades encontradas pela educação moral é o tempo requerido para o seu desenvolvimento, pois a sua consolidação, como valor que é, dá-se de forma lenta. Os professores deverão, ainda, compreender que educar moralmente é eduzir de dentro do educando tudo que de bom nele existe, mesmo em estado latente ou embrionário e que desta atitude interna deverão brotar os atos externos de uma forma natural. Para isso será necessário que o educador seja moralmente educado sem o que nada poderá eduzir do educando. As dificuldades nesse campo já começam pela própria seleção dos professores, pois, como sabemos, é absolutamente possível encontrarmos candidatos que são perfeita e legalmente virtuosos e muito eruditos, mas de uma educação moral fraca. Estar dentro da lei não significa ser educado moralmente e o primeiro dos problemas surge nas provas de educação moral que deveriam ser exigidas dos candidatos a esse tipo de ensino. Quantos seriam os aprovados num concurso de educação moral?

A legislação, devido a sua característica de universalidade, preocupa-se apenas com a "moral média", não se fixando em uma moral elevada que se assemelhasse à ética. Qualquer legislação fundamentada numa moral das mais elevadas, estaria fatalmente fadada ao insucesso, ou a "não pegar" como se costuma dizer.

Todo bom professor sabe que dificilmente consegue transmitir aos seus discípulos tudo aquilo que conhece no campo das quantidades. Sabe, também, que para eduzir dos alunos as suas potencialidades no campo dos valores, necessitará de possuir e vivenciar tais valores, o que na prática é extremamente difícil. Ao professor

da Educação Moral e Cívica não pode ser apenas exigida cultura e erudição, necessitam eles de exemplificar pela sua conduta aquilo que preconizam. Isto não é nada fácil, pois para ser bom cidadão basta estar dentro da lei e aos professores dessa matéria muito mais é necessário. Além disso, é preciso considerar que os computadores multiplicam as quantidades, mas que máquinas não multiplicam valores humanos, pois, como disse Albert Einstein, não existem caminhos do campo das quantidades para o dos valores.

O artigo 4º do Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que regulamenta o Decreto-lei nº 869, determina que a Educação Moral e Cívica deverá ser conduzida sob a forma de disciplina e de prática educativa. Esse dispositivo se coaduna perfeitamente com o que se deseja para a Defesa Civil cujos ensinamentos devem ser intensamente praticados e vividos pelos seus responsáveis diretos e indiretos.

A prática educativa preconizada no art. 31 do Decreto nº 68.065, entre outros aspectos ali apresentados, deverá ser conduzida para atender à comunidade, sendo recomendada a estruturação de centros cívicos para a formação de líderes comunitários.

Vemos nesses líderes comunitários um recurso humano de enorme valia para a Defesa Civil que necessita urgentemente de pessoas permanentemente entrosadas com os problemas comunitários, sem o que haverá dificuldades crescentes na solução dos problemas relativos ao bem-estar social de qualquer núcleo populacional.

A capacidade de renúncia recomendada para a prática do civismo é, a cada instante, exigida para o pessoal responsável pela Defesa Civil, que não pode medir esforços ou horários para os atendimentos às populações nos momentos de emergência.

A importância do perfeito entrosamento dos objetivos da Defesa Civil e os da Educação Moral e Cívica reside justamente nas possibilidades que esta possui, de ir desde a infância, através da adolescência até atingir a maturidade, desenvolvendo uma ação educacional voltada para o espírito comunitário que não irá evoluir nem se consolidar no curto prazo de poucos anos. A compreensão dessa verdade foi perfeita pelos ilustres componentes da Comissão Nacional de Moral e Civismo, quando recomendaram programação de Defesa Civil e Proteção Comunitária entre as unidades didáticas para o ensino superior de Educação Moral e Cívica. Seria necessário, entretanto, que o assunto fosse também incluído no Programa Básico do Ensino Primário e Médio, com as necessárias adaptações.

Os futuros centros de treinamento de Defesa Civil, que a médio ou longo prazo certamente deverão ser estruturados, poderão preparar elevado número de pessoas nos vários tipos de serviços necessários; poderão ainda despertar em muitas pessoas o espírito comunitário adormecido que possuírem, mas jamais conseguirão em poucos meses desenvolver a verdadeira compreensão e entusiasmo, de forma ampla, em parcela representativa de nossa população.

A observação da conjuntura de um país ainda em desenvolvimento como o nosso, conduz a conclusões objetivas como esta. Como esperar maior espírito de renúncia de uma massa populacional em que a luta pela sobrevivência é praticamente a tônica em muitas regiões?

Não negamos que alguns aspectos do nosso caráter nacional são favoráveis ao espírito comunitário, mas o nosso conhecido individualismo somado às dificuldades práticas de falta de habitação, baixo índice sanitário e subnutrição ainda existentes, são obstáculos difíceis de superar por grande parcela da nossa população. Nesse ambiente até certo ponto desfavorável não será fácil à Defesa Civil contar com a participação voluntária da população nacional em padrões de conduta que, evidentemente, exigirão substancial aumento de responsabilidade comunitária.

Seria, portanto, através da ação educacional lenta e progressiva que se obteria a participação voluntária das comunidades para a sua autodefesa e do recurso humano necessário a preparar, através de treinamento específico, a mão-de-obra para a Defesa Civil durante as emergências. Para os dirigentes e instrutores o problema já não se apresenta da mesma forma, pois a sua seleção normalmente é realizada entre pessoas que já apresentam as condições necessárias ao desempenho dessas atividades.

A formação de um "espírito de Defesa Civil" dificilmente será implantado apenas pela regulamentação dos outros encargos previstos no parágrafo único do art. 92 da Constituição Federal, que seria uma das fontes de recrutamento dos recursos humanos para a Defesa Civil.

A imposição legal poderia certamente determinar que o serviço civil fosse instituído a par do serviço militar e com isso possibilitar para o futuro, de forma compulsória, que substancial parcela da nossa população fosse treinada para os encargos de defesa civil. Isso talvez constituísse uma meia-solução mas com toda a probabilidade não seria uma solução total. O caminho percorrido por países já desenvolvidos, em particular aqueles como a Suíça em que o plebiscito solucionou o problema, não são ainda inteiramente adaptáveis ao caso brasileiro. Além disso soluções dadas nos países socialistas por sua vez também não se harmonizam com uma sociedade democrática conforme o modelo brasileiro.

Por isso, a melhor fórmula seria a de planejar no caso brasileiro a estruturação de um sistema que afastando paternalismos já superados, contasse com uma implantação progressiva através da estruturação de um sistema permanente a nível de governo federal, estadual e municipal os quais contariam inicialmente com a mão-de-obra dos jovens excedentes do serviço militar, colaboração de voluntários e de entidades não governamentais já normalmente voltadas à assistência comunitária. Ao mesmo tempo a área educacional atuaria, além de outros, com os instrumentos proporcionados pela Educação Moral e Cívica na preparação, mais lenta porém segura, das futuras gerações que iriam alcançar após alguns anos as condições necessárias a uma ampliação nacional da participação da população. O próprio desenvolvimento do País irá conduzir gradualmente as populações menos favorecidas a uma maior conscientização da necessidade de preservarem as suas vidas e os seus bens

contra a eclosão de calamidades, dando-lhes, ao mesmo tempo, as condições materiais à sua participação comunitária na solução desses problemas. Conduzirá ainda ao desejo de viverem em ambientes mais humanizados, preservados da poluição ambiental e de muitas outras calamidades naturais ou sociais que ainda encontramos em nosso país, provocando no seu meio uma auto-reação construtiva à semelhança do ocorrido na cidade de Tubarão em Santa Catarina durante as enchentes de 1974.

Os pontos de contato da Educação Moral e Cívica com a Defesa Civil são inúmeros, podendo adaptar-se perfeitamente a esta o contido no art. 2º do Decreto-lei nº 869, quando declara as suas finalidades, principalmente os aspectos de sentimento de solidariedade humana, a dedicação à família e à comunidade, o preparo do cidadão visando o bem comum e a integração na comunidade. As bases filosóficas ali preconizadas são, da mesma forma, extremamente importantes para a Defesa Civil a fim de ser evitado um simples dever compulsório sem a compreensão do desejado querer voluntário. Portanto não é possível ser alienado pela Defesa Civil esse importantíssimo instrumento já instituído que é a ação educativa voltada para a moral e o civismo. Esse aspecto dos objetivos comuns apresentados é de caráter recíproco, pois a prática das ações de Defesa Civil e a prática da Educação Moral e Cívica são absolutamente harmônicas. Qualquer mestre de moral e civismo certamente aplaudiria sem restrições o esforço despendido, sob condições adversas, das várias equipes de assistência aos atingidos por calamidades.

Os aspectos morais e cívicos observados quando da intervenção das equipes de Defesa Civil no socorro aos flagelados, poderão ilustrar as aulas e os trabalhos desenvolvidos por qualquer professor durante as suas explicações ou palestras sobre os assuntos curriculares daquela matéria. Nas matérias preconizadas pelos currículos de Educação Moral e Cívica já se encontram assuntos relativos à Defesa Civil e em alguns Estados da Região Sudeste, campanhas educativas sobre um dos flagelos atuais que são os problemas de trânsito já são realizados com a colaboração da rede escolar. Além disso, pela sua reconhecida validade, a proposta de inclusão de estudos sobre problemas de trânsito nas aulas de Educação Moral e Cívica já vem sendo objeto de debates no Congresso Nacional. Cumpre, entretanto, que os responsáveis pelos programas escolares ampliem ainda mais, e por todos os meios possíveis, a ação da prática educativa preconizada pelo Decreto-lei nº 869, a fim de consolidarem os seus próprios objetivos que também são os da Defesa Civil, para preservação e ampliação dos valores morais, éticos e materiais da comunidade brasileira.

Os Objetivos Nacionais como a Integridade Territorial, Integração Nacional, Democracia, Progresso, Paz Social, Soberania e o Bem Comum, que constitui este último uma síntese de todos os outros, embora sejam adotados didaticamente pela Escola Superior de Guerra, já constituem verdadeiros parâmetros adotados pelos responsáveis pelos planejamentos nacionais.

A Defesa Civil, Proteção Civil ou qualquer que seja o seu nome, poderá, indiscutivelmente, beneficiar a quaisquer daqueles objetivos que se encontram no grande esquema geral do Desenvolvimento e da Segurança do País, os quais são fortalecidos pela assistência aos problemas das crescentes comunidades brasileiras.

A Estratégia de Desenvolvimento Social visando a política de valorização dos recursos humanos nacionais é de uma extrema importância para a atual crise mundial que não demonstra sofrer recessos a curto prazo.

É portanto de acentuado interesse nacional que antes, durante ou após a ocorrência das calamidades de qualquer tipo, a ação governamental a qualquer nível se faça presente junto ao povo em ações que visam não apenas a atender as fases mais críticas, mas também realmente melhorar as suas condições de bem-estar social, pois conforme constou do II Plano Nacional de Desenvolvimento o objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem brasileiro. A participação da comunidade na sua auto-defesa e melhoria de qualidade de vida é extremamente importante, sem ela a Defesa Civil continuará lutando com armas desiguais contra qualquer tipo de emergência ou calamidade.

O mundo atual, ao se transformar de forma acelerada, traz constantes e pesados tributos na sua esteira de progresso, e o desenvolvimento crescente foi paradoxalmente reduzindo o tempo de reação das comunidades às solicitações externas, constituindo a absorção de tecnologia um desafio de cada dia.

Defesa Civil e Educação Moral e Cívica têm, em última análise, os mesmos objetivos, do qual o principal é o Bem-Estar Social — síntese de todos Objetivos Nacionais —, cumpre portanto que se conheçam e caminhem unidos para o fortalecimento e felicidade do nosso povo.



POLÍTICA DE TRANSPORTES

Eliseu Resende

Ministro dos Transportes

DIRETRIZES

A crise econômica dos dias atuais, gerada principalmente pelos problemas energéticos, relacionados com a elevação dos preços do petróleo e com a expectativa de exaustão das reservas conhecidas, vem ditando às nações novos parâmetros diretores da política de desenvolvimento, ajustados às necessidades de contenção dos processos inflacionários, que corroem as economias, e de equilíbrio dos balanços de pagamentos.

Tais condicionantes impõem, particularmente aos países em desenvolvimento e com forte dependência externa de petróleo, medidas sem precedentes de conservação de energia, de austeridade nos gastos públicos, de rigorosa seletividade nos investimentos governamentais e de procura da máxima eficiência no uso da infra-estrutura existente.

Os transportes, essenciais a qualquer processo produtivo, vêm-se diretamente envolvidos nesta problemática, pois respondem pela maior parte do consumo global de derivados de petróleo, e requerem, para manutenção e ampliação de sua infra-estrutura, substanciais parcelas dos investimentos públicos.

Assim, a Política Nacional dos Transportes, no Governo do Presidente João Baptista de Figueiredo, estará intimamente associada à Política Energética e se fundamentará em critérios rígidos de racionalização dos investimentos.

SOLUÇÕES DE TRANSPORTE À LUZ DO QUADRO ENERGÉTICO BRASILEIRO

Como se trata do setor de maior utilização de derivados do petróleo (cerca de 60% do consumo global), a Política Nacional de Transportes deverá submeter-se a medidas que assegurem racionalização de consumo, e que são, basicamente, as seguintes:

- 1) Preferência pelos meios de transporte que requeiram menor quantidade de energia propulsora;
- 2) Adoção de formas de energia decorrentes de fontes renováveis;
- 3) Racionalização operacional com vistas ao consumo mínimo de combustíveis.

• Preferência pelos Meios de Transporte que Requeiram Menor Quantidade de Energia Propulsora

Em condições normais, os transportes realizados nas hidrovias e nos dutos consomem menos energia. Situam-se a seguir, na ordem de menor consumo, os transportes ferroviário, rodoviário e aéreo.

Desta forma, as políticas referentes a tarifas, à integração das modalidades de transporte, e à reunião de cargas e pessoas a serem deslocadas deverão orientar-se no sentido de que os meios de circulação de menor consumo energético se qualifiquem na preferência dos usuários brasileiros.

• Adoção de Formas de Energia Decorrentes de Fontes Renováveis

A energia hidrelétrica e a bionergia apresentam a vantagem fundamental de provirem de fontes renováveis, devendo, portanto, ser utilizadas, sempre que possível, em substituição ao consumo de derivados do petróleo.

Sob este aspecto, o meio de transporte por dutos deve ser estimulado por sua posição singular de ser acionado tão-somente por energia elétrica.

Sempre que possível, esforços devem igualmente ser dispendidos no sentido de eletrificação de trechos ferroviários de maior movimentação de cargas, de metrô e trens de subúrbio destinados ao transporte de massa.

Mas é ao transporte rodoviário, por ser a modalidade mais utilizada, e que acarreta maior consumo de petróleo (cerca de 85% do consumo do setor dos transportes e de 50% do consumo global de derivados), que deve ser dirigido mais intensamente o programa de conservação de energia. Assim sendo, além das pesquisas visando ao uso econômico de motores elétricos nos veículos rodoviários, todos os esforços devem ser desenvolvidos no sentido de se alcançarem os objetivos do programa governamental de produção do álcool anidro que permitam uma elevação gr

dual de sua mistura na gasolina, no óleo diesel, e até mesmo a substituição total daqueles derivados em determinados tipos de veículos.

• Racionalização Operacional com Vistas ao Consumo Mínimo de Combustíveis

Dentro da conjuntura energética brasileira, é extremamente importante a adoção de um conjunto de medidas permanentes de racionalização de cada um dos meios de transporte, de forma a assegurar padrões satisfatórios mediante consumo mínimo de combustível.

Dentre estas medidas, destacam-se as destinadas a minimizar a utilização ociosa e improdutiva dos veículos, o que se consegue na proporção em que for possível a reunião de pessoas e cargas a serem transportadas.

O estabelecimento de uma ampla rede de armazéns e silos nas regiões produtoras, a construção de terminais de carga nos centros de consumo, o uso dos containers e de outras formas de unitização e a fixação de linhas que favoreçam a coleta de cargas de retorno são fatores que muito contribuem para a concentração de mercadorias e para o aumento de produtividade do equipamento de transporte.

Sempre que possível, e em função da natureza das cargas e das distâncias percorridas, dever-se-á promover a integração dos diferentes meios de transporte, de forma a alcançar-se o máximo de rendimento que todo o sistema seja capaz de propiciar.

Para isso deverão ser estimulados os processos de unitização de cargas (uso de containers) e de transferências intermodais nas combinações rodo-ferroviárias ("piggy-back") e rodo-hidroviárias ("roll-on/roll-off").

O transporte intermodal deverá ser introduzido particularmente nos Corredores de Exportação, de modo a aumentar sua eficiência e reduzir os fretes internos dos produtos destinados aos grandes centros de consumo e à competição no mercado internacional.

Procurar-se-á, mediante operação integrada da cabotagem com o transporte rodoviário, obter uso mais intensivo da navegação para o deslocamento de cargas ao longo de grandes distâncias paralelas à costa brasileira.

Quanto ao deslocamento de pessoas, deverá ser desestimulado, gradativamente, o uso do transporte individual, reorientando-o para o transporte coletivo.

O controle dos limites de velocidade dos veículos rodoviários será intensificado, como providência que trará economia de combustíveis e expressiva redução nos índices de acidentes.

Além do controle efetivo das velocidades nas estradas, impedindo que os veículos ultrapassem "limites máximos" para elas estabelecidos, constitui fator de importância ainda maior, para redução do consumo de combustíveis no transporte

rodoviário, a eliminação dos congestionamentos de tráfego, que retêm os veículos e os fazem desenvolver velocidades reduzidas e antieconômicas.

Desta forma, deverão ser eliminados os pontos de estrangulamento do tráfego, responsáveis por velocidades excessivamente baixas e pelos congestionamentos das vias públicas, que, além de acarretarem desperdícios de derivados de petróleo, apresentam outros aspectos negativos.

No transporte rodoviário, mister se faz ainda, de um lado, que a indústria automobilística oriente sua produção para a fabricação de veículos que requeiram consumo mínimo de combustível, principalmente pela utilização de motores de melhor desempenho, e, de outro lado, que os usuários operem seus veículos com eficiência, observando, com rigor, padrões normais de uso e regulação dos motores. Além disso, a infra-estrutura rodoviária deverá ser bem conservada, periodicamente restaurada e aperfeiçoada em suas características técnicas, a fim de que as superfícies de rolamento passem a oferecer a menor resistência possível ao deslocamento dos veículos, deles exigindo, portanto, menor força de tração e, conseqüentemente, menor consumo de energia.

POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Tendo em vista a escassez real a que está submetida a economia brasileira, a aplicação dos recursos financeiros disponíveis será criteriosamente estabelecida, obedecendo à ordem de prioridades dos projetos que compõem o plano de ação do governo.

Nos programas relacionados com os transportes de passageiros ou de cargas, serão estabelecidos critérios de racionalização dos investimentos, de forma a se obterem os melhores efeitos econômicos e sociais deles decorrentes.

• Racionalização dos Investimentos

A racionalização dos investimentos deverá realizar-se de forma a evitar a pulverização dos recursos financeiros disponíveis, os quais serão aplicados, de forma concentrada, em prioridades nítidas, para atendimento às manifestas demandas de serviços de transporte, segundo projetos de prazos curtos de maturação e de elevadas taxas internas marginais de retorno.

Procurar-se-á atender, em primeiro lugar, às necessidades de manutenção, restauração e reaparelhamento da infra-estrutura existente, evitando-se sua deterioração, com perdas de capital, e mantendo-se a prestação dos serviços a custos operacionais viáveis.

Em segundo lugar, serão atendidas as necessidades de aumento da capacidade das vias e dos terminais que se encontrem saturados ou próximos da saturação, a fim de se eliminarem as resistências ao escoamento eficiente da produção, nos seus atuais níveis de demanda, e, também, os malefícios dos congestionamentos de tráfego.

TRANSPORTES URBANOS

No que diz respeito ao transporte de passageiros, as atenções do Ministério estarão voltadas primordialmente para o equacionamento dos crescentes problemas de circulação urbana e suburbana. Esforços continuarão a se desenvolver para o incentivo ao transporte coletivo e de massa e gradual desestímulo ao transporte individual em automóveis de passeio.

O programa considerará, prioritariamente, as Regiões Metropolitanas, mas se estenderá também às cidades de porte médio, que se caracterizam como polos regionais, capazes de contribuir para a redução do processo de concentração demográfica nas grandes metrópoles. Nas Regiões Metropolitanas, ter-se-á em mira contribuir para a melhoria da qualidade da vida, sobretudo das classes de mais baixa renda, com oferta de transporte mais rápido e eficiente. Nas cidades de porte médio, o objetivo será planejar e investir de modo ordenado, ajustando-se a capacidade à demanda de transportes, de forma a garantir-se um nível adequado de serviços.

Para que sejam alcançados os objetivos acima definidos, o Ministério dos Transportes iniciou uma série de estudos que visam basicamente a aumentar a eficiência e, portanto, a importância dos transportes de massa sobre trilhos e melhorar as condições de atendimento ao usuário dos transportes coletivos em geral.

No que tange aos transportes sobre trilhos, além de dar-se continuidade ao apoio à implantação dos Metrô do Rio de Janeiro e São Paulo, a ênfase estará voltada para modernização dos trens de subúrbios, principalmente nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, restituindo a esse sistema de transporte a sua importância histórica, no esforço de transformá-lo em modernos metrô de superfície.

O objetivo será propiciar o aumento da oferta para o atendimento aos volumes crescentes da demanda e, posteriormente, melhorar os níveis de conforto, segurança, rapidez e confiabilidade do sistema, a fim de que possa atrair parcelas substanciais do movimento diário de pessoas nas grandes metrópoles do País.

O transporte coletivo sobre rodas será também estimulado, através de um conjunto de medidas, tais como a introdução de faixas seletivas para ônibus e a padronização destes veículos, para ampliar sua eficiência operacional e os níveis de conforto ao usuário, de forma a oferecer-se uma alternativa eficiente ao uso individual do carro de passeio.

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

No que diz respeito aos transportes de carga, as prioridades de investimentos estarão voltadas para o programa dos Corredores de Exportação, compreendendo a implantação de estradas vicinais alimentadoras dos grandes eixos (rodoviários, hidroviários e ferroviários) a serem também aperfeiçoados, de modo a obter-se rápida convergência das pessoas nos portos, os quais, por sua vez, se tornarão aptos a realizar transferências expeditas e a baixo custo para as embarcações de longo curso.

Na estruturação física dos corredores, procurar-se-á introduzir processos modernos de integração das modalidades, mediante transferências rápidas e econômicas das cargas e associação com uma eficiente rede de armazéns, silos e pátios de estocagem.

No planejamento das estradas vicinais, procurar-se-á captar, precipuamente, os excedentes de produção que já se verifiquem em áreas desprovidas de meios eficientes de transporte. Será levada em conta, também, a expansão das fronteiras agrícolas, mediante implantação de estradas vicinais pioneiras, promotoras do acesso a regiões férteis e de grande potencial, viabilizando-se sua incorporação ao processo produtivo.

Os programas de aperfeiçoamento das ferrovias e dos portos, bem como de estruturação da armação mercante brasileira, serão desenvolvidos de acordo com os objetivos primordiais de incremento de nossas exportações agrícolas, mas terão presentes, ainda, a evolução do mercado mundial de minério de ferro, a expansão do parque siderúrgico brasileiro e as crescentes necessidades de transporte dos derivados de petróleo e da indústria do cimento.

Serão considerados prioritários os programas dos corredores que convergem nos portos de Vitória, Rio de Janeiro (Sepetiba), Santos, Paranaguá e Rio Grande.

• Corredor de Rio Grande

Terão prosseguimento as medidas de ampliação e reparcelamento do Porto de Rio Grande, objetivando o atendimento à demanda, projetada para 1985, de movimentação de produtos agrícolas e fertilizantes. Neste porto está sendo construído um terminal especializado, de elevada capacidade de exportação de trigo e soja.

Será procurada, igualmente, a máxima eficiência operacional do transporte ferroviário e hidroviário de soja e trigo da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul até o Porto de Rio Grande.

Ênfase especial será dada ao uso mais intensivo da navegação interior, ao longo da Lagoa dos Patos e dos rios Jacuí e Taquari, mediante eficiente integração com o transporte rodoviário, de modo a minimizarem-se os custos do deslocamento da produção agrícola até Rio Grande.

• Corredor de Paranaguá

O aperfeiçoamento das características técnicas e a ampliação da capacidade deste Corredor deverão produzir nítidos efeitos quanto ao incremento do volume das exportações agrícolas brasileiras.

Além das providências para seu reaparelhamento, com vistas ao atendimento da demanda, projetada para 1985, de movimentação de cargas gerais, fertilizantes

e produtos agrícolas, o Porto de Paranaguá será estudado, ainda, quanto à possibilidade de sua ampliação para receber graneleiros de grande porte.

Encontra-se em fase final a instalação de um silo com capacidade estática de 100.000 toneladas de grãos, que se adicionará ao sistema de armazenagem já existente no porto. As obras de ampliação do cais de acostagem e o novo complexo de armazenagem farão de Paranaguá um dos portos mais modernos e aparelhados do País, com capacidade de escoamento superior a 10 milhões de toneladas anuais de grãos agrícolas e farelos.

Associada ao Porto de Paranaguá, programa-se construir parte da chamada Ferrovia da Soja, que penetra no interior do Estado do Paraná e alcança a fronteira do Paraguai e o Estado de Mato Grosso do Sul.

Inclui-se neste projeto a construção de um novo trecho ferroviário entre Curitiba e Paranaguá, a modernização da ferrovia entre Curitiba e Guarapuava e a extensão da linha férrea desde Guarapuava até Cascavel e, possivelmente, até a Fronteira do Paraguai. Será programada, ainda, a construção, em Cascavel, de um grande centro de armazenagem e silagem de produtos agrícolas, a serem escoados pela ferrovia. Neste centro convergirá um feixe de estradas vicinais cobrindo as terras férteis do Oeste do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e articulando-se, também, com o sistema viário do Paraguai.

• Corredor de Santos

Mediante esforços articulados com o Governo do Estado de São Paulo, serão aperfeiçoados os processos de escoamento da produção ao longo das linhas da FEPASA e da RFFSA para atingir o porto de Santos.

Neste porto (onde se verifica a maior movimentação de cargas gerais no País), dar-se-á prosseguimento à construção do terminal de containers e à modernização dos sistemas de transferências de carga. Será inaugurado, em breve, o novo acesso ferroviário à margem esquerda de Santos.

Os investimentos que se fariam necessários à unificação das bitolas dos diferentes ramais que compõem o Corredor são economicamente inviáveis, no momento, e serão distribuídos por instalações de baldeio expedito das cargas.

• Corredor do Rio de Janeiro (Sepetiba)

Este é um corredor industrial, associado aos portos do Rio de Janeiro e Sepetiba, e servido pela Linha do Centro da RFFSA, por onde escoam os produtos e insumos siderúrgicos das principais usinas nacionais, grande parte da produção brasileira de cimento e expressiva tonelagem de minério de ferro, exportado por empresas privadas de mineração sediadas no Quadrilátero Ferrífero.

Em função da grande importância geoeconômica da região e da concentração de fluxos ferroviários no triângulo Belo Horizonte—Rio de Janeiro—São Paulo,

promoveu-se um estudo para a definição da melhor alternativa de atendimento desses fluxos.

A projeção da demanda de transporte no eixo Belo Horizonte—Rio de Janeiro—São Paulo mostrou que, mesmo com o término do programa de melhorias na atual Linha do Centro (Ligação Belo Horizonte—Rio de Janeiro), elevando sua capacidade nominal para 45 milhões de toneladas/ano, não seria possível atender à evolução dos fluxos a partir de 1984.

Duas alternativas se colocavam, então, para ampliação adicional da capacidade do sistema: a duplicação da Linha do Centro ou a retomada das obras da Ferrovia do Aço (que, no momento, encontram-se com 30% das obras de arte e 51% dos trabalhos de terraplenagem já concluídos).

O estudo comparativo das duas opções somente focalizou, em cada caso, o trecho entre Jeceaba e Barra do Piraí, segmento de maior carregamento, e que, portanto, seria atacado prioritariamente.

Embora os quantitativos dos investimentos iniciais tenham mostrado que a alternativa duplicação da Linha do Centro é menos dispendiosa em cerca de 15%, a significativa redução dos custos operacionais de transportes, propiciados pela menor distância e melhores condições geométricas de traçado da Ferrovia do Aço, elege esta última opção como a que corresponde aos custos totais mínimos de transporte durante a vida útil do projeto. Em outras palavras, admitido um fluxo total de 45 milhões de toneladas a ser alocado entre as duas alternativas no ano zero do projeto, (*) em apenas dois anos e meio o ganho resultante da redução de custos operacionais seria suficiente para compensar o diferencial dos custos iniciais de investimentos.

Assim, no que tange a este corredor, decidiu-se pela retomada das obras da Ferrovia do Aço, no trecho Jeceaba—Volta Redonda, para concluí-las em 4 anos. A construção da Ferrovia do Aço, conjugada com a implantação do quarto trilho nos segmentos ferroviários ligando Usiminas—Nova Era—Costa Lacerda—Capitão Eduardo—Jeceaba e com a construção de pequeno trecho entre Itutinga e Macaia, além de outros melhoramentos no Corredor de Brasília—Rio, propiciará a perfeita articulação de todo o sistema ferroviário regional.

Além desses melhoramentos no sistema ferroviário, o Corredor do Rio de Janeiro será beneficiado com investimentos para a conclusão do terminal de carvão de Sepetiba, destinado ao suprimento à Cia. Siderúrgica Nacional e, possivelmente, às futuras usinas Mendes Junior e Açominas. A este terminal se adicionarão instalações destinadas à exportação de minério de ferro e recebimento de "pellets", descongestionando-se o atual Porto do Rio de Janeiro, que passará a responder principalmente pela movimentação de carga geral.

(*) (Admite-se ainda que o crescimento do fluxo seja igual à taxa de desconto do fator capital.)

• Corredor de Vitória

Como peça fundamental do Corredor de Vitória, situa-se a Estrada de Ferro Vitória—Minas, ao longo da qual escoam-se atualmente cerca de 60 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. A esta ferrovia associam-se o terminal especializado de Tubarão, o porto de carga geral de Vitória e o recém-inaugurado terminal de Capuaba.

Será dada continuidade aos estudos que estão sendo promovidos, em conjunto, pela RFFSA, a CVRD e os Governos dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo, em associação com entidades japonesas, visando à exportação, pelo Corredor de Vitória, de grandes toneladas de grãos agrícolas a serem produzidos nas regiões de cerrado de Minas Gerais e Goiás.

Em função dos cronogramas de implantação da Usina de Tubarão e de expansão do parque siderúrgico do Quadrilátero Ferrífero (Usiminas, Acesita, Açominas), serão formuladas as diretrizes para a construção do Terminal de Praia Mole, ou a ampliação do Terminal de Tubarão, destinando-se, uma solução ou outra, à exportação de produtos siderúrgicos e ao recebimento de carvão.

A fim de que o Brasil se prepare para competir no distante mercado do Extremo Oriente (vendas de minério de ferro à China, à Coreia e à Indonésia, e de grãos agrícolas ao Japão), torna-se imprescindível, para efeito de redução dos fretes marítimos, o uso de graneleiros combinados de grande porte (tipo "ore-oil" ou "ore-bulk-oil") que possam largar os portos brasileiros com grandes toneladas de minério e grãos em porões dissociados, e tragam, como cargas de retorno, carvão e petróleo da Austrália e da China. Este tipo de operação irá exigir a instalação de terminais de grande calado para recebimento de carvão (como é o caso do Porto de Sepetiba e poderá vir a ser o de Tubarão) e carregamento de produtos agrícolas em navios de grande porte (sendo solução mais viável, neste caso, a ampliação, com obras de dragagem, do porto de Paranaguá).

• Escoamento da Produção Agropecuária dos Estados de Mato Grosso e Goiás

Ainda sob o enfoque da filosofia dos programas dos Corredores de Exportação e Abastecimento serão desenvolvidos estudos de projetos que permitam o escoamento econômico da produção agropecuária em áreas de grande potencial, localizadas no Centro-Oeste do País.

Citam-se, como exemplos, as regiões de Aragarças, em Goiás, e de Barra do Garças e Cáceres, no Estado de Mato Grosso, propícias à produção abundante de cereais, e até agora desprovidas de meios eficientes de transporte.

A construção de um primeiro segmento pavimentado da Rodovia Cuiabá—Porto Velho irá facilitar o escoamento da produção da região de Cáceres. Sua eventual extensão até Porto Velho permitiria uma grande ampliação dos programas de ocupação e colonização de terras férteis do Mato Grosso e Rondônia, as quais po-

irão converter-se, em curto prazo, em uma das principais regiões de produção agrícola do País.

Tendo em vista essas considerações, elaborou-se um estudo para a definição de um programa integrado de desenvolvimento da área de influência da ligação Cuiabá—Porto Velho, onde se define a estratégia básica de colonização e incorporação da região ao processo produtivo agrícola do País, objetivando aumentar significativamente a oferta de alimentos para consumo interno. Nessa estratégia se prevêem, além de investimentos para a ligação rodoviária citada e a implantação de extensa malha de rodovias vicinais e alimentadoras, aplicações de recursos destinados à colonização e assentamento agrícola dirigido, titulação de terras, armazém e silos e montagem de pequenas indústrias de processamento de produtos primários.

Parece que a solução mais viável para o melhor aproveitamento dos potenciais agrícolas da região de Aragarças/Barra do Garças (assim como de outras áreas do Centro-Oeste) seria associá-la ao projeto da navegação ao longo do Rio Araguaia. Este rio, combinado com o Tocantins, poderá permitir condições de navegabilidade até os portos de Belém e Vila do Conde, se a este objetivo também se ajustar o Projeto da Hidrelétrica de Tucuruí, que deverá prever obras de aproveitamento múltiplo, ou sejam, eclusas que tornarão o Tocantins navegável a montante de Tucuruí (único segmento que impede hoje a navegabilidade ao longo de mais de 2.000 quilômetros nos rios Tocantins e Araguaia).

Este projeto, a ser estudado em conjunto com os Ministérios das Minas e Energia, do Interior e da Agricultura, incluiria o estabelecimento de uma estrutura de produção e armazenagem, a coleta por um sistema de estradas vicinais, o transporte fluvial por meio de barcas ou chatas rebocadas e, finalmente, o transbordo na foz do Tocantins (Porto de Belém ou de Vila do Conde), com destino à exportação.

PROGRAMA DE ESTÍMULO À NAVEGAÇÃO

O apoio ao esforço de promoção às exportações e redução do déficit no balanço de pagamento não poderá se restringir aos programas de melhoria da malha terrestre (viária e portuária), dos Corredores de Exportação, conforme sintetizado nos parágrafos anteriores.

Em continuidade aos investimentos para melhoria operacional dos transportes terrestres visando a reduzir seus custos nos fluxos de exportação, faz-se necessário o aparelhamento da Marinha Mercante Nacional para transportar os produtos brasileiros até os portos internacionais e/ou trazer produtos importados para os portos brasileiros.

Além do objetivo de redução de transporte, o reaparelhamento e a expansão da frota da Marinha Mercante Brasileira procuram também diminuir o afretamento de navios estrangeiros e, portanto, o déficit em divisas gerado no nosso balanço de fretes internacionais.

**Evolução do frete gerado e participação da bandeira brasileira
no comércio exterior brasileiro ***

Valor do frete em milhões de dólares

Ano	Total Geral		Bandeira Brasileira						Bandeira Estrangeira	
	Valor	%	Navios Próprios		Navios Afretados		Total		Valor	%
			Valor	%	Valor	%	Valor	%		
1970	674,7	100	101,9	15,1	152,1	22,5	254	37,6	420,7	62,4
1974	2.159,5	100	380,2	17,6	634,1	29,4	1.014,3	47,0	1.154,2	53,0
1978	2.296	100	502	21,9	680	29,6	1.182	51,5	1.114	48,5

Considerando-se esses dois objetivos e tendo-se ainda em conta a necessidade de expansão da produção industrial do País, o governo brasileiro vem incentivando a construção naval em estaleiros nacionais através de programas especiais.

Os programas concluídos (Programa de Emergência de Construção Naval — 1967 a 1970; I Plano Nacional de Construção Naval — 1970-1974) e o programa em andamento (II Plano Nacional de Construção Naval — 1975-1981) previam, respectivamente, a agregação de 417 mil TPB, 1.530 mil TPB e 6.331,5 mil TPB à capacidade da frota existente.

Em consequência destes programas, a frota de navios brasileiros deverá evoluir até 2.078 mil TPB em 1970 para 10.472 mil toneladas de porte bruto, após a conclusão do II PCN.

Como resultado dessa evolução, a geração de frete por esses navios no comércio exterior brasileiro cresceu de 102 milhões de dólares em 1970 para 380,2 milhões de dólares em 1974 e 502 milhões de dólares em 1978.

O crescimento da frota própria resultante da colocação em tráfego dos navios em construção no II PCN, fará com que, o deficit do balanço de fretes (1) que hoje é da ordem de 570 milhões de dólares, caia para aproximadamente 212 milhões de dólares em 1983, se considerarmos uma taxa de crescimento real das importações brasileiras de 4,0% ao ano, e a participação da bandeira brasileira nessas importações evoluindo de 74% em 1978 para 78% em 1983.

Assim, ao final do II PCN, tendo em vista as metas propostas, pode-se considerar que a frota brasileira estará adequada às nossas necessidades de transportes internacionais, requerendo tão somente um volume razoável de afretamentos.

Caberá então à indústria de construção naval produzir navios para reposição daqueles que são retirados do tráfego e para aumento natural da frota, que será função do crescimento normal deste tráfego. Em consequência, a expansão da frota poderá deixar de ser feita sob a forma de Planos Especiais, patrocinados pelo Governo, e sim mediante encomendas específicas dos armadores, segundo suas próprias necessidades e conveniências.

$$(1) D_f = E_b - (I_e + A_f)$$

onde: D_f = deficit de fretes;

E_b = frete gerado por bandeira brasileira nos fluxos de exportação;

I_e = frete gerado por bandeira estrangeira nos fluxos de importação;

A_f = despesas com afretamentos

Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em junho de 1979.



INFORMAÇÕES

GURGEL TESTA X-12 MOVIDO A ÁLCOOL

A Gurgel S.A. — Indústria e Comércio de Veículos — está completando em Rio Claro os testes com o seu utilitário Gurgel X-12, movido a álcool, que corresponde também à primeira experiência com esse tipo de combustível no âmbito dos utilitários.

Segundo os técnicos da Gurgel, os testes mostraram um bom ganho de potência, que concorre para dar maior agilidade e desenvoltura "ao já eficiente Gurgel X-12, ao mesmo tempo em que se registra uma pequena desvantagem no consumo".

A desvantagem, segundo os técnicos, "já era esperada e vem ocorrendo em todas as experiências feitas até hoje com o álcool como combustível, mas poderá ser pouco a pouco reduzido, com a evolução das pesquisas nesse setor.

MARINHA ADQUIRE HELICÓPTEROS "ECUREUIL"

Pela Portaria 0581 de 29-03-79, o Ministro da Marinha delegou competência ao Diretor-Geral do Material para assinar, com a Aérospatiale e a Helibrás, um contrato de aquisição de 6 helicópteros modelo AS-350 — Ecureuil, incluindo equipamentos, sobressalentes bem como assistência técnica e treinamento de pessoal.

Esta decisão foi consequência da necessidade de renovação dos meios aéreos, para fazer frente ao progressivo aumento das tarefas a cargo da ForAerNav, em missões de instrução, adestramento, apoio às campanhas hidrográficas e operações anfíbias, entre muitas outras desempenhadas por helicópteros leves.

Foram efetuados estudos detalhados desta aeronave pelo Setor do Material da Marinha,



que culminaram com vôos de teste realizados por nossos pilotos navais, na França e no Brasil, após o que, o Setor Operativo concluiu pela aprovação do "Ecureuil" como helicóptero leve a ser empregado na Marinha, substituindo com vantagem os "Bell Jet Ranger", atualmente em uso.

Muito contribuiu, também, para esta decisão, o fato de estar programada, em futuro próximo, a fabricação do "Ecureuil" no país pela Helibrás, representando esta aquisição um estímulo concreto da Marinha a uma indústria privada nacional em fase de implantação, dentro da meta de nacionalização progressiva do material da Marinha.

OS TERMOS COMPLICADOS DO SALT-2

O acordo de limitação de armas entre a União Soviética e os Estados Unidos resulta de anos de negociações, marcadas por um vocabulário técnico e um jargão complicado, em que sobressaem abreviaturas. Segue-se um resumo dos termos usados nas negociações.

ABM — Abreviação de míssil antibalístico, arma defensiva que tanto a União Soviética como os Estados Unidos concordaram em limitar em 1972. É um foguete que destrói outro foguete.

ALBM — Abreviação de *missil balístico lançado do ar*, inexistente no momento tanto na União Soviética como no arsenal norte-americano.

ALAM — Abreviação que designa um *foguete Cruise*, lançado do ar, que os Estados Unidos querem colocar nos bombardeiros, e que será regulado pelo novo tratado de armas estratégicas.

Backfire — Bombardeiro de asa móvel que a União Soviética começou a utilizar em 1974. Este avião é parecido com o bombardeiro B-1 dos norte-americanos, vetado pelo Presidente Carter em 1977. A princípio os Estados Unidos queriam incluí-lo no novo acordo mas os soviéticos alegaram não se tratar de um bombardeiro de longo alcance. Os Estados Unidos finalmente concordaram em não incluí-lo no tratado, mas a União Soviética obrigou-se a limitar o seu número e sua capacidade de atacar objetivos nos Estados Unidos. Backfire é o nome dado pela OTAN, que codifica os bombardeiros soviéticos com palavras começando com a letra B.

Missil Balístico — Missil de longo alcance que voa em direção ao alvo a alta velocidade e altura elevada, acima da atmosfera.

Missil Cruise — Missil com asas, que pode ser lançado de terra, do mar e do ar, e que voa a altura e velocidade mais baixas do que um missil balístico. O Cruise deve ser a arma principal dos Estados Unidos na década de 80 e, juntamente com o Backfire, é um dos tópicos principais das negociações.

Mísseis Pesados — Mísseis lançados de plataformas de terra, capazes de transportar várias toneladas de bombas. A União Soviética tem cerca de 300 e deu uma atenção especial a este tipo de arma. Os Estados Unidos projetaram mísseis menores e mais precisos, e distribuíram por seu arsenal mísseis lançados de terra, de submarinos, e bombardeiros de longo alcance.

ICBM — Abreviação de *missil balístico intercontinental*, descrito pelo tratado como *missil com alcance superior a 5 mil 280 quilômetros*.

MIRV — Sigla dos *mísseis de ogivas múltiplas independentes*. Este tipo de *missil* penetra na atmosfera no fim de sua trajetória, e transporta em sua ogiva várias cargas nuclea-

res, lançando cada uma em direção a um alvo específico.

SALT-1 — As primeiras negociações de armas estratégicas terminaram em 1972 com um tratado limitando as armas estratégicas defensivas e um acordo temporário sobre as armas ofensivas. O acordo temporário limitou os mísseis de longo alcance, permitindo aos Estados Unidos 1 mil 710 mísseis, lançados de terra e de submarinos, e à União Soviética 2 mil 360 mísseis. O acordo, que não cobria os bombardeiros, expirou no dia 3 de outubro de 1977, mas os dois países comprometeram-se a acatar suas cláusulas enquanto se negociava um novo tratado. O tratado de 1972 sobre os sistemas defensivos concedia a cada lado 200 mísseis antimísseis. O tratado foi modificado em 1974, reduzindo o número para 100 cada.

SALT-2 — A segunda rodada de negociações de limitação de armas estratégicas, já concluída.

SALT-3 — A próxima rodada de negociações de armas estratégicas, que devem ser iniciadas em 1980.

SLBM — Abreviação de *mísseis balísticos lançados de submarinos*, que serão limitados pelo novo tratado.

SLCM — Abreviação do *missil Cruise* lançado do mar, limitado pelo protocolo do tratado.

Armas Ofensivas Estratégicas — Mísseis balísticos lançados de terra e do mar, e bombardeiros de longo alcance, desenvolvidos tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética. Cada um dos países tem o poder de causar pesados danos, e até mesmo destruir o outro com estas armas.

Segundo determina o texto do acordo SALT-2, os Estados Unidos e a União Soviética poderão dispor, cada um, de um total de 2 mil 400 mísseis e bombardeiros, a ser reduzido para o máximo de 2 mil 250 no final de 1981 (este limite vigorará até 1985). O tratado estabelece ainda os seguintes sublimites: máximo de 820 mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) equipados com mísseis de ogivas múltiplas independentes (MIRV); estas armas e mais um número de mísseis balísticos lançados por submarino (SLBM) equipados com MIRV, de modo que, somados, atinjam

um limite máximo de 1 mil 200 armamentos; estas armas e mais um número de bombardeiros equipados com mísseis Cruise (ALCM), de modo que, somados, alcancem o máximo de 1 mil 320 armamentos; estas armas e mais um número de bombardeiros sem mísseis Cruise que permitam, na soma total, ser atingido o limite máximo de 2 mil 250 armamentos estipulado pelo acordo SALT-2.

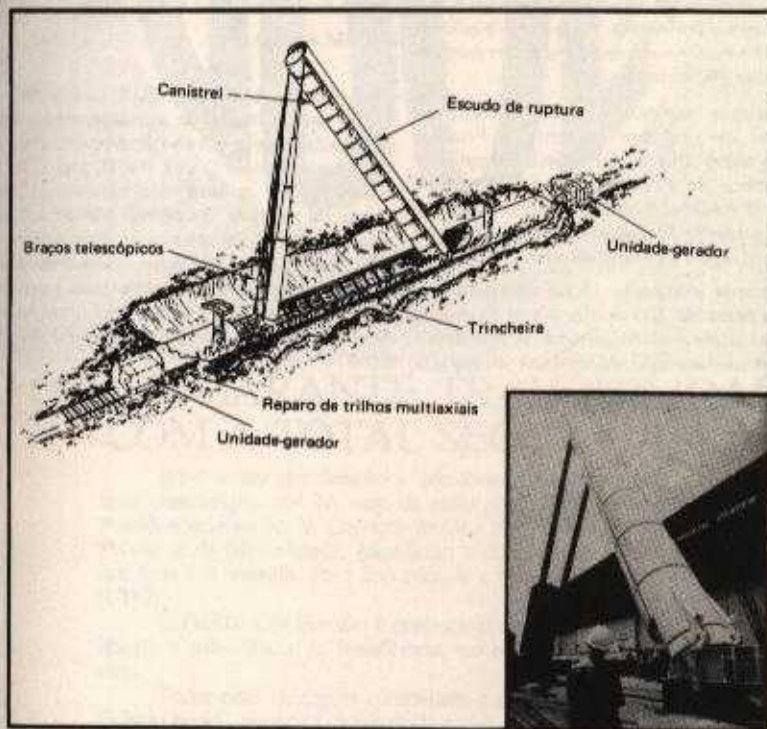
TESTADO O TRANSPORTADOR/LANÇADOR

Um transportador/lançador experimental para o míssil X, do planejado sistema de míssil balístico intercontinental da Força Aérea dos EUA, foi testado pela Boeing Aerospace Company, no seu centro de provas em Seattle, Washington (foto abaixo). O Boeing construiu

o equipamento pesado como parte de um contrato para estudar a possibilidade de ocultar os mísseis avançados em trincheiras cobertas e mudá-los de posição a fim de garantir sua preservação, se atacados.

Em caso de ataque, o canistrel protetor romperia a cobertura da trincheira e sua camada de terra, e preservaria o míssil colocando-o no ângulo de lançamento apropriado.

O míssil e o canistrel seriam elevados por braços telescópicos conjugados, acionados por geradores a gás, alimentados a propelente sólido. Nesse teste, utilizou-se pressão hidráulica. Repleto de água para simular o peso do míssil, o canistrel pesa 193 ton. O peso total do transportador/lançador é de 275 toneladas. O desenho abaixo ilustra como funciona o sistema de trincheira em operação.



NOVO CALCULADOR DE TIRO

Uma nova idéia em computação dos elementos de tiro para os artilheiros vem sendo

adotada pelo Comando e pela Bateria Comando do 1/5º Regimento de Artilharia de Campanha, em Forte Riley, Kansas, EUA, com as atividades de pesquisa e desenvolvimento con-

duzidas em Forte Sill, Oklahoma. A base do novo sistema, em fase de experimentação, é o instrumento TI59 "Texas", um computador comercial digital, programável, que se acha em uso na instrução de operações daquela unidade por vários meses.

Semelhante em aparência aos calculadores manuais que executam as operações matemáticas básicas, o TI59 pode ser programado para funções específicas utilizando um cartão de computador miniaturizado. O pessoal do Departamento de Tiro do Centro de Artilharia de Forte Sill colaborou na montagem do programa básico do computador, enquanto os testes práticos ficaram a cargo do Comando e da Bateria Comando daquela unidade.

Aprender a manusear o TI59 não apresenta problema algum aos veteranos especialistas em computadores. A familiarização com o computador levou, em média, nada mais que duas horas e, amiúde, em menos tempo um soldado torna-se um eficiente operador.

O método tradicional de computação de elementos de tiro tem utilizado o FADAC (Field Artillery Digital Automatic Computer) com gráficos de tiro aplicado a um sistema manual. O FADAC é alimentado por um gerador que pode ser localizado fora da VBTP na qual foi instalada a central de tiro.

O sistema completo inclui equipamento que pesa cerca de 300 quilos e tem de mudar rapidamente de posição durante as operações táticas. A manutenção do gerador, aliada aos

reparos na FADAC, acarretam perda de valioso tempo para a instrução.

O TI59 é do tamanho de uma carteira de notas e facilmente transportado numa maleta. Pilhas internas ou um conjunto de baterias, padronizado pelo Exército, fornecem energia para o sistema. A manutenção limita-se à aplicação de um limpador de cabeça no instrumento.

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento para o Exército um sistema de comando e controle de apoio de fogo (automático) — TACFIRE ou Tactical Fire Direction System — que emprega computadores de porte para processar os dados. Até tornar-se operacional, os integrantes do 1/59 RAC acreditam que o TI59 completará o sistema e direção de tiro baseado no FADAC e constituirá um adequado sucedâneo para o TACFIRE.

MX EM AÇÃO

A Força Aérea dos EUA testou recentemente um método de armazenagem para o projetado míssil balístico intercontinental MX ("Military Review", dez. 1978, pág. 62). Em menos de um minuto, o protótipo do mecanismo de ruptura, da Martin-Marietta Corporation, perfura 25 centímetros de concreto e 152 centímetros de terra, provando que a idéia de trincheiras enterradas para a proteção de mísseis é viável. A prova teve lugar na Base Aérea de Luke, próximo a Yuma, no Arizona, EUA.



LIVROS

"ALMIRANTE CANARIS — O PRÍNCIPE DA ESPIONAGEM ALEMÃ" de André Brissaud. Biblioteca do Exército Editora, 1979.

O autor descerra uma cortina de três décadas e desfaz lendas de sessenta anos que, respectivamente, encobriam e envolviam o grande Almirante Wilhem Canaris, "O Pequeno Almirante".

Com a argúcia do jornalista, a pertinência do historiador e a profundidade do filósofo, André Brissaud levanta, um por um, os véus que tornavam difusa essa importante figura, também conhecida como "O Almirante da Sombra".

Sua vida de lobo do mar e de raposa da espionagem, suas aproximações e afastamentos do nazismo, a reorganização do Serviço de Informações militar, a "Abwehr", tudo é perfeitamente apresentado ao leitor.

Sua atuação durante a 2ª Guerra Mundial, as interrogações que se formaram em torno de suas atividades — Agente duplo? Ligado a Churchill? Conspirador no atentado contra Hitler? — são pontos que ficam esclarecidos para os estudiosos e curiosos dos fatos e feitos daquele conflito mundial.

Sua prisão, seus dias de cárcere e seu procedimento digno, ativo e sereno em face do infortúnio e, mesmo, da morte, tratados pela hábil pena de Brissaud, convencem o leitor do caráter nobre do "Petit Admiral", mostrando que a "Abwehr", sob sua chefia, somente fez confirmar a afirmativa do Coronel Walter Nicolai, Chefe do Serviço de Informações alemão na 1ª Guerra Mundial, de que "o Serviço de Informações é apanágio dos nobres; se confiado a outros, desmorona".

A presente obra, com que a "Biblioteca do Exército Editora" brinda, mais uma vez, seus assinantes, prende desde que iniciada sua leitura. Ao término, o leitor conhecerá, saído

das brumas das lendas e mistérios, o fascinante personagem que foi Wilhem Canaris, o "Pequeno Almirante", "O Almirante da Sombra" mas, acima de tudo, "O Príncipe da Espionagem".

Ten Cel Cav QUEMA
Roberto Machado de Oliveira Mafra

"OCIDENTE TRAÍDO", de Jorge Boaventura, Editora IMPRES, 1979 — Cr\$ 100,00.

Em edição Impres, foi lançado em S. Paulo, no final de abril do corrente ano, novo livro de Jorge Boaventura, prefácio de Gilberto Freyre.

A referida obra, sob o título "Ocidente Traído", é uma tentativa de diagnóstico global da crise do mundo moderno, em cujo bojo, de maneira misteriosa, aparece o Ocidente em posição de mera defesa passiva, embora continue a ser detentor da liderança científica, tecnológica, econômica, da justiça distributiva e das liberdades civis.

Haveria, assim, segundo Jorge Boaventura, causas pouco divulgadas e, por isso, misteriosas para a maioria, explicativas do fenômeno. E são essas causas que a obra em questão busca analisar, fazendo-o, segundo expressões de Gilberto Freyre em seu prefácio, com "observações superiormente argutas sobre os temas que aborda com desassombro: a argúcia e o desassombro de que o Brasil de hoje está tão necessitado. Necessitado em face de traições de intelectuais à inteligência e de brasileiros — mesmo aparentemente nacionalistas — ao próprio Brasil como nação ciosa de sua brasileiridade. Isto por lhes faltar, em numerosos casos, ânimo para resistirem a vogas; para não se deixarem intimidar por terrorismos, para superarem ideologismos contagiosos".

O trabalho de Jorge Boaventura, porém, embora esforçando-se por desmistificar certos

tabus, não o faz em estilo panfletário, mas, em coerência com toda a obra anterior de seu autor, buscando a serena racionalização das teses que propõe à inteligência do leitor. Elas, as teses, é que são explosivas, pois referem-se ao reexame de temas que poucos ousam examinar fora dos estereótipos correntes, como, não apenas o esquerdismo de inspiração marxista, mas o liberalismo, a noção de Estado de Direito, a visão do mundo impregnada de naturalismo evolucionista, etc.

Trata-se, assim, de obra que, ainda segundo o Mestre Gilberto Freyre, haverá de constituir-se em um acontecimento, apesar de certos silêncios com que tentarão abafá-la.

CARLOS, O TERRORISTA, de Ronald Payne e Christopher Dobson. Trad. de José Lívio Dantas. Editora Agents, Rio de Janeiro, 291 pg., Cr\$ 180.

Enquanto a televisão revelava as cenas da tragédia, lá em Amã um velho árabe tomava café e, afagando carinhosamente a cabeça do netinho, falava ao jornalista: "Oferecemos sacrifícios humanos aos vossos deuses do esporte e da televisão. E eles escutaram as nossas preces. De Munique em diante ninguém poderá ignorar os palestinos nem a sua causa".

No outro lado do mundo, em Washington, Brian Jenkins, analista de pesquisa da Rand Corporation e assessor do Departamento de Estado, dava a sua interpretação sobre as motivações de tais crimes: "O terrorismo destina-se mais aos espectadores que propriamente às verdadeiras vítimas. Terrorismo é teatro".

Dois tarimbados jornalistas ingleses, Ronald Payne e Christopher Dobson, reuniram em livro um farto e bem documentado material sobre o teatro dos terroristas. À frente da encenação, acha-se o personagem central, Carlos, que continua sendo notícia mesmo sem ser visto, estimulando a imaginação fantasiosa de certos jornalistas que fazem dele o Chacal que quase matou De Gaulle.

Este livro, contudo, mostra o verdadeiro Carlos, assim como os labirintos do submundo em que ele se oculta. O Carlos que a Interpol

não consegue pegar e que, segundo as mais recentes notícias, teria sido contratado para matar o ex-Xâ do Irã, era um playboy bastante conhecido nas rodas diplomáticas e nas noites das londrinas. Um mulherengo gorducho, cheio do dinheiro, que se divertia tocando guitarra e se excitava perseguindo moças bonitas e altas. Um bonachão? Não. Esse é o Carlos para inglês ver. O outro, o verdadeiro, foi treinado na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou, entre 1968 a 1970.

Filho de um milionário, revolucionário e comunista, Carlos Ramiriz nasceu em Caracas, Venezuela, em 1949. Em criança, "era tímido e quieto, já com tendência a engordar". Segundo o dr. Jacques Leauté, diretor do Instituto de Criminologia de Paris, "existe nele um certo número de paradoxos fascinantes. Pela própria natureza de seu trabalho, o terrorista precisa evitar, a qualquer preço, publicidade ou a divulgação de sua identidade. Não obstante, aqui temos esse Carlos que viceja no exibicionismo e na atenção internacional".

Pouco antes do Natal de 1975, durante o ataque à organização da OPEP, em Viena: "O senhor já ouviu falar a meu respeito; eu sou o famoso Carlos. Diga isso aos outros" — assim ele se apresentou ao xeque Yamani. Apesar de esse lance lembrar a conduta dos bandidos cinematográficos, é evidente que Carlos não é um gangster, solitário, que, em plena Depressão econômica, se vingava dos banqueiros. Seu papel e seu objetivo são outros.

Depois de traçarem o perfil do personagem, Payne e Dobson vão desvendando, desmembrando o chamado "complexo de Carlos" que, neste caso, não é de ordem psicológica. Trata-se da rede internacional que aciona as múltiplas veredas do terrorismo, e aqui, como nos filmes de espionagem, ficamos sabendo quem são os chefões que armam as mãos dos agentes do terror.

Impulsionados pelo ritmo jornalístico, Ronald Payne e Christopher Dobson fizeram, neste terreno, um levantamento idêntico aos que habitualmente se têm feito em relação à Máfia.

Valério de Andrade ("O Globo")

